

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

JAMIL AMORIM DE QUEIRÓZ

**RELAÇÕES RACIAIS E RACISMO NA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO:
Análise das Práticas Operacionais da Polícia Militar
e os Desafios para a Segurança Cidadã**

São Leopoldo

2023

JAMIL AMORIM DE QUEIRÓZ

**RELAÇÕES RACIAIS E RACISMO NA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO:
Análise das Práticas Operacionais da Polícia Militar
e os Desafios para a Segurança Cidadã**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Linha de Pesquisa: Identidades e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. PhD. Carlos Alfredo Gadea Castro

São Leopoldo

2023

Q3r

Queiróz, Jamil Amorim de.

Relações Raciais e Racismo na Polícia Militar de Mato Grosso: Análise das Práticas Operacionais da Polícia Militar e os Desafios para a Segurança Cidadã / Jamil Amorim de Queiróz, 2023.

256 fls.

Orientador: Prof. Dr. PhD Carlos Alfredo Gadea Castro

Tese (Doutorado) UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Linha de Pesquisa: Identidades e Sociabilidades. São Leopoldo-RS, 2023.

1. Segurança Pública. 2. Polícia Militar. 3. Práticas Operacionais Policiais Militares. 4. Preconceito Racial. 5. Violência Policial. I. Título.

CDU 351.75:364.6

JAMIL AMORIM DE QUEIRÓZ

**RELAÇÕES RACIAIS E RACISMO NA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO:
Análise das Práticas Operacionais da Polícia Militar
e os Desafios para a Segurança Cidadã**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 23 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. PhD Carlos Alfredo Gadea Castro – UNISINOS

Dr. Carlos Eduardo Sell – UFSC

Dra. Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS

Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva – UNISINOS

Dr. Rodrigo Marques Leistner – UNISINOS

Dedico este trabalho com todas as forças do meu ser: a Deus, pela força de vontade que a Ele pertence; a Jesus Cristo, Modelo e Guia da Humanidade; aos meus pais, Natanael Ribeiro de Queiróz e Antonina Amorim de Queiróz, pela dedicação e simplicidade na condução da minha vida; a minha querida esposa, Marli de Souza Queiróz, pela luta diária, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pela maneira incontinenti de colaboração.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que contribuíram para o enriquecimento dos meus conhecimentos:

Ao Prof. Dr. PhD Carlos Alfredo Gadea Castro, orientador da pesquisa que me honrou com sua atenção, dedicação, parceria e qualidade epistemológica para a conclusão deste trabalho;

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maristela Simon, cuja atenção, respeito e educação para comigo são referências no atendimento digno às pessoas;

Aos professores da banca examinadora: Prof. Carlos Eduardo Sell; Prof.^a Marília Veríssimo Veronese; Prof. Rodrigo Manoel Dias da Silva e Prof. Rodrigo Marques Leistner, pela convicção e pela confiança no trabalho e, acima de tudo, pelas contribuições para o engrandecimento da pesquisa; aos demais professores doutores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que contribuíram de forma direta nesta caminhada, pelos estímulos, pelos debates, pela afetividade, demonstrados durante a convivência acadêmica, e, pelas parcerias recheadas de confiança e companheirismo; aos colegas de curso, pelas alegrias da caminhada, cujas ausências seriam monótonas e sem sentido, minha gratidão pelas oportunidades geradas em qualquer âmbito e pela convivência sem igual;

À Polícia Militar do Estado de Mato Grosso por autorizar a pesquisa de campo em seu interior; ao Ten Cel PM Reginaldo Azizes Ferreira, Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, por disponibilizar todos os recursos da Unidade Operacional para o aprimoramento do estudo; aos 1º Ten PM Atílio Neto da Silva, Sub Ten PM Igor Lauro Teixeira Prado, 1º Sgt PM Alex Patrick Trindade dos Santos, 2º Sgt PM Evaldo Marques Pereira e Sd PM João Paulo Henrique Correa Duarte, por estarem sempre à disposição em colaborar com seus conceitos às práticas operacionais e, em especial, por disponibilizarem o Setor Operacional para análise dos boletins de ocorrências atendidas pelo 1º Batalhão; à Ten Cel PM Hadassah Suzannah Beserra de Souza, Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar em colocar-se à disposição do espírito científico como ferramenta de transformação de todos nós; ao Ten Cel PM Tiago Costa Gomes, Comandante da Força Tática de Várzea Grande-MT; aos componentes da polícia militar que se colocaram à disposição para contribuir com a pesquisa sem temer críticas ou desmerecimento profissional.

À revisora de português e normas ABNT Gisele Rodrigues da Silva e ao bibliotecário Douglas Rios pelo apoio técnico para a finalização desta tese.

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim (Chico Xavier).

RESUMO

A presente tese analisa os significados subjetivos e intersubjetivos, assim como os símbolos significantes que os policiais militares, em suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, atribuem a essas atividades de abordagem operacional, cuja finalidade é compreender e analisar a realidade dessas práticas que estes profissionais constroem, diante das ações, junto ao indivíduo negro. O desenho teórico metodológico utilizado foi o da pesquisa qualitativa, sob a ótica do interacionismo simbólico que o caracteriza com o pensamento de George Herbert Mead (1993), fielmente transmitido por Herbert Blumer (1982). Essa estimulante perspectiva constitui a compreensão do policial militar em seu meio social, entendendo-o como membro efetivo de seu grupo, dentro do qual está sujeito a uma contínua interpretação de significados. Os participantes do estudo em referência são policiais militares, desde a formação até o momento de aplicar os conhecimentos recebidos em suas ações operacionais nos espaços públicos da sociedade. As categorias teóricas resultantes do estudo – formação, abordagem, algemar e percepção policial militar –, através da análise, enquanto técnica de análise de conteúdo, coexistem como processo de interação e que, no encontro com o indivíduo negro como alvo de suspeição, se manifesta com maior ênfase nessas ações, produzindo significantes que dão sentido à realidade nas abordagens, no contexto das relações raciais, sob a lógica de práticas equânimes. No entanto, nas práticas operacionais de policiais militares, na interação com o indivíduo negro, há ações revestidas de racismo que configuram como interpretação e significados diante das abordagens no contexto das relações raciais. As considerações finais configuram que as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais são interpretadas com características mais laborais do que sociais, enfatizando que o vínculo social está relacionado ao grau de pertencimento do grupo social ao qual o policial pertence, imprimindo, nessas abordagens operacionais, atitudes culturais de socialização institucional, com significados de ações pautadas nas fontes da instituição de como agir em relação ao indivíduo negro, ofertando evidências da ativação de atos de racismo nas impressões sobre esse indivíduo “estrangeiro”. E, onde se avalia o significado dessas interações com a população negra, nesse caso, o racismo se torna o *status* principal que afeta a maneira da interação com a comunidade negra definindo um encontro com esse indivíduo negro, que opera como um tipo de “pele social” transmitindo sobre seus caracteres o preconceito e a discriminação.

Palavras-chave: segurança pública; polícia militar; práticas operacionais policiais militares; preconceito racial; violência policial.

ABSTRACT

This thesis analyses the subjective and intersubjective meanings and the significant symbols that military police officers attribute to their operational approach activities in racial relations. It aims to understand and analyze the reality of the practices these professionals build in the face of their actions with black individuals. The theoretical-methodological design used was qualitative research from the perspective of George Herbert Mead's (1933) symbolic interactionism transmitted by Herbert Blumer (1982). This stimulating perspective constitutes the military officers' comprehension of their social environment. It also understands them as a group member where he is subject to a continual interpretation of meanings. The study participants are military police officers from their training to the moment they apply the knowledge they receive in their operational actions in the public spaces of society. The theoretical categories resulting from the study – training, approach, handcuffing, and military police perception – through analysis as a content analysis technique coexist as a process of interaction. Such process manifests itself with greater emphasis in these actions in the encounter with the black individual as a target of suspicion, producing signifiers that give meaning to the reality of approaches in the context of race relations under the logic of equitable practices. However, the military police officers' operational practices in their interaction with the black individual have shown racist actions. And these practices constitute interpretations and meanings in the face of approaches in the context of race relations. Regarding the final considerations, we interpret the operational practices of military police officers in the context of race relations as more professional than social characteristics. Such interpretation emphasizes the social bond that is related to the degree of belonging to which the officer belongs, prints cultural attitudes of institutional socialization in these operational approaches, with meanings of actions based on the institution's sources of how to act about the black individual, and offers evidence of the activation of acts of racism in the impressions of this "foreign" individual. Racism becomes the *primary status* that affects the way we interact with the black community, where we assess the significance of these interactions with the black population. It also defines an encounter with this black individual and operates as a kind of "social skin" transmitting prejudice and discrimination onto their characters.

Key-words: public security; military police; military police operational practices; racial prejudice; police violence.

RESUMEN

La presente tesis analiza los significados subjetivos e intersubjetivos, así como los símbolos significantes que los policías militares, en sus prácticas operacionales, en el contexto de las relaciones raciales, atribuyen a esas actividades de abordaje operacional, cuya finalidad es comprender y analizar la realidad de esas prácticas que estos profesionales construyen, frente a las acciones, junto al individuo negro. El diseño teórico y metodológico utilizado fue la investigación cualitativa bajo la óptica del interaccionismo simbólico que lo caracteriza con el pensamiento de George Herbert Mead (1993), fielmente transmitido por Herbert Blumer (1982). Esa estimulante perspectiva constituye la comprensión del policial militar en su medio social, entendiéndolo como miembro efectivo de su grupo, dentro del cual está sujeto a una continua interpretación de significados. Los participantes del estudio en referencia son policiales militares, desde la formación hasta el momento de aplicar los conocimientos recibidos en sus acciones operacionales en los espacios públicos de la sociedad. Las categorías teóricas resultantes del estudio – formación, abordaje, detención y percepción del policial militar – a través del análisis, en tanto técnica de análisis de contenido, coexisten como proceso de interacción y que en el encuentro con el individuo negro como objeto de sospecha, se manifiesta con mayor énfasis en las acciones, produciendo significantes que dan sentido a la realidad en los abordajes, en el contexto de las relaciones raciales, bajo la lógica de prácticas ecuánimes. No obstante, en las prácticas operacionales de los policiales militares, en la interacción con el individuo negro, hay acciones revestidas de racismo que configuran como interpretación y significados frente a los abordajes en el contexto de relaciones raciales. Las consideraciones finales configuran que las prácticas operacionales de policiales militares en el contexto de relaciones raciales son interpretadas con características más laborales de lo que sociales, enfatizando que el vínculo social está relacionado al grado de pertenencia del grupo social al cual el policial forma parte, imprimiendo, en esos abordajes, actitudes culturales de socialización institucional, con significados de acciones pautadas en las fuentes de institución de como actuar en relación al individuo negro, ofertando evidencias de activación de actos de racismo en las impresiones sobre ese individuo ‘extranjero’. Y, donde se evalúa el significado de esas interacciones con la población negra, en ese caso, el racismo se torna el estatus principal que afecta la manera de la interacción con la comunidad negra definiendo un encuentro con ese individuo negro, que opera como un tipo de ‘piel social’ transmitida sobre sus características el prejuicio y la discriminación.

Palabras clave: seguridad pública; policía militar; practicas operacionales policiales militares; prejuicio racial; violencia policial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras.....	215
-----------------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos temas por categorias.....	39
Quadro 2 - Matriz Curricular – 31º CFSD/2019	106
Quadro 3 - Etapas do curso	107
Quadro 4 - Sistema de codificação de significados.....	211
Quadro 5 - Conceitualização dos códigos da coleta de dados.....	216
Quadro 6 - Formulação das categorias	216
Quadro 7 - Agrupamento das unidades de análise em categorias e subcategorias.....	218
Quadro 8 - Atribuição do nome à categoria teórica de acordo com o significado intersubjetivo	219
Quadro 9 - Organização das unidades de análises definidas como símbolos significantes ...	221
Quadro 10 - Número de pessoas envolvidas nas diversas ocorrências policiais	228

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 POLÍCIA MILITAR, PRÁTICAS OPERACIONAIS, RELAÇÕES RACIAIS.....	20
2.1 Questões da tese	20
2.1.1 Formulação do problema.....	20
2.1.2 Objetivo geral.....	26
2.1.2.1 Objetivos específicos.....	27
2.1.3 Hipótese	27
2.1.4 Justificativa	27
2.2 Estudos brasileiros das abordagens policiais militares no contexto das relações raciais.....	30
2.2.1 Procedimentos metodológicos – estado da arte.....	31
2.2.2 A caminhada acadêmica dos policiais militares.....	34
2.2.3 Polícia militar, relações raciais e racismo	36
3 O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E O OLHAR DAS RELAÇÕES RACIAIS	44
3.1 Marco teórico	44
3.2 As perspectivas teóricas nas Ciências Sociais	45
3.3 Seleção da perspectiva teórica da pesquisa	50
3.4 Posturas teóricas do interacionismo simbólico	52
3.5 Desenho teórico do interacionismo simbólico	56
3.5.1 O <i>self</i>	56
3.5.2 O ato	59
3.5.3 A interação social	61
3.5.4 Os objetos	63
3.5.5 A ação conjunta	64
3.6 O conceito de significado no interacionismo simbólico.....	65
3.7 O significado intersubjetivo.....	67
3.8 O símbolo significante	68
3.9 Os conceitos sensibilizadores	70
4 A ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR.....	71
4.1 História e natureza da polícia militar	71
4.2 O Brasil e a polícia militar	76
4.3 Polícia militar em Mato Grosso.....	82

4.4 Preto/pardo: uma questão peculiar nas polícias militares do Brasil	91
4.5 Estrutura da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso	94
4.6 O ensino militar no Brasil	96
4.6.1 A formação policial militar no Estado de Mato Grosso	99
4.6.2 O processo de formação policial militar	102
4.6.3 A estética policial militar como instrumento pedagógico	110
4.6.4 Cultura policial militar: processo de socialização	115
4.6.5 As abordagens policiais militares no contexto das relações raciais na cidade	123
5 UM BALANÇO DAS INTERPRETAÇÕES DO RACISMO BRASILEIRO	132
5.1 O desafio da cidadania nas abordagens policiais militares, no contexto das relações raciais, à luz do conflito simmeliano	132
5.2 Alguns antecedentes sobre o racismo na busca de compreensão	140
5.3 Processo histórico do racismo no Brasil	145
5.3.1 Uma interpretação do racismo brasileiro	150
5.3.2 O racismo e a teoria denominada “onda teórica”	158
5.3.3 O negro brasileiro, uma outra perspectiva.....	170
5.3.4 Uma outra particularidade conceitual no racismo brasileiro	173
5.3.5 Outra alternativa ao negro brasileiro com o “novo racismo”	178
6 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	185
6.1 A cidade de Cuiabá como “caderno de campo”	185
6.2 Caracterização no complemento de coleta de dados	195
6.2.1 Procedimentos na coleta dos dados	197
6.2.2 Análise de dados baseada na técnica análise de conteúdo.....	204
6.2.3 Sistematização, análise e interpretação dos dados.....	210
6.2.3.1 <i>Sistema de codificação de significados</i>	<i>211</i>
6.2.3.2 <i>Análise de unidades codificadas e construção gráfica de categorias teóricas.....</i>	<i>212</i>
6.2.3.3 <i>Interpretação qualitativa das categorias teóricas.....</i>	<i>221</i>
6.2.4 Discussão dos resultados	223
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS	239

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Berger e Luckmann (2012), a sociedade é uma construção social que as instituições apresentam ao indivíduo como objetiva. A socialização se efetua por meio da interação social e da construção de significados com os outros indivíduos, nas instituições sociais, tais como polícia militar, família, escola, igreja, entre outras. Portanto, a socialização é um processo em que os indivíduos aprendem e interiorizam as normas e os valores de uma determinada cultura específica com a finalidade de construir um espaço social.

Por assim dizer, a formação policial militar, que é em nível superior, possui uma logística apropriada para esses operadores de segurança pública militar aplicarem seus conhecimentos, enquanto práticas operacionais, nas interações com a sociedade, para servir e proteger. Esse desenho é defendido por Bauman (2007b) que se refere à formação acadêmica, na configuração de ensino superior, como instituição que não deixa dúvidas quanto a sua capacidade de socialização e normalização do indivíduo e que, por outro lado, acompanha as mudanças e se adapta às necessidades contemporâneas no contexto social para alcançar seus melhores objetivos profissionais.

Ainda assim, percebe-se uma espécie de “enfraquecimento” das normas codificadas e vigentes na atualidade, e, ainda, o “esquecimento” de julgamentos de normalidade na aplicação das práticas operacionais de policiais militares na interação com a população negra. Fica a impressão de um “racismo institucional” que vem corroer a legitimidade dos processos de socialização e a normalização cidadã, mesmo com a intenção de uma formação policial militar no Estado Democrático de Direito. Esses laços sociais, que os policiais militares construíram, foram complementados por uma espécie de “comportamento tradicional” por meio das interações com os colegas mais antigos, isto é, aqueles que já estavam policiais militares há mais tempo como profissionais militares, cuja demonstração prática era a de assumir sua “alma guerreira”.

Dessa forma, a legitimidade social fica “subordinada” mais ao interesse operacional, do que pelo social. A formação policial militar não está isenta de consequências que a hegemonia operacional mantém; e, esse cenário, provavelmente contribui na perda de legitimidade face à complexidade das relações raciais diante das práticas operacionais. Por outro lado, Bauman (2007a, p. 59-60), assevera que Freud enfrentou essa espécie de quebra-cabeça “emocional” injustificado e sugeriu que a solução devia ser procurada no firme desafio da psique humana à pura “lógica dos fatos”. O sofrimento humano “[...] provém do poder superior da natureza, da fragilidade de nossos corpos e da inadequação dos regulamentos que

ajustam as relações dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”. Esse “medo emocional” proporciona um cenário, paradoxalmente, pois, na sociedade, há indivíduos negros, brancos, amarelos e outros, onde a “lei e a ordem” devem ter o tratamento equitativo para todos. O autor em epígrafe, assegura que, para sobreviver na sociedade contemporânea, o policial militar deve passar de um mundo sólido para um mundo líquido, recheado por todo tipo de incertezas, isto é, sair da perspectiva rígida da formação, das abordagens e das interações sociais tradicionais, para fazer uso da agilidade das transformações sociais na contemporaneidade e para promover a integração justa entre os grupos de policiais militares e da população negra.

A atual pesquisa considera que os fenômenos das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, estão presentes na formação e no desenvolvimento operacional urbano, sob o nome de policiamento preventivo/repressivo. Dessa forma, as mudanças históricas do “corpo guerreiro”, que se desdobra em uma carga simbólica, que confere estabilidade ontológica ao policial militar e que depende do mito, do ritual e, também, do controle social para se tornar uma nova configuração imaginária do guerreiro, onde suas expressões são vivenciadas no cenário das práticas operacionais como imagens que argumentam, nos movimentos “operacionais”, a redescoberta do seu potencial simbólico, cujo desenho também se manifesta na violência e no medo.

O trabalho policial militar, no Brasil, começou desde a colonização e sua institucionalização a partir do século XIX e, em Mato Grosso, especificamente em 1835, quando o objetivo fundamental era assegurar a tranquilidade, afastando os infratores da lei e capturar negros fugitivos de seus engenhos. Dessa forma, prosseguiu em sua caminhada e participação direta na “luta contra o crime” nos vários locais do país. Desde então, os policiais militares foram preparados, formados e adaptados como agentes de segurança pública para manter e incentivar as comunidades a melhorar seu próprio desenvolvimento. Esses conceitos de polícia militar foram integrados à sociedade como programa de segurança pública para controlar o crime, no sentido de proporcionar a paz e a tranquilidade a todos os cidadãos, através de suas operações preventivas e repressivas.

Essa integração social, das práticas operacionais de policiais militares sob o nome de policiamento ostensivo, ainda não possibilitou uma concepção plena de cidadania que seja aceita pela sociedade. Os critérios de abordagens policiais apresentam lacunas que resultam em ambiguidades nas práticas operacionais junto à população negra, pois ainda se percebe deficiência nessas práticas policiais, por conta de confusões adotadas por policiais militares na interpretação das leis e, por consequência, em abordagens estereotipadas sob o nome de

legitimidade normativa, tal como, práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais baseadas em concepções arbitrárias.

O policiamento ostensivo e as práticas operacionais de policiais militares são atividades profissionais conceitualmente diferentes; o policiamento ostensivo é o policial militar isolado ou em grupo que pode ser reconhecido de relance pelo fardamento, armamento e viaturas; práticas operacionais tratam-se da aproximação para verificação, conforme Pinc (2006), que chama de abordagem e define como: é um encontro entre a polícia e o público, cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com quem interage, podendo estar relacionada ao crime ou não. É importante estabelecer essa diferença entre o policiamento e as práticas operacionais, até porque essas práticas abordam o desenvolvimento profissional dos operadores de segurança pública em suas interações com a sociedade e, neste caso, a interação dessas práticas no contexto das relações raciais.

Nesse sentido, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais atuam conforme seu aprendizado institucional e em “academia dos mais antigos”, isto é, essas práticas estão relacionadas às questões “guerreiras”, inseridas no contexto laboral do policial militar, que resultam em uma contradição social na circunstância das relações raciais. Por outro lado, o pensamento de George Herbert Mead (1993) afirma que a sociedade não é apenas o meio pelo qual a personalidade se desenvolve, como também é sua fonte e sua origem. Dessa forma, esse pensamento sugere que a contradição social percebida em um “desvio de pensamento” pode causar estereótipos nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

Nessa perspectiva, pode-se encontrar policiais militares que travam batalhas pessoais e que podem manter uma prática e um discurso que poderia estar indo em desencontro ao aprendizado institucional –, por conta da hierarquia, o militar em formação acata as sugestões dos policiais mais experientes – essa é a ideia “aprendendo com o mais antigo”, acolhendo a prática operacional contra o racismo. Nesse cenário, a prática operacional de policiais militares, no contexto das relações raciais, pode ser entendida e praticada pela forma da vida cidadã, pela importância dessa prática em uma perspectiva de melhora na segurança pública, na vida social e modificar atitudes operacionais nas cidades, através de microperspectivas e técnicas profissionais que se desenvolvem esteticamente com uma contribuição pragmática.

O pragmatismo e o interacionismo simbólico fornecem uma base filosófica e teórica que pode sustentar uma prática operacional de policiais militares no contexto das relações raciais, mas, se tomar como base uma síntese fundamental dessas práticas policiais, na

perspectiva da etiologia pessoal, individual e social, levando-se em conta os conceitos do “eu” ou “mim” entre a mente individual e a sociedade, pode-se encontrar, nessas influências teóricas, o que constitui o interacionismo simbólico como principal consequência dessas reconfigurações operacionais.

O interesse pela temática responde à dedicação de décadas na complexa profissão de policial militar em suas variadas operações nesses cenários, procurando aprimorar em cada momento a equidade e a cidadania nas ações policiais, obviamente, nem sempre conseguindo o almejado. Mas, a vida acadêmica proporcionou a possibilidade de reconfigurar o posicionamento policial militar no contexto racial, no sentido de analisar o fenômeno do racismo diante das práticas operacionais de policiais militares, com o intuito de auxiliar, nas interações com a sociedade, na tentativa de organizar o grupo policial militar, a fim de compreender as interpretações e os significados dessas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, visando possibilidades de vislumbrar níveis gratificantes e dignificantes, enquanto operador de segurança pública militar.

Esse conjunto de atividades operacionais de policiais militares, que realizam o policiamento preventivo/repressivo, institucionalmente, estabelecido para beneficiar a sociedade, o Estado e a comunidade urbana, institui-se como requisito de segurança pública em seu labor profissional como ferramenta de tranquilidade social. No entanto, o policiamento fardado, no contexto das relações raciais, também possui uma perspectiva de formar uma consciência social no policial militar em suas operações. Desta forma, *a presente investigação propõe compreender e analisar a realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, a partir dos significados que esses profissionais atribuem em decorrência de sua interação com a população negra.*

É importante destacar que nos procedimentos de coleta de dados da pesquisa em questão (observação participante, entrevista semiestruturada e documental, tiveram como campo de coleta o interior da Corporação Policial Militar); ocorreram algumas alterações na programação, a autorização solicitada à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso se concretizou em 2019/2, entretanto, por conta da pandemia da Covid-19, não foi concedida a autorização da referida coleta, até o ano de 2021, mesmo estando em contato permanente. Em 2022, foi necessário recorrer a um novo processo de autorização, cuja concessão aconteceu em outubro de 2022, ocasionando um atraso significativo nos procedimentos de coleta empíricos.

Mesmo assim, e, conforme essa perspectiva, no Capítulo 2, o problema que é identificado nas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, é

formulado da seguinte maneira: primeiro, a noção do problema é traçada por meio de uma linha argumentativa que integra as ideias do pesquisador sobre as práticas operacionais de policiais militares; segundo, a área do problema é delimitada pela identificação provisória do fenômeno de estudo de formulação das questões da pesquisa; terceiro, são levantados os objetivos, pressupostos e justificativas, de acordo com o papel do policiamento ostensivo nos processos de práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais; e, por fim, o pano de fundo do problema é desenvolvido a partir da revisão do estado da arte.

No Capítulo 3, a perspectiva teórica é selecionada para estudar cientificamente o fenômeno de interesse da pesquisa. Nesse sentido, o interacionismo simbólico é considerado a corrente de pensamento mais consistente para realizar a abordagem teórica do presente estudo. O esquema teórico desenvolvido pelo pensamento de Herbert Blumer (1982), pelos fundamentos psicossociais propostos por George Herbert Mead (2021), com uma base teórica voltada para a interpretação dos resultados e à construção de princípios teóricos com o interacionismo simbólico, não esquecendo dos conceitos sensibilizadores que foram construídos com o objetivo de orientar a pesquisa em questão.

No Capítulo 4, estão presentes, tanto no que se refere ao seu papel em relação às estruturas do Estado, quanto no que tange à própria estruturação interna e às dinâmicas e interações da força policial militar e de seus integrantes. A história da polícia militar em seus vários movimentos de avanço social, econômico e profissional, a formação de seus integrantes e a peculiaridade de pessoas negras na composição de uma força pública em sua relação com pessoas na condição de escravizadas a um longo período de sua existência. No período da promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), se mantém e confirma-se a tendência da estrutura militar enquanto força reserva auxiliar do Exército, além de manter articulação de debates sobre como conciliar a “ordem policial militar” no ambiente da cidade contemporânea pela inauguração de uma ordem democrática e a necessidade de interação com a população negra no campo de uma segurança pública cidadã.

No Capítulo 5, a análise é sobre as abordagens operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais à luz do conflito simmeliano e, ainda, levando em conta o debate sobre a democracia racial no pensamento social brasileiro. Vários estudos raciais tentam compreender o tema, sejam eles interdependentes ou de divergentes interpretações nos moldes das teorias sociais, no que se refere às relações raciais nas disputas de direitos entre negros e brancos no Brasil, no sentido de definir os critérios que se consideram mecanismos definidores de desigualdades raciais. O capítulo está fundamentado nas diversas correntes que pensaram o racismo no entendimento das desigualdades raciais. Essas dimensões são

importantes, considerando, dentro deste estudo, que essas variadas teorias estão contextualizadas em um arcabouço político, social, cultural e policial que ultrapassam qualquer fixidez conceitual. Nessas várias abordagens destacam-se alguns de seus respectivos representantes, como: Donald Pierson (1945), Carlos Hasenbalg (2005), Carlos Gadea (2013a; 2013b), dentre outros.

No Capítulo 6, aparece o enquadramento metodológico. Neste capítulo, inicialmente no “caderno de Campo” é apontada a cidade de Cuiabá-MT, com as anotações das técnicas de coleta de dados e, adiante, são desenvolvidos os critérios teórico-metodológicos relativos ao interacionismo simbólico que conferem rigor científico e consistência epistemológica à pesquisa. Assim, na abordagem teórico-metodológica, define-se primeiro o desenho do método de investigação e, posteriormente, o seu desenvolvimento metodológico. O desenho do método apresenta os sujeitos do estudo, a estratégia de amostragem, a técnica de coleta de dados, o possível procedimento de sistematização e análise, a reflexão sobre os critérios de confiabilidade e validade, bem como as considerações éticas. O desenvolvimento metodológico detalha os procedimentos de seleção e o acesso ao campo de trabalho, os cenários de estudo, a conformação da amostra teórica, assim como o processo final de sistematização e análise, que se apresenta como uma alternativa metodológica de natureza qualitativa, produto da presente investigação.

Os significados intersubjetivos – que são compartilhamentos, entre policiais militares, como produto de constantes interações entre os indivíduos, em suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, são articulados e seus significantes são encontrados no que cada pessoa pensa sobre algo. Então, esses significados intersubjetivos, dos policiais militares em suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, são articulados e seus significantes definidos por meio de um processo interpretativo. Os resultados são especificados em 4 (quatro) categorias definidas como: “formação”, “abordagem”, “atitude” e “percepção policial”. Cada categoria é desenvolvida em uma subcategoria que descreve a realidade das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, a partir dos significados que os policiais militares atribuem à questão da interação com a população negra.

As Considerações Finais apresentam achados inesperados sobre às práticas operacionais no contexto das relações raciais, isto é, não há debates sobre relações raciais – modelo para comparar, contrastar e entender a construção social de “raças” e nem sobre racismo – na perspectiva de esconder antes de revelar, negar mais que afirmar, a existência de “raças”. Estes são produtos de reflexão contínua e profunda do pesquisador sobre os significados intersubjetivos acerca das ações policiais militares. Assim, definem como

alinham as práticas operacionais em uma sociedade ainda com manifestas movimentações raciais, onde há necessidade de modos de individuação que ocorrerão a partir de uma dinâmica estética, nas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, voltadas às qualidades de uma segurança cidadã.

2 POLÍCIA MILITAR, PRÁTICAS OPERACIONAIS, RELAÇÕES RACIAIS

2.1 Questões da tese

2.1.1 Formulação do problema

A formulação do problema é o espaço onde o pesquisador inicialmente expõem a noção que tem do fenômeno de estudo. Uma vez definida a noção do problema, ao pesquisador é dada a tarefa de revisar os antecedentes existentes com a finalidade de contrastar sua ideia inicial. Finalmente, este deve delimitar o tema de interesse em uma área problema com o fim de identificar o objeto de estudo que seja investigável. “Uma boa investigação só pode ser realizada se atribuirmos uma prioridade ao objeto e se encararmos os recursos teóricos como aquilo que são: meros instrumentos, ainda que indispensáveis, para tornarem inteligível a realidade, mas instrumentos em primeiro lugar” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 50).

Um dos fatos que marcaram a escolha do tema da referida tese foi o estudo da abordagem policial militar no contexto das relações raciais abordada na dissertação *Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações etnicorraciais: desafios para a formação do policial militar*, defendida em 2015. O objetivo foi de analisar a prática das abordagens operacionais da polícia militar quanto ao tratamento dispensado aos sujeitos negros durante as operações realizadas. A pesquisa realizada teve como foco entender como a raça atravessava as relações sociais, nas abordagens operacionais de policiais militares, junto à população negra. Portanto, objetivou-se aprofundamento nessa temática para compreender o significado do preconceito praticado por policiais militares durante as práticas operacionais desses profissionais.

Ainda, por experiência de vários anos dedicados à sociedade como policial militar e com algumas observações realizadas, inclusive, sob a ótica de pesquisador, sobre as práticas operacionais de policiais militares, reconhece que alguns desses profissionais se destacaram na suspeição e na abordagem ao sujeito negro (QUEIRÓZ, J. 2015, p. 158), como ficou evidenciado nas respostas dos policiais militares de Mato Grosso em relação à suspeição e a abordagem de sujeitos negros: “*sim, nós carregamos um estigma de que a cor influencia no caráter; sim, a cor influencia; moreno, magro, orelhudo*”. Para esses profissionais as abordagens policiais militares, paradoxalmente, naquele momento, representaram uma

oportunidade de demonstrar sua capacidade laboral e de apresentarem uma excelência nas operações.

Essa problemática que interioriza o serviço policial militar em suas práticas de abordagens junto à população negra pode ser trabalhada de distintos ângulos. A presente pesquisa se posiciona ao estudo da realidade das práticas operacionais de policiais militares, a partir dos significados que os policiais atribuem como resultado da interação social, desenvolvida no contexto das relações raciais, que é o campo de atuação. A realidade policial militar concernente à prática operacional possui uma característica de ser pré-existente já que, no aspecto sócio laboral se sustenta pela “presença” da estrutura militarizada.

Por conta dos argumentos citados acima, no primeiro momento são definidas a noção que o pesquisador tem sobre o problema e a posição que ele tem sobre o fenômeno de estudo. No segundo momento, o pano de fundo do problema foi desenvolvido a partir do conhecimento acumulado. E, nessa perspectiva, destacam-se as contradições, lacunas e ambiguidades encontradas no estado da arte. Enfim, o tema de pesquisa e suas implicações conceituais foram delimitados em uma área-problema até que as questões de pesquisa que nortearam a presente investigação fossem especificadas. Nessa elaboração foram levantados os objetivos, pressupostos e argumentos que acabam por justificar a relevância e a pertinência desta pesquisa social.

Os problemas envolvidos nas práticas operacionais de policiais militares podem ser analisados de diferentes ângulos. A presente pesquisa está direcionada ao estudo da realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, a partir dos significados que esses profissionais lhe atribuem como resultado da interação, com a população negra, desenvolvida no contexto social dessas ações. A realidade das práticas operacionais, de policiais militares, tem uma característica peculiar, uma vez que é construída em um ambiente de formação e de execução desses conteúdos, isto é, a realidade das práticas operacionais tem seus espaços de construção social na área de caserna e na operacionalização enquanto práticas de abordagens e, apesar dessas características, os policiais militares têm possibilidades de enriquecer suas ações em seu cotidiano profissional.

A noção do problema está localizada nos diagnósticos de estudos analisados, que enfatizam arbitrariedades nas práticas operacionais de policiais militares junto à população negra. Nesse sentido, o diagnóstico demonstrado pelo *Atlas da Violência* (2019) e pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2019) afirmam que: a cada 100 (cem) pessoas assassinadas, 75 (setenta e cinco) são negras e que, das pessoas mortas em intervenções policiais, 75,4% (setenta e cinco vírgula quatro) por cento são majoritariamente negras –.

Além disso, pesquisas constataram que as abordagens policiais militares foram marcadas pelo preconceito racial e se encontram em uma categoria de abordagens policiais delimitadas pela cor da pele, conforme argumentam Ribeiro (2009), Queiróz, J. (2015), Alves (2017), Matos (2019) e Rocha (2019). E, de acordo com Barros (2006), Schlittler (2016), Sobral Neto (2017) e Poderoso (2018), os indivíduos negros foram vislumbrados como indicadores de serem criminosos em potencial.

Os estudos analisados contribuem para olhar com outro viés às práticas de abordagens e dos saberes racializados que orientam esses “encontros” no cotidiano, assim como, das concepções e saberes que organizam o policiamento ostensivo realizado pelas polícias militares. Dessa forma, a análise foi a ferramenta de evidências, de concepções e de desenhos mais usuais de práticas policiais militares no cotidiano das operações. Nos trabalhos selecionados, resultam um apontamento na diferença do tratamento e do uso da força sobre a população negra em relação aos não negros. As diferenças estão evidenciadas, sobretudo, nas racializações de suspeição e de criminosos em potenciais.

A racialização do suspeito, as noções de suspeição, ameaça, perigo e medo estão associadas nas pesquisas analisadas e são características procuradas pelos policiais militares nas atividades de abordagens operacionais. Além disso, vestimenta, corte de cabelo, uso de boné são as informações reiteradas nos estudos selecionados, mas, a ênfase nas práticas operacionais de policiais militares tem o olhar sobre o corpo e a corporalidade que são os principais indícios de suspeição na atividade de práticas operacionais.

A revisão desses diagnósticos mostra que há uma necessidade de mais debates e mais pesquisas por parte da sociedade brasileira sobre a temática. Essa realidade pode ser considerada como um reflexo de legitimação que justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos (BERGER; LUCKMANN, 2012). Esses resultados, das práticas operacionais da polícia militar, precisam de uma ilustração de deslocamento para experimentar uma transição, de uma teoria que afirme a melhor maneira de promover o bem-estar humano que consiste em não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades do indivíduo.

Nas práticas operacionais de policiais militares, em suas várias dimensões, faz-se necessário aliar conhecimento técnico e científico ao entendimento do objeto ao seu redor, isto é, o ser humano. O interacionismo simbólico é uma abordagem que permite ao policial militar compreender o outro, considerando os significados que esse outro atribui às suas experiências, e que leva à adoção de metodologias importantes na interação do ser humano, possibilitando a compreensão de experiências vividas pelos indivíduos nas ações. A utilização

deste referencial poderá abrir novos caminhos para o conhecimento e para as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, uma vez que a referida abordagem permite a descoberta de novas perspectivas dessas ações operacionais.

Por conta disso, o interesse do estudo se situa nas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, a partir dos significados que os policiais lhes atribuem. A presente investigação considerará que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, devem construir-se como uma estratégia que elabore uma transformação no policial militar, que enriqueça sua experiência e desperte sua consciência operacional e social e o impulse para as possibilidades ontológicas do policial militar.

Os indivíduos vivem e compartilham seu mundo, que, por sua vez, é um mundo material e simbólico. O mundo material só existe enquanto tem um sentido para alguém, até porque, a sua existência material só pode ser entendida simbolicamente. Mas, o sentido ou o valor simbólico desse mundo pode variar pouco ou muito de indivíduo a indivíduo. Porém, quando duas ou mais pessoas entendem o mundo material igualmente, então, pode-se dizer que ele tem o mesmo sentido simbólico. Portanto, nesse sentido comum é um mundo intersubjetivo, compartilhado no contínuo descobrimento das significações e ressignificações nas interações vivenciadas pelos indivíduos.

O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam dentro deste universo (BERGER; LUCKMANN, 2012). Esse universo é evidentemente construído por meio de objetivações sociais. Porém, sua capacidade de atribuição de significações excede o domínio da vida social, de tal forma que o indivíduo possa localizar-se nele, mesmo em suas mais solitárias experiências. Pode-se dizer que o universo simbólico possui algumas dimensões fundamentais da interação social. Assim, a significação é um processo de simbolização, diante do qual os indivíduos são dotados intersubjetivamente de significados à realidade. Os significados são produtos de muitas interações sociais em que os policiais militares se sustentam e, provavelmente, por isso, adquirem o potencial de convencer ou ser convencido pelos significados que produzem e reproduzem, sobre a realidade de suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais.

A presente investigação considera que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, podem ser construídas com uma abordagem social interpretativa, visto que outras abordagens metodológicas rotulam o policial militar como

arbitrário, preconceituoso e violento. Assim, esse conceito leva a uma tendência de adição dessa perspectiva, excluindo a contribuição social. Embora as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não sejam reconhecidas institucionalmente como um serviço social, a abordagem interpretativa possibilita uma nova práxis. Nesse sentido, o interacionismo simbólico aumenta as possibilidades de contribuir, deste profissional, ao vivenciar o compromisso com o bem-estar social.

Dessa forma, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, têm potencial para se tornar uma das formas cidadãs para sair do egocentrismo, característica de um grupo institucional fechado ou se manter como uma das formas de reafirmação ou de continuar reproduzindo. Na sociedade contemporânea, as mazelas e deformações humanas têm suas raízes na falta de espírito de serviço ao próximo. Mead (1993), assegura que se queremos ser nós mesmos, devemos ser um com os outros, de modo que, ao dispor a vontade a serviço do outro, antes de si mesmo, a pessoa se conforma à sociedade.

As práticas operacionais de policiais militares têm potencial para se tornarem agentes de transformação da sociedade, da cultura, das relações sociais e raciais, dos costumes, dentre outras coisas. Os policiais militares podem ser considerados espaços de consensos sociais, cuja missão é orientar e assegurar a liberdade de ir e vir no desenvolvimento contínuo da sociedade. Nesse sentido, a presente pesquisa encontra sua relevância na necessidade de compreender o significado que a realidade das práticas operacionais tem a oferecer para os indivíduos como fenômeno individual e social. A participação social do policial militar, no contexto das relações raciais, pode se tornar estímulo para novas concepções de práticas operacionais no ambiente de relações raciais. Para que se tenha êxito é necessário reconhecer que o pensamento da ideologia racial envia explicitamente e implicitamente mensagem desvalorizadora à população negra. Esse reflexo negativo, da ideologia racial, gera conflito, mas pode assumir uma perspectiva de convergência.

O conflito nas práticas operacionais, de policiais militares, no contexto das relações raciais, terá a contribuição em Simmel (1983), que significa a negação de que tudo se dirige para a unidade e, ao mesmo tempo, em que também contribui para ela. Nessa perspectiva, o conflito é visto como ação integradora. Simmel (1983, p. 132) define: “Embora por si mesmo o antagonismo não produza sociação, é um elemento sociológico quase nunca ausente dela” e, por assim dizer, certa discordância interna serviria para manter o grupo ligado, como também manteria as condições de sobrevivência do grupo.

A respeito do conflito, o autor abre nova possibilidade no campo do racismo, em particular para as teorias contemporâneas não clássicas. O conflito é algo favorável, é um modo de se conseguir algum tipo de unidade: uma necessidade da sociedade contemporânea. Ainda mais que, “[...] a sociedade para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (SIMMEL, 1983, p. 124).

Considerando que “[...] todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistas pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito” (SIMMEL, 1983, p. 123). O estudo sobre as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, procura sentidos e significados importantes para a compreensão de um fenômeno que, pela sua complexidade, busca por “diferentes” categorias de análise.

Com base nesse princípio, “[...] o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes” (SIMMEL, 1983, p. 123). Partindo do significado que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, é um fenômeno social e que pode ser construído na interação cotidiana, através do contato entre indivíduos e grupos sociais distintos. Nesse processo de interação, há uma importância fundamental para a manutenção ou transformação do espaço social no qual o racismo está ocorrendo.

Dessa forma, os policiais militares durante as práticas operacionais, no contexto das relações raciais, não reagem apenas à realidade objetiva colocada pelas instituições sociais, ou a qual à racionalidade deve responder a sua prática operacional, mas sim à produção ou reprodução dos sentidos que são interpretados durante os processos de interação social no quadro de uma intersubjetividade que se instaura e pode ser transformada pelo próprio policial militar.

Além disso, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, trata-se de uma perspectiva analítica e, sobre a própria realidade social que pode ser vital para o policial militar no momento da abordagem, implicando a presença do outro. Nesse sentido, a preocupação sobre os significados dos “símbolos” decorrentes da relação social, trata-se de uma perspectiva em que a “lógica situacional” (THOMAS, 2005) de qualquer relação ou interação adquire a dimensão exata (GADEA, 2013b; 2017).

Assim sendo, a partir da afirmação da definição de uma situação dada por um indivíduo ou grupo social, então se verá condicionada à realidade vivenciada por esse indivíduo ou grupo. Isso significa que se os indivíduos ou grupos sociais definem “[...] uma situação como real, essa situação é real em suas consequências” (THOMAS, 2005, p. 27). Não só os atos concretos são dependentes da situação, mas toda uma conduta de vida e a

personalidade do próprio indivíduo deriva, aos poucos, de uma série dessas definições. Uma situação pode ser caracterizada pelo enquadramento de tipos de conduta socialmente reconhecidos, no caso, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, essas atribuições funcionais ocorrem nesse processo interativo.

Nessa concepção, ressalta a construção dos papéis, levando-se em conta as atitudes e o desempenho em situações interativas. A situação é vista pelos policiais militares como estratégias de representação e condução de aparência, em que os indivíduos têm um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições de *status* enquanto policiais militares. Por assim dizer, os participantes em suas práticas operacionais denotam uma situação social compartilhada em uma mesma definição. Essa mesma definição de situação pode ser considerada um processo cognitivo e social, levando-se em conta enquanto processos construtivos de aspecto psicológico, filosófico e estratégico.

Portanto, *o objeto central deste estudo está pautado nas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, tendo o racismo como consequência dessas práticas.* Assim, essa questão, é considerada um fenômeno temporal, espacial e social que se manifesta como fato concreto constituído nos espaços formais e não formais que configuram um mundo intersubjetivo (CARRILLO, 2002).

Nessa configuração, a tese está presente em – o racismo existe e preexiste a nós, sendo que na interação social aparecerá o significado da crença do policial militar em suas práticas operacionais no contexto das relações raciais.

Assim, a pesquisa encaminha para responder as seguintes questões:

- a) Quais são os significados que o policial militar atribui em seus conceitos de sua realidade social, durante suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais?
- b) Percebe-se nessas operações elementos que denotem um racismo institucional, próprio da instituição a qual pertencem?
- c) As relações raciais estabelecidas nessas operações policiais representam um desafio ao futuro para uma adequada segurança pública com cidadania?

2.1.2 Objetivo geral

Compreender e analisar as relações raciais que se manifestam na interação propiciada na prática operacional de policiais militares e, em que medida, expressa o racismo existente

na própria instituição, sob a perspectiva dos significados que os próprios policiais militares atribuem às ações em cada prática operacional que se envolvem.

2.1.2.1 Objetivos específicos

- a) Discutir partindo de um marco de análise que vincule relações raciais e racismo com perspectivas teóricas do interacionismo simbólico.
- b) Analisar o que se compreende por “prática operacional”, dos policiais militares de Mato Grosso, com base em observação participante, análise documental e entrevista semiestruturada.
- c) Compreender características próprias da instituição policial militar com relação ao tratamento de temas como racismo e relações raciais.

2.1.3 Hipótese

A presente investigação considera que a realidade do policial militar é construída e reconstruída quando confrontada às situações sociais, cuja interação se dá com indivíduos negros, cuja prática aparece em diferentes atitudes racistas, complexificando as próprias relações raciais. É na própria interação social, materializada nas práticas policiais, onde se manifestam distintos componentes de caráter preconceituosos e racistas. Certamente, a própria instituição policial militar pode, historicamente, reproduzir práticas desse tipo, mas compreende-se que será na própria interação social, de cada policial militar, que se perceberá a complexa rede de sociabilidades que constroem eventuais componentes racistas e preconceituosos.

2.1.4 Justificativa

As práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, possuem, segundo Ramos e Musumeci (2005), uma dimensão recalcada da performance policial típica: a seleção do suspeito orientada, presumidamente, pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres e pelo racismo contra os negros. Ao mesmo tempo, possui um potencial de converter em uma estratégia chave para aproximar o policial militar da sociedade. Os objetivos das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, mencionam em seus discursos institucionais valores normativos e éticos

e, em consequência, se referem à conscientização social do policial militar; a troca social transformará a realidade através da participação mais ativa do policial militar em seu contexto social.

Devido a esse fato, sem dúvida, a prática operacional de policiais militares, no contexto das relações raciais, é um dos temas centrais das Ciências Sociais para analisar os vínculos que os policiais militares constroem entre a polícia militar e a sociedade. Entretanto, mais além do discurso, torna-se importante refletir sobre as possibilidades dessas práticas operacionais serem mais equitativas entre o sujeito negro e o sujeito não negro. Uma reflexão sólida, pois, desde a colonização do Brasil, as bandeiras exerceram a tarefa policial com estrutura militar na defesa dos grandes proprietários, visando destruir os redutos de escravizados negros foragidos, os quilombos (SODRÉ, 2010).

A instituição policial militar, do Estado de Mato Grosso, possui o potencial de transformar os seus agentes para reconstruírem a sociedade, a cultura, as relações sociais, as tradições, os costumes, entre outras coisas, até porque, segundo Bayley (2006), a competência exclusiva da polícia é o uso da força física, real ou por ameaça, para afetar o comportamento. A polícia se distingue, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la. Mesmo com essas peculiaridades, a polícia militar se considera um espaço onde se pode construir o consenso social ou a dissidência, cuja missão é orientar seus policiais militares a proteger e a servir de maneira contínua e desenvolver uma interação social com toda a diversidade da sociedade.

Essa interação com a sociedade pressupõe uma investigação acadêmica para a solução de problemas e as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, continuam com conflitos profundos na temática racial. E as referências raciais estão “gravadas no consciente e no inconsciente policial” pelos conteúdos e pelas formas de como se trata o assunto. Por exemplo, Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), em 1855, expõe a tese da superioridade natural da raça branca, ariana sobre todas as outras (GAHYVA, 2007).

Na criminologia, Cesare Lombroso (1835-1909) demonstrou a relação entre as características (negroides) físicas dos indivíduos, sua capacidade mental e atitudes morais, para criar a Antropologia Criminal e, nesse aspecto, enfatizou que o criminoso já nasce criminoso (LOMBROSO, 2007). Na política, João Batista de Lacerda (1846-1915) acreditava que o branqueamento seria “um fenômeno de depuração das raças” e previa um país cada vez mais branco (SCHWARCZ, 2017).

Vale destacar que essas interpretações, tanto de Joseph Arthur de Gobineau, como de Cesare Lombroso foram interpretadas à luz dos reflexos culturais de muitas populações do

planeta. Por conta disso, os europeus foram considerados “superiores”, “possuidores de almas”, “belos e inteligentes”, enquanto os traços africanos eram considerados “primitivos”, “feios” e “bestiais – “sem almas” conforme os “atestados da ciência” do século XVIII, atualmente considerados pseudociência.

O colonialismo e a escravidão foram os motores propulsores que elevaram essa categorização humana – superior e inferior para justificar as ações contra a população negra, inclusive buscando o apoio da ciência para manter as sustentações de discriminação das diferentes “raças humanas”. Assim, os postulados científicos, a partir dos anos de 1701, utilizaram medidas de crânios dos grupos populacionais conhecidos, desse modo, a craniologia foi usada para estudar as características morfológicas do crânio humano, normalmente com características biológicas do indivíduo negroide. Com isso, foi estabelecida uma hierarquia social e cultural entre os grupos humanos e, infelizmente, essa diferença de inferioridade em relação à população negra, ainda perdura no psiquismo de alguns componentes da polícia militar.

Mesmo com essas cicatrizes raciais, a prática operacional de policiais militares, no contexto das relações raciais, tem o potencial de transformar-se em uma estratégia singular para sair do egocentrismo, ainda uma característica do atual momento do século XXI. Essa estratégia poderá conferir-se como uma das vias para deixar essa reprodução operacional negativa. Na sociedade contemporânea, os males e as deformações humanas têm suas raízes na falta de espírito de serviço aos outros.

Mead (1993) assegura que se queremos ser conosco mesmos, devemos ser da mesma maneira com as demais pessoas, de tal maneira que se deve disponibilizar nossa vontade a favor do outro, antes de si mesmo, uma pessoa se conforma em sociedade. Portanto, é importante questionar-se sobre a realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, cujas reações operacionais dignificam ou não esses profissionais na função de servir e proteger, já que é necessário não só desenvolver ações sociais, como também compreendê-las.

Neste sentido, a presente investigação encontra sua justificativa na pertinência que necessita em compreender o significado que tem para os policiais militares na realidade das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, como fenômeno individual, institucional e social.

2.2 Estudos brasileiros das abordagens policiais militares no contexto das relações raciais

Nesta situação procuro compor um mapa da produção acadêmica brasileira sobre polícia militar, no contexto das relações raciais, destacando os tópicos temáticos no campo dos estudos policiais militares e contrastando estas produções com interpelações mais aprofundadas no campo dos estudos raciais em interação com a polícia militar. A discussão desta parte da presente pesquisa visa assinalar lacunas teóricas do debate sobre polícia militar e a população negra, tomando como base o debate da culpabilidade de policiais militares no impacto das suas práticas operacionais no contexto das relações raciais.

Nos processos de investigação existem várias etapas fundamentais a serem realizadas para qualquer problema ou tema de pesquisa; uma delas é o estado da arte ou marco referencial, cuja elaboração é uma etapa necessária para alcançar a formulação do problema ou tema do estudo. O estado da arte, como produto do que se dá no presente, responde a lógicas investigativas que antecederam o presente trabalho e que, através de distintas abordagens e metodologias, chegaram a considerações e respostas diferentes, com necessidades de consultar, convertendo-se, portanto, em uma obrigação científica de inspecionar os resultados acumulados. Esta pesquisa desenvolve uma discussão, ao menos em dois aspectos: o estado da arte como uma proposta de apropriação do conhecimento interpretativo e, também, como ponto de partida para estabelecer uma nova jornada que, como produto do que foi dado, busca oferecer novas e inéditas respostas que, a partir da presente investigação, geram possibilidades para um futuro amplo no cenário investigativo das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

O estado da arte, estabelece a necessidade de rever e consolidar os avanços investigativos feitos por outros pesquisadores, além de esclarecer rumos, contrapor afirmações encontradas e explorar novas perspectivas de caráter inédito, seja no que diz respeito aos objetos de estudo, suas formas de abordagem, percepções, paradigmas e metodologias alcançadas. O objeto de estudo, da presente pesquisa, está de braços dados com as Ciências Sociais, que desenvolveram um processo de apropriação da realidade que se materializou por meio da linguagem. Evidentemente que o homem, no desenvolvimento de sua vida cotidiana, acabou por problematizar, dissertar e estabelecer relações subjetivas e de apropriação diante da realidade social que o cerca, principalmente por meio de palavras e conceitos. A linguagem marca coordenadas, ordens e realidade subjetiva, realizando, assim, um processo anterior ao estabelecimento de qualquer tipo de observação ordenada (hipótese),

para trazer como consequência as teorias. Pode-se deduzir que a fonte do conhecimento social é a realidade como é, a experiência e o cotidiano e, sua forma de apropriação, se dá por meio dessa linguagem.

O desafio da análise sistemática é identificar as possíveis adequações para prevenir o estereótipo da interação entre polícia militar e a população negra, como também aquelas que demonstrarem a promoção e o desenvolvimento, segundo o grau de eficácia e efetividade nas práticas policiais militares, além de enfatizar nas propostas que indicarem algum êxito nas interações, como resultado prático entre polícia militar e indivíduo negro. Por outro lado, percebe-se que, nas interações entre policiais militares e a população negra, aplicam-se relações coercitivas recheadas de conflito e de violência, explodindo nas várias perspectivas dos estudos em questão. Contudo, ao lado desse conflito e dessa violência, nessas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não se percebem acordos e negociações que possibilitam um equilíbrio social e nem possibilidades de amenizar as tensões existentes.

2.2.1 Procedimentos metodológicos – estado da arte

A revisão sistêmica foi elaborada sobre uma série de bases de dados eletrônicas. Foram consultados artigos de revistas nacionais: *Revista Brasileira de Segurança Pública*, *Pensando a Segurança Pública*, *Dilema – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, *Revista TOMO* e *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*; catalogosdeteses.capes.gov.br; Repositório Digital da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RDBU/Unisinos); Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP); Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (SIBI/UFG) e Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB/UnB).

Nessas bases de dados foram encontrados temas sobre violência policial, criminalidade, segurança pública e a relação polícia e população negra com avanços cientificamente fundamentados. Alguns textos identificados revelaram outras fontes importantes que também foram consultadas, tais como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Violência da USP. Nas consultas foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: segurança pública, força pública, polícia, polícia militar, relações raciais,

polícia militar e racismo; e, neste último item, procurou-se filtrar na busca de textos que fizessem interface diretamente à pauta da tese em desenvolvimento.

No primeiro momento de busca, na plataforma da Capes, foram alcançadas 621 (seiscentos e vinte e uma) dissertações sobre polícia militar com 33 (trinta e três) delas no recorte de relações raciais e 109 (cento e nove) teses sobre o mesmo tema e com 7 (sete) delas no recorte racial. Após as seleções dos trabalhos nos Repositórios Institucionais, foi priorizado, no primeiro momento, as leituras dos resumos e, num segundo momento, foi elaborada uma leitura mais abrangente.

Esses dados produziram uma reflexão sobre os autores e autoras que trabalharam com as questões das polícias militares e as relações raciais e, percebe-se que, nessa comunidade de estudiosos e estudiosas, existem e que aplicaram com energia as abordagens e metodologias de pesquisa nas Ciências Sociais. Com isso, contribuíram e elevaram o objeto de pesquisa – a polícia militar, a um perfil que precisa de maiores estudos como sociólogos e sociólogas, obviamente por meio de orientação teórica, técnicas de pesquisa, análise e práxis em uma contribuição para a melhoria das práticas policiais militares junto à população negra.

Com essas considerações das análises, fica evidenciado que as contínuas arbitrariedades nas interações entre a polícia militar e a população negra ainda estão recheadas de tensões que a violência estrutural e a desigualdade racial produzem. No entanto, na análise em andamento, as pautas aparentemente distintas reportam-se a uma mesma temática, em outros casos, os temas se sobrepõem e, por isso, foi adotada a perspectiva indutiva de análise, categorizando de maneira proposital as questões a serem exploradas nesta sistematização. No campo das relações raciais e racismo, o desafio foi classificar a produção em categorias para a análise proposta. Entende-se que não é uma questão simplória, apesar dos problemas, das perspectivas e dos argumentos do racismo que parecem não ser uma descoberta.

Os trabalhos acadêmicos, verificados nesta compilação, foram ao encontro para alcançar as teorias que sustentam os mecanismos de coordenação na relação polícia militar e a população negra. Dos 41 (quarenta e um) textos referenciados, 3 (três) artigos e 2 (duas) teses fazem referência aos atos iniciais das produções sobre violência policial; 4 (quatro) artigos e 25 (vinte e cinco) teses e dissertações, argumentam sobre o preconceito e a discriminação pela polícia militar junto à população negra; 1 (um) livro realça conceitos sobre negritude, raça e africanidade e 5 (cinco) livros possibilitam uma apresentação de novas demarcações sobre marcos epistemológico/metodológicos que envolvem o debate sobre polícia militar/população negra. É importante ressaltar que essas publicações ampliam a importância das construções acadêmicas em artigos, revistas, teses e dissertações sobre a temática em questão.

Neste momento de crescente interesse acadêmico pelo tema polícia militar, foi possível verificar trabalhos que se aproximam da pauta proposta na pesquisa em andamento, o que foi determinante na captação de informações relevantes, que permitiram uma sistematização nas tendências de campo, a partir dos objetos captados sobre polícia militar no contexto das relações raciais e racismo. Porém, cabe salientar que nessas produções, a seu ciclo, percebe-se uma atenção retilínea que dificulta sistematizar e validar conhecimentos no sentido de estabilizar modelos de interpretação sobre o fenômeno estudado. Portanto, é preciso enfrentar o objeto para além dos clichês que minimizam a complexidade na suposta exterioridade dos responsáveis pelo desvio, na imoralidade do pessoal/profissional dos transgressores e na desqualificação dos atores profissionais, nas práticas policiais militares, no contexto das relações raciais.

Desse modo, percebe-se nos trabalhos abordagens institucionalizadas, do abuso do poder e de atos radicais, que consideram as práticas policiais militares, no contexto das relações raciais, como desvio estrutural e como crime contra o Estado. Assim, compreende-se que é preciso elaborações de novas pesquisas sobre o tema, visto que as produções estão, de certa forma, em um “desenho tradicional”, como define Silva (2018, p. 7): “[...] em sua forma mais simples, o desenho de pesquisa é sobre convencer uma audiência de pessoas céticas que decisões importantes que estão por trás das conclusões da pesquisa são as mais seguras possíveis”.

Por outro lado, se algum desenho caracterizou na análise dos trabalhos selecionados, pode-se dizer que há o surgimento de uma pluralidade de abordagens, que podem somar às perspectivas existentes. Essas correntes que, em linhas gerais, podem ser chamadas de correntes interpretativas que reconhecem o encontro com a sociologia weberiana, caracterizam-se por um interesse no estudo da ação, o significado e a convenção no contexto da vida social humana.

Por conta dessa percepção, os estudos analisados ficam carentes de olhares de outros “desenhos”, como uma ponderação subjetiva de atributos sociais, cuja característica fornece um valor encoberto, por exemplo, à raça ser reduzida pelo valor encoberto dado a outras variáveis estruturais, tais como, classe, gênero, grupo de pertencimento, estruturas que, na melhor das hipóteses, não são totalmente congruentes umas com as outras (GOFFMAN, 2019). Afinal, todos os elementos da vida social têm histórias e estão sujeitos às mudanças através do tempo e nenhum pode ser compreendido completamente separado da cultura em que está inserido.

Dessa forma, a cultura passa a ser entendida como inerente de práticas e instituições da vida cotidiana, nessa perspectiva é experiência vivida, algo que indica um modo de vida, historicamente contextualizado (GADEA, 2013b). Nesse sentido, a cultura entrelaça vida subjetiva com vida material e, cujo entrelaçamento, se evidenciaria em um sistema central de práticas. Diante disso, uma metodologia para o estudo da vida em grupo, tendo a interação com a capacidade de permitir que as pessoas interpretem os significados e os símbolos que possibilitam agir e interagir. Essa possibilidade reconfigura as práticas policiais militares no contexto das relações raciais, que é o elemento-chave na sociedade contemporânea e que é o seu sentido original: oferecer segurança.

Assim, a concepção de que o Estado moderno está intimamente vinculado ao exercício do monopólio legítimo da força, que pressupõe que a violência é uma das principais prerrogativas que se pretende determinar, para constituir-se em uma organização política de poder que perdura na sociedade em que se instaura. Desse modo, o estado da arte tem como objetivo analisar as práticas policiais militares no ambiente do racismo e das relações raciais como desafios de um Estado e de uma Segurança cidadã.

2.2.2 A caminhada acadêmica dos policiais militares

Ao largo dos últimos 50 (cinquenta) anos, uma série de fatores políticos, acadêmicos e de crescimento urbano produziram mudanças profundas na prevenção de comportamentos de riscos dos indivíduos sociais, em particular na prevenção da violência, que levou o governo a instituir programas com fortes recursos e estudos das causas da violência. Nesse período, também começaram a tirar a polícia militar da abstração colocando-a como fator de violência e agressão. Esse desenho de violência, por parte do grupo policial militar, às vezes baseado no senso comum, passou a ser evidenciado; portanto, foi necessário adotar medidas de prevenção e conhecer qual era o grau de violência que precisava ser avaliado nesse grupo.

A violência policial tornou-se uma categoria em que há uma interatividade entre a investigação sobre as causas dessa violência e sobre o papel que estabelece o seu processo de desenvolvimento, diante disso, a avaliação tornou-se necessária para prevenções e para estabelecer como e onde atuar para inibir essas emanações violentas. No final da década de 1980 e, princípios da década de 1990, a polícia militar tornou-se produto, em parte, de uma reconfiguração do significado sobre polícia militar, cuja função se espera a prevenção.

Os estudos, sobre polícia militar, em especial nas Ciências Sociais, começam a sair da invisibilidade e surgem como objeto relativamente autônomo desse conhecimento, até porque

a polícia militar, como componente de Estado começa a ser percebida pelos estudiosos da violência, sobretudo no contexto sócio-político e histórico com aqueles que o compõem – os policiais militares, os policiamentos, as estruturas policiais militares, a identidade e o *habitus* militar. Os caminhos percorridos pelos estudiosos da temática exploraram esse viés para compreender as instituições policiais militares e seus integrantes, seus fins, meios e maneiras de atuação e autuação. Nessa caminhada, registra-se que, do início dos anos 2000 em diante, os estudos dessa pauta ganharam em quantidade e qualidade.

Diante de uma produção científica, atualmente com demanda a considerar, a polícia militar têm mobilizado estudiosos, da própria corporação com pesquisadores(as) não militares, além de chamar a atenção da militância dos direitos humanos, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos a partir de diferentes lugares dessas produções de conhecimento no debate sobre a pauta. Essas produções assinalam implicações nas políticas públicas de Segurança Pública no Brasil.

Nessa direção, a polícia militar começa a ocupar espaço nos cenários acadêmicos, como por exemplo, nos trabalhos de Paixão (1982) e de Lima (1995), ressaltando que essas produções não foram suficientes para interessar a aparição da polícia militar como objeto a ser investigado, até então, continuou subalterna, com uma localização geográfica de periferia, um corpo imperfeito e sem tendência ao poder. Mesmo com outras contribuições, a polícia militar não conseguiu aparecer como algo em si mesma, era um contexto simplista, singular, sem expressão. Era suficiente sua atuação como “aparelho repressivo do Estado” com seus efeitos danosos e arbitrários em suas ações.

Com essa posição adquirida, a razão de segurança pública era mantida e a polícia militar continuou distante das pesquisas. As autoridades policiais militares e governamentais ficavam com a “legitimidade” de regular o policiamento em seus vários aspectos, como seleção da coercitividade, que é um dos elementos da estratégia policial militar. Essas configurações caminharam com o caráter para justificar suas ações em detrimento de se tornar objeto de investigação e de argumentação crítica.

Desse modo tímido, a polícia militar começou a ser inscrita no mundo dos argumentos científicos. Borges Filho (1989) trouxe a análise das polícias militares como aparelho repressivo do Estado, Muniz (1999) pressupõe um significativo espaço de manobra de policiais militares em eventos insólitos e emergenciais, diga-se de passagem que esta pesquisadora é uma das pioneiras a pesquisar, de maneira mais arrojada sobre a polícia militar. Assim, a visibilidade acadêmica à polícia militar, aos seus componentes, aos seus discursos, em especial às suas práticas operacionais foi avançando. Esses passos, contribuíram

para ser protagonizada como objeto de estudo em suas várias inclinações, sobretudo na perspectiva sociedade e Estado. Pode-se dizer que, a partir de então, há uma repetição do fenômeno, que o conhecimento produzido sobre polícia militar considera um contexto determinado, isto é, a polícia militar é produtora de violência.

Mesmo assim, nessas últimas décadas, muitas variáveis sobre polícia militar são discutidas, entre elas, abordagem policial, direitos humanos, violência e crime. Esses conceitos fazem parte de um grande “guarda-chuva” chamado “segurança pública” cujos desfechos são incorporados por pesquisadores(as) e estudiosos(as) do assunto, oferecendo às pesquisas um campo de confrontos, ora divergentes, ora convergentes em seus vários olhares epistemológicos. Porém, é importante ressaltar que foi a partir do final dos anos 1980 que violência policial, corrupção policial e grupos de extermínio chamaram a atenção de cientistas sociais.

Nos anos 2000, a quantidade e a qualidade dos estudos sobre polícia militar, foram mais enfáticos no campo acadêmico. Os estudos foram os mais diversos, tais como, as discussões elaboradas por Pinc (2006), sobre abordagem policial e Adorno (2017), sobre o uso abusivo de força pela polícia. Linchamentos e execuções sumárias praticadas por grupos de extermínio, por vezes, envolvendo policiais militares foram levantados; assim como, outras pautas foram debatidas por outros estudiosos: a reforma das polícias, elaborações de órgãos de controle interno e externo, policiamento, polícia militar e relações raciais.

No campo das relações raciais que implica mobilização e conscientização de cada grupo, de cada ação do Estado, de cada norma desenhada como proposta de evitar a penetração das ideias discriminatórias, das práticas de preconceitos que ainda se movimentam entre os grupos sociais envolveram as polícias militares. No Brasil, o racismo constitui uma modalidade de tensões e de conflitos, neste caso, a violência policial militar contra a população negra faz emergir pesquisas em suas diversas tonalidades, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais.

2.2.3 Polícia militar, relações raciais e racismo

Os textos analisados sobre polícia militar e relações raciais possuem expectativas e abordagens com variações, alguns com vocações de ampliar vozes autorizadas a falar sobre polícia militar, outros a denunciar a polícia militar, poucos a narrar sobre a história da polícia militar brasileira. Nessas reflexões verificadas, sobre polícia militar e relações raciais, há o sentido de perceber o relato de experiências e trajetórias de policiais militares e abordados

como problema social e de seu conhecimento como problemática sociológica, além de verificar sua relevância em conhecer os paradigmas utilizados no campo das pesquisas acadêmicas. Afinal, a polícia militar administra a segurança pública e as possíveis violações de outros membros sociais, além da sua própria exposição cotidiana aos riscos.

Por conta dessas variações, optou-se por dividir os textos em quatro categorias: polícia militar/relações raciais; denúncia de arbitrariedade; abordagem policial e sujeito suspeito. A primeira categoria compreende produção da relação entre a polícia militar e o público no cenário das relações raciais. A segunda categoria procura responsabilizar o racismo por conta do desvio de conduta do policial militar. A terceira categoria implica na percepção do policial militar em “apontar” as características do indivíduo suspeito e, a quarta categoria, busca a existência de mecanismos na filtragem racial nas ações policiais militares.

Dos textos sobre polícia militar/população negra, foram identificados 15 (quinze) escritos por mulheres e 14 (catorze) escritos por homens; desses 29 (vinte e nove) textos, 9 (nove) foram estudados por policiais militares e 20 (vinte) elaborados por não policiais militares. Esse olhar permite amadurecer e enfatizar pesquisas produzidas por policiais militares no sentido de dialogar com temas polícia militar/relações raciais no interior das Ciências Sociais brasileiras. A presença das mulheres nesta sistematização é significativa, até porque as suas contribuições no campo intelectual foram menos valorizadas, mas, não se pode negar que elas contribuíram para a criação de novos conceitos analíticos, enquanto trajetória de emancipação política e social, já que nessa caminhada surgiu a necessidade de descrever, denunciar e analisar as causas das desigualdades sexuais e de classe e também das questões das relações raciais.

O importante, neste cenário polícia militar/população negra, é que gera uma representatividade feminina marcante nas pesquisas brasileiras, além de visibilizar o prestígio social no campo científico, cuja presença ajuda a quebrar os estereótipos socialmente construídos. Por outro lado, nesta análise, polícia militar/população negra, estabelece uma promoção de inclusão de pesquisadoras mulheres em uma liderança científica – parece um paradoxo – polícia militar e mulheres. Neste breve espaço, a importância da mulher é evidenciada como parte de um processo de luta para demonstrar sua potencialidade que é fundamental em quaisquer funções.

Essas contribuições reservam uma observação que muitas representações sociais, no contexto polícia militar/população negra, ainda se encontram deslocadas como categorias analíticas e descritivas, como por exemplo, as abordagens com maior rigor à população negra, o indivíduo negro como suspeito em potencial, o uso progressivo da força na periferia e ao

indivíduo negro. Da mesma forma que expressões do policial militar passaram a fazer parte do repertório de pesquisas, tais como, “negro parado é suspeito, negro correndo é ladrão”. Nessa conjuntura é importante enfatizar que policiais militares pesquisadores(as), no campo da pesquisa podem, em tese, encontrar soluções, pois se encontram em posições privilegiadas em seus locais de fala para a compreensão desses fenômenos.

Quanto à distribuição dos trabalhos, polícia militar/população negra, a concentração está contida na Região (Nordeste – 12, Sudeste – 11, Centro-Oeste – 6), esses números não são acasos, são constatações históricas de pesquisas da pauta em questão, além de representar as mais antigas polícias militares brasileiras. Nesta sistematização, foram identificados somente 2 (dois) trabalhos no Estado de Mato Grosso, ambos policiais militares negros, Queiróz, J. (2015) que pesquisou as abordagens policiais militares junto à população negra e Queiróz, M. (2015) que estudou sobre as funções exercidas pelas policiais militares femininas negras na estrutura da Polícia Militar de Mato Grosso.

O trabalho de classificação, seleção e apreciação da temática abordada, nos vários estudos consultados, resultou em uma lista de 4 (quatro) categorias que depois de analisadas ficou estabelecida conforme o Quadro 1. Enfatiza-se que no exercício classificatório dos trabalhos, necessariamente resulta em aproximações, interpretações, descrições, dentre outros olhares. Por outro lado, se reconhece as dificuldades e as fragilidades que as categorias podem conter, mas o importante é reconhecer as possíveis lacunas de evolução desses estudos.

Ademais, há possibilidades de admitir redundâncias, permitir interseção e sobreposição de pautas. Além disso, existe o entendimento de que, do ponto de vista acadêmico, o tema estará em evidência, uma vez que proporciona a oportunidade de várias entradas de um mesmo estudo, o que possibilita uma análise das fronteiras, das continuidades e das discontinuidades na relação polícia militar/população negra. A análise procurou revelar as várias facetas existentes da polissemia que emerge e com propriedade de vislumbrar o cenário das pautas polícia militar/população negra. Enfim, busca-se uma aproximação das alternativas classificatórias das questões e dos assuntos mais recorrentes nas pesquisas dedicadas aos estudos da polícia militar na relação com a população negra.

O presente quadro sintetiza o repertório de assuntos, temas e questões que o campo polícia militar/população negra demonstra.

Quadro 1 - Distribuição dos temas por categorias

Temas	Número de publicações
Polícia militar/relações raciais	12
Denúncia de arbitrariedade	08
Abordagem policial	05
Sujeito suspeito	04
Total	29

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em alguns estudos observados surgem temas mais recorrentes. A maior concentração de trabalhos possui um entorno relacionado a proposições entre polícia militar/população negra, que enfatiza uma violenta conduta discriminatória contra as minorias simbólicas. Nessa perspectiva, são tratados de como a cor da pele se reveste em suspeição do indivíduo negro e, desse modo, procura debater sobre mecanismos de filtragem racial nas ações policiais militares. Mesmo nessa configuração apontada, existe o sentido de encontrar as ferramentas que possam reajustar essa interação o mais próximo de uma estratégia política e social, no cenário de uma polícia cidadã no campo do racismo.

Outros aspectos são discutidos, como: a formação policial militar e as relações raciais, a subjetividade de indivíduos negros estigmatizados nas ações policiais militares que geram sensações de desconfiança, insegurança e medo. Essas tensões preconceituosas se fazem presentes no encontro com a população negra e entre os próprios componentes das instituições policiais militares, no caso da ascensão profissional, enquanto racismo institucional e racismo estrutural. Dentre os trabalhos observados nessa categoria, destacam-se: Ramalho Neto (2008), Arandas (2010), Terra (2010), Pires (2010), Oliveira (2013), Sinhoretto *et al.* (2014), Queiróz, M. (2015), Rosário (2017), Junho (2019), Silva (2019), Freitas (2020) e Oliveira (2021).

Na segunda aba do guarda-chuva, concentram-se aspectos denominados como violência perpetrada pelos policiais militares junto à população negra, inclusive trazendo ideias do racismo institucional. Esta questão, parece ser um convite ou uma provocação às reconsiderações do pensamento científico social sobre as arbitrariedades policiais. Neste quadro, com uma configuração paradoxal devido ao racismo, onde a população negra teme a polícia associando-a ao crime, além de policiais negros agredindo cidadãos negros, e, por outro ângulo, há relatos em que a morte faz parte da realidade do cotidiano da população negra, abrindo possibilidades de repensar uma reestruturação da polícia no Estado Democrático de Direito. Neste cenário aparecem: Avelar (2016), Jesus (2017), Matos (2017), French (2017), Alves (2018), Cavalcante (2019), Araújo (2021) e Ramos (2021).

A terceira grande categoria compreende o cenário das abordagens policiais junto à população negra. Fica a impressão significativa para reflexão dessa questão, sobretudo em razão de que essa população está vinculada ao olhar indiscriminadamente dos policiais militares, além de ficar a percepção de que as pesquisas não vislumbram outras perspectivas de abordagens, a não ser essa “prioridade” de suspeição. Essa temática fica com características de um mantra da violência policial ao avistar um indivíduo negro nas vias públicas. Nesta categoria destacam-se: Ribeiro (2009), Queiróz, J. (2015), Alves (2017), Matos (2019) e Rocha (2019).

No quarto departamento categorial, surgem ideias de como reconhece a identificação do suspeito para assegurar uma abordagem com propriedade e de alcançar o indivíduo negro como um produtor de crime. Essa estratégia fica definida como uma tática de determinar que o indivíduo é suspeito por conta da cor de sua pele e essa definição está na construção do perfil de marcadores visuais que indicam uma probabilidade de ser criminoso. Os textos ofertam a impressão de que a filtragem racial nas abordagens policiais sugere um *status* de reprodução de racialização. Neste quadro aparecem: Barros (2006), Schlittler (2016), Sobral Neto (2017) e Poderoso (2018).

Nessa situação de polícia militar/população negra, os estudos selecionados exploram métodos e técnicas qualitativas, principalmente entrevistas semiestruturadas com policiais militares. Há, também, um estudo com abordagem quantitativa/qualitativa, com uma menor expressividade com aqueles que lançam da interlocução com os policiais militares. Importante destacar que, neste universo selecionado polícia militar/população negra, foram identificados 9 (nove) autores policiais militares, dentre eles: Barros (2006), Ramalho Neto (2008), Ribeiro (2009), Pires (2010), Queiróz, J. (2015), Queiróz, M. (2015), Rosário (2017), Silva (2019) e Oliveira (2021), que, a partir de seu local de fala privilegiado, podem contribuir para descortinar o universo policial militar e de suas práticas operacionais no sentido de tornar conhecidas para os outros, proporcionando aos demais pesquisadores(as) uma autoprodução que explora a condição de policiais militares como indivíduos de reflexão.

Essas produções elaboradas por policiais militares demonstram a seriedade das polícias militares, como processo de construção do conhecimento da área policial militar, que contribui para o aperfeiçoamento da profissão e da própria área de segurança pública. Isso implica em refletir sobre suas funções, desafios e perspectivas futuras, cuja finalidade tende a solucionar conflitos e contribuir no avanço do conhecimento no campo científico e nas práticas policiais militares.

É importante ressaltar que a polícia militar, como lugar de produção de alternativas adequadas e não preconceituosas, com obediência às regras de equidade para com todos seguindo o “pacto sociopolítico” de uma sociedade, com potencial de recurso técnico sob consentimento social, lembrando que o lugar de fala, em tese, legitima a invenção da tradição do Estado Democrático de Direito para o desafio de configurar os conflitos em benefícios dos grupos sociais.

Os trabalhos dedicados à análise sistemática desdobram-se sobre a discussão clássica da violência policial no recorte racial. As pesquisas reúnem estudos de envergadura empírica, com relatos e denúncias de preconceito e discriminação racial praticados por policiais militares, mas o tema continua chamando atenção de intelectuais das Ciências Sociais, seja dos pesquisadores militares ou civis. Nessa temática, as possíveis ambiguidades são apresentadas no debate acadêmico de maneira proeminente sobre as violações raciais “praticadas” por policiais militares.

Alguns trabalhos se destacaram, no sentido da contribuição para o acesso de pesquisadores(as) militares na relação polícia militar e população negra. Em 2006, Geová da Silva Barros discutiu sobre a predominância da cor da pele como principal fator nas abordagens policiais militares. Evidenciou que a cor da pele, em operações policiais, esteja o abordado a pé ou dirigindo um carro de luxo, o mais suspeito é o negro. E, mesmo entre veículos das várias marcas há uma hierarquização para essas abordagens, primeiro, os negros, em seguida os pardos e, por último, os brancos. Esses procedimentos ocorrem nos vários tipos de abordagens.

No ano de 2008, Jaime Pinto Ramalho Neto discutiu a ascensão do policial militar na caserna baiana. Argumenta que na polícia militar da Bahia, embora tenha em suas patentes oficiais de diferentes matizes de cor, as oportunidades de mobilidade hierárquica atingem mais os oficiais de cor branca. Na medida em que o olhar direcionava aos oficiais dos altos postos da hierarquia e nas funções assumidas, a cor da pele branqueava, e, os indivíduos pigmentados e negroides, evidenciavam com patentes subalternas e ocupações de pouca expressão social e simbólica.

Em 2009, Airton Edno Ribeiro trouxe evidências de arbitrariedade policial militar em abordagens junto à população negra. Essa questão fica patente, quando o autor se refere que o policial militar ainda não está preparado adequadamente para realizar essas abordagens em relação ao mandamento constitucional de respeito à dignidade humana. Por outro lado, abre espaço de discussão na relação polícia militar e população negra quando estabelece que há um silêncio na polícia militar paulista sobre as questões referentes à cor, à negritude e ao racismo.

Pires (2010) desenvolveu o estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe, visando demonstrar como o policial militar se vê dentro da Corporação em relação à sua cor. O estudo está centrado nas categorias de classificação de cor/raça utilizadas pelo sistema de classificação da polícia militar e as implicações socioculturais que elas causam em relação à aceitação ou não das categorias por parte de seus membros.

Em 2015, Queiróz, J. analisa as abordagens operacionais da Polícia Militar de Mato Grosso no contexto das relações étnico-raciais, em como as políticas de formação dos policiais militares influenciam, além de compreender como perceberam suas ações nas abordagens dirigidas aos sujeitos negros. Queiróz, M. (2015) estudou a localização geográfica de policiais militares femininas em funções nos setores administrativos da polícia militar, encontrando evidências de que nas funções: gabinete de comando, gabinete odontológico e outros, estavam demarcadas pelas policiais militares com traços mais próximos ao não negro.

Rosário (2017) analisa a necessidade de readaptação cultural na Polícia Militar da Bahia, propondo o monitoramento e a avaliação de seus processos, através da construção de uma aprendizagem técnica que altere a realidade do uso da discriminação racial na prática policial militar. Já quem aprendeu conforme uma cultura ditada por 192 (cento e noventa e dois) anos corporativos, vivencia de maneira intensa essas experiências conflituosas.

A contribuição de Silva (2019) é dar visibilidade às produções subjetivas dos sujeitos que são impactados na manifestação do racismo no cotidiano pelas práticas policiais militares, cuja finalidade é subsidiar a criação de políticas específicas para a orientação e combate às práticas discriminatórias no âmbito das ações policiais militares. Esse é o reconhecimento da caminhada das polícias militares do ponto de vista acadêmico, de uma maneira mais abrangente, na busca pela identificação de problema e o compromisso com a busca de soluções. Nos trabalhos selecionados, em especial à polícia militar/população negra, evidentemente a intenção é constatar possíveis estereótipos para subsidiar as transformações necessárias da realidade vigente; achados de pesquisa, denúncias, revelações e proposições compartilham nesse cenário a presença do saber como ferramenta de mudança.

Esses estudos demonstraram que há desvio nas ações policiais militares em um expressivo conjunto de trabalhos que recorta o período analisado. No entanto, esses estudos enfatizaram os casos de violência praticados por policiais militares sobre a população negra brasileira, cujas perspectivas também somam sobre mecanismos de responsabilização profissional nos âmbitos interno e externo das ações policiais militares. Ainda assim, em resposta a essa dosagem linear de denúncias abusivas apenas às práticas operacionais de

policiais militares, abrem-se lacunas para investigações, em especial, na abordagem do interacionismo simbólico para verificação dos significados das interações entre práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

Em síntese, os textos selecionados, possuem expectativas e abordagens que merecem um olhar diferenciado. Alguns vocacionados a sentir a presença do campo, outros em criar novas temáticas, outros em amplificar vozes autorizadas a escrever e pensar sobre polícia militar/população negra, outros em modificar a estrutura da polícia militar no contexto brasileiro. Entre a preocupação de se elaborar uma análise sistemática e perceber experiências e trajetórias acadêmicas, a referida produção acentua que, nos últimos anos, a partir de 2000, a polícia militar em suas relações raciais continua se deslocando da periferia discursiva para o protagonismo acadêmico.

O campo emergente dos estudos policiais militares/população negra circula em torno de uma caracterização enquanto problema social/racial ou inverso, bem como, problema sociológico, além de sua relevância de tratamento. É uma pauta que trata de saber para adequar, de conhecer para configurar; por conta disso, as polícias militares emergem como atores institucionais fundamentais no processo de reconfiguração do sistema de segurança pública, pois são elas que aparecem mais imediatamente às ações de intervenções nos conflitos sociais sobre os outros e sua própria exposição ao perigo.

3 O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E O OLHAR DAS RELAÇÕES RACIAIS

3.1 Marco teórico

Em geral, pode-se afirmar que as Ciências Sociais nasceram para entender o que estava passando na sociedade, no século XVIII, como consequência da Revolução Industrial. Historicamente, aparecem também como necessidade de estudar a sociedade para modificar seu funcionamento. Sua origem se relaciona com a constatação de um fracasso: a sobrevivência da pobreza no momento em que as forças produtivas foram capazes de produzir mais riquezas. As Ciências Sociais deram seus primeiros passos no século XVIII nas formas de economia política, além de demonstrar interesses com a industrialização e suas consequências, a separação do trabalho do sindicato e da família, as transformações da propriedade, o crescimento demográfico, a cidade industrial, o sistema fabril, dentre outros.

Em torno do estudo da realidade social se congregam distintas tradições de pensamentos. Para Martínez (2008), uma tradição ou corrente de pensamento teórico nas Ciências Sociais se distingue com o fim da perspectiva teórica. Flick (2009) considera que a perspectiva teórica é a versão através da qual o investigador observará o mundo. Neste sentido, cada perspectiva teórica, desde sua própria corrente de pensamento, define, de maneira específica, um conjunto de conceitos fundamentais que conduzem à compreensão da realidade.

A complexa diversidade de perspectivas teóricas desenvolvidas com o passar do tempo, paradoxalmente não tem permitido investigar de maneira unificada e satisfatória da realidade (GRANJA, 2003). De tal maneira que as dificuldades e discussões paradigmáticas, em que estão envolvidas as distintas perspectivas teóricas, tornam difícil decidir qual pode ser a mais indicada para o desenvolvimento de uma investigação social que se deseja empreender (KORNBLIT, 2007; TAYLOR; BOGDAN, 1994). Não obstante, uma investigação que obedeça a um verdadeiro espírito científico requer uma reflexão teórica determinada para guiar a produção do conhecimento.

A aspiração científica, por compreender a realidade social, pode delimitar-se a uma postura fundamental em uma perspectiva teórica, que brinde o sustento para discutir e validar os resultados encontrados. A revisão das perspectivas teóricas é uma tarefa necessária na investigação social para encaminhar na definição da postura científica. A presente revisão deve dirigir-se para uma discussão que permita identificar aquela perspectiva teórica que contenha os componentes conceituais que resultem coerentes com os propósitos de

investigação. Diante destes argumentos, no presente estudo, são revisadas e discutidas as perspectivas teóricas das Ciências Sociais, sob o conceito de paradigma, com a finalidade de selecionar uma que permita trabalhar a consistência epistemológica na investigação.

Dessa forma, entende-se que o pragmatismo é perspectiva que, na atividade humana, devem ser consideradas três dimensões que não podem ser separadas: a biológica, a psicológica e a ética. Por conta desse cenário, o indivíduo ao agir persegue uma meta e onde são acionados seus sentimentos e emoções. Além disso, a perspectiva pragmatista é o envolvimento com a vida de sua cidade, com interesse pelo seu ambiente e pela ação social que tenha por fim a sua transformação social. Por outro lado, o interacionismo simbólico possui suas raízes no pragmatismo, cuja perspectiva está no desenho da natureza simbólica da vida social, cujas significações sociais devem ser consideradas como “[...] produzidas pelas atividades interativas dos agentes” (COULON, 1995, p. 19). O interacionismo simbólico trouxe a noção do si, conquanto que o si fosse visto como a interiorização do processo social do qual os grupos de indivíduos interagem com os outros (COULON, 1995).

3.2 As perspectivas teóricas nas Ciências Sociais

A revisão das distintas perspectivas teóricas nas Ciências Sociais a partir da comparação de seus fundamentos resulta em controvérsias difíceis de trabalhar. No campo da investigação científica, conforme Taylor e Bogdan (1994), foram geradas distintas posturas sobre a natureza dos problemas e sobre os métodos aceitos pela ciência para estudá-los até chegar a conformar no que Kuhn (2013) denominou de paradigmas.

Os paradigmas, segundo Kuhn (2013, p. 40), se definem como “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. É assim como as perspectivas teóricas, por um lado se tem mantido em conflito e, por outro, se tem associado dentro de um paradigma comum. Os paradigmas mais conhecidos nas Ciências Sociais estão representados pelo paradigma positivista, pelo paradigma interpretativo e pelo paradigma crítico. Cada um desses paradigmas integra distintas perspectiva teóricas a partir do mútuo reconhecimento de pensamentos, conceitos, métodos, técnicas, procedimentos e critérios aceitos pela comunidade científica para legitimar sua atividade de investigação.

O paradigma dominante no campo das Ciências Sociais é o positivista. No entanto, Girola (1992) assegura que o pensamento dedutivo que produz um esquema de explicação causal com propósitos preditivos e deterministas, proveniente do paradigma positivista se

encontra em crise, devido, entre outras coisas, a que o mundo humano e social não se rege por leis universais e deterministas como faz o mundo natural. O positivismo desde seu início tem tentado chegar a uma concepção de leis para dar uma explicação inequívoca da realidade social. Entretanto, no campo científico das Ciências Sociais, as teorias atuais que se derivam do positivismo, não têm sido capazes nem de alcançar suas aspirações – nível e reconhecimento científico de que gozam as Ciências Naturais, nem de cumprir suas promessas – concretizar leis universais do comportamento.

O positivismo se distingue pelo tratamento neutro e objetivo do social, com base no uso do método científico, derivado das Ciências Naturais, como unidade de todas as ciências – monismo metodológico, porém, segundo Martínez (2007) e Pérez (2003), a perspectiva teórica positivista não alcança em captar a riqueza e a complexidade que implica a realidade social em estudo. Por esta razão, as questões epistemológicas e metodológicas da investigação social vêm se afastando gradativamente da primazia positivista, a partir do surgimento de diferentes perspectivas teóricas, que representam, para o pesquisador social, uma opção mais rica e com maiores possibilidades teóricas e metodológicas.

Vale ressaltar que, desde os séculos XVI e XVII, quando certos pensadores abordaram o método científico como Descartes, Bacon e Spinoza à frente, uma importante divisão não cíclica foi criada no tempo histórico; assim, ao se apropriar da realidade científica e social, o homem tornou-se sujeito da história. De resto, a partir desta conjuntura, o homem, constituído como sujeito, pensa e apropria-se de um presente e projeta o futuro. As Ciências Sociais, na sua gênese, ultrapassaram uma fase de dissertação da realidade, transcendendo o cenário da vida cotidiana e do senso comum, para –, e através do método científico –, transformar a experiência, generalizá-la, conceituá-la e sintetizá-la em grandes teorias.

As Ciências Sociais, em sua fase de consolidação, desenvolveram um processo de apropriação da realidade que se materializou por meio da linguagem. Com efeito, o homem no desenvolvimento de seu cotidiano acabou por problematizar, dissertar e estabelecer relações subjetivas e de apropriação diante da realidade que o cercava, principalmente por meio de palavras e conceitos. A linguagem marca coordenada, ordem e realidade subjetiva, realizando, assim, um processo prévio ao estabelecimento de qualquer tipo de observação ordenada (hipótese), para fazer surgir as grandes teorias. Pode-se deduzir que a principal fonte de conhecimento social é a realidade enquanto tal, a experiência e a vida cotidiana, e sua principal forma de apropriação é através da linguagem.

Obviamente, que em qualquer profissão é preciso bom senso e conhecimento comum ou “vulgar”, mas em uma profissão que se diz técnica e se define como científica, exige-se

uma atitude permanente de reflexão e busca. O interesse é buscar respostas às perguntas de onde saem ideias fundamentais de violência, nas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais. Por outro lado, há necessidade de descobrir um caminho ignorado por muitos pesquisadores(as) com melhores condições para encontrar outras respostas de crises culturais identitárias de policiais militares em suas ações de abordagens. Só sendo consciente do contexto social, do como, do por quê e do para quê, para definir e projetar um novo modelo de práticas operacionais de policiais militares nas relações raciais. Faz-se necessário encontrar uma justificativa em meio a uma sociedade no Estado Democrático de Direito em uma profissão de muita técnica, mais ainda com ações injustas e com muita desigualdade.

Por essas e outras questões, o paradigma interpretativo e o paradigma crítico surgiram nas Ciências Sociais em contraposição ao paradigma positivista, a partir da necessidade de obter uma maior riqueza do conhecimento e dos fenômenos humanos e sociais (MARTÍNEZ, 2008). Contudo, estes paradigmas integram tantas perspectivas teóricas e, algumas delas, aparentemente são tão similares que fica difícil distinguir seus postulados teóricos particulares (TAYLOR; BOGDAN, 1994).

Neste sentido, Girola (1992) identifica a integração de distintas perspectivas teóricas em um marco disciplinar amplo que tem como finalidade primordial rejeitar os pressupostos e o monismo metodológico sobre o qual repousa a perspectiva teórica positivista. Girola (1992, p. 133) menciona que “[...] sob o nome genérico de correntes interpretativas estão incluídas escolas de pensamento muito diversas. Embora algumas sejam formulações de natureza filosófica, outras geraram uma aplicação prática no campo da pesquisa empírica em sociologia”.

As perspectivas teóricas de Girola (1992) definem que podem ser agrupadas sob o nome de “correntes interpretativas”, que são: a fenomenologia social da vida de Alfred Schutz, a obra de Peter Winch, baseada nos estudos filosóficos de Ludwig Wittgenstein, a hermenêutica fenomenológica de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, a teoria crítica de Jurgen Habermas, o interacionismo simbólico de Herbert Blumer e George Herbert Mead, a etnometodologia de Harold Garfinkel, a teoria estruturante de Anthony Giddens e a sociologia de Pierre Bourdieu.

Girola (1992) menciona que essas perspectivas teóricas reconhecem a influência da Sociologia de Max Weber e compartilham o interesse pelo estudo da ação e do significado na vida social humana. Erickson (1997) e Kornblit (2007) concordam com Girola (1992)

afirmando que as perspectivas teóricas que têm como eixo comum os princípios teóricos da compreensão de Max Weber (2015) pertencem ao paradigma interpretativo.

O último autor acima referenciado, é o principal representante da ciência social interpretativa, aquela que procura explicar a ação social em função dos motivos dos indivíduos nela imersos. A ciência social interpretativa dá origem a uma orientação metodológica particular: uma metodologia subjetivista. Em sua definição sociológica, Weber (2015, p. 3) apontou para essa perspectiva metodológica:

[...] a sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e, assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano sempre que na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. A ação social, por sua vez, significa uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

O método weberiano verifica a interpretação subjetiva por meio da comparação com o curso específico dos acontecimentos. Se chega a uma correta interpretação causal de um curso concreto de ação, quando tanto a ação quanto os motivos foram corretamente compreendidos e suas relações são ao mesmo tempo compreensíveis.

Assim, as perspectivas teóricas podem ser associadas por aplicarem seus princípios epistemológicos e metodológicos para compreender a perspectiva dos atores (ERICKSON, 1997; MARTÍNEZ, 2008). De tal forma que, no paradigma interpretativo, a matéria-prima da investigação é constituída pela linguagem dos atores, da qual são retiradas suas expressões verbais e escritas para a reconstrução dos significados possíveis e o sentido de vida que eles têm sobre a realidade (KORNBLIT, 2007).

Por outro lado, de maneira mais específica, o interacionismo simbólico tem suas raízes no pragmatismo americano, herança da denominada Escola de Chicago, e, de forma particular, na obra de George Herbert Mead (2021, p. 155), de quem deriva o conceito “assumir o papel de outrem”, isto é, compreender as ações dos outros; e que dos anos 1900 até 1950, sentiu a influência de diversos autores como Thomas, Park, Wirth ou Hughes, que caracterizam-no como profundamente heterogêneo e de complexas raízes no cenário da teoria social. Nascido do desconforto com o funcionalismo e o estruturalismo predominantes na Sociologia nos meados do século XX, foi protagonista de um percurso semântico muito rico e que, inclusive, ficou a impressão de ainda materializar novas inquietações analíticas, empíricas e teóricas na atualidade.

A interação é, portanto, um processo interpretativo no qual os atores negociam o significado que atribuem à situação social. Fora desse processo interpretativo, a realidade

social careceria de sentido para os atores que dela participam. Como afirma Coulon (1995, p. 17), o interacionismo simbólico sublinhou a natureza simbólica da vida social – os significados sociais devem ser considerados como “[...] produzidos pelas atividades interativas dos agentes”.

Além disso, sugeriram metáforas sociológicas nos últimos 20 (vinte) anos, tais como, “fragmentação social”, “heterogeneidade”, “pluralidade do eu”, “múltiplas realidades”, dentre outras, que se apresentam como noções que parecem relembrar de estudos clássicos como os do “pragmatismo filosófico” de William James, dos aportes de Alfred Schutz, com o “impressionismo sociológico” de Georg Simmel e, obviamente, da Psicologia Social de George Herbert Mead. Embora cunhado terminologicamente pelo próprio Herbert Blumer, o interacionismo simbólico compreende uma perspectiva sobre teoria e método que tem na sua origem as primeiras interrogações formuladas na gênese da própria disciplina sociológica, enquanto forma de entender a realidade social (GADEA, 2013b).

A realidade social, sempre percorreu a unidade metodológica das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. Portanto, o objetivo cognitivo de todas as disciplinas científicas era a descoberta e formulação das leis que regem a realidade natural e social. Os critérios de validação dos resultados da pesquisa estavam diretamente ligados à base empírica, isto é, quanto mais a realidade fosse observada, mais certeza o pesquisador poderia ter da veracidade de suas afirmações.

A diferença entre afirmações sobre o que é a realidade social e o que “deveria ser”, segundo as preferências do pesquisador, está na base de qualquer afirmação com pretensões de cientificidade, mas é preciso problematizar a frase “o que é a realidade social”, pois a percepção da realidade social é mediada pela formação do pesquisador, sua cultura, sociedade e o grupo onde vive. Portanto, é uma forma de interpretação da realidade social vinculada a determinadas sociedades. Como conjunto de proposições sobre a realidade social, o pesquisador compartilha as características de qualquer conjunto de significados, suas afirmações devem ser apreendidas hermeneuticamente, isto é, em relação a um quadro geral de significados. O pesquisador, a partir da interpretação dos pontos de vista dos participantes, esclarece o significado humano de suas ações, possibilitando a sua compreensão da realidade social em um determinado contexto.

Com atenção ao exposto, a presente investigação, de acordo com a natureza do objeto de estudo representado pela influência dos significados dos policiais militares na construção da realidade social, em suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, seleciona o paradigma interpretativo – interacionismo simbólico com a ideia de compreender dentro de

uma perspectiva empírica/teórica que oriente o pesquisador na interpretação das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Nessa perspectiva, Flick (2009) argumenta que o ponto de partida empírico consiste no significado subjetivo atribuído pelos indivíduos a suas atividades e ambientes policiais militares.

3.3 Seleção da perspectiva teórica da pesquisa

As perspectivas teóricas correspondentes ao paradigma interpretativo mantêm coincidências em seus princípios teórico-metodológicos, mas não em todos eles, pois cada perspectiva teórica vem de uma escola particular de pensamento, dentro do amplo leque de perspectivas teóricas que compõem o paradigma interpretativo voltado para o estudo dos significados. Por um lado, a perspectiva teórica do interacionismo simbólico, cujas premissas definem que o significado determina a ação e que o indivíduo interpreta continuamente as situações em que atua, e, por outro lado, a perspectiva teórica da etnometodologia, que pretende estudar as atividades práticas identificando as rotinas para fazer os significados em uma realização prática por membros sociais, na busca de compreender como os indivíduos descrevem suas tarefas diárias para explicar seu mundo (ÁLVARO *et al.*, 2007).

O interacionismo simbólico e a etnometodologia aparecem como uma reflexão norte-americana simultânea e semelhante ao pensamento da fenomenologia europeia. Ambas as perspectivas teóricas utilizam a compreensão sociológica dos significados implícitos nos conceitos para o estudo dos fenômenos sociais. No entanto, o interacionismo simbólico surge como uma das mais destacadas perspectivas teóricas contra o positivismo. Consequentemente, Bonal (1998) destaca o papel desempenhado pelo interacionismo simbólico ao focalizar as relações sociais no nível microsocial e mudar, com isso, a forma como estas são percebidas, mediadas e dotadas de significados pelos indivíduos, frente às premissas teóricas da época, representadas pelo estruturalismo e pelo determinismo positivista.

Para Bruyn (1972, p. 87), o interacionismo simbólico, é “[...] uma escola de pensamento próxima da sociologia abrangente, que estuda a realidade social por meio da análise dos significados simbólicos a partir da perspectiva interna do indivíduo”. Criado-Boado (2006) assegura que o objetivo e o significado da pesquisa em Ciências Sociais é identificar as relações de significância que ocorrem na realidade. Flick (2009, p. 31) menciona que o ponto de partida do interacionismo simbólico “são os significados subjetivos que os indivíduos atribuem às suas atividades e aos seus ambientes”. De acordo com essa percepção, os significados para o interacionismo simbólico são o produto das interações entre as pessoas

de um grupo, ao mesmo tempo em que são produzidas as realidades pelas quais se dá o cotidiano dos indivíduos.

Conforme o interacionismo simbólico, o significado de uma conduta se forma na interação social. Seu resultado é um sistema de significados intersubjetivos, um conjunto de símbolos, cujo significado os atores participam. O conteúdo do significado não é mais que a reação dos atores ante a ação em questão. A consciência sobre a existência própria se cria exatamente como a consciência sobre outros objetos; isto é, ambas são os resultados da interação social. Assim, o interacionismo simbólico dá grande ênfase à importância do significado e da interpretação como processos humanos essenciais. As pessoas criam significados compartilhados por meio de sua interação e esses significados se tornam sua realidade.

Blumer (1982) assevera que o interacionismo simbólico está voltado para a análise dos significados socialmente construídos, a partir dos quais os indivíduos dão sentido à sua realidade social. Por isso, Flick (2009), Ruiz-Olabuénaga (2012), Shepard (2014), Taylor e Bogdan (1994) afirmam que o interacionismo simbólico é uma corrente de pensamento científico voltada para a compreensão do social a partir da interpretação dos significados dos participantes.

Portanto, o símbolo é o ponto central do interacionismo simbólico, pois sem ele os seres humanos não podem interagir uns com os outros. Símbolos são objetos sociais usados pelo ator para representação e comunicação. A comunicação se faz através de símbolos que têm seu significado entre as pessoas e, através da interpretação desses símbolos, ocorre a interação social. É por intermédio dos símbolos que as pessoas são socializadas, compartilham da cultura e entendem qual é o seu papel social. Ele é usado para pensar, comunicar e representar. Dessa maneira, ele só é simbólico quando expressa um significado (uma representação), uma intencionalidade.

Na medida em que os indivíduos interagem, eles estão interpretando ou definindo as ações uns dos outros, ao invés de simplesmente reagir às ações uns dos outros. Suas respostas não são dadas diretamente às ações do outro, mas baseadas nos significados que eles atribuem a tais ações. Então, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, por interpretação ou pela determinação de significados às ações dos outros. O mundo das pessoas consiste em objetos que podem ser de três tipos: físicos (coisas), sociais (pessoas) e abstratos (ideias). Os objetos adquirem significado somente através da interação simbólica.

Sob esses argumentos, o interacionismo simbólico é a perspectiva teórica mais propícia à compreensão do papel desempenhado pelos significados dos policiais militares na

construção da realidade social de suas práticas operacionais junto à população negra. Conforme afirma Coronel (2002), não se trata de selecionar qualquer teoria, mas aquela que adquire pleno sentido na hora de observar o fenômeno de estudo. Por isso, da mesma forma, as correntes de pensamento que fazem parte da perspectiva teórica do interacionismo simbólico também são revisadas para identificar os princípios teóricos que iluminam a interpretação qualitativa.

3.4 Posturas teóricas do interacionismo simbólico

A corrente de pensamento que caracteriza o interacionismo simbólico vem dos escritos de George Herbert Mead e do clima intelectual da Universidade de Chicago nas décadas de 1920 e 1930, embora só depois de 1937 vários pesquisadores passaram a ser conhecidos como perspectiva teórica sociológica. A ideia de Mead é que o indivíduo se origina e só pode se originar a partir do social, sendo o social que o constitui, mesmo que o indivíduo internalizando o social possa modificar o social. Para Carabaña e Lamo de Espinosa (1978, p. 177), essa perspectiva teórica tem “[...] sua ênfase na dimensão subjetiva dos indivíduos, que se refere às suas representações internas e sua análise na dimensão intersubjetiva, que envolve os processos de internalização de padrões e representações sociais”.

No entanto, o interacionismo simbólico, às vezes, é caracterizado como uma tradição funcionalista associada a correntes do pensamento europeu, em particular ao método de Émile Durkheim e aos escritos de John Stuart Mill, que naquela época eram as correntes científicas mais comuns e dominantes nas Ciências Sociais. Por isso, é importante ter uma visão ampla do interacionismo simbólico, reconhecendo que existe uma corrente de pensamento que passa pela Europa, especialmente na Alemanha e outra que se inicia nos Estados Unidos da América.

As tradições europeia e norte americana do interacionismo simbólico, apesar de suas diferenças, compartilham o pensamento desenvolvido no Iluminismo Escocês do século XVIII. Um dos grandes legados deste Iluminismo é o reconhecimento comum da humanidade pela humanidade. É assim que o interacionismo simbólico pode ser entendido como uma sociologia em constante desenvolvimento, que aplica os fundamentos filosóficos do pragmatismo americano, mas também aplica os fundamentos do idealismo europeu, particularmente aqueles que vêm do pensamento kantiano.

Na atualidade, o interacionismo simbólico continua posicionado como uma importante força teórica no desenvolvimento científico, especialmente na Psicologia Social e na

Sociologia. Gil (2011) menciona que as chamadas correntes interpretativas de pensamento tem sido o resultado de uma simbiose entre distintas teorias cuja fonte central é o interacionismo simbólico. Em consequência, esta perspectiva teórica representa uma forma única para compreender a sociedade a partir do nível microssocial e de refletir sobre isso, tudo o que pode provocar mudanças e o desenvolvimento humano e social dos indivíduos que o integram.

O interacionismo simbólico, dentro da tradição norte-americana pode ser dividido, segundo Álvarez e Jurgenson (2003), em posições clássicas e contemporâneas. As posições clássicas têm sua fonte principal em George Herbert Mead, que conseguiu construir um vocabulário e uma teoria filosófica, que deram identidade a essa perspectiva teórica no campo científico. Mais tarde, Herbert Blumer – discípulo de Mead nomearia essa perspectiva e a tornaria conhecida como uma das mais importantes teorias da Universidade de Chicago. Erving Goffman, como aluno da mesma universidade e inspirado nas abordagens teóricas de George Herbert Mead, desenvolveu sua abordagem dramaturgicafocada na descrição e análise dos conceitos e raciocínios utilizados pelos chamados atores como produto de sua interação social (ÁLVAREZ; JURGERSON, 2003).

As posturas contemporâneas do interacionismo simbólico foram formadas por autores influenciados pela postura clássica do interacionismo simbólico que desenvolveram suas próprias perspectivas teórico-metodológicas. Dentro das quais destacaram a teoria fundamentada desenvolvida por Barney Glaser e Anselm Strauss, discípulo de Herbert Blumer, a perspectiva do interacionismo interpretativo proposta por Norman Denzin, discípulo de Anselm Strauss, e o interacionismo simbólico estrutural desenvolvido por Sheldon Stryker, que recebeu o prêmio George Herbert Mead por seu estudo da interação simbólica.

Em primeiro lugar, a teoria fundamentada de Barney Glaser e Anselm Strauss sustenta que é elaborada e emerge dos dados obtidos no campo de investigação a partir do guia de conceitos sensibilizadores (proposto por Herbert Blumer). Ao utilizar a perspectiva da teoria fundamentada, o pesquisador entra em campo desprovido de uma teoria explicativa e sem determinar o número de participantes, desenvolve um processo indutivo exaustivo e rigoroso de pesquisa, até chegar à construção de uma teoria que explique, de forma válida, o fenômeno localizado no campo de estudo.

As críticas feitas à perspectiva teórica da teoria fundamentada de Barney Glaser e Anselm Strauss levaram à disputa e, finalmente, à separação de seus autores. Por um lado, a teoria fundamentada de Barney Glaser promulga que o pesquisador deveria iniciar seu

trabalho de pesquisa no campo de estudo, sem contar com uma abordagem teórico-metodológica previamente formalizada, dificilmente aceita pelos órgãos financiadores, instituições de ensino e centros de pesquisa e, por outro lado, a perspectiva de Anselm Strauss definiu que as informações podem ser consultadas com antecedência com o uso de hipóteses de trabalho, para apresentar uma abordagem teórica metodológica antes de entrar em campo, o que implica, para Barney Gloser, uma afinidade com a perspectiva teórica positivista.

Em segundo lugar, a perspectiva teórica do interacionismo interpretativo, proposta por Norman Denzin (1971), tem sua base em alguns dos conceitos teóricos provenientes do interacionismo clássico, tais como; o *self*, a linguagem, a situação social, o objeto social e os atos associados. A investigação sob o interacionismo interpretativo começa definindo os conceitos sensibilizadores que nortearão o estudo. Posteriormente, o pesquisador passa dos conceitos sensibilizadores para o mundo imediato da experiência social, com a ideia de regular e modificar reiteradamente o arcabouço conceitual ou teórico, isto é, um vai e vem entre o domínio da teoria social mais geral e os mundos dos indivíduos naturais e reais para configurar uma teoria subjacente.

A perspectiva teórica do interacionismo interpretativo constitui uma reformulação complexa do interacionismo simbólico clássico por meio de uma síntese abreviada do método da etnografia pós-moderna, das críticas feministas ao positivismo, da fenomenologia hermenêutica, dos estudos culturais e do pensamento pós-estruturalista de Michel Foucault (1999), bem como uma recuperação e compromisso com o pragmatismo social. Portanto, há severas críticas às abordagens de Norman Denzin (1971) que apontam para sua tentativa de integrar um grande número de teorias em um modelo eclético, que é mais confuso do que complexo.

Em terceiro lugar, o interacionismo simbólico estrutural de Stryker (1983) analisa as relações existentes entre o indivíduo e a sociedade a partir dos significados compartilhados produzidos pelas interações sociais. Essa perspectiva caracteriza-se por ser probabilística – sem ser determinista, pois define o *self* como a parte da pessoa que explica o comportamento em termos de probabilidades de ação, com base nas expectativas dos outros com quem compartilha o universo de significados e, em segundo lugar, define o *self* como a parte que possibilita a reorientação do comportamento do indivíduo a partir da capacidade de mudar significados.

A perspectiva de Stryker (1983), por um lado, considera que o eu tem a probabilidade de surgir no indivíduo a partir das interações que o sustentam com as normas que advêm de uma determinada estrutura social e, por outro lado, considera que o *self* do indivíduo possui a

possibilidade de mudar as dinâmicas das interações e, portanto, as normas sociais que vêm de tal estrutura social. Para o interacionismo estrutural, o *self* tem a capacidade de formar uma nova estrutura social, que paradoxalmente pode criar novas ordens sociais, que terão a probabilidade de regular o comportamento do indivíduo através do surgimento de outro eu na pessoa.

O interacionismo simbólico estrutural amplia os princípios microssociais do interacionismo clássico de George Herbert Mead combinando-os com os princípios macrossociais, com a finalidade de caracterizar as estruturas e os grupos sociais (ÁLVARO *et al*, 2007). Nessa perspectiva, os significados compartilhados que o indivíduo tem de si mesmo e dos outros, a partir das interações sociais, reproduzem as estruturas sociais, mas também podem alterar a ordem que elas estabelecem. No entanto, sua perspectiva interacionista estrutural falha na tentativa de estender os princípios microssociais do interacionismo clássico de George Herbert Mead ao combiná-lo com os princípios macrossociais, pois não consegue explicar, de forma convincente, a relação dinâmica e as construções que se realizam entre as estruturas e seus grupos sociais.

Assim sendo, o pensamento de George Herbert Mead, fielmente transmitido por Blumer, enuncia premissas básicas do interacionismo simbólico, que supõe constituírem um quadro comum, uma visão geral no estudo da vida humana em grupo. Por conta disso, esse pensamento faz com que os seres humanos possam agir com as coisas que o cercam, com base nos sentidos que essas coisas se apresentam para eles. Essas “coisas” incluem tudo que podem perceber no mundo, tais como, instituições, ideais, atividades e situações, esse conjunto é derivado da interação social com os outros, cujos sentidos são modificados pelo processo interpretativo.

Enfim, a presente investigação reconhece, na posição clássica do interacionismo simbólico fundamentada por George Herbert Mead, proposta por Herbert Blumer e colocada em prática por Erving Goffman, uma estimulante proposta para a compreensão do ser humano em seu meio social, entendendo o indivíduo como um membro ativo de uma comunidade, dentro da qual está sujeito a uma contínua interpretação de significados. Portanto, se reconhece na perspectiva teórica clássica do interacionismo simbólico, os princípios teóricos e metodológicos que nortearão o estudo, sem descartar os conceitos teóricos que correspondem ao paradigma interpretativo, do qual o interacionismo simbólico faz parte. Como argumenta Girola (1992), as crises dos paradigmas abriram caminhos para a utilização de conceitos das diferentes perspectivas teóricas que correspondem ao paradigma interpretativo, claro que

apenas se o estudo o exigir e justificar, mas com a confiança de não perder, por isso, o rigor científico da investigação.

3.5 Desenho teórico do interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico reconhece que a vida dos grupos humanos se apresenta na forma de costumes, de tradições e outras expressões sociais. A ótica interacionista consiste em afirmar que essas formas de expressão social ocorrem porque compartilham símbolos comuns, o que leva a um entendimento mútuo, que desenvolve expectativas de ação e reação entre indivíduos que interagem. Nesse sentido, os indivíduos, por meio da interação social, recriam a sociedade, e cada um, sendo um membro social, carrega interiorizada em si, a sociedade em que vive.

O interacionismo simbólico concebe a sociedade como um marco de interação simbólica entre indivíduos, já que o indivíduo é um construtor ativo de significados organizados em torno de processos compartilhados na interação social. Portanto, ele não é considerado como um mero receptor passivo de estímulos, nem tampouco como um processador mecânico desvinculado de significados coletivos, ao contrário, é visto como um construtor ativo de significados em torno de processos compartilhados de interação (PONS, 2010). Blumer (1982, p. 45) propõe os seguintes elementos conceituais para estudar o social: “a) o *self*; b) o ato; c) a interação social; d) os objetos; e, e) ação conjunta”. Estes elementos compõem o esquema teórico do interacionismo simbólico, que são definidos e discutidos, com a finalidade de esclarecê-los conceitualmente.

3.5.1 O *self*

A noção de *self* ou “si mesmo”, em uma perspectiva pós-metafísica, destaca-se como um dos principais temas do pensamento de Mead (2021). Para o referido autor, a mente, a consciência e o *self* são constituídos na convivência social e estruturam-se simbolicamente, numa matriz intersubjetiva, o que aproxima o processo de individuação ao de socialização. Essa posição parte de uma concepção social da emergência do *self*, sem relegar a um segundo plano a dimensão subjetiva, superando, desse modo, uma concepção de indivíduo e de sociedade enquanto entes fechados e mutuamente excludentes.

Self é algo que passa por um desenvolvimento. O processo da linguagem é essencial ao desenvolvimento do *self* e ele tem a característica de ser um objeto em si mesmo, e esse

atributo o distingue de outros objetos. “O termo ‘*self*’ possui uma característica que é representada por uma partícula reflexiva que indica aquilo que tanto pode ser sujeito quanto objeto” (MEAD, 2021, p. 142). O seu desenvolvimento ocorre em três fases: primeira – fase preparatória, a criança imita as ações dos outros, que procuram “socializá-la”; segunda – fase da brincadeira, ocorre durante a aquisição da linguagem. Nesse período, a criança assume a perspectiva das pessoas que respeita, que teme ou com quem se identifica; terceira – é representada pela atividade do “jogo”, que envolve a necessidade de assumir diversas perspectivas simultaneamente, e não apenas em relação a um determinado “outro significante” (NUNES, 2005).

Esse processo significa que o indivíduo conversa consigo mesmo, como se estivesse comunicando-se com outros. Essa capacidade que o indivíduo tem de apontar as coisas para si mesmo lhe permite enfrentar o mundo, moldar e orientar seu próprio comportamento, e, conseqüentemente, estabelece objetivos, compromete-se, até obter uma conseqüência social de seu ato, que ele interpreta e significa tornando-o consciente através do eu. A consciência é vista como um processo de percepção e seleção, em que os objetos são delimitados e definidos por uma antecipação de conduta posterior, formando um conjunto coerente, uma seleção dos objetos que podem ser considerados como presentes em referência ao indivíduo.

O processo da consciência, é definido pela atividade do próprio indivíduo. Na medida que adquire o reconhecimento de sua existência surge a autoconsciência que é um processo na conduta social do humano. O indivíduo só torna um objeto para si mesmo porque toma as atitudes dos outros que estão envolvidos em sua conduta (NUNES, 2005). Nesse processo, a teoria de Mead (2021) fornece conhecimentos de como o indivíduo, através de significados, pode indicar a si mesmo as conseqüências de certos tipos de reações a determinados estímulos. De tal forma, que os significados possibilitam a vida social quando o indivíduo, por meio dele, assume os papéis dos outros e regula seu comportamento em função dessa assunção de papéis.

De acordo com Mead (2021, p. 30), o indivíduo “[...] assume o papel, um dos seus conceitos mais férteis do ‘outro generalizado’”. A tomada de papéis é uma atividade mental, que envolve inferência a partir da observação de ações dos outros. Nessa perspectiva, todas as atitudes dos outros, organizadas e assumidas pelo *self* do indivíduo, sejam elas específicas ou generalizadas, constituem o “mim”. Mas o *self* não é só isso, na concepção do autor, o *self* completo, entretanto, é tanto um “eu” como um “mim”. O “eu” é a resposta do organismo às atitudes dos outros, o “mim” é o conjunto organizado das atitudes dos outros que a própria

pessoa assume. “As atitudes dos outros constituem o ‘mim’ organizado e, então, a pessoa reage a isso como um ‘eu’” (MEAD, 2021, p. 171).

O processo de generalização dos pontos de vista do outro é chamado de “outro generalizado”. Mead (2021, p. 155-156) constrói o conceito de outro generalizado para indicar que “[...] a atitude do outro generalizado é a atitude da comunidade inteira. [...] um processo organizado ou de uma atividade social – da experiência de qualquer um dos membros individuais que o constituem”. O outro generalizado se refere às perspectivas e expectativas de uma rede de outros ou da comunidade como um todo. Ao internalizar os padrões e perspectivas do outro generalizado, adquire-se o *self*. Dessa forma, o *self* desenvolve-se e torna-se mais unificado à medida que a compreensão da sociedade igualmente se desenvolve e se torna mais unificada. O *self* emerge e se estabelece por meio dos relacionamentos e interações com os outros (SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2016).

O *self* constitui-se como uma unidade dual de um “eu” e um “mim”. Pelo “eu” o *self* individualiza-se, pelo “mim” o *self* socializa-se. Esses aspectos psicológicos seriam independentes, mas se referem um ao outro. A diferença individual resulta de um processo de significação de si em que há um outro generalizado contra o qual o indivíduo reage e pelo qual o indivíduo se constitui. O “eu” é uma reação do corpo ao “eu generalizado” (mim). O “eu” é a reação do organismo às atitudes dos outros; o “mim” é a série de atitudes organizadas dos outros que o “eu” mesmo adota. As atitudes dos outros constituem o “mim” organizado e o “eu” reage contra elas como um “eu”.

Blumer (1982) identifica, na concepção de *self* de Mead (2021), as seguintes características: a) o *self* é um processo, b) o *self* é capaz de criar e constituir processos e estruturas sociais etc.; para uma dada estrutura ser um “eu”, teria que agir sobre si mesma e responder a si mesma. Esses princípios são a base sobre a qual Blumer (1982) se baseia para garantir que o *self* permita que o indivíduo indique, por um lado, como ele age em relação aos outros e, por outro, como age em relação ao *self*. Assim, o senso de *self* do indivíduo é processo e produto. Como processo, o indivíduo é o modelador do senso de *self*, ao mesmo tempo em que influencia a forma do *self* das pessoas com quem interage. Como produto, o senso de identidade do indivíduo é moldado pela realidade social.

Portanto, há uma relação dialética entre o significado do indivíduo de si mesmo e de seu senso de realidade social. Essa relação ganha vida na definição que o indivíduo faz da realidade social a partir das interações sociais que o “eu” mantém com os outros. Dessa forma, essa interação social é o meio pelo qual o “eu” do indivíduo é influenciado pelos outros, bem como a forma de influenciar socialmente os outros. Nesse sentido, o *self* é a

capacidade consciente que o indivíduo tem de adaptar sua ação a um processo social (eu) ou de mudar o resultado desse processo (eu). No entanto, o “eu” do indivíduo se enriquece na medida em que ele desenvolve a capacidade de se colocar no lugar dos outros.

Essas contribuições teóricas, elaboradas por Mead (2021) e interpretadas por Blumer (1982) sobre o “eu”, definem o pensamento sociológico do interacionismo simbólico e o distinguem de outras correntes do pensamento interpretativo. Blumer (1982, p. 62) aponta que o “eu” é a chave da ação individual e o eixo da construção social da seguinte forma:

[...] a sociedade humana é composta de indivíduos dotados de um eu, portanto a ação individual é uma elaboração e não um mero produto da estrutura social. As pessoas realizam sua ação individual por meio da conscientização e interpretação de aspectos da situação em que atuam; portanto, a ação coletiva ou grupal consiste em uma ordenação de ações individuais, realizada quando os indivíduos interpretam ou levam em considerações as ações dos outros.

Na perspectiva do interacionismo simbólico, o *self* do indivíduo não é predeterminado pela estimulação de objetos pré-existentes que estão fora dele, mas considera que o indivíduo é o arquiteto de suas próprias ações que resultam de processos interativos. Dessa maneira, Blumer (1982) afirma que o ser humano não é determinado por estímulos externos, mas leva em conta que a resposta dada por um indivíduo é mediada por um processo de interpretação que ocorre entre o estímulo e a resposta dada. Isto é, de acordo com Mead (2021) ao invés de tomar a condição estímulo-resposta do behaviorismo operante, critica-o e estabelece um tipo de behaviorismo social, sujeito à condição estímulo-interpretação-resposta.

Enfim, o pesquisador interacionista deve ter clareza de que os estímulos proporcionados pelo contexto social influenciam o indivíduo, mas não o determinam. O indivíduo é capaz de apontar seu comportamento e os diferentes objetos que o cercam, dando-lhes significado, avaliando o grau de adequação da ação que realiza e tomando decisões com base em uma avaliação interpretativa. Portanto, o indivíduo age e interage com os outros em relação ao que a realidade social significa para ele, a partir de situações que lhe são apresentadas, organizando suas falas de ação baseadas na interpretação dos atos dos outros.

3.5.2 O ato

O ato ou ação é construído através dos processos de interação social que o ser humano sustenta consigo mesmo e com os outros. No entanto, é importante identificar que a ação ocorre dentro de uma situação social. Blumer (1982, p. 47) assegura que “[...] a ação se configura no confronto com o mundo em vez de simplesmente ser construído a partir de

fatores que influenciam uma composição psicológica pré-existente”. Assim, o ato é elaborado de acordo com a situação que tem de forjar e combinar o que ele quer, definir uma meta ou objetivo. Além disso, deve planejar com antecedência uma linha de comportamento, observar e interpretar as ações dos outros e assumir sua própria situação.

Para Mead (2021), as situações em que as pessoas se encontram dentro de uma determinada sociedade são regularmente estruturadas por elas mesmas, de tal forma que as situações são fixadas pelas próprias pessoas a partir da realização de ações repetitivas. Esse fenômeno se deve ao fato de que os indivíduos, possuindo definições e interpretações socialmente compartilhadas, não precisam se esforçar muito para orientar e organizar as situações em que desenvolvem suas ações, isto é, têm conhecimento de como se comportar em determinada situação, uma vez que tenham realizado suas ações repetidamente sob a mesma situação e recebendo as mesmas consequências sociais repetidamente. No entanto, este pensador considera que embora o indivíduo construa seu ato, isso não significa que seja correto, pois pode acontecer que a ação desenvolvida pelo indivíduo esteja errada ou deficiente.

O ato do indivíduo é construído em um contexto social, onde, por sua vez, outros indivíduos constroem suas ações sociais. O ato social é uma unidade de estudo que compreende aspectos internos e externos da ação humana e, dentro do ato, há uma totalidade das diferentes categorias das psicologias, como: a atenção, a percepção, a imaginação, a emoção, dentre outras. O ato externo que se observa, constitui uma parte do processo que se iniciou no aspecto interior; o comportamento observável encontra expressão dentro no indivíduo, não no sentido de estar em outro mundo, um mundo subjetivo, mas no sentido de estar dentro de um organismo.

Certas características que os comportamentos têm e certas experiências que os indivíduos têm podem ser considerados como eventos de um ato social. A chave para organizar as linhas de ação que os indivíduos desenvolvem, em um contexto social, encontra-se no processo de interpretação que os mesmos indivíduos realizam ao interagir uns com os outros. Nesse sentido, o pesquisador deve compreender o processo de interpretação pelo qual o indivíduo interpreta e significa suas ações. Para compreender esse processo de interpretação, o pesquisador deve se colocar no lugar do indivíduo participante, de acordo com a situação estudada.

3.5.3 A interação social

A concepção hegemônica positivista da Psicologia e a Sociologia atribuem um valor secundário à interação social. Ambas as disciplinas explicam regularmente que a realidade social pode ser determinada e generalizada sob princípios de controle metodológico e experimental. Nessa concepção, não se leva em conta que a realidade social é um sentido do indivíduo, um produto da interação social que define a experiência de vida e, com ela, os processos de formação da pessoa (BLUMER, 1982).

O valor da interação social, para o interacionismo simbólico, deve à consideração de que a realidade social é explicada por meio de contatos que ocorrem entre indivíduos e grupos sociais, bem como, a influência que tem esse processo na comunicação e o papel fundamental que atua no desenvolvimento da empatia. Para Mead (2021), a comunicação que ocorre durante a interação social é a expressão mais plena e rica do ser humano, principalmente quando o consenso é alcançado por meio dela como insumo para construção da realidade social.

Para Berger e Luckmann (2012), o indivíduo não vive em um mundo construído por e para si mesmo, mas o modo cotidiano pelo qual ele define a sociedade e percebe as ações humanas e interage com as pessoas é que constrói o mundo social. Essa construção ou transformação depende da interação recíproca, dialética, entre indivíduos e entre indivíduo e sociedade. Da mesma forma, Schutz (1995) define que o mundo não é um mundo privado, mas intersubjetivo e socializado desde o início. De tal forma, que os sujeitos, durante a interação social, ensinam seus pares a conhecer e a significar o ambiente em que vivem. Portanto, a fenomenologia do cotidiano de Schutz (1995) define que o conhecimento do mundo tem sua origem no social. Schutz (2018) argumenta que o mundo social não é dado ou predeterminado, está sendo constantemente construído pelas ações dos indivíduos a partir de suas formas de envolvimento com os outros atores e objetos. Nesse sentido, a relação entre os conceitos de vida cotidiana, ação e significação já ocupa uma posição dos fenômenos sociais. Em uma direção paralela, a perspectiva do interacionismo simbólico alerta que todas as pessoas estão imersas em interações sociais complexas.

“A sociedade se define pela maneira como os indivíduos se relacionam uns com os outros, como lidam com as normas morais e legais; enfim, pela maneira como interpretam tudo o que se passa ao seu redor e como esta compreensão organiza as práticas na vida cotidiana” (SCHUTZ, 2018, p. 12). Mead (2001) afirma que as interações cooperativas são as que tornam a experiência de vida significativa e desejável. Essas perspectivas interpretativas

compartilham que a interação social é a chave para a compreensão dos diferentes fenômenos que os indivíduos constroem socialmente por meio de seus significados em uma determinada situação.

Segundo Bazdresch (1998, p. 183), a interação social “[...] é concebida como um processo de interpretação, que permite aos sujeitos se comunicarem e manterem suas trocas ativas, interpretando linguagem, gestos e atos”. A interação social, como a comunicação entre pessoas, produz estímulos e reações recíprocas. O conceito de interação social refere-se a uma troca dinâmica, que permite compreender que as relações entre indivíduos e suas estruturas não são dadas de uma vez por todas. Esses conceitos permitem destacar que a interação social não é uma estrutura estática, mas um processo dinâmico, que não ocorre em linha reta com início e fim pré-estabelecidos, nem aparece no tempo da mesma forma, mas está sujeito à incerteza causada pela descoberta do outro no aqui e agora. Portanto, a interação social é um encontro intersubjetivo que forma a matéria-prima para construir o social.

Para Mead (1993), a interação social implica em um processo interpretativo por parte do indivíduo. Nesse sentido, a associação humana, dentro de um grupo, é realizada por meio de processos de interpretação e definição, através dos quais os indivíduos acomodam suas ações às dos outros e, ao fazê-lo, orientam-se e organizam-se socialmente. Então, a interação social toma a forma de um ato expressivo e interpretativo. Tudo isso tem um significado; embora o indivíduo não tenha tido a intenção de significar algo, a ação expressa na interação social pode ser interpretada por outro. No entanto, quando o indivíduo se expressa, o faz com a intenção de que outro indivíduo o perceba. Agora, o indivíduo não só percebe, mas também interpreta e, ao interpretar, faz isso sabendo que a motivação em que o indivíduo expressa é justamente provocar nele uma certa influência social.

Blumer (1982) assegura que a interação social constitui um processo formativo em *si mesmo*. O pesquisador supõe que os indivíduos, durante a interação social, comunicam eventos, fatos, situações e outras coisas, como aspectos significativos para a construção de uma realidade social. Esta afirmação tem profundas implicações epistemológicas, ao atribuir um valor fundamental à interação social no processo de abordagem policial. Neste sentido, os indivíduos, a partir da interação social, moldam suas respectivas linhas de ação e as dirigem, verificam e transformam, de acordo com o significado que têm dos atos dos outros. Por isso, as pessoas sustentam um vínculo social baseado no significado que é produzido durante a interação social. O que as coisas significam para o indivíduo, dependerá da interação social que tiver com os atores negros ao seu redor e, em última análise, dos significados aprendidos em sua experiência social interativa.

Sob a perspectiva do interacionismo simbólico, a interação social é dividida em simbólica e não-simbólica. Mead (1993) afirma que a pessoa emerge na interação social por meio da linguagem, na forma de interação simbólica. Em contraste, a interação não simbólica refere-se à comunicação através de gestos. No entanto, para Blumer (1982), a interação simbólica é a chave que molda o comportamento do indivíduo, pois este, utilizando a linguagem verbal como meio de significação, lhe permite comunicar conhecimentos de origem social. A interação simbólica confere à vida de um grupo humano o caráter de um processo contínuo. De tal forma, que os processos de interação simbólica se desenvolvem em um *continuum* de linhas de ação, a partir do duplo processo de expressão e interpretação, que serve tanto para sustentar padrões estabelecidos de comportamento coletivo, quanto para promover sua transformação.

O pesquisador deve compreender que o fato das interpretações dependerem dos atos de definição dos outros, explica porque a interação simbólica leva à transformação das formas de atividade conjunta que configuram e reconfiguram a realidade social. Isso fica evidente quando o indivíduo tenta encaixar a construção de sua linha de ação com as construções das linhas de ação dos outros. A organização das várias linhas de atuação no contexto social, dão origem à ação conjunta. A montagem da ação conjunta dependerá da conformação emergente da estrutura ou organização social, que tenderá, conforme o dinamismo das interações simbólicas, à estabilização ou à mudança constante.

3.5.4 Os objetos

As pessoas vivem em um mundo material repleto de objetos e suas atividades são configuradas a partir deles. Mead (1993) define um objeto como qualquer coisa que as pessoas possam apontar. E os significados que as pessoas têm sobre o objeto, segundo suas reflexões, definem a natureza a partir das seguintes considerações teóricas: a) o significado não é algo intrínseco ao objeto, mas depende da maneira como uma pessoa está disposta a agir em relação a ele; b) o significado dos objetos é variável, pois são construções sociais, que são formadas e transformadas de acordo com o processo de definição que se desenvolve durante a interação social; c) as pessoas se preparam ou se dispõem a agir em relação aos objetos, dependendo do significado que eles têm para com eles; d) o indivíduo pode organizar sua ação, se julgar conveniente, em relação a um objeto, ao invés de responder imediatamente a ele, pois o objeto não é um estímulo, mas uma construção do próprio indivíduo. O sujeito não reage ao objeto, mas à interpretação que faz dele (MEAD, 1993).

O pesquisador deve compreender, a partir das considerações teóricas de Mead (1993), que as pessoas vivem em um mundo de objetos construídos por elas mesmas, não em um ambiente de estímulos ou entidades constituídas por elas mesmas. Os objetos são significativos para o indivíduo pelo valor que ele lhes dá. Consequentemente, compreender a realidade social envolve analisar os significados que os objetos têm para as pessoas dentro de uma situação social caracterizada como ambiente de relações raciais.

3.5.5 A ação conjunta

A ação conjunta, segundo Blumer (1982), é a capacidade dos indivíduos de articularem suas ações entre si, diante de uma situação social comum. A ação conjunta pode evoluir de uma colaboração entre dois indivíduos, até uma organização complexa realizada por instituições de qualquer tamanho ou dimensão. As complexas redes de atos que se articulam entre os indivíduos e suas organizações é o que distingue uma sociedade. A ação conjunta constitui a unidade da vida social e sua natureza genérica emerge de sua análise. Para compreender uma sociedade, é preciso considerar e analisar as ações que lhe dão sentido.

Qualquer estrutura de relações entre pessoas não tem sentido sem ação que a configure. Embora a ação ou linhas de ação sejam realizadas pelo indivíduo, de certa forma, também pelo grupo devem ser consideradas. Nesse sentido, a ação conjunta engloba as diferentes linhas de ação que partem dos indivíduos que participam de uma interação social. Cada ação conjunta é elaborada no tempo através da articulação das ações que dão sentido a uma trajetória ou produção jurídica, social e histórica. E isso só é possível por meio do consenso, que se torna tangível em concepções comuns. Tudo isso, depende, sobretudo, da regularidade, da estabilidade e da reiteração da ação conjunta em amplas áreas da vida grupal. Tais concepções constituem a base comum para a interpretação e significado do comportamento social, estabelecido e regulado, em um determinado contexto (BLUMER, 1982).

Nas práticas operacionais, o policial militar participante, durante a ação conjunta, interpreta os atos dos outros para direcionar sua própria ação com respeito aos outros. Feita a interpretação, os participantes da ação conjunta que está se formando, ainda têm que definir e interpretar os atos contínuos dos demais, a fim de descobrir o que estão fazendo e se propõem a fazer e, por sua vez, formular instruções sobre o que deve ser feito (BLUMER, 1982).

Por um lado, quando o significado da ação do indivíduo não condiz com as interpretações que os outros fazem dela, no contexto de uma situação compartilhada, a ação

do primeiro apresenta dificuldades para ser aceita socialmente. Assim, a ação conjunta não é realizada, obrigando os indivíduos a desenvolverem novas interpretações, com a finalidade de procurar uma adaptação recíproca e efetiva em termos dos atos de cada indivíduo participante da situação dada. De acordo com isso, uma ação conjunta que estabeleça a estrutura para a concepção comum, representa um foco de estudo chave para identificar o processo emergente de definição que ocorrerá em outros momentos das respectivas ações (BLUMER, 1982).

Por outro lado, a organização policial militar influencia a ação conjunta na medida em que configura situações a partir de uma série de símbolos fixos que servem ao indivíduo para interpretar tais situações. No entanto, Blumer (1982) assegura que embora aspectos estruturais como cultura, sistemas, as estratificações ou papéis sociais estabelecem condições para a ação conjunta, não determinam a ação do indivíduo, mas o indivíduo age de acordo com as situações que lhe são apresentadas.

O pesquisador deve compreender que a influência social sobre a ação do indivíduo é maior no grupo em que as situações estão sob o controle do sistema policial militar e pode diminuir na medida em que as transformações da pauta estética venham a se tornar perspectivas vulneráveis, em situações novas, na situação nova aos policiais militares. Nesse sentido, a mudança no aspecto social implica na reconfiguração da ação policial militar mediada pela interpretação das pessoas afetadas por essa transformação, que se traduz em novas situações sociais e profissionais em que os indivíduos têm que desenvolver novas formas de ação, dando origem a uma nova ação conjunta no quadro das práticas operacionais de policiais militares nas situações de relações raciais.

3.6 O conceito de significado no interacionismo simbólico

O interacionismo simbólico postula que o significado é uma construção linguística que ocorre na interação social (BLUMER, 1982). Essa capacidade do indivíduo de se comunicar, a partir dos significados que constrói durante suas constantes interações sociais, é de grande importância para o estudo da realidade social. Os indivíduos desenvolvem sua ação social ajustando suas respectivas linhas de conduta as dos outros, o que implica em constantes processos de construção e interpretação de significados.

Para Mead (2001), o ser humano vive em um mundo formado por significados. Por isso, Blumer (1982, p. 59) afirma que o estudo da realidade social se refere ao fato de como os seres humanos “[...] interpretam ou definem as ações dos outros, sem se limitar apenas a reagir a elas”. Sua resposta não é feita diretamente como consequência das ações dos outros,

mas é baseada no significado que eles atribuem a eles mesmos. Nesse sentido, o interacionismo simbólico é uma perspectiva teórica que tem seus fundamentos nas seguintes premissas de Blumer (1982, p. 2):

A primeira é que o ser humano direciona suas ações para as coisas a partir do que significam para ele. Quando dizemos coisas, nos referimos a tudo o que uma pessoa pode perceber no mundo: objetos físicos, como árvores ou cadeiras; outras pessoas, como mãe ou balconista; categorias de seres humanos, como amigos ou inimigos; instituições como uma escola ou um governo; ideais importantes, como independência individual ou honestidade; atividades externas, como ordens ou solicitações de terceiros; e situações de todos os tipos que um indivíduo enfrenta em sua vida diária. A segunda premissa é que o significado dessas coisas é derivado, ou surge como consequência da interação social que cada um tem com o outro. A terceira é que os significados são manipulados e modificados por meio de um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao lidar com as coisas que encontra em seu caminho.

As premissas de Blumer (1982) sobre o significado são, ao mesmo tempo, teoria e método, pois não servem apenas para pensar o fenômeno em estudo, mas também facilitam a interpretação que possibilitará comunicar tais pensamentos. O pesquisador interacionista deve compreender a realidade social a partir da interpretação que o indivíduo lhe dá. O pesquisador trabalha a interpretação que os indivíduos elaboram para compreender o mundo e compreender a si mesmo, isto é entendido como uma compreensão da interpretação cotidiana ou como uma compreensão de segundo nível. Nesse sentido, o significado é a base interpretativa que serve de evidência para o pesquisador desenvolver um processo indutivo que leve ao conhecimento do objeto de estudo.

A ordem que se define no processo de interpretação é primeiramente orientada para identificar os significados que são partilhados pelos policiais militares sobre suas práticas operacionais, que são definidos por Blumer (1982) como significados intersubjetivos, e posteriormente são descritos os significados particulares que esses policiais militares atribuem em suas práticas junto à população negra, que, conforme Mead (1993), são chamados de símbolos significantes. Tendo em vista que no significado, o do policial militar, o pesquisador buscará compreender esse fenômeno social por meio do ato interpretativo; é feita, então, a definição de significado intersubjetivo e símbolo significativo para obter clareza sobre as formas conceituais que os significados podem assumir a partir da perspectiva do interacionismo simbólico.

3.7 O significado intersubjetivo

O significado do significado pode se tornar um problema em si mesmo, se sua concepção não for esclarecida teoricamente. Os significados são puras abstrações, assim como as relações estabelecidas entre eles. O conhecimento do significado, para Weber (2006), advém da ordenação conceitual e da interpretação da realidade empírica. O valor do significado está na relação que ele tem com a ação do indivíduo, portanto constitui um pré-requisito de algo verdadeiro.

Blumer (1982) afirma que o significado que as coisas têm para o ser humano constitui um elemento central em si mesmo. Segundo Bruyn (1972), os significados podem ser utilizados como unidade básica na análise da realidade empírica para identificar os fatos sociais. Nessa mesma direção, Christensen (1968) assegura que o significado de uma palavra, ideia ou expressão deve ser identificado como uma entidade concreta pelo analista. Ao analisar os significados, o pesquisador aprofunda a interpretação que os participantes comunicam sobre a realidade social. Os significados, quando compartilhados como produto de constantes interações entre indivíduos, tornam-se significados intersubjetivos, a partir dos quais são construídas as crenças da realidade social.

Nesse sentido, os significados intersubjetivos são definidos como as abstrações mentais que são compartilhadas pelos indivíduos de um grupo para a construção social da realidade. Por isso, Sullivan e Rabinow (1982) afirmam que a análise dos significados intersubjetivos leva à compreensão da realidade social como um sistema aberto em contínua construção. Dessa forma, os indivíduos atribuem significados comuns aos símbolos para gerar os significados intersubjetivos. Os indivíduos, ao se comunicarem, estabelecem um espaço comum de significados atualizando e transformando sua própria linguagem. Desse modo, a comunicação transforma as referências da compreensão e transcende os limites da subjetividade do indivíduo, estabelecendo-se como a forma pela qual o “eu” de um indivíduo descobre o eu de outro indivíduo, o que permite a abertura ao processo de socialização por meio do mim.

Para Blumer (1982), o significado intersubjetivo utilizado por uma pessoa, no ato social, implica em um processo interpretativo com duas etapas diferenciadas, primeiro, o indivíduo indica para si mesmo, a partir do significado intersubjetivo, quais são as coisas para as quais seus atos se dirigem, em segundo lugar, a comunhão implicada pelo significado intersubjetivo torna-se em uma ação social; esse processo interpretativo realizado pelo

indivíduo sobre os significados intersubjetivos é visto por Godino e Llinares (2000) como um processo formativo que orienta e desenvolve o ato social.

3.8 O símbolo significante

A palavra símbolo deriva etimologicamente de *embolum* que significa uma coisa que entra em algo ou uma coisa unida a outra. No entanto, geralmente um símbolo não indica nada em particular, mas denota uma classe de coisa que tem significado para as pessoas (PEIRCE, 1894). De acordo com esse autor, os símbolos existem na memória das pessoas. Nesse sentido, eles não podem ser destruídos, mas sim transformados pela união de outros símbolos. Isto é, os símbolos podem criar um novo símbolo por meio de pensamentos envolvendo conceitos. Dessa forma, quando um símbolo é vivenciado e compartilhado entre as pessoas na forma de conceitos, seu significado se desenvolve e cresce.

A linguagem é composta de signos e símbolos na forma de palavras. O signo e o símbolo são elementos irreduzíveis da estrutura da linguagem. Um signo é qualquer expressão de um indivíduo para outro. O sinal é usado para comunicar uma mensagem em uma situação particular. Por outro lado, um símbolo é tudo o que representa alguma coisa. Ao contrário do signo, o símbolo exige que o significado seja abstraído para lembrar o que ele representa (BRUYN, 1972). O signo pode ser analisado em dois elementos, sendo o significante, que é a maneira como a informação se apresenta como palavra, imagem, foto, etc., e, o conceito resultante, que é desencadeado na mente a partir dessa informação, que é o significado. Os dois aspectos são necessários para produzirem sentido, mas é a relação entre eles, de acordo com uma determinada cultura, código ou linguagem que dá base a representação (HALL, 2016).

A linguagem na pesquisa é o elo entre o participante e o investigador. O pesquisador precisa analisar o significado dos símbolos que estão embutidos nas palavras coletadas. O ser humano, para Jung (2008), utiliza a palavra falada para expressar o significado do que deseja transmitir. O símbolo não tem significado em si mesmo. Com frequência, a linguagem é, muitas vezes, cheia de símbolos que não são descritivos. Segundo Jung (2008, p. 20), “[...] uma palavra ou imagem é simbólica quando representa algo mais do que seu significado imediato e óbvio”.

Jung (2008) estabelece que um símbolo é uma projeção que representa algo vago ou oculto que pode ser reconhecido na medida em que é usado por pessoas através do uso comum ou com uma intenção deliberada sob certas condições. De tal forma, que a partir da

comunicação estabelecida com os participantes de uma investigação, os símbolos são coletados em forma de palavras, das quais é necessário abstrair seus significados.

Para encontrar o significado dos símbolos, o pesquisador deve mergulhar no contexto que deseja estudar, além de interpretar os significados à medida que o indivíduo os produz. Nesse sentido, Mead (1993, p. 101) criou o conceito de “símbolo significativo” que ele definiu como as abstrações mentais aprendidas que representam um significado para o indivíduo, como palavras, ideias ou atos.

O símbolo significativo é encontrado no que cada pessoa pensa sobre algo. As pessoas se comunicam por meio de símbolos significativos. A palavra significante significa ter qualidade de signo. O indivíduo deve ser capaz de interpretar seus próprios sinais. Por isso, Deutsch e Krauss (1984) consideram que o *self*, a consciência da mente e o símbolo significante estão intimamente relacionados e surgem em comum. A maioria dos símbolos significantes são adquiridos aprendendo o significado que eles têm para os outros. O indivíduo aprende o que é um símbolo e lhe atribui um significado de acordo com o que significa para o indivíduo com quem interage socialmente. A chave é se encontrar na característica que os símbolos significantes possuem para explicar a realidade a partir dos amplos e complexos agrupamentos simbólicos que compõem uma comunidade de significados, produto das múltiplas interações sociais, que os indivíduos sustentam diariamente (MEAD, 1993).

Para Mead (1993), o comportamento dos indivíduos está associado ao significado das ideias que eles guardam em suas mentes. Conforme Blumer (1982, p. 4), o “[...] uso do significado pela pessoa se dá por meio de um processo de interpretação”. Assim, quando os significados intersubjetivos, que compõem a norma social definem um tipo de comportamento que se espera que o indivíduo manifeste socialmente –, porém, nem todos os significados são compartilhados entre os sujeitos –, de modo que os indivíduos desenvolvem seus próprios significados, que, segundo Mead (1993), são símbolos significantes.

A realidade social é mediada pelos significados intersubjetivos construídos durante a interação social, mas há uma realidade particular sujeita à interpretação dos símbolos significantes que cada indivíduo constrói a partir de sua experiência pessoal. Ambos os significados permitem que o sujeito se comunique consigo mesmo e com os outros e tome decisões sobre suas ações individuais e coletivas. Isto é, o ser humano se comporta com base nas crenças e normas sociais que advêm da importância que os outros dão aos significados intersubjetivos, mas também define o que fazer e o que não fazer com base nos símbolos significantes que são produtos de sua experiência pessoal.

3.9 Os conceitos sensibilizadores

Na investigação, Blumer (1931, p. 522) evita usar o termo hipótese, considerando que é melhor usar o termo “conceito de senso comum”, que é traduzido literalmente como o conceito de senso comum, mas que é conhecido na pesquisa qualitativa como conceito sensibilizador.

O conceito sensibilizador de Blumer (1931) não alude a um conceito acabado que define o objeto de estudo. Pelo contrário, requer ajustes baseados em trabalho empírico. É assim que o autor alerta o pesquisador para não ficar preso a esquemas teóricos anteriores. No melhor dos casos, a teoria consultada deve ser especificada em conceitos sensibilizadores, que servem como amplas ideias preliminares para enfrentar o caráter obstinado do mundo empírico (BLUMER, 1982).

Os conceitos sensibilizadores constituem um sentido de referência que orienta a observação durante as abordagens empíricas, favorecendo a análise e a reflexão teórica. Blumer (1931, p. 531), seguindo Kant, afirma que a “[...] percepção sem concepção é cega; concepção sem percepção é vazia”. Para o autor, o mundo das percepções é reorganizado por meio de conceitos sensibilizadores que, conforme Vieytes (2004), visam sugerir onde focalizar o olhar, a fim de identificar os significados contidos nas informações coletadas. Estas permitirão ao pesquisador perceber novas relações na parcela das operações de policiais militares investigada. Nesse sentido, os conceitos sensibilizadores desta pesquisa serão representados pela realidade das práticas operacionais, de policiais militares, no contexto das relações raciais. Os mesmos que serão desenvolvidos e discutidos a fim de nortear a busca pelo fenômeno do estudo.

4 A ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR

4.1 História e natureza da polícia militar

As discussões sobre segurança pública no Brasil e, em particular, sobre as polícias militares, normalmente é tratada como violenta e que deve ser desmilitarizada ou extinta. Porém, deve-se despir do patrulhamento ideológico nas análises, interpretações e descrições sobre o tema para que não se misture a produção com falsas informações ou com o risco de manipular a realidade, criando mitos negativos ou exagerando nas concepções individuais.

Dando um pulo nos exemplos da Antiguidade Clássica, representados pelos povos da Mesopotâmia, da Grécia e de Roma, a origem recente de todas as polícias, civis e militares, está na França medieval e é de natureza militar. Essa concepção de forças militares, no policiamento ostensivo, como polícia judiciária e no papel de juiz, atravessou a Idade Média e a Idade Moderna alcançando os turbulentos períodos das revoluções que convulsionaram a Europa e que marcaram o fim do absolutismo e o nascimento do Estado de Direito.

É importante ressaltar que em 1505, um dos projetos de Maquiavel (1996), foi posto em prática, “[...] criando uma milícia comunal constituída pelos habitantes de Florência” (Cronologia, XXIII-XXIV), para sustentar o cerco de Pisa, sendo que os milicianos iriam substituir os mercenários – grupos de pessoas sem preocupação com a disciplina ou com a coesão, cujas atividades eram pagas para defender o Estado ou para atacar os possíveis inimigos. Porém, como chanceler dos Nove, órgão responsável pelo comando da milícia, Maquiavel estrutura a força policial para uma atuação eminentemente militarizada.

Vale enfatizar que a França foi o primeiro país a instituir em sua linguagem jurídica a expressão “polícia”, através de ato do rei Luís XIV, o Rei Sol, em 1667. O fim da Idade Média e a substituição progressiva nos séculos seguintes do Estado e do pensamento absolutista, adicionado às conquistas do Novo Mundo, originaram as bases primárias para o surgimento de um Estado Liberal. Assim, foi criado o corpo civil de polícia urbana modernamente organizada para policiar Paris, observando que mesmo sendo civil as ações e atitudes foram influenciadas pela configuração militar, sendo comandada por um tenente-general de polícia. Essas ações possibilitaram aos séculos XVI e XVII períodos de profundas transformações na estrutura social, como a reforma religiosa, tanto que, os contratualistas, o Iluminismo e tantos outros iniciaram as alterações que deu início à era do Estado Social.

Inclusive na revolução Francesa de 1789, a força policial militar, foi favorável às reformas da Assembleia Nacional e como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

previa a criação de uma força pública como elemento de garantia. No Brasil, a Guarda Nacional Republicana, teve origem na Guarda Real de Polícia de Lisboa, em 1801, foi o embrião da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, a primeira polícia ostensiva a partir da chegada da família real portuguesa, além de ser considerada a origem das atuais polícias militares do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Ao analisar a Segurança Pública em sua estrutura, percebe-se variações de um país para o outro, entretanto, mesmo verificando essas diversidades pode-se notar que coexistem vários órgãos e contribuições nessa temática. Existe uma profusão de setores dos mais variados possíveis, dentre eles, militares, paramilitares, civis com passado militar e civis com diferentes graus de militarização. Nas modernas democracias, todos funcionam com eficiência em suas respectivas jurisdições, porém, cabe ressaltar que na configuração desses setores predomina o desenho militar.

Nos corredores do tempo, desde a colonização, enquanto assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos (SODRÉ, 2010) da Coroa portuguesa, no território a ser explorado, foi necessário a estrutura militar para atingir os objetivos de “civilizar” a região. Por conta disso, e, com o crescimento populacional, as relações, em muitos casos, eram inapropriadas, por isso, em torno dos moradores e das câmaras municipais, surgiram os quadrilheiros, oficiais inferiores de justiça chefiando quadrilhas de 20 (vinte) homens para prender malfeitores, assim como, os capitães-mores de estradas e assaltos, conhecidos como capitães-do-mato, todos em posturas paramilitares para enfrentar os conflitos em que estavam inseridos.

O crescimento das cidades e da criminalidade provocou o desaparecimento dessas formas rudimentares de polícia e, principalmente com a chegada da Família Real ao Brasil, a criação de corporações melhor estruturadas, tais como, corpo de pedestre, corpo dos guardas vigilantes, guarda montada e corpos militares. Essas “inovações” como regimento regular de cavalaria de Minas e de tropas de segunda linha (tropa paga e de segurança interna – polícia) e de terceira linha (tropa voluntária), como polícia e reserva das tropas de primeira linha (tropa paga e de segurança externa). Eram prenúncios de uma transformação de “assentamento” para um desenho de um Estado-Nação, tanto que foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro (Guarda Real de Polícia); pode se dizer como embrião da polícia militar e do policiamento ostensivo. Até então, prevaleceu a estrutura militarizada de polícia.

Assim, enquanto atributos de urbanismo que configuram um Estado-Nação têm um impacto importante na natureza das relações sociais, dessa forma, as modificações foram necessárias para o posicionamento de ação estatal na comunidade social. Com o *status* de

sociedade moderna, qualquer indivíduo em seu cotidiano conhece e reconhece a polícia militar, mesmo de forma intuitiva, onde certas prerrogativas do mandato policial, no controle do corpo social, normalmente, é evocada como salvaguarda das instituições. Por outro lado, a figura da polícia militar está firmemente inserida nas instituições essenciais cujas características estão na configuração das sociedades contemporâneas. Reiner (2003, p. 19) afirma que no desenho policial está presente o “fetichismo policial”, isto é, pressupõe que a polícia é um pré-requisito essencial para a ordem social e, ainda mais que, sem a força policial, o caos se instala no grupo social.

Nesse caso, a impressão que passa é quando a violência urbana se eleva no sentido de criar a sensação de cidade dividida, entre o eu e o outro, como acontece nos conflitos entre policiais militares e facções criminosas nas sociedades, impressiona a percepção de sempre ficar na dependência da vigilância policial, demonstrando, com isso, o papel chave da instituição em desenvolvimento e no controle dos padrões de civilidade à consolidação da ordem social moderna.

As polícias militares são revestidas de um caráter complexo e difuso, pois quando é chamada para combater a criminalidade e, se soluciona o caso é aplaudida, porém, em determinados momentos, é desacreditada pela sociedade, onde percebem que essa polícia que deveria zelar pela justiça, torna-se responsável por atos violentos, preconceituosos e discriminatórios. É preciso buscar a compreensão, através dos significados desses agentes para analisar do ponto de vista microscópico de como se dá essa repressão para construir soluções viáveis na realidade social.

Nessa perspectiva, Aron (1999, p. 429), em uma perspectiva weberiana “[...] não acreditava que as sociedades modernas fossem essencialmente pacíficas, aceitava a violência como parte da ordem normal da história e da sociedade”. Por outro lado, a relação social ocorre quando dois ou mais indivíduos vinculam sua ação aos atos dos outros, mesmo que os significados e conteúdo das ações não sejam os mesmos para todos. Dessa forma, a relação social pode envolver tanto a solidariedade quanto o conflito entre os participantes.

Quando agem e se relacionam, os indivíduos normalmente se orientam pelo reconhecimento da existência de uma ordem legítima que se manifesta sob a forma de máxima obrigatória ou modelos de conduta. Weber (2015) destaca que uma ordem pode ser válida mesmo que tenha sido transgredida ou elidida em seu sentido. Cita como exemplo um ladrão que admite a validade da norma penal que infringiu ao esconder sua conduta.

Assim sendo, o conflito ou a violência, enquanto ato unilateral de extrapolação da força que causa dano a outra pessoa, na concepção weberiana, aproxima-se mais da noção de

poder, tendo em vista que não envolve legitimidade e consentimento da parte que sofre. Nessa situação, a violência física pode provocar o rompimento da relação social de dominação e, no limite, quando generalizada, acabar com a própria validade da ordem social.

Essa ordem social, na concepção de Estado em Weber (1982, p. 64), se encontra nos “[...] termos de um ‘monopólio’ do uso da força legítima sobre um determinado território”. O aspecto territorial participa da concepção do Estado pelo fato de o autor distinguir estados litorâneos e estados interiores, estados que dispõem de grandes rios e estados das planícies.

Atualmente, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. No passado, as instituições mais variadas, conheceram o uso da força física como normais. Hoje, porém, vale ressaltar que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física de um determinado território. O direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. “O Estado é considerado como a única fonte do ‘direito’ de usar a violência. [...] Isso significa a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre estados ou entre grupos de um Estado” (WEBER, 1982, p. 98).

A polícia militar é uma instituição fundamental das sociedades contemporâneas. Toda polícia é política, devido ao seu papel instrumental no policiamento, na promoção ou na salvaguarda das relações do poder vigente. A instituição policial militar permite avaliar o caráter do poder e as formas específicas da dominação praticadas na formação social. A utilização constitucional da polícia militar, com suas atribuições no Estado moderno, paira nas dúvidas da imposição de ordem social burguesa e as especificidades dos interesses de grupos de poder.

Embora existam vestígios de grupos sociais com funções policiaescas desde tempos mais recuados, a formação de forças policiais que compõem a sociedade, ora sobrepondo uns em detrimento de outros, o mandato de ofertar segurança às pessoas está relacionado ao “[...] momento em que a divisão do trabalho se acentua e estruturas diferenciadas de dominação política, religiosa e aparecem” (MONET, 2001, p. 32). Essa gênese da moderna organização policial militar e a delegação de seu mandato no controle do corpo social está vinculada aos conflitos e rupturas que configuram as relações de poder e de submissão na sociedade brasileira.

As permanentes reformulações das instituições policiais militares, ao longo de sua história, se confundem com a própria formação do Estado moderno e do desenvolvimento da relação entre o Estado e a sociedade. Afinal, os policiais militares são operadores de segurança pública do Estado, organizados em uma estrutura burocrática que os seleciona,

remunera e exerce a função de acordo com as regras jurídicas em vigência. Sem esquecer que a característica do mandato de intervenção policial militar, no corpo social, é uma atribuição conforme as regras das leis sancionadas pelo Estado.

A polícia militar é o primeiro contato da segurança pública com os indivíduos, a prática operacional do policial militar é a face mais tangível da realidade do Estado em seu contato cotidiano com o cidadão, é “[...] como um aborrecimento brutal ao longo de uma vida regulada por decretos” (BENJAMIN, 1990, p. 136). A polícia militar e o seu poder de policiamento na intervenção pessoal no comportamento cotidiano dos indivíduos justifica o conceito de que o estado tem a força como fundamento de poder.

O fundamento do poder estatal realizado pela prática policial militar fica contundente “[...] pela criação, manutenção e comando de uma força física suscetível, por sua superioridade, de impedir a qualquer outra pessoa o recurso à violência, ou de contê-los nos quadros que o próprio Estado autoriza. Essa força pública é comumente denominada polícia” (MONJARDET, 2002, p. 13). As intervenções dessas práticas operacionais, no ambiente social, para redimir os conflitos e dissensões, legitimam a consolidação do poder praticado pela autoridade policial militar.

Assim sendo, na sociedade moderna, “[...] a polícia desenvolveu-se como a organização especializada encarregada da manutenção da ordem, e a ela foi confiada à capacidade de emprego legítimo da força, que é monopólio do Estado” (REINER, 2003, p. 16). A polícia militar está orientada para lidar com os conflitos do cotidiano, tanto pela negociação como pela contenção. Este é o sentido político da atividade policial militar. A visibilidade e a aceitação de suas práticas operacionais nas vias públicas e privadas, como instrumento legítimo de segurança, são necessidades e condições para o exercício do poder estatal.

Nas práticas operacionais da polícia militar, a lei organiza o poder do Estado e institui estratégias apropriadas à conservação da ordem social. Nesta perspectiva, no conceito da imparcialidade das leis que elaboram a ideia de que a lei e a ordem são conceitos simétricos e vinculados ao bem comum. É importante ressaltar que, em qualquer sociedade que classifica as classes, a aplicação das leis reproduz desigualdades raciais e sociais. Mas, em relação às práticas operacionais de policiais militares, as ações, em algum momento se invertem; a ordem é exercida primeiro, momentos depois a lei; operacionalizando a estrutura do controle como estratégias do poder. Neste sentido, a lei se torna o dispositivo que legitima a ação policial militar, e, em relação à manutenção da ordem, a lei é equivocada.

Mesmo assim, a função policial militar na sociedade é de utilizar seus poderes de intervenção na resolução de situações de conflitos, tendo como limites o uso da força. Isto é, impor a ordem, não desprezando a negociação, mas aprimorando a força como recurso legítimo. Dessa forma, a polícia militar mantém sobre a sociedade um poder institucional da regra jurídica que, embora seguindo os postulados legais, aparece a forma própria do poder policial militar.

Por outro lado, havia a preocupação em afirmar a prática de civilizar a sociedade e, com esse intuito as forças públicas tiveram um papel importante nesse processo de controle social; com essa “proposta social” essa força colaborava para disciplinar a sociedade, tornando-a mais próxima do trabalho. As práticas civilizatórias fizeram parte do percurso policial desde os primórdios da colonização, tanto que, de maneira geral, ela fez parte da política dos vários momentos da civilização brasileira, no sentido de elevar e reforçar o domínio, via aparato estatal (PERARO, 2001).

Nesse sentido, o corpo policial, acompanhou outra perspectiva onde o Estado se estabeleceu à era da cidade, cujo espaço se tornou um local propício para a ação policial, pois nesse ambiente aconteciam relações sociais e, também, as formas de controle sobre àqueles que ensejavam a manutenção da ordem e a construção da urbanidade. Isso significa, para Carlos (1992, p. 71), que “[...] o urbano produzido através das aspirações e necessidade de uma sociedade [...] onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais”.

4.2 O Brasil e a polícia militar

Na Idade Moderna (1453-1789), a estrutura de dominação exigia um aparato sustentador e que externasse a visão dos que detinham o poder sobre a grande massa que precisava ser controlada, como fundamento de um suposto alcance do governo estável. No Brasil, a ideia de polícia surge de maneira peculiar, segundo Azkoul (1998, p. 9-10):

[...] a ideia de polícia no Brasil nasceu em 1530 quando D. João III resolve então adotar o sistema de capitâneas hereditárias, outorgando a Martins Afonso de Souza uma carta régia para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras que conquistasse.

Essa estratégia das Capitâneas Hereditárias serviu para expulsar outros possíveis conquistadores que porventura quisessem criar benfeitorias no território brasileiro. As autoridades colonizadoras se fortaleceram nas novas terras e constituíram forças de defesa que

direcionassem as suas ações para a proteção da propriedade contra as invasões estrangeiras e contra as ações dos nativos.

Com essa estratégia política, surgiu a figura do senhor de terras, “[...] com autoridade pública, inclusive do poder militar” (SODRÉ, 2010, p. 25), em consequência do poder delegado, recebia o título de governador e capitão. Eram poderes tão amplos que chegaram a chamar de majestáticos, chegando, alguns senhores ao ‘cumpra-se’ às ordens da Corte. Por conta dessas delegações, aconteceram conflitos políticos entre a Colônia e a Corte, então, a metrópole retoma sua autoridade e faz aparecer as milícias que ocuparam pouco a pouco as funções militares.

Foi nessas milícias que a Coroa colocou seu esforço para a preservação da ordem interna de seus interesses, bem como, para assegurar seu domínio. Assim, a milícia adquiriu importância de grandes proporções. Foi uma força destinada a fiscalizar o povo, a vigiar suas ações e reprimir qualquer manifestação de rebeldia; e, com essas ações, ficou caracterizada uma força de controle da população. Essa estrutura militar caracterizou uma indicação de ameaças, dentre elas, para os indígenas. Contra essa população é que se organizaram as primeiras expedições punitivas e policiaescas que tiveram como missão percorrer o litoral. Foi nessa medida que a colonização conseguiu dar caráter à conquista, estabelecendo-se enquanto engenhos e povoações.

Como os senhores de terras tinham a homologação para manter a defesa na função de governador e capitão, outras particularidades foram necessárias, tais como, o início da legislação militar, que data de 1534 – Carta de Doação de 10 de março. A Carta de Doação era o documento que comprovava a propriedade de uma capitania hereditária a um donatário pela Coroa, que atribuía como posse exclusiva de uma faixa de dez léguas contadas a partir da linha litorânea, mas, quando da sua morte, seus descendentes continuavam a administrá-la, sendo proibida sua venda. Tal procedimento era determinado pelo Rei e tinha caráter militar (SODRÉ, 2010).

Além dessas questões políticas de distribuição de terras, era apresentada a autonomia de exercer proteção aos habitantes pelos senhores de terra. Sodré (2010) afirma que o regimento dessas áreas ditava muitas normas, inclusive as regras de recrutamento e de serviço militar, o entendimento era da necessidade de defesa das povoações e das terras colonizadas, por isso, deveria ter artilharia, munições e outros tipos de armas ofensivas e defensivas. A Colônia utilizou estratégia de dividir áreas entre os colonos para manter o poder econômico, produtivo, dentre outros; todo esse poder sob a tutela do senhor de terras.

Dessa forma, as milícias assumiram um caráter permanente de vigilância, sendo absorvidas pela estratégia da repressão. Outro fator de destaque, nesse policiamento, foi o crescimento da mineração, possibilitando uma mudança na estrutura nesse corpo, seus comandantes foram transformados em chefes militares, que foi a característica fundamental da organização em defesa territorial (SODRÉ, 2010). Nessa configuração, os senhores de terras e, agora também senhores de escravizados, constituem a parcela mais importante da população, inclusive como detentora do poder.

Nesse período da Colônia, Sodré (2010) afirma que não se conheceu nenhuma autoridade que não fizesse uso da força bruta, isso significou que na ponta de uma faca ou no cano de uma garrucha à sombra do homem travestido da figura de um corpo militar. Por outro lado, pode se dizer que, ao longo da história colonizadora, fora construída na perspectiva da força militar em benefício de uma ordem social hierarquizada ordenando como “problemas”, o negro, o índio e o pobre em nome de uma colonização. Após esse período de capitânicas hereditárias, um novo modelo de segurança foi implantado, conforme contribui Pietá (1997, p. 16):

O aparato de segurança com o advento da instituição da colônia em substituição ao sistema de capitânicas hereditárias passa a ser composto basicamente por três forças: Tropas de 1ª Linha ou Corpos Permanentes; Tropas de 2ª Linha ou Corpos Auxiliares ou Milícias e Tropas de 3ª Linha ou ordenanças.

Nesse modelo de segurança, ficou estabelecido que as tropas de 1ª Linha se constituíam do Exército com tropas pagas pela Coroa, integradas por portugueses que exerciam a função de controle e defesa da posse territorial pertencente a Portugal, e que agiam sob ordens diretas dos prepostos portugueses no Governo Geral do Brasil. As tropas de 2ª e 3ª linhas não eram Corpos Regulares, mas sim, um conjunto de pessoas que, por delegação do poder concedente, promovia nas emergentes vilas as tarefas de segurança pública (COSTA; FERNANDES, 1998). Essa questão fica patente quando essas características são reforçadas por argumentos convincentes:

No período colonial, não havia um corpo de polícia regular. Para o policiamento, grupos de vinte moradores, com o nome de quadrilha, ordenados por juízes e vereadores, podiam durante três anos prender malfeitores, vadios, indivíduos de má fama e os estrangeiros. Deviam agir de forma preventiva contra os prostíbulos, casas de jogos, receptadores de objetos roubados, alcoviteiras e feiteiras. Um corpo policial só se fez presente com a vinda de D. João VI ao Brasil (COSTA; FERNANDES, 1998, p. 16).

Essa concepção de segurança e de policiamento prevaleceu até o século XVIII, que culminou com a descoberta de ouro. Portugal tornou a segurança e a polícia com características de uso público para poder ter controle sobre o rico minério, controlando a atividade mineradora através do fisco e utilizando o corpo policial como órgão de controle de polícia. Essa estratégia é demonstrada por Sodré (2010), no momento em que as riquezas minerais são descobertas, a Metrópole começou a aplicar a tributação por meio dos aparelhos de poder público do fisco, de justiça e de milícias que exerciam funções destinadas a manter a população submissa que crescia na mesma proporção da dominação militar.

Essa configuração de uma polícia de controle se perpetuou no país e, por conta desse poder militar, a população mais abastada do Rio de Janeiro demonstrou interesse nesse tipo de policiamento, já que era adequado à segurança da população privilegiada. Mesmo com a organização policial executada por hierarquias personalizadas, a cargo de capitães do mato, capangas, ordenanças e milícias, mas para a população menos abastada essa organização tinha um tom de ameaça, cujo desenho precisava de outras reformulações (BRETAS, 1997).

Essa pressão política, nessa cidade, provavelmente contribuiu para o policiamento regular que começou no início do século XIX, no sentido de fortalecer e garantir a perpetuação das sociedades hierárquicas e a manutenção do controle nas mãos da população detentora do poder. As transformações se efetivaram com a chegada da Comitativa Real Portuguesa ao Brasil tanto que, no ano seguinte à sua chegada, em 1809, a Guarda de Polícia, isto é, a força policial de tempo integral, organizada militarmente e com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos.

A criação da força militarizada teve como finalidade fortalecer o policiamento das ruas, combater os vários tipos de crimes e dar proteção maior à classe dominante do Rio de Janeiro. Qualquer tentativa de revolta, especialmente de sujeitos escravizados, cidadãos negros e mulatos, deveria ser entendida como questão de segurança máxima no Brasil. Além dessas funções, outras perspectivas foram impostas nas realizações de papéis públicos destinados aos policiais, tanto que incluíram:

[...] sua missão incluía aterrorizar pântanos, organizar o abastecimento de água e a coleta de lixo e esgoto, calçar e iluminar as ruas usando lampiões a óleo de baleia, construir estradas, pontes, aquedutos, fontes, passeios e praças públicas. Ficou também sob sua responsabilidade policiar as ruas, expedir passaportes, vigiar os estrangeiros, fiscalizar as condições sanitárias dos depósitos de escravos e providenciar moradia para os novos habitantes que a cidade recebeu com a chegada da corte (COSTA, 2019, p. 3).

Mesmo com essas ações generalizadas, a estrutura policial manteve com o aspecto militarizante que ascendeu rapidamente, tanto que Faoro (1987) entende que o período pós-independência passa a existir entre os idealistas brasileiros e o poder português, abrigado na Corte e no Exército, onde ocorrem sérias disputas pelo domínio político do recém criado Império, e, ainda mais, com a abdicação involuntária de D. Pedro I, essas rusgas se consolidam e a Regência Trina, órgão governativo do momento, impõe drástica redução dos efetivos militares.

Por conta dessas disputas políticas, criou-se a Guarda Nacional com as mesmas características do exército. Dessa forma, a Guarda Nacional se destacou com o enfraquecimento do exército que foi inspirado na ordem liberal da França, porém, suas características estavam vinculadas às velhas milícias e ordenanças do período colonial, cujo propósito era o de controlar as pessoas por meio dos padrões do corpo policial (SODRÉ, 2010).

A criação da Divisão Militar da Guarda real de Polícia, ou seja, “[...] uma força policial de tempo integral, organizada militarmente e com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir criminosos” (HOLLOWAY, 1997, p. 47). Essa Divisão Militar deixou para posteridade uma lembrança de violência e repressão contra a população da cidade, através da figura de seu comandante Miguel Nunes Vidigal, que teve uma atuação violenta “carimbada” pelo folclore das “ceias de camarão” – “‘Ceias de camarão’ porque os que eram pegos pela Guarda Real eram tão brutalmente tratados e o estado em que ficavam era tão lastimável que fazia lembrar o ato de descascar o camarão até chegar a carne rosa” (HOLLOWAY, 1997, p. 49).

Nessas “práticas policiais”, o alvo das repressões eram os escravos e pobres que, muitas vezes, não faziam nada mais do que se divertir. Se havia uma probabilidade de perturbar a “ordem pública”, por esse tipo de diversão com danças e bebidas, também havia uma incompreensão do diferente e do abuso de poder, pois a polícia era um instrumento para fazer cumprir as regras que as autoridades decidiam a ser seguidas. Nesses momentos de relacionamento da polícia e a sociedade foram de um medo profundo, obviamente, um relacionamento seguido com a falta de contentamento e de justiça.

Mesmo com essa dubiedade, a estratégia manteve a força pública como aparelho político dominante e, com intuito de fortalecê-lo, criou as guardas municipais permanentes, estruturadas no modelo de infantaria e de cavalaria, através da Lei de 10 de outubro de 1831 (“autoriza a criação de corpos de guardas municipaes voluntários nesta cidade e províncias”),

evidenciando a descentralização do serviço de segurança, conforme faz sugerir Souza (1986, p. 10):

A Lei de 10 de outubro de 1831, reguladora do funcionamento das Guardas Municipais Permanentes, era o respaldo legal necessário para as decisões em nível de governos provinciais quanto à criação de seu corpo próprio. Assim ditavam os seus artigos básicos: Art. 1º - O governo fica autorizado para criar nesta cidade um Corpo de Guardas Municipais voluntários a pé e a cavalo para manter a tranquilidade pública, e auxiliar a justiça, com vencimentos estipulados, não excedendo o número de seiscentos e quarenta pessoas e, a despesa anual a cento e oitenta contos de réis [...].

De acordo com Pietá (1997, p. 3):

As Guardas Municipais permanentes, exercendo atividades de polícia, possuíam formato militar, seguindo no curso da história como instituições das províncias, mas com forte vínculo e utilização pelo poder central, inclusive em eventos internacionais como foi a Guerra do Paraguai.

Internamente organizada militarmente com atuações voltadas para a manutenção da ordem pública nas Províncias do Império. As guardas municipais permanentes, a partir de 1866 passaram a se chamar Corpo Militar de Polícia da Corte, com atribuições de prender todos os que estivessem cometendo crime, tivessem cometido crime recentemente ou estivessem prontos para cometer crime.

Além dessas tipificações de infrações que o corpo militar tinha que combater, ainda precisava atender outros “crimes”, como: prender participantes de três ou mais pessoas com intento criminoso ou participantes de reuniões noturnas, não autorizadas, de cinco ou mais pessoas, manter sob controle multidão em eventos públicos autorizados, prender envolvidos em motins ou agitações, pessoas que cometessem atos ofensivos à moral pública ou que portassem armas, revistar qualquer pessoa suspeita em busca de armas, entrar nas residências particulares durante o dia para efetuar prisões, dentre outras (HOLLOWAY, 1997).

Com essas ações e em consequência das disputas políticas em relação à Força Policial, a utilização da força pública como elemento constitutivo do Império conseguia atender às necessidades do poder estabelecido. Com esse e outros eventos políticos foi proclamada a República no Brasil – nascida de uma conspiração do poder militar e influenciada pelos Estados mais ricos, São Paulo e Minas Gerais, assim, a jovem República manifestou um dos seus aspectos marcantes – a militarização das polícias estaduais cuja estrutura foi fortalecida com a chegada de missões militares do Exército Francês em São Paulo (1905) e em Minas Gerais (1912), com a chegada de uma missão do Exército Suíço.

É importante ressaltar que desde os tempos mais recuados, a polícia militar, desde sua origem, teve os pilares da hierarquia e da disciplina, bem como, suas peculiaridades em relação aos seus regulamentos e códigos específicos. A característica militar acompanha suas ações com alguns significados, Rondon Filho (2011, p. 79-80; 86) conceitua que “[...] polícia significa quase tudo, tudo o que era conforto, educação, limpo, harmonioso, belo, farto, polido, culto” e mais, “[...] entre o final do século XIX e início do século XX [...] foram incumbidas de defenderem o poder constituído, resguardando interesses regionais, chegando a ter artilharia de campo e aviões de combate”.

Fica evidenciado que a estrutura militarizada da polícia manteve sua vinculação com o Exército, cuja cultura é a de defesa territorial. Por outro lado, a força policial do Estado, seria o resultado dos esforços políticos orientados para produzir e sustentar a paz por meios pacíficos e civilizados. Mas, também como aparelho de controle estatal, além de servir de instrumento militar da ordem para resolver os conflitos citadinos por meio de procedimentos legítimos; nessa configuração, representaria a emergência de uma noção de autoridade postulada nos princípios da legalidade e do consentimento. No entanto, vários atos em suas práticas operacionais foram marcados pela violência, preconceito e discriminação racial.

4.3 Polícia militar em Mato Grosso

Como a província de Mato Grosso era ponto estratégico de conquista entre Portugal e Espanha, o governo português manteve dispositivo de controle para garantir a fixação da população e posse do território que, de acordo com as disposições do Tratado de Tordesilhas, pertencia aos espanhóis. Assim, pensando em garantir a posse do interior da colônia, Portugal passou a desenvolver uma política voltada para a proteção da fronteira entre esses dois países.

Uma das primeiras decisões do governo português, para assegurar a posse do vasto território foi o desmembramento de Mato Grosso da Capitania de São Paulo. Dessa maneira, em 1748, D. João V, decidiu criar a Capitania de Mato Grosso e, para governá-la, o Rei nomeou como seu primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura. Póvoas (1985) afirma que os corpos de segurança foram constituídos por causa das constantes repressões das ameaças espanholas e outras investidas, como de índios, negros rebelados, etc.; vencidas essas questões estaria legitimada a consolidação do território.

Por conta desse cenário, a força pública teve que aumentar seu efetivo e então, se criou a Companhia de Ordenanças dos Homens Brancos, uma Companhia de Homens Pretos, uma Companhia de Ordenanças de Homens Pardos e, posteriormente, seis Companhias de

Ordenanças de Homens Pardos. As Ordenanças foram transformadas em Força Pública com o efetivo de 620 (seiscentos e vinte) homens, dos quais mais da metade eram oriundos das Companhias de Ordenanças. Até então, suas atividades limitavam-se, basicamente, à Vila Bela da Santíssima Trindade e a Cuiabá (PMMT, 2019).

As Companhias de ordenanças, estruturadas nos princípios militares, eram comandadas hierarquicamente pelo capitão-mor, homem branco. Todos os regimentos de Ordenanças eram compostos por brancos, pardos e pretos, que estavam submetidos a este comandante. Em relação aos homens pardos e pretos não tinham ascensões nas Ordenanças, isto é, não eram promovidos para alcançar postos mais altos, pois eram considerados “impuros de sangue”, estabelecendo-se, na maioria das vezes, como soldados nessas tropas.

A província de Mato Grosso, apesar da distância e de toda a dificuldade com a capital do país, manteve relações estreitas com o império, num período de inúmeras agitações políticas, que sobretudo, ameaçavam a estabilidade do Império e de suas províncias como foi o caso de Mato Grosso, que também passou por estas tribulações; assim os violentos conflitos armados tomaram conta principalmente da primeira metade do século do século XIX, no Brasil.

Desta forma, o ambiente mato-grossense, foi palco de lutas durante o processo de formação do Estado Nacional brasileiro, no entanto, nesse período, essas lutas contribuíram para a legitimação do Estado de Mato Grosso e de seu aparato institucional, do qual o corpo policial fez parte, tanto no período imperial quanto no estado provincial. No período do Império, o Estado de Mato Grosso teve muita influência das autoridades do Governo Central, tanto que, ficou evidenciado que, o caráter de cumplicidade entre o governo provincial e o império se dava, pelo fato de que o presidente da província era nomeado por decisão do imperador ou pelos regentes e, essa nomeação, representava a cumplicidade explícita entre o poder local e o governo central, cuja tradução era a aliança, apesar de algumas nomeações na província não serem bem aceitas pelas camadas mais abastadas da população.

Esses conflitos no Império, após a independência brasileira, em 1822, foram caracterizados pela disputa política, mas o que incomodou os brasileiros foi a participação ativa de portugueses em importantes cargos, mesmo após o processo de separação e de independência. Esse foi um dos motivos que estimulou a insatisfação com a monarquia por parte dos brasileiros natos e, ainda, aumentou a dificuldade em manter a unidade territorial. Em Mato Grosso não foi diferente das demais regiões do império.

Desde quando ocorreu a transição de capitania para província, acreditou-se que houve uma instabilidade política e o governo ficou fragilizado. Em consequência desse

descontentamento, o governo vigente deveria ser deposto, mas sem o caráter de revolta e sem cair em crime algum contra o soberano. Mesmo com essa cautela foram reunidas espontaneamente nos paços do conselho, na presença da câmara da cidade, as tropas de primeira e segunda linha, o clero, a nobreza e o povo, com a nítida impressão de depor o governo vigente da província de Mato Grosso.

Com a deposição concluída, o governo de Mato Grosso foi entregue às juntas governativas mistas, compostas por representantes da província, cuja constituição era, em geral, por indivíduos influentes da sociedade local. Após a deposição do governador, o general Francisco de Paula Magéssi Tavares de Carvalho, a segurança ficou sob o olhar das milícias armadas e de cunho particular, as tropas de 1ª e 2ª linha, mesmo com o efetivo reduzido para atender as demandas necessárias (APMT, 2007).

Os primeiros anos da província de Mato Grosso, no império brasileiro, foram muito conturbados, com as revoltas e manifestações populares contra o governo das juntas. Com esses conflitos, o governo das juntas foi considerado violento em toda a província. Essa situação converteu-se em um processo de ruptura com os restos coloniais que se alongaram até o período regencial. Assim, essas manifestações com as patentes mais baixas das forças militares caracterizaram uma rebeldia em Mato Grosso, além disso, a disputa pela localização da capital foi outra questão política complexa que dividiu o governo das juntas.

Por conta dessa rivalidade, nasceu o processo de implantação da organização administrativa da capitania de Mato Grosso entre Vila Real de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (capital) que perdurou até a transferência da capital para Cuiabá, em 28 de agosto de 1835. Porém, com a importância do cunho político de Cuiabá, a transferência foi reconhecida pelo governo do império, assim, a província poderia reivindicar, de forma legítima, o atendimento das necessidades de uma localidade (SIQUEIRA, 1990). Por outro lado, Jesus (2007), enfatiza que ser capital era mais que um título, era a garantia de melhor posição hierárquica urbana, etc., além do respeito que precisa expor do ponto de vista visual e simbólico diante de outras localidades da região. Dessa maneira, Cuiabá tornou-se capital pela Lei nº 1.969, em seu art. 1º: “Fica declarada Capital da Provincia de Mato Grosso a cidade de Cuyabá. Art. 2º Ficão revogadas as Cartas Regias e mais disposições em contrário” (JESUS, 2007).

Essa transferência assegurou mudanças inevitáveis para o espaço urbano mato-grossense que ficaram marcadas principalmente pelo ganho do *status* de capital da província, que possibilitou ao poder público investir em obras de larga escala, melhoramento em edificações públicas e residenciais. Essas transformações deram melhor acabamento às

fachadas, praças e vias, como o palácio do governo, a intendência, a matriz do Senhor Bom Jesus e o quartel ao lado da Matriz, tudo isso fortaleceu a expansão e alteração da paisagem da cidade de Cuiabá (FREITAS, 2011).

A criação do corpo policial de Mato Grosso, além de vigiar, agregou funções de defender, civilizar e até de urbanizar como nas demais províncias do Brasil. Mesmo com os indícios sobre a atividade de policial no Brasil colônia, geralmente os corpos policiais, também estavam ligados a algum interesse particular, até porque a formação desses grupos de segurança esteve ligada intimamente ao surgimento do Estado Nacional brasileiro, que fortaleceu a partir do século XIX.

Nesta ótica, podem ser evidenciados alguns momentos dessa formação do Corpo Policial no país: a) a chegada, no Brasil, da família real portuguesa que foi acompanhada pela Guarda Real Portuguesa; b) a formalização da independência do Brasil em 1822; c) o período regencial que “forçou” que o Estado buscasse meios eficazes de se legitimar nas províncias brasileiras e, para isso, foram encontradas nos Corpos de Polícia com suas inúmeras funções para atenderem da melhor forma as necessidades do Estado.

Nesses momentos da formação dos Corpos Policiais no Brasil, pode-se constatar que suas datas de criação ocorreram na primeira metade do século XIX, como, por exemplo, em Mato Grosso foi no ano de 1835. Em geral, as formações dos corpos policiais, do ponto de vista temporal, ficaram próximos em suas datas de criação, por outro lado, fica o entendimento que suas funções tinham equivalência, isto é, presume-se que esses aparatos policiais foram elaborados na perspectiva da manutenção da ordem nas sociedades provinciais, além de contribuir com a civilidade local.

A partir de então, Cotta (2009) enfatiza que os pontos em comum dos corpos de polícia contribuíram pela sua ampliação. No entanto, a polícia não se limitou aos aspectos de repressão e controle social, pois a ideia de manutenção de ordem estabelecida permaneceu como ponto fundamental para as ações das instituições responsáveis pela polícia brasileira. Essas ações policiais, isto é, os conflitos, eram doenças que deveriam ser tratadas pelos profissionais da saúde social – o corpo policial.

O corpo policial da província de Mato Grosso não teve uma data única de formação, por vezes é apontada para 1835, com a criação de Corpo de Homens do Mato, corpo muito fragilizado em sua estrutura e com pequeno efetivo que não conseguia atender a demanda para a qual era designado. Uma estrutura melhor surgiu com as mesmas denominações e ocupou as funções policiais que marcou a existência de uma Força Policial em 1858. Como em todas as províncias brasileiras, Mato Grosso também se viu na necessidade de constituir

um corpo que tornasse mais efetivas as atividades de manutenção da ordem e de policiar as vilas e cidades para que esse corpo fortalecesse a ordem pública.

Na província de Mato Grosso, os anos iniciais do período regencial foram repletos de atos violentos, o que aparentava a falta das estruturas que melhor legitimassem o Estado. Nesse cenário que as Rusgas se destacaram na província e caracterizaram Mato Grosso, na década de 1830, período em que ocorreram graves crimes, ficando evidente que a demonstração de poder do Estado na província era fraca, pois ficou dos anos 1834 a 1836 à mercê da desordem que tomou conta da província.

A rusga teve características de uma revolta política, conforme Siqueira (2002), e envolveu também questões sociais, pois foi impulsionada pela questão de cor, visto que os revoltosos, em sua maioria eram mulatos e crioulos, cujo sentimento era o de inferiorização em relação aos brancos, a que eram chamados de “caiadros”; o desejo era que estes fossem expulsos e mortos para que eles pudessem assumir o poder provincial. Por isso, exigiram que as escoltas, quando matassem algum caramuru ou adotivo, apresentassem como prova, as orelhas da vítima, que era o significado de identificação.

Após esses vários momentos de violência na Província de Mato Grosso, a sociedade foi convocada a participar das decisões a serem tomados pelo Estado. A necessidade de legitimação das autoridades constituídas e das leis serem seguidas e obedecidas, a administração da justiça deveria marchar sem transtornos e com a devida regularidade. Por conta disso, pede a conservação atual de cinquenta praças, assim como um corpo de polícia rural, que é acessório do município, baseado em regulamentos adequados à boa disciplina para manter o sossego dos pacíficos habitantes que se sentiam sempre incomodados por ociosos, que andam armados de lugar em lugar sem o menor receio de serem incomodados (Discurso do Exmo. Vice-presidente da província de Mato Grosso, Antônio José da Silva, na abertura da segunda sessão ordinária da Assembleia legislativa Provincial, em 2 de março de 1836. Cuiabá, Tipografia Provincial, 1845, APMG, 2007).

Na província de Mato Grosso o serviço de policiar, até 1835, era prestado pelas milícias (tropas de 3ª linha), guardas municipais, guarda nacional e, até mesmo, pelas tropas de 1ª linha. Isso só foi mudado com a evidente participação dos municipais no movimento local, já que estes tiveram uma participação efetiva na rusga em 1834. O Corpo de Municipais foi extinto por Feijó, devido às participações deste corpo nas revoltas regenciais. Foi nesse período que foi criada a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça, e, que se extinguem as Companhias de Ordenanças. A Lei de 18 de agosto de 1831, da Assembleia Legislativa Regencial, autoriza a criação, na sede do império e nas capitais provinciais, os

Corpos de Guarda Municipais, também denominados de Guardas Municipais Permanentes (PMMT, 2019).

Monteiro (1985, p. 17) descreve que esse corpo caiu em descrédito:

Mas, os cabeças, participantes do movimento, sujeitaram-se a processo e muitos foram condenados. A GUARDA MUNICIPAL caiu em descrédito, pois incorporou-se ao ato violento e criminoso. Em decorrência disso, evidente está que ela foi extinta e no ano seguinte, veio a nova corporação como organismo de segurança pública.

Em agosto de 1834 é delegada competência às Assembleias Legislativas provinciais do Brasil para legislarem sobre as policiais, e, devido à transferência do poder municipal para as assembleias provinciais, surgem as denominações de Corpo Policial, Corpo de Polícia ou Força Policial. No entanto, a corporação de Mato Grosso surgiu com a denominação de Homens do Mato e, a província de Mato Grosso foi oficialmente se aparelhando em todos os aspectos, inclusive nas funções policiais. Dessa maneira, foi estruturada essa força pública para prevenir quaisquer rebeliões, além de capturar escravos fugidos. Conforme rege a lei de criação do Corpo Homens do Mato na íntegra, Lei Provincial nº 30 de 5 de setembro de 1835:

Antonio Pedro de Alencastro Presidente da Provincia de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu Sancionei a lei seguinte:

Artº. 1º - Crear-se-há desde já nesta Cidade hum Corpo Policial com a denominação de Homens do Mato, que sera distribuido pelos Districtos do Municipio, como melhor convier ao Governo Provincial.

Artº. 2º - Este Corpo será composto de hum Commandante ou Capitão, trez Cabos e vinte quatro Soldados divididos em trez Esquadras, e com o vencimento diário, a saber: o Capitão cem reis os Cabos noventa, e os Soldados oitenta, além da Etapa quando sahirem em diligencia.

Artº. 3º - Estas despesas serão pagas pela Camara Municipal da Capital, das sobras, que houverem nas quantias designadas na lei do Orçamento de 1835 a 1836 para as suas Despezas.

Artº. 4º - Alem dos vencimentos, de que trata o deste Corpo as tomadas d'escravos estipulados no antigo Regimento dos Capitaes do Mato, que lhes serão pontualmente pagas pelos respectivos Senhores.

Artº. 5º - O alistamento para a formação deste, Corpo sera feito pelos Juises de Paz, por ordem do Governo em todo o Municipio e dele só serão excluídos:

§ 1º - Os bêbados habituaes, ladroes conhecidos e incorregiveis.

§ 2º - Os menores de deseseis anos, e maiores de cincoenta.

§ 3º - Os casados, que tratão de suas famílias, e os que vivem honestamente do seu trabalho, commercio, ou officio.

Artº. 6º - Huma Lei provincial, que terá lugar logo que dos outros Municipios venhão as propostas sobre este objeto, regulara definitivamente, e por detalhe, a força, serviço, alistamento, recompensa, e castigo dos homens do Mato em toda a província.

Artº. 7º - Ficão revogadas as leis, e disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as Authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se constem. O Secretário d'esta província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio

do Governo da província de Mato Grosso, na Cidade do Cuiabá aos cinco de Setembro de 1835, Decimo quarto da Independencia e do Imperio.

Antonio Pedro de Alencastro

Cabe ressaltar os fatores que realmente desencadearam na lei de implantação deste corpo, com funções específicas de policial, até porque precisava perpassar pela estruturação da província enquanto desenho de Estado. Assim a necessidade da criação do corpo policial, para legitimar a estrutura de Estado, atendendo o “espaço do século XIX”, inclusive com a característica de protagonizar a captura de escravizados em fugas, conforme especificado no art. 4º da Lei Provincial nº 30.

Com esse formato de corpo policial passa a substituir os capitães do mato enquanto modelo anterior ao desenho de Estado. Pois, enquanto Estado, o Corpo Policial foi creditado com as atribuições de força pública, atendendo essas necessidades estatais, tanto que o Corpo de Homens do Mato foi dividido em quatro cidades da província: Cuiabá, Chapada, Rio a Cima (Santo Antônio do Leverger) e Poconé.

Essa força pública ficou protagonizada pela captura de escravos fugidos, cuja particularidade ficou demarcada em um dos artigos de sua criação, em que estabeleceu que os negros escravizados recapturados fossem entregues aos seus proprietários, onde receberiam um “vencimento” por essa devolução. Entretanto, essa importância estatal em relação ao corpo policial, que continuou mudando as suas estratégias de combate ao crime, mantendo a estrutura militar.

Nessa perspectiva estratégica e para que ocorresse uma efetiva melhora no corpo policial, e, evitando um esvaziamento no referido corpo policial, a disciplina foi enfatizada para manutenção do militarismo, pois isso caracterizou autonomia, manteve um oficial como comandante, o qual regula as instruções e as táticas necessárias como técnicas de combate ao crime existente. Com essas características o corpo policial satisfaz com a finalidade de policial as cidades e desempenhar diligências importantes no âmbito de suas obrigações, com tudo isso, o comandante mantém sua subordinação, que é base fundamental da força policial.

A disciplina militar avançou como uma técnica de base para impedir desobediência, para impedir deserções e manter um corpo coeso como uma unidade em majoração de força, com estímulo de crescimento e coordenação das habilidades e multiplicando a potência de fogo de cada policial, proporcionando um ataque compacto, além de aumentar as capacidades de resistência sem diminuir o vigor de cada componente. Essas características de policiamento foram mantidas, mesmo com as várias designações da força policial. Após a criação de Homens do Mato em 1835, modificou-se para Corpo de Homens do Mato em 1844, quase que

imediatamente, outra denominação – Corpo Municipal Permanente em 1845, um pouco mais tarde, Guarda Provisória de Segurança Pública em 1848, um pouco mais adiante, Companhia de Pedestre em 1849 e, em 1864, cujo período evidenciou a Guerra do Paraguai, por conta disso, as forças policiais transformaram-se em Voluntários da Pátria (MONTEIRO, 1985).

Assim sendo, ao longo do século XIX, passou por várias transformações. O regime escravagista, aos poucos, perdeu força, as transformações sociais eram evidentes. Os negros, que antes, eram mãos de obra no campo e “caçados” pelo corpo policial, passaram a ser numerosos no perímetro urbano e passaram a se engajar no referido corpo policial, muitas vezes, realizado pelo recrutamento considerado pouco criterioso. Machado Filho (2003) exemplifica que alguns alvos desse recrutamento eram negros fugidos que se deixavam recrutar, na tentativa de escapar dos castigos do açoite e também como forma de estar “livre”.

Nesses procedimentos de recrutamento, no corpo policial, os parâmetros disciplinares ganharam espaço na construção da instituição policial. A hierarquia, outro ponto importante que passou a ser um requisito que deveria ser compreendido e respeitado pelos componentes da polícia que, por outro lado, esses agentes incorporaram nessa estrutura da hierarquia e disciplina, cuja adaptação foi condição de permanência na ordem pública. A disciplina e a hierarquia impostas aos agentes passou a ser obtida por rigorosos treinamentos, desde o início da formação, enquanto técnica dos corpos para aquisição das formas disciplinares, questões imprescindíveis no século XIX.

Esses policiais, nesse formato, se tornaram importantes para a sociedade, pois se transformaram em engrenagens agregados à vontade das questões políticas e personificados na figura idealizada do Estado. Desta forma, o Estado utilizou-se de seu poder de gestão para ter as ferramentas apropriadas para manter a ordem e o progresso representados pela força policial, que passaram a expressar as forças normativas independente de suas vontades. Essa perspectiva, lembra Michel Foucault (1999) na docilização dos corpos, levando muitas vezes do esquecimento das porções psicológicas dos indivíduos, em seus significados, interpretações e interações.

Dessa forma, a polícia se transformou, deixando de ser responsável pela “higienização urbana” para se tornar também a garantidora do poder estatal, utilizando da força física que era garantida pelo Estado, através do monopólio da violência, inclusive utilizando a tese de Weber (1982) que o Estado se tornou o único a possuir o direito de utilizar da violência.

Nessa permissão estatal, que é o exercício desse monopólio da força, como pondera Weber (1982), o Estado permitiu que os corpos policiais utilizassem da prática da violência e do seu nome. Por outro lado, o corpo policial foi a estratégia responsável para a consagração

de legitimação do território deste Estado perante a sociedade em defesa contra possíveis ameaças, bem como, na solidificação dos seus poderes. Assim, a polícia se institucionalizou como corpo militarizado, com atribuições específicas no recém-criado império brasileiro para que pudesse representar a soberania do Estado Nacional em uma nova realidade que possibilitasse as pretensões do ordenamento jurídico, social e financeiro de um Estado.

Por conta dessa estrutura estatal, o tom da força pública foi o de caráter militar. Esse fato se fortaleceu ainda mais a partir de 1891, quando passou a se chamar Força Pública. Nesse período já República, sua missão era garantir a segurança das instituições da república do Estado e a manutenção da ordem, acrescentando ainda os dizeres da Constituição Política do Estado de Mato Grosso de 1891, em seu art. 65:

Todos os habitantes do Estado, salvas as restrições legais, são obrigados a pagar em armas para sustentar a sua autonomia e integridade, e defende-lo dos seus inimigos externos ou internos etc., sendo que o Decreto nº 32 de 1892 promulgou o Regulamento da Força Pública do Estado em que disse, o Corpo de Polícia é organizado [...] e a seguir, terão praça na Força Policial os cidadãos brasileiros e estrangeiros de boa conduta (MONTEIRO, 1985, p. 32).

Nesse mesmo Regulamento, o corpo policial foi denominado de Corpo Militar, Corpo de Polícia, Força Pública e Força Policial. No entanto, o que predominou foi a estrutura do corpo militar, até chegar ao que se conhece atualmente. Além disso, envolveu em fatos de destaque no Estado, até que em 1917, teve seu caráter militar legitimado por meio do Decreto nº 22 e Aviso nº 892 de 23 de novembro (MONTEIRO, 1985), quando as polícias militares foram declaradas forças auxiliares do Exército e reserva de 1ª linha, em caso de guerras.

Desde o ano de 1940, a denominação polícia militar já vinha sendo adotada, mas a legitimação chegou por meio do Decreto nº 337, de 25 de julho de 1947, em seu art. único – “A Força Policial do Estado passa a denominar-se POLÍCIA MILITAR, revogadas as disposições em contrário” (MONTEIRO, 1985, p. 105), e, desde então, polícia militar. No ano de 1947, por ocasião da promulgação da Constituição do Estado de Mato Grosso, em seu Título IX:

– Da Polícia Militar, estabelece sua função, em seu Artigo 136 – A Polícia Militar, instituída para manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado, é considerada força auxiliar do Exército Nacional, nos termos da Constituição. Em seu Parágrafo Único – Compete também à Polícia Militar cooperar na construção e conservação das rodovias estaduais e intermunicipais.

Nesse processo de transformações, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) nos termos da Lei, passou a ter a função primordial de polícia ostensiva e de

preservação da ordem pública do Estado, continua como força auxiliar e reserva do Exército do Brasil e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro. Seus integrantes são denominados militares estaduais, conforme prescreve o art. 42 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A missão da polícia militar ficou definida por intermédio da Constituição Federal de 1988, da seguinte forma:

Artigo 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V – Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...];

§ 6º. As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, [...] aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Assim, seguindo essa orientação federal, em 1989, Mato Grosso também menciona seu caráter e a missão da polícia militar no texto da Constituição estadual que rege o seguinte:

Artigo 80. A polícia Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, é dirigida pelo Comandante-Geral.

[...]

Artigo 81. À Polícia Militar incumbe o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública [...], além de outras atribuições que a lei estabelecer (MATO GROSSO, 2021).

A característica militarista continua viva no combate ao inimigo, a força e o vigor físico refletem o preparo do operador de segurança pública. Pode-se chamar essa configuração de cultura de ofício militar que foi utilizada ao longo da história do Brasil e de Mato Grosso, baseada na disciplina/hierarquia e na prática de resolução rápida de problema encontrado. Todo confronto significa violência e, para amenizá-la, somente com estratégia e táticas militares para conter o adversário literalmente desviado.

4.4 Preto/pardo: uma questão peculiar nas polícias militares do Brasil

Na América portuguesa a hierarquia ordenava a sociedade colonial e organizava as relações sociais do Antigo regime, que foi permeada pelos valores de honra, prestígio, distinção e desigualdade. Nesses mecanismos de hierarquização e alcance de distinções sociais para a parcela negra da população, existente na América portuguesa, durante o período de colonização, o destaque e a importância foi a esfera militar (LARA, 2004).

Na América Lusitana, havia diferentes formas de incorporação dos pardos e dos pretos escravizados, forros ou livres no âmbito militar. Esses homens podiam ser utilizados de uma maneira privada, isto é, como uma espécie de guarda pessoal, sem característica militar, cujo desenho se associava às tropas de pardos e de pretos organizadas de forma recorrente nesse período de colônia, em caso de necessidade, sendo a mais conhecida como Terço dos Henriques.

Esses conflitos bélicos, no período colonial, abriram caminho para as construções de mitos, entre eles, o mito de Henrique Dias. Negro liberto, chefiou um batalhão de homens livres e escravos na guerra contra os holandeses no Nordeste e sua figura é destacada como um dos heróis da restauração pernambucana. Governador das companhias de crioulos, negros, mulatos, foi mestre de campo no Terço de Henriques. A partir de então, os diversos corpos militares, cuja composição era de homens negros, passaram a ser chamados de Henriques. Durante todo o século XVIII e também no XIX existiram corpos militares de Henriques nas diversas capitanias da América portuguesa.

O terço – organização de tropa europeia, era uma unidade tática que tinha como estratégia o predomínio da infantaria sobre a cavalaria e, sobretudo, uma combinação de luta com armas brancas e de fogo. Os terços se estruturavam em companhias – que eram compostas por dez quadras comandadas por um cabo encarregado pelo cuidado e das armas. Os sargentos se ocupavam da disciplina e da transmissão das ordens. O alferes atuava como auxiliar direto do capitão e era responsável pela bandeira da companhia. No comando da companhia estava o capitão, a quem cabia nomear todos os seus subordinados. À frente do terço estava o mestre-de-campo, nomeado diretamente pelo rei ou pelo Conselho de Guerra. Era o encarregado de executar as decisões adotadas pelos generais, assim como zelar pelo exato cumprimento da disciplina. Entre os mestres-de-campo e os capitães estava o sargento-mor, encarregado de transmitir as ordens superiores aos oficiais do terço, bem como, se ocupava da preparação e desenvolvimento dos combates (CASTILLO, 1999).

Na presença negra, nas Minas Gerais do século XVIII, os homens negros estariam militarmente agrupados em quatro espécies de milícias: as companhias auxiliares de infantaria, as companhias de ordenanças de pé, os corpos de pedestres e os corpos de homens-do-mato. Essas milícias institucionalizadas nas Minas, a partir dos primeiros anos de 1700, eram vistas, de maneiras distintas pelas autoridades portuguesas, quanto à sua funcionalidade. Por conta dessa desconfiança, no decorrer do século XVIII, sofreram diversas modificações.

Apesar dessas reestruturações, os homens pretos e pardos, fizeram parte das estratégias de defesa, seja do ponto de vista de defesa externa (defesa do território) ou de

defesa interna (perímetro urbano). De acordo com a especificidade da missão a desempenhar e, se a companhia de homens pretos estivesse distante do lugar, objeto da missão e se não pudesse estar reunida ao terço, receberia a denominação de companhia franca. Essas estruturas estratégicas perduraram até o século XIX, e a referida configuração de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos e pretos libertos passou do terço para regimento e, a designação mestre-de-campo, foi substituída por coronel.

Dentre essas modificações, a estrutura militar com a presença de pretos foi a denominada milícia negra ou corpo de pedestre, que era formado por negros, pardos libertos e escravos, inclusive com a missão de capturar escravos fugidos. Essa peculiaridade “especial” dos homens negros, que estavam caracterizados por possuírem vasta experiência como guias nas expedições militares, por estarem inseridos nos corpos de homens-do-mato, e, principalmente, por não terem soldos, fardamentos, equipamentos, armamentos ou alimentação da Real Fazenda, tinham apenas uma recompensa que era feita pelos proprietários dos escravos recuperados.

Por outro lado, esses pelotões de homens pretos ofereciam qualidades na utilidade nas ações, tinham facilidade de entrar na selva. Possuíam técnicas específicas de combate dos corpos militares, e, em suas ações utilizavam emboscadas, sabiam explorar os acidentes topográficos, conheciam a selva, as montanhas, os rios e utilizavam as táticas de guerrilha assustando seus adversários. Além disso, sabiam tirar da natureza seu alimento, abriam caminhos nas selvas em vários tipos de superfície.

A criação desses corpos militares de homens de cor em Minas Gerais, na Bahia e em Pernambuco tinham como finalidade estar prontos para as guerras contra potência estrangeira, isto é, os inimigos externos. Mas, ao longo do século XVIII, pretos, pardos, crioulos foram recrutados para combater os inimigos internos – índios e quilombos. Diante desse quadro de *status* e de liberdade, coube aos negros a tarefa de provar suas habilidades militares, buscando as recompensas a receber. Essas atitudes eram importantes para o governo, tanto que valia a pena a institucionalização das corporações, particularmente as instituições denominadas “milícias”.

Essa estrutura miliciana continuou no território brasileiro que ainda não fora consolidada enquanto Nação-Estado. Tanto que entre as décadas de 1770 e 1820, grande parte das colônias escravistas das Américas conquistaram sua independência em lutas violentas e, às vezes, revolucionárias contra as potências colonialistas. Um aspecto comum nessas lutas foi o recrutamento de escravizados negros para aumentar o efetivo e a força em combate. Para os escravos, os resultados dessas lutas pela independência foram ambíguos, no Haiti a vitória

e liberdade prevaleceram, nos Estados Unidos e no Brasil o triunfo foi da classe senhorial – o sistema escravista foi fortalecido. Na América espanhola, com exceção de Cuba e Porto Rico, a escravidão entrou em decadência durante essas guerras de independência, cujas lutas perduraram até meados do século XIX. Em todos os casos, a participação militar de escravos foi um fato significativo.

Esse foi o cenário das intensas necessidades de manutenção da tranquilidade pública e de policiamento, onde a presença da população negra – escravos, forros e livres, foram protagonistas nas forças militares. Para esses indivíduos negros, para as autoridades existentes era uma situação vantajosa, pois com esse reforço de efetivo formava-se um espaço de negociação entre o soberano e os pardos e pretos uma moderada ascensão social em troca de uma parceria para lidar com os problemas de violência, bem como, para atender às demandas da chamada, mesmo incipiente, de segurança pública, além de reproduzir o governo dos negros sobre os negros através da hierarquia e das formas da estratificação social.

Nesse “campo de batalha” as autoridades permitiam que os pardos e os pretos utilizassem armas, já que ao serem introduzidos ao ambiente militar, era necessária essa tomada de decisão, pois lutar era fator primordial para o sucesso das empreitadas de manutenção da ordem. Por outro lado, era preciso que a sociedade moldasse um parâmetro de organização corporativo, como era a estrutura social, orientada no sentido de defender os interesses regionais, diante das diretrizes centralizadoras de organização e de defesa militar implementada a partir da segunda metade do século XVII.

4.5 Estrutura da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

A polícia militar está estruturada administrativa e operacionalmente nos seguintes aspectos: Nível de Direção Geral, de Decisão Colegiada, de Direção Superior, de Direção Setorial, de Assessoramento Superior, de Nível de Apoio e de Nível de Execução, que são os 15 (quinze) Comandos Regionais e um Comando Especializado, localizados em cidades estratégicas para atender todas as demandas de Segurança Pública no Estado de Mato Grosso.

Operacionalmente, a instituição está organizada em comandos intermediários, batalhões, companhias e pelotões. Os batalhões têm suas bases nos grandes centros urbanos e suas companhias e pelotões são distribuídos de acordo com a densidade populacional nas cidades circunvizinhas. Normalmente os pelotões são também subdivididos em destacamentos ou postos de policiamento; observa-se também, a polícia montada, isto é, a cavalaria que está organizada em regimentos, divididos em esquadrões e pelotões.

Essa estrutura policial militar, enquanto estrutura de Estado, é direcionada para promover a tranquilidade pública e a paz social no Estado de Mato Grosso e, nessa perspectiva, possui a missão de promover tranquilidade pública à população por meio das ações de polícia ostensiva e gerenciamento de conflitos sociais, visando a manutenção, prevenção e restauração da ordem pública e da paz social no Estado de Mato Grosso. Nessa caminhada estabelece a visão de ser uma instituição militar reconhecida pela credibilidade na promoção da tranquilidade pública e da paz social no Estado de Mato Grosso e todo esse movimento está pautado nos valores da ética, comprometimento, eficiência/eficácia e excelência.

Conforme se observa, ao longo da história da Polícia Militar de Mato Grosso, a prioridade foi a de preparar homens prontos para confrontar a complexidade das “guerras criminais urbanas”. Assim sendo, a estrutura continua militarmente organizada, tendo a disciplina e a hierarquia como manutenção das circunstâncias da vida militar e, obviamente, entre os servidores militares da ativa, da reserva remunerada e os reformados, conforme prescrito na Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso.

Capítulo V – Da hierarquia e da disciplina

Artigo 34 – A hierarquia e a disciplina são as bases das instituições militares estaduais.

[...]

[...]

Artigo 36 – A disciplina militar estadual consiste no exato cumprimento dos deveres, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por todos os integrantes das instituições militares estaduais.

[...]

§ 2º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos, permanentemente, pelos militares, tanto no serviço ativo quanto na inatividade.

§ 3º - A civilidade é a parte integrante da educação militar estadual, cabendo aos superiores, pares e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuos (MATO GROSSO, 2014).

Nesse desenho organizacional, a cada nível hierárquico são atribuídas as responsabilidades, as competências específicas e as atribuições funcionais. Nessa estrutura também está presente a distribuição profissional de seus componentes, o escalonamento entre oficiais e praças (oficiais – coronel, tenente-coronel, major, capitão, tenente; praças – subtenente, sargento, cabo e soldado). Os oficiais são preparados ao longo da carreira para o exercício de funções de comando, de chefia e de direção, resultando daí os comandantes, diretores e instrutores. Os subtenentes e sargentos auxiliam e complementam as atividades dos oficiais na instrução, na administração, no emprego de meios para a execução de atividades de

policiamento ostensivo peculiares à polícia militar. Os cabos e os soldados são essencialmente os profissionais de execução, realizando a tarefa de patrulha policial militar. O indivíduo deve agir dentro do sistema, cuidadosamente definido profissionalmente, ao que lhe for designado. Assim que aprende sua localização passa a saber que não pode fazer muita coisa para mudar a situação. Berger (1994, p. 45), contribui afirmando que:

Ao esquema oficial de organização sobrepõe-se uma rede muito mais sutil, muito menos visível, de grupos humanos, com suas lealdades, preconceitos, antipatias e, principalmente, códigos de comportamento. A sociologia [...] está entulhada de dados a respeito do funcionamento dessa rede, que sempre existe em vários graus de acomodação e conflito com o sistema.

Mesmo nessa perspectiva de competência profissional militar, o posto (oficiais) ou a graduação (praças), pressupõe uma operação de abordagens cuidadosa e estratégica, consolidando com a técnica de combate “sem riscos maiores” para os participantes da ação. Nesse ponto de vista social, é apontada uma “violência simbólica”, cuja relação com a ação policial militar aparece a vinculação com um processo coercitivo que estabelece a estratégia para a manutenção da ordem social restabelecida.

Assim, a disciplina e a hierarquia conduzem à obediência às normas e regras da instituição policial militar que passa por um processo de massificação dos indivíduos, na medida em que há uma exigência de padronização de atitudes. A disciplina e a hierarquia são facilitadoras dessa padronização e da conseqüente reprodução da uniformidade por parte de seus componentes. Os policiais militares utilizam esses recursos de manutenção da ordem pública e, de alguma forma, impulsionam seus papéis ocupacionais fazendo prevalecer o garbo militar, que, em algumas vezes, implica em situações de desconforto profissional.

4.6 O ensino militar no Brasil

A formação policial militar vem se configurando historicamente, no Brasil, em uma concepção mais lenta em relação ao Estado Democrático de Direito, e, mesmo com os avanços técnicos/profissionais, o modelo circunscrito aos militares continua em um parâmetro tradicional com o pressuposto centrado no instrutor/professor e nos conteúdos apresentados, cujas circunstâncias não correspondem às formas diferenciadas para compreensão das relações que a polícia militar deve estabelecer com a sociedade diversificada, em especial à população negra.

O preparo militar no Brasil, durante a colônia, resultou na necessidade que a Coroa encontrou para defender o extenso território, em especial o litoral, das investidas de outras nações que lhe eram hostis e que conheciam as riquezas que a terra ocupada poderia lhes fornecer (BEIER, 2013). Como a metrópole não dispunha dos meios necessários e suficientes para prover a defesa da terra, Portugal decidiu que os nativos deveriam aprender a arte da arquitetura, o uso e manejo de artilharia e, com essas atitudes apontadas, surgiram as primeiras aulas de ensino militar, era o final do século XVII (TELLES, 2003).

No século XVIII, especificamente em 1792, a aula militar do regimento de artilharia foi transformada na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da cidade do Rio de Janeiro. A Academia tinha um currículo de seis anos e os alunos de Infantaria e Cavalaria completavam o curso ao fim do 3º ano, os de Artilharia aos cinco primeiros anos e os de Engenharia, o curso completo. Esses estudos, nos três primeiros anos, eram comuns aos alunos das quatro Armas (VIANA, 2019).

No século XIX, com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, o ensino militar é reorganizado, e, com a Carta de Lei, de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar, inaugurada em 23 de abril de 1811, nas dependências da antiga Casa do Trem, no Rio de Janeiro (SEIDL, 2010). Cabe enfatizar que o ensino adotado era predominantemente científico e de elevado nível, valorizando, sobretudo, o estudo de Matemática e ciências afins e tinha duração de sete anos (GONÇALVES, 2009). Tratava-se de uma instituição pouco militarizada, que não exigia a prática de exercícios físicos nem o uso de uniformes, não realizava cerimônias de formatura e não estabelecia normas de conduta, mas, por outro lado, havia a instrução militar (habilitação em Engenharia, Artilharia, Geografia e Topografia).

Nessa sequência, em 1822, a Academia Real Militar passou a se denominar Imperial Academia Militar e, em 1832, Academia Militar da Corte. Em 1839 ocorreu a primeira reforma no ensino militar, sendo que, o curso de formação de oficiais reduziu para cinco anos e incluiu a formação de oficial de Estado-Maior. Mesmo assim, a Engenharia continuou como prioridade na formação militar. A Academia se transformou em Escola Militar, destacando o desenho militar, contrapondo ao modelo inicial, pouco militarizado.

A nova unidade de ensino passou a ser o único acesso ao oficialato, conforme prescreveu a Lei nº 585, promulgada em 6 de setembro de 1850, que regulou o acesso aos postos de oficiais das diferentes Armas do Exército. A Assembleia Geral decretou o seguinte: “Artigo 1º - O acesso aos postos de oficiais das diferentes Armas do Exército será gradual e sucessivo desde Alferes, ou segundo tenente até Marechal de Exército”. E, ainda, com a

aprovação do regulamento pelo Decreto nº 772, de 31 de março de 1851, tornou-se a condição normativa para a ascensão ao posto de oficial da corporação, pois existia a “cultura do cadetismo”, em que os cargos eram ocupados por meio dos privilégios de nascimento, isto é, a ascensão funcional dependia da sua origem familiar, sem levar em consideração a meritocracia.

As transformações continuaram ocorrendo, tanto que em 1874, chegou outra reforma no ensino militar que teve forma com estrutura de um curso acadêmico, organizado em três anos, distribuindo os conteúdos disciplinares em séries, e, não mais em aulas separadas. Nesse formato, o curso passou a expedir diplomas de bacharelado e, nesse particular, Motta (1976) cita que os jovens oficiais se orgulhavam de seus diplomas de bacharéis e faziam questão de serem chamados de doutores em vez de alferes, tenentes ou capitães como se escusassem de seus postos na hierarquia militar.

Esse ensino estava imbuído da doutrina de Auguste Comte que professava uma religião da humanidade e que visava o cosmopolitismo. Contudo, foi considerada uma boa doutrina, mas não para o soldado, que antes de tudo foi desenhado para empunhar armas em defesa da pátria (CASTRO; D'ARAUJO, 2001). Porém, com a reforma de 1889 e o regulamento Benjamin Constant, pelo Decreto 371, de 2 de maio de 1890, iniciou uma nova filosofia na formação de oficiais, de fato profissionalizante, porém, mantendo a exigência de uma cultura científica sólida, sem os exageros que lhe conferiu prioridade em relação à formação técnico-profissional.

Com essa reformulação, as características da conduta militar, tais como, atos de heroísmo, de bravura, de espírito militar, mostraram-se difíceis para a manutenção hegemônica para as Forças Armadas. Assim, em 1900, implantou-se a reforma Hermes da Fonseca no Exército, totalmente voltada ao profissionalismo, cristalizada em rígidos regulamentos. O lema de Hermes, rumo à tropa, que bem caracterizava a procura da eficiência da Força Militar Terrestre (ABREU *et al.*, 2001).

Essa reformulação no ensino, proporcionou no início do século XX, a concentração nos conteúdos das disciplinas com sua aplicabilidade militar. Tanto que, em 1906 foram enviados oficiais do Exército Brasileiro para estagiar na Alemanha, pois, naquela ocasião, o país alemão dispunha de forças militares profissionalizadas, que serviu de modelo para exércitos de vários países da América do Sul. Outra experiência nesse sentido, foi em 1918, quando o Exército Brasileiro recebeu a Missão Francesa para fortalecer os laços militares dessas forças da nação.

Essas reformas no ensino do exército, influenciaram a estrutura do ensino militar, em quaisquer forças do Estado-Nação, priorizando a objetividade do ensino e a praticidade dos métodos e dos processos. Dessa forma, a postura fora da pedagogia do “fazer para aprender”, até porque, “[...] o saber pode ser adquirido lendo e ouvindo. O saber fazer só se aprende executando; daí o provérbio ‘só forjando, conseguir-se-á ser ferreiro’” (FERREIRA NETO, 2006, p. 4).

Percebe-se que a preocupação dessas reformulações foi a de priorizar a estrutura hierárquica, mas começando pelos oficiais. Essas estruturas, militar, de ensino, pedagógico e filosófico foram incorporadas às polícias militares, forças reservas e auxiliares do exército, mesmo enquanto componentes de segurança pública. O modelo ainda evidencia o tecnicismo como estrutura pedagógica influenciando o currículo como ferramenta de formação policial militar, além do mais, observa-se que nessa caminhada de ensino militar não foi encontrado registro de formação de soldados.

4.6.1 A formação policial militar no Estado de Mato Grosso

O ensino policial militar no Estado de Mato Grosso, surge com a normativa de criação do Centro de Instrução Militar, que foi estabelecida em decreto federal:

O interventor federal substituto do Estado de Mato Grosso, usar da atribuição que lhe confere o artigo 6, item V, do Decreto-lei federal nº 1.208, de 08 de abril de 1939, decreta:

Artigo 1º - Fica criada na Força Policial do Estado de Mato Grosso, o Centro de Instrução Militar, destinado ao aperfeiçoamento e preparo dos oficiais e habilitação e formação dos sargentos e promoção ao oficialato da referida corporação.

§ único – O aspirante a oficial não poderá ser promovido ao posto imediato e o segundo tenente comissionado não poderá ser confirmado nesse posto, sem que primeiro obtenha aprovação final no curso do C.I.M. ora criado.

Artigo 2º - Fica adotado no C.I.M. o regulamento do Centro de Instrução Militar da Força Policial do Estado de São Paulo, na parte em que for aplicável até que seja elaborado o regulamento deste Estado [...] (MATO GROSSO, 1946).

A referência normativa ao ensino de São Paulo foi enfatizada, tendo em vista que este estado tinha a melhor e a maior em efetivo do país. Mesmo com essa observação normativa, o ensino policial militar não foi operacionalizado pela Força Pública do Estado de Mato Grosso, não sendo perceptíveis as razões e nem os motivos pela não implantação do ensino policial militar naquele momento.

Somente na década de 1940, o ensino policial militar no estado de Mato Grosso surgiu, obviamente com a estrutura militarizada e pela influência da educação do Exército brasileiro, a partir da edição do Decreto-lei nº 778, de 10 de agosto de 1946, criando o Centro

de Instrução Militar (CIM), com o objetivo de formar e aperfeiçoar oficiais e praças da Força Pública (MATO GROSSO, 1946). Essa estrutura de ensino e da corporação estão sustentadas pelo modelo militar: a hierarquia e a disciplina que são marcadores no processo de formação policial militar do Estado de Mato Grosso. Particularmente, no governo de Getúlio Vargas e do governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, que nomeou comandante da polícia militar o tenente-coronel Daniel de Queiróz, que assumiu o comando em 10 de fevereiro de 1951, teve como meta estabelecer o funcionamento do CIM com o objetivo de formar oficiais e instruir a tropa (GONÇALVES, 2009).

Com essa atitude, o Comandante-Geral da polícia militar, demonstrou preocupação com a formação dos policiais militares, e, mesmo com as transformações no ensino militar, a formação do soldado da polícia militar não foi contemplada, os cuidados de qualificação ficaram na formação de oficiais – homens de comando. Mas, a solicitação de formação policial militar no Estado de Mato Grosso fora concretizada, pois ficou constatado que havia necessidade de melhorar o nível intelectual do quadro de oficiais da polícia militar.

Essa iniciativa retomou o processo de operacionalização do CIM, proporcionando uma profissionalização dos componentes da Força Policial, por outro lado, a ponta, que são os soldados – homens de execução, que estão na interação com a sociedade, mais uma vez ficaram fora do processo formativo. Mesmo com essas distorções, a dimensão da situação da representação social levou o pleito solicitado à aceitação de todos os poderes constituídos. A Assembleia legislativa acatou a mensagem nº 72, de 22 de novembro de 1951, assinado pelo governador Fernando Corrêa da Costa, aprovando a pauta em questão.

A criação do CIM, em Mato Grosso, foi instituída pelo Decreto-lei nº 778, em agosto de 1946, mas esse processo de criação culminou com a promulgação da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1952, pela qual, o governo do Estado de Mato Grosso instituiu o Centro de Instrução Militar para utilizar nas instruções de policiais militares do estado. Dessa forma, a Polícia Militar de Mato Grosso formalizou sua estrutura de formação, criando seu próprio espaço formativo, no entanto, não incluía o soldado nesse processo de formação.

Esse espaço foi o bairro do Porto, também chamado de 3º distrito, que por ordem do governo de Mato Grosso, a força policial se fixou na Rua XV de novembro em frente à Igreja de São Gonçalo. As dependências se distribuíam em um espaço de 44m x 121m, incluindo a área coberta. O quartel em referência teve sua construção iniciada em 27 de março de 1882 para abrigar um laboratório pirotécnico, sob a administração do presidente da província José Maria Alencastro. Anos mais tarde, alojaram-se nas dependências o Comando Geral da Força Pública, o 1º Batalhão de Caçadores, a Banda de Música e, por fim, o Centro de Instrução

Militar, que ocupou a parte dos fundos do quartel. Até o momento, o 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso continua agasalhando os Operadores Militares de Segurança Pública.

Em 1973, pelo Decreto-lei nº 1.469 de 8 de maio, foi criada a Unidade Escola de Praças da Polícia Militar, para formação somente de praças. Suas atividades continuaram no espaço do 1º Batalhão da Polícia Militar em substituição ao denominado CIM, até o ano de 1977, quando foi adaptado no Quartel de Rosário Oeste-MT, há 120 Km de distância de Cuiabá-MT, funcionando até parte do segundo semestre do ano de 1979. A partir de então, em 18 de setembro de 1979, foi inaugurado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, na cidade vizinha de Várzea Grande/MT, onde formou sargentos, cabos e soldados, finalmente concretizando a profissionalização de todos os componentes da polícia militar. Contudo, no ano de 1994 foi desativado, cedendo suas instalações para a Academia de Polícia Militar Costa Verde, formando oficiais e tratando sobre os conhecimentos necessários ao avanço institucional na relação com a sociedade (PMMT, 2019).

É importante ressaltar que, o Decreto estadual nº 3.144 (MATO GROSSO, 1993) inaugurou o Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em nível profissionalizante, com duração de três anos. Nesse mesmo ano, houve a possibilidade de equivalência acadêmica de cursos militares a cursos acadêmicos. Esse processo de equivalência se consolidou por meio da Resolução estadual nº 253 (MATO GROSSO, 1996), e homologado pelo Parecer CNE/CES nº 1.295 (BRASIL, 2001), que equipara as Ciências Militares ao rol das Ciências estudadas no Brasil (PMMT, 2019).

Nessa perspectiva, a formação de oficiais, equiparada às Ciências Convencionais, e, com fundamentos nas Bases Curriculares Nacionais (BRASIL, 2014) estabelecidas pelo Ministério da Justiça, recebe a titulação de Bacharel em Segurança Pública da Polícia Militar do estado de Mato Grosso. Na direção do avanço profissional, a Academia de Formação de Praças realizou a revisão na Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, para adequação e modernização na formação policial militar. Assim, a proposta para a formação de soldados se consolida como curso superior e, a partir de 2014, após sua formação, recebe o título de Tecnólogo em Segurança Pública.

Toda essa sistematização formativa foi para tornar o policial militar mais cômico da sua tarefa social, mais técnico em suas ações, mais culto normativamente e mais eficaz. Nessa configuração, torna-se um servidor militar com atitudes voltadas à segurança do cidadão, à proteção de cidadania, à promoção de civilidade e com práticas adequadas ao Estado Democrático de Direito. Nesse processo de avanço, a polícia militar se estruturou enquanto

Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP), para supervisionar, orientar e inspecionar o ensino policial militar em suas variáveis dimensões, além de expedir normas, diretrizes e demais instruções para o cumprimento das leis vigentes.

Com a efetivação do processo formativo, a Academia de Formação de Praças alterou sua nomenclatura de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças para Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP), valorizando, integrando e consolidando a formação profissional do soldado da polícia militar em nível superior. Dessa forma, a formação de praças foi reoxigenada, adequando as instalações da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças em fevereiro de 2006, na Rodovia Helder Cândia, Km 2 em Cuiabá-MT, em uma antiga escola primária, em pleno funcionamento, contando com área de lazer, dez salas de aula, sala de informática, biblioteca, acomodações administrativas, pedagógicas e de comando militar, formando soldados, cabos, aperfeiçoando sargentos combatentes e músicos, capacitação de policiais reincluídos, além de formação continuada.

4.6.2 O processo de formação policial militar

O processo dessa reformulação, na formação policial militar no Brasil, iniciou-se na década de 1990, quando foi possível observar o início de enfrentamento às manifestações contra a violência, por meio dos movimentos sociais, para extirpar a injustiça, o arbítrio e a impunidade. Com uma ação conjunta entre a sociedade, o governo e de organismos internacionais, como é o caso da Organização das Nações Unidas, esses atos foram fortalecidos nas metas da prevenção e da cultura da paz. Essas lutas tiveram como consequências o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996 (BRASIL, 1996), e, ainda com a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 17 de abril de 1997. Esse programa já assinalava a importância de se acrescentar às Academias de Polícias disciplinas específicas de direitos humanos.

Além disso, foram criados Programas Nacionais de Direitos Humanos (BRASIL, 2002), os qual marcaram a necessidade de modificar o currículo nacional de formação dos operadores militares de segurança pública, acrescentando disciplinas de cunho social e humana. Ainda, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça que elaborou uma Matriz Curricular, denominada Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais de Segurança Cidadã (BRASIL, 2014), que possui uma

característica de um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas, inicial e continuada dos operadores de segurança pública e policiais militares.

Com as Bases Curriculares (BRASIL, 2014), os cursos de formação passaram a seguir um desenho básico curricular. Esse currículo foi composto por 29 disciplinas distribuídas em seis áreas temáticas: missão policial, técnica policial, cultura jurídica, saúde do policial, eficácia pessoal e linguagem e informação. Essas disciplinas compunham um núcleo comum de todas as formações. Além desse núcleo comum, há “[...] necessidade de se formar profissionais capazes de lidar com as diferentes formas de violência, conflitualidades e criminalidade, buscando garantir a qualidade de vida e a integridade das pessoas por meio de [...] técnicas fundamentadas nos princípios da legalidade, proporcionalidade e necessidade” (BRASIL, 2014, p. 15),

Com essa configuração, foi o início de uma nova maneira de se pensar e fazer segurança pública brasileira. O programa de segurança pública sugere a formação de policiais militares como uma das formas de superação do modelo tradicional utilizado no país, por compreender que:

[...] a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade proporcionam o questionamento da realidade e a ação dos policiais [...] em formação sobre ela. [...] No processo de ensino [...] as situações problematizadoras que mobilizam os saberes [...] desenvolvam o analisar, o refletir, o justificar, considerados metacompetências na construção da autonomia intelectual (BRASIL, 2014, p. 60).

Além dessas sugestões formativas, a Polícia Militar de Mato Grosso, busca atender o que explicita a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), que sugere, em seu art. 83, à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso manter seu próprio sistema de ensino. Assim, a Lei Complementar de Ensino da Polícia Militar nº 408, de 1º de julho de 2010, que em seu art. 1º, destaca essa sugestão: “[...] manterá sistema próprio de ensino, com a finalidade de qualificar recursos humanos necessários à ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas na Lei de Organização Básica (LOB) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 2010).

O art. 2º, reitera a sugestão:

O sistema de ensino compreende as atividades de educação, instrução, pesquisa, extensão, educação a distância e programas de pós-graduação realizadas nos estabelecimentos de ensino e outras organizações militares do Estado com tais incumbências e participação do desenvolvimento de atividades culturais (MATO GROSSO, 2010).

Diante dessas sugestões, fica patente que a educação profissional na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, fica sob a responsabilidade da Corporação, ministradas pelas Unidades de Ensino, pelas Unidades Operacionais e por órgãos de ensino de outras Corporações. Mesmo com esses apontamentos normativos a polícia militar pode celebrar convênios ou termos de cooperação técnica com outros estabelecimentos da rede de ensino públicos ou privados para a realização de cursos específicos de interesse da Corporação. Dessa forma, esses procedimentos educativos permitem aos servidores militares estaduais a adquirirem competências que os habilitem ao exercício da profissão, cuja configuração formativa possui a seguinte finalidade:

I – formação de oficiais, de sargentos, de cabos e de soldados, objetivando dar-lhes condições de exercer as funções e atividades inerentes aos respectivos postos e graduações através do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Curso de Formação de Sargentos (CFS), do Curso de Formação de Cabos (CFC) e do Curso de Formação de Soldados (CFSD) (MATO GROSSO, 2010).

Além disso, a Lei nº 555, de 29 de dezembro de 2014, Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2014), estabelece que a partir desta data, em seu art. 11, inciso XIII, o candidato masculino e feminino deve “[...] possuir graduação de nível superior (bacharel, licenciatura ou tecnólogo), reconhecido pelos sistemas de ensino federal e estadual, para o Curso de Formação de Soldados”. Assim, a Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças do Estado de Mato Grosso (ESFAP), inclui o conjunto de disciplina, bem como, começa a iniciação em seu processo de formação em um novo papel profissional e em uma conversão à uma nova visão de mundo que permitirá o desempenho do papel de policial militar.

No ano de 2019, a Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças realizou o 31º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar, que foi estruturado no sentido de respeitar o processo de construção cognitiva do aluno, proporcionando equilíbrio sucessivo e gradual das competências propostas pelo curso durante a formação dos agentes militares. As disciplinas foram selecionadas tendo como parâmetro a Matriz Curricular Nacional, as experiências pedagógicas do ESFAP e a leitura das necessidades da PMMT.

A Matriz Pedagógica da Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2014) serviu de referencial e suporte ao corpo docente envolvido no processo de formação desses novos policiais militares para que possibilitassem condições de atentar para uma aprendizagem significativa, utilizando uma abordagem construtivista, privilegiando o desenvolvimento cognitivo e procedimental frente ao objeto de estudo: Projeto Pedagógico de

Curso (PPC, 2019). Esse pressuposto, serviu para a finalidade de habilitar o profissional de segurança pública militar para planejar, programar, verificar e tomar decisões para o exercício das atividades de policiamento ostensivo e para a preservação da ordem pública, atividades inerentes à missão constitucional da polícia militar.

O Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar (CFSD), teve como procedimento pedagógico de Curso Superior de Tecnólogo em Segurança Pública, cujo desenvolvimento foi no formato presencial, em regime modular, seguindo uma sequência de aprendizagem voltada à lógica de ensino em que determinada disciplina foram requisitos para a aprendizagem de outras. O efetivo de alunos a soldados, foi dividido em uma companhia, com cinco turmas (pelotões) de no máximo 30 (trinta) alunos. Cada pelotão teve a carga horária diária mínima presencial, com disciplinas teóricas de 6 (seis) horas/aula, de modo que as companhias frequentaram as aulas em período integral.

Além dessa estrutura pedagógica, ocorreu outra questão importante de análise. No contraturno das aulas presenciais os alunos foram empenhados em atividades complementares, em atividades de disciplinas EAD, disciplina laboratoriais como saúde física (educação física militar), defesa pessoal, prática de laboratório em policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, cujas atividades também foram desempenhadas nos finais de semana ou em eventos extraordinários, mas tudo conforme previsto nas regulamentações próprias. As disciplinas de saúde física e defesa pessoal foram ministradas no início do período matutino, ou ao término do período vespertino e início do período noturno, essas atividades foram realizadas nas dependências da ESFAP ou de acordo com os critérios dos docentes responsáveis pelas instruções, como também foram realizadas em parques, campos e academias apropriadas.

No próprio pátio da escola de formação militar localiza-se o Laboratório de Cultura e Cotidiano Policial Militar, onde são desempenhadas as aulas e atividades de ordem unida, solenidades cívicos-militares, formaturas e instruções diárias que contemplam valores como o civismo e o patriotismo, questões fundamentais na formação do policial militar. Na ocorrência formativa do 31º Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar/2019, certificado como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, de forma presencial e em regime integral foi dividido em três etapas, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Matriz Curricular – 31º CFSD/2019

Etapas	Disciplinas	Carga Horária
1ª etapa	Saúde Física 1	60
	Defesa Pessoal	30
	Técnicas Gerais de Policiamento	45
	Procedimento Operacional Padrão 1 (Níveis do Uso da Força Policial)	50
	Procedimento Operacional Padrão 2 (Abordagens Policiais) (com monitoria)	60
	Cultura e Cotidiano Policial Militar (com monitoria)	60
	Legislação Policial Militar	30
	Emergências e Traumas	15
	Língua Portuguesa e Redação Oficial	30
	Atendimento Pré-Hospitalar	25
	Saúde Física 2	15
	Metodologia de Pesquisa	30
	Procedimento Operacional Padrão 3 (Procedimentos Diversos)	30
	Procedimento Operacional Padrão 4 (Ocorrências Policiais)	30
	Armamento, Munições, Explosivos e Tiro Defensivo de Preservação da Vida (com monitoria)	100
	Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais	30
2ª etapa	Relações Humanas e Qualidade de Vida	15
	Tecnologia e Sistemas de Comunicação	15
	Direito Administrativo Aplicado	15
	Direito Constitucional Aplicado	15
	Inteligência Policial	30
	Ética Profissional e Cidadania	15
	Gestão e Sistemas de Segurança Pública	15
	Libras Aplicada à atividade Policial Militar (EAD-SENASP)	60
	Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial (EAD-SENASP)	60
	Preservação de Local de Crime (EAD-SENASP)	60
3ª etapa	Direito Penal Aplicado	60
	Direito Processual Penal Aplicado	30
	Direito Penal Militar	30
	Direito Processual Penal Militar	15
	Criminologia Aplicada	15
	Sociologia do Crime	15
	Análise de Cenário e Tomada de Decisão Situacional	15
	Polícia Comunitária	30
	Policiamento de Trânsito	45
	Policiamento em Ambiente Rural (com monitoria)	40
	Procedimento Operacional Padrão 5 (Eventos Críticos)	25
	Procedimento Operacional Padrão 6 (Policiamento Especializado)	25
	Educação e Policiamento Ambiental	30
	Gerenciamento de Crises (EAD-SENASP)	60
	Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis (EAD-SENASP)	60
	Condução de Veículos de Emergência (EAD-SENASP)	60
	Estágio Supervisionado	200
	Atividades Complementares	100
Total de Carga Horária	1775	

Fonte: Projeto Pedagógico de Curso - 31º CFSD (2019).

Por conta dessa configuração, a matriz curricular do 31º Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar/2019, foi analisada na perspectiva de categorias para verificar as possibilidades de modificações, de interrupções ou, até mesmo, de uma possível negação na construção de uma polícia cidadã. Mesmo com essa premissa de cidadania, a formação

policia militar ainda enfatizou uma estrutura do condicionamento, que também é importante, como estratégia formativa. Dessa forma, esse processo está explícito no projeto pedagógico do curso em questão. Nas três etapas do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar/2019, dentro das categorias escolhidas, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

Quadro 3 - Etapas do curso

1ª ETAPA		
Categorias	Disciplinas mais trabalhadas	Horas/aula
Técnicas Profissionais	Saúde Física 1 – 60h; Técnicas Gerais de Policiamento – 45h; Procedimento Operacional Padrão 1 (Níveis do Uso da Força Policial) – 50h; Procedimento Operacional Padrão 2 (Abordagens Policiais) – 60h e Cultura e Cotidiano Policial Militar (com monitoria) – 60h; Armamento, Munições, Explosivos e Tiro Defensivo de Preservação da Vida – 100h.	640
2ª ETAPA		
Categorias	Disciplinas	Horas/aula
Técnicas profissionais	Libras Aplicada à Atividade Policial Militar – 60h; Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial – 60h; Preservação de Local de Crime – 60h.	280
3ª ETAPA		
Categorias	Disciplinas	Horas/aula
Técnicas profissionais	Policiamento em Ambiente Rural – 40h; Gerenciamento de Crises - 60, Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis – 60h, Condução de Veículos de Emergência – 60h; Direito Penal Aplicado - 60h; Policiamento de Trânsito – 40h; Estágio Supervisionado – 200h e Atividades Complementares – 100h.	855
Total horas/aula		1775

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os apontamentos a respeito da formação policial militar são longos e complexos, por isso, não será possível tratar do tema em sua plenitude, mas há viabilidade de atender ao objeto da pesquisa em andamento, isto é, das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Assim como verificar o currículo formal nos parâmetros da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), bem como a existência de um currículo de iniciação ou ritualístico em que se reconhece que, por exemplo, ordem unida prevalecerá sobre relações raciais nas representações e nas práticas policiais militares junto à população negra.

Enfatizando que a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014) possui o objetivo geral de realizar a conscientização de que o exercício da atividade de segurança pública é uma prática de cidadania, além do respeito à promoção humana e ao repúdio a toda a forma de intolerância. Nesse sentido, se percebe que essa matriz nacional coloca em destaque o tema dos Direitos Humanos, cuja didática não deve ser operacionalizada isoladamente, sendo que a transversalidade deve ser vislumbrada como regra para efetuar uma integração com outras

disciplinas, em especial, com a de Relações Étnicas Raciais, que é uma pauta das práticas operacionais de policiais militares junto à população negra.

Entretanto, as questões técnicas profissionais, que são os baluartes da formação policial militar, estão prescritas nos ensinamentos, tanto que, sobrepõe com a maior carga horária no curso, seguida das disciplinas de estágio e complementares, sendo que as humanistas possuem uma carga horária baixa, levando-se em consideração a carga horária total do curso, de 1775 horas/aula, em especial a disciplina Direitos Humanos e Relações Étnicas Raciais, com 30 horas/aula. Nesse sentido, a disciplina sobre relações raciais deve ser questionada no que se refere ao discurso de polícia cidadã, pois sem a atenção necessária na questão racial, na formação policial militar, as práticas operacionais correm o risco de perderem a estética formativa esperada.

Por outro lado, conforme o Projeto Pedagógico do Curso/2019 e com o auxílio da observação participante, notou-se que a ordem unida e a educação física militar foram utilizadas em todos os momentos disponíveis, sendo exercitados diuturnamente, durante todo o curso, estabelecendo uma pedagogia de repetição, bem como, de iniciação (de civil para militar) ou ritualístico (fala, postura, atos e comportamento militar) proporcionando essas práticas e, não por acaso, como papel fundamental que desempenha a internalização do *ethos* militar.

Assim sendo, na análise, destaca-se que o controle do aprendizado com essa estratégia pedagógica distancia os alunos a soldados da importância efetiva sobre o tema relações raciais, e, como consequência, essa interação não consegue avançar sem os estereótipos, entre polícia militar e população negra. Sendo que, esse recurso racial na formação do policial militar é uma ferramenta social e cultural que auxilia na reconfiguração na produção de identidade individual e grupal. Outro ponto a ser observado, é que ser operacional (prática policial militar) é saber solucionar a ocorrência sem omissão, até porque, as práticas operacionais estão fundamentadas nos elementos jurídicos, o que não é suficiente para estabelecer interações operacionais equânimes, pois, respeitar o cidadão, seja ele quem for, está acima de sua formação, das leis e das técnicas em sua integralidade.

Por conta disso, as dimensões dos saberes dos direitos humanos e relações étnicas raciais, permanecem “invisíveis” diante dos demais saberes técnicos profissionais e forenses, possibilitando a manutenção de uma reprodução estereotipada da população negra enquanto “criminosa”, por outro lado, pedagogicamente valorizando as relações hierárquicas verticalizadas que pressupõe uma manutenção da produção de soberanos. Nessa concepção, a

possibilidade de ações arbitrárias, por parte das práticas policiais militares, poderá ocorrer em maior abrangência no campo das relações raciais.

Ademais, a cidadania diante do currículo da formação policial militar, mesmo com suas características formais e informais, é possível adequar a disciplina Direitos Humanos e Relações Étnico Raciais como uma ferramenta de processo na formação de atitudes do formando, pois essa dinâmica requer ingredientes cognitivos, afetivos e de interações comportamentais. No complemento dessa inclusão, enquanto enfoque alternativo, a pauta de direitos humanos e relações étnico raciais deve estar inserida no interior de outras disciplinas para que a reflexão de conteúdos adentre na intimidade cognitiva dos formandos a fim de que conheçam os princípios básicos que sustentam tais saberes.

Diante dessas considerações, não há pretensão de negar a importância dos procedimentos técnicos profissionais e nem de outros temas repassados durante a formação policial militar, mas ao enfatizar a necessidade da utilização de reflexões sobre raça e racismo em sua maior amplitude, no cotidiano da academia, faz com que uma nova configuração de saberes deva ser levada em consideração, pois algumas características individuais dos formandos como sua personalidade, sua experiência pessoal, o seu interesse, os seus talentos e sua disposição para o trabalho possibilitará outras posturas profissionais sobre as práticas operacionais aos indivíduos negros.

A presença na Academia de Formação Policial Militar, compondo o corpo docente, trabalhando com as disciplinas, Sociologia Aplicada (15 horas/aula) e Sociologia do Crime (15 horas/aula), no 31º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar/2019 e, também como pesquisador, utilizando a estratégia de observação participante, de junho a dezembro/2019, penso que houve uma aproximação em maior grau sobre o complexo processo de formação dos policiais militares de Mato Grosso. É importante ressaltar que reconhecer as iniciativas de uma formação cidadã, apontada pela Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014) e direcionada aos interesses profissionais da Polícia Militar de Mato Grosso, na reforma profissional dos operadores de segurança pública militar, aos poucos, efetivamente, serão engendradas novas práticas operacionais de policiais militares.

Procura-se compreender os mecanismos de formação institucional, seus objetivos e sentidos, a partir do ingresso de futuros policiais militares na escola de formação. O cenário durante a formação é “montado” na democratização do Brasil, na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), entretanto, essa formação continua predominantemente, em sua natureza militar com sua vinculação formal ao desenho do Exército Brasileiro. Essa manutenção formativa mantém seu ombreamento como forças

auxiliares e de reserva do Exército que continua configurado com resquícios da formação predominantemente militar. Por assim dizer, os postulados militares de disciplina e hierarquia continuam com o caráter castrense, isto é, a utilização de armamentos e treinamentos. Códigos e regulamentos disciplinares militares para profissionais que devem lidar com assuntos internos de segurança pública. Tais características implicam não apenas em uma estrutura militarizada, mas também com elementos simbólicos, valores e linguagens que a sustentam e que não são compatíveis com uma formação cidadã.

Afinal, esses procedimentos transformadores não encontram a autonomia policial militar e não proporcionam a compreensão das práticas hierárquicas, cujo arcabouço mantém a marca das tradições. Pode-se considerar que há um alicerce profundo no chão social dessa formação, ainda assim, o ambiente de formação policial militar, também possibilita construções de normas, socializam valores e incorporam saberes, bem como suas práticas operacionais. Pode-se observar que a formação policial militar constitui um processo pedagógico vestido de uma conexão com o real e também com os estereótipos e, por conta desse paradoxo, é possível vislumbrar uma formação estética na busca da cidadania operacional.

4.6.3 A estética policial militar como instrumento pedagógico

Ao verificar os princípios da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), observa-se que os fundamentos das ações formativas para os operadores de segurança pública militar são divididos em três grupos: ético – onde é enfatizada a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais de segurança pública num Estado Democrático de Direito; educacional – os princípios contidos, nesta perspectiva, apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais militares; didático-pedagógico – orientam as ações e as atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais militares.

Assim sendo, conforme orientação da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), esses grupos proporcionam princípios de compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial militar que, além da compatibilidade entre esses vetores, são mutuamente necessários entre si; assim também é preciso valorizar a compreender as diferenças que enfatizam o respeito ao indivíduo e a justiça social; e, finalmente, é importante relevar o conhecimento anterior que visa reconhecer a importância dos saberes práticos do policial militar de modo a

possibilitar uma reflexão crítica a respeito de eventos que surgem no cotidiano profissional, e, com isso, é possível utilizar o dever de utilização dos direitos humanos em todas as disciplinas a serem ministradas nos cursos de formação.

Nesse sentido, há uma possibilidade de relacionar a ideia de sociabilidade desenvolvida por Simmel (1983), enquanto escola de formação, que é processo de socialização onde a interação perpassa as fases da vida apresentando a forma de sociação, capaz de estabelecer relações entre o microcosmo (polícia militar) e o macrocosmo (sociedade), buscando em cada singularidade da vida, a totalidade de seu sentido. Essas questões estão relacionadas à compreensão do significado de sociabilidade na perspectiva interacionista em uma premissa de relação entre estética, formação e sociabilidade. Essas reflexões sobre os fundamentos e condições de sociabilidade de uma sociedade, que só podem existir em meio aos processos de interação e socialização, estabelecem estreita relação com os processos de formação.

Esse formato de profissionalização de policiais militares perpassa por alguns momentos teóricos; o primeiro momento é o de produção e construção da imagem como outro, o segundo é a capacidade do ser humano sentir a si próprio e ao mundo integrado, relacionado e se reconhecendo em sua totalidade os estados com valores do afetivo, o racional, o sensível e o intuitivo e, em seguida, é a síntese das dimensões anteriores, proporcionando os estados relativos à experiência vivida que, em tese, transforma a união entre imagem construída e a imaginação daquilo que é contemplado.

Esse desenho formativo, proporciona os estados relativos à experiência vivida, que supõem uma união entre a imagem construída e a imaginação, nutrida daquilo que se contempla, Gennari (1997), bem como, possibilita reduzir dicotomias estabelecidas pelo pensamento metafísico, presente na cultura da sociedade tradicional e na cultura policial militar ocidental, que acaba interferindo no processo de formação de soldados da Polícia Militar de Mato Grosso. Nesse sentido, a formação estética, permite a cada aluno ser agente ativo que se compromete com as obras e projeta sua dinâmica interna para dar continuidade na identificação e na construção de novos significados em sua formação.

Na formação estética, o espaço educativo é fundamental que não se constitua em um espaço único, predominantemente centrado na aquisição de competências cognitivas, mas também em um espaço aberto, atento às alterações e evoluções culturais e sociais, permeável a diferentes formas significativas de representação do imaginário. Por meio do mediador estético é possível estabelecer um diálogo privilegiado entre o mundo cognitivo e o mundo afetivo. Assim, cabe ao processo formativo policial militar considerar formas de expressão

estéticas como a ordem unida, a educação física militar, a uniformidade de procedimentos, dentre outras, que apresentam características únicas que, ao se constituir como artes ou quadros militares, poderão assumir uma importância incomensurável.

Por outro lado, as artes ou quadros servem como “escadas conceituais” para a construção de novas ideologias ou para transformar as atualmente existentes. Até porque as artes e os quadros não estão fixados em padrões de atitudes culturalmente assimilados, ao contrário, os policiais militares têm grande responsabilidade sobre esse processo de práticas operacionais (NUNES, 2005). Assim sendo, a formação estética transforma-se em uma estratégia político-ideológica e social que interessará à interação social e a própria instituição policial militar.

O que se deve reconhecer como essencial é que, desde sua organização primária, a estética como campo de pensamento revela e exhibe poderes que podem não ser visíveis por outras estratégias. A possibilidade projetiva de uma abordagem estética oferece um alcance de outra ordem que se descobre na concretização ética possível. “Baumgarten incorpora a estética, então, no sistema filosófico para oferecer, através da iluminação, uma imagem mais completa e acabada do ser humano” (DEL VALLE, 2011, p. 319).

Assim sendo, a estética pode ser abordada de forma singular como uma formação policial militar que faz um panorama das ações uniformes das quais se tenta descobrir os elementos que a compõem e que participam de uma determinada experiência humana e de suas obras. No entanto, vale a pena referir e insistir que, neste caso estético, a opção será pela manifestação da uniformidade que os movimentos formativos militares se apresentam de forma mais particular. Por outro lado, surge a possibilidade em abordar as práticas operacionais examinando a tensão que elas guardam entre o ideal, o material e o histórico, com a sensação em continuar expondo as práticas que nelas estão em jogo.

Nesse sentido, torna-se um convite em entrar nas ações uniformes da formação e dar-lhes sentido, bem como, inserir como uma avaliação a partir de sua própria existência, desde sua utilização no tempo, isto é, historicamente, e não a partir de sua estrutura exteriormente desenhada e utilizada que pretendem ser aplicadas. Trata-se de encontrar uma maneira de os movimentos uniformes policiais militares se revelarem e falarem por si.

Dessa forma, a formação de policiais militares deve continuar no sentido integral, tornando-se imperioso que a teoria e a prática sejam dadas a mesma configuração em todos os planejamentos: o ético, o científico, o tecnológico, o social, o estético e o artístico. Também não se pode esquecer dos domínios cívicos que deve ser transversal à totalidade na formação

para que seja possível o desenvolvimento global da personalidade do aluno a soldado policial militar.

Essa formação gera articulação em uma dinâmica entre indivíduo e sociedade, sensível e inteligente, objetivo e subjetivo, proporcionando em um processo de interação, conforme propõe o impressionismo simmeliano cuja ação seria uma possibilidade de potencializar o desenvolvimento formativo estético dos policiais militares, em vários setores da experiência policial militar, tendo em vista seu caráter de valorização da criatividade, sensibilidade, socialização e formação dos indivíduos. Nesse sentido, ocorrerá um processo de aproximar polaridades, relacionar a parte e o todo. Desse modo, surge uma interação capaz de atar fios que pouco a pouco vão tecendo uma rede de interrelações onde o todo é de natureza estética e se estende até o horizonte, assim como as obras de arte, considerando a representação da ordem unida e pelo conjunto uniforme da cultura militar.

Ademais, a formação estética revela as muitas afinidades que vinculam diversas manifestações vitais – a realidade apresenta confundidas e sem relação ou, ao invés, em conflito, assim também no meio das ações recíprocas sociológicas, no campo em que enfrentam o egoísmo e o altruísmo do homem, nesse caso, o adorno, objeto estético que é, designa o ponto em que essas duas orientações opostas dependem uma da outra, servindo alternativamente de meio e fim (SIMMEL, 2021).

O adorno (fardamento, armas, corte de cabelo) realça e amplia a impressão produzida pelo policial militar, que age como uma irradiação emitida por ela. Por isso, a “característica dessa estrutura”, são adornos no sentido mais estrito do termo. Pode-se evocar em uma espécie de radiatividade do policial militar, de uma auréola maior ou menor de resplendores em torno do indivíduo e na qual submete tudo o que tem relação com ele. Por conta disso, esses adornos policiais militares se alimentam nesse terreno supraindividual, fazendo do seu valor estético um valor para os outros, tornando-se autêntico, em um símbolo da estima do grupo e, também, da pertença a um sistema social de valores (SIMMEL, 2021).

Ainda nessa direção, o adorno converge em destaque sociológico e o relevo estético do indivíduo, passa a ser sentido como um feixe de raios concentrado em um ponto focal que o “ser para si” e o “ser para os outros” sejam alternativamente causa e efeito (SIMMEL, 2021, p. 404). Essa disposição normativa, a distinção estética, o direito a cativar e a agradar, não podia ir além do espaço circunscrito pela esfera das significações sociais do indivíduo. A ação do indivíduo acrescenta uma sedução que associa sua imagem e, além disso, a atração sociológica de representar seu grupo com esses “adornos”, determinando uma importância do

coletivo policial militar. Por outro lado, o indivíduo amplia sua própria esfera, unifica o sentido da classe e transforma o poder ou dignidade social em um aspecto visível da pessoa.

O adorno na formação estética está relacionado com o processo de socialização, destacando a importância de formas de sociabilidade que ultrapassam as perspectivas da formação humana e da formação policial militar. A sociabilidade e/ou construção social se realiza pela vida cultural, resultando nas qualidades integrantes das interações sociais. O que Simmel (2021) considera como formas de sociação, assim, para o autor em epígrafe, a sociedade é processo de socialização e a interação perpassa em todas as fases da vida de forma dinâmica, onde o todo é o conjunto das relações mútuas.

Dessa maneira, Alcântara Júnior (2006) comenta que a sociabilidade presente no pensamento de Georg Simmel é importante para o estudo da estrutura da sociedade, bem como suas formas sociais e a edificação do socialmente constituído, por meio da interação entre os indivíduos, levando em consideração, neste processo, a operação existente entre a dimensão individual e a formatação da sociedade. Nessa configuração, a formação estética policial militar poderia auxiliar o indivíduo a identificar os sentidos e significados acerca de suas semelhanças e diferenças, buscando saber sua singularidade em uma multiplicidade, indo em direção à construção de sua identidade social.

Assim, cabe aqui experimentar e construir possibilidades e significações em uma interação dialógica, levando em consideração a historicidade e sentido na interação policial militar e o indivíduo negro. Por conta disso, deve-se compreender que à adição da formação ao conceito de estética, não se pode considerar somente as questões relacionadas ao belo, mas, também aos sentimentos, pensamentos e percepções, possibilitando percursos sensíveis e para conhecer o ser humano. Assim sendo, a formação estética se aplica ainda ao processo de interação entre indivíduos e suas formas de sociabilidade, proporcionando-lhe as questões que o qualificam e os aspectos que devem ser evitados em suas ações.

A teoria simmeliana abraça conteúdos materiais e formas de vida social onde a interação entre os indivíduos surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades que acabam por desencadear redes de reciprocidade expressas nas formas sociais, às quais são chamadas de associações. “A sociabilidade é resultante das condições inerentes e gestadas pelas múltiplas combinações interacionais acionadas a partir dos indivíduos por grupos e por classes sociais, sintetizadas e cristalizadas na própria sociedade” (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2006, p. 190), onde os indivíduos exercem e sofrem efeitos uns sobre os outros.

Além disso, a formação estética, ocupa um espaço para a expressão da subjetividade humana, os movimentos uniformes – ordem unida, desfile, educação física militar, o culto ao corpo, permitem a manifestação de singularidades de cada um, da sua forma única de ver, pensar, praticar, constituindo-se, simultaneamente, meio catalizador da iniciativa e da criatividade humana. Read (2001) refere que na formação deve-se encorajar o desenvolvimento daquilo que é individual em cada ser, assumindo no processo da formação estética um papel fundamental. Nessa direção, Luvisolo (1997) menciona diferentes ideias dominantes das pedagogias contemporâneas, destaca que um processo formativo que reflita preocupação com o desenvolvimento do interior, da subjetividade dos aprendentes, deve orientar-se por um critério estético, sustentado por uma estética que possui uma estreita vinculação com a formação de subjetividades.

Na perspectiva brasileira, Luvisolo (1997, p. 40-41) afirma que,

[...] é sob o ponto de vista estético que o nosso futebol é nosso, isto é, que constrói a sua personalidade, a sua singularidade e que pode, então, ser considerado como expressão (constituída e constituinte) do nosso pertencimento, da nossa autenticidade, da nossa identidade ou subjetividade.

O enfoque da singularidade é promovido pela formação estética que estimula para o reconhecimento e para a recriação, proporcionando aos policiais militares novos modos de aprender, de ver, de pensar e de compreender o mundo.

4.6.4 Cultura policial militar: processo de socialização

A formação do policial militar em um profissional da segurança pública, não inclui apenas um rol de disciplina apreendida durante o curso, mas implicaria, sobretudo, em uma espécie de iniciação ao novo papel de policial militar, isto é, numa conversão em uma nova visão de mundo que permitirá o desempenho adequado para esse novo papel. Obviamente que esse processo de mudança se efetuará em uma verdadeira conversão identitária, que consiste em mudar a si mesmo a partir da incorporação de novas ideias sobre a natureza do trabalho a ser realizado enquanto operador de segurança pública militar.

Neste sentido sociológico, trata-se de uma transformação em si mesmo e no olhar do outro, isto é, em uma identidade profissional militar. Isso se traduz em uma espécie de impregnação cultural enquanto condição *sine qua non* para a construção dessa nova identidade, cujo caminho está consolidado para o processo de socialização profissional. Essa evidência está presente na formação policial militar, enquanto cultura profissional, constituída

pelos conhecimentos “militares” e também pela nova visão de mundo particular e específica a qual escolheu. Mesmo assim, essa formação não fica isenta de crises e dilemas, e, na medida em que esse processo educativo avança, ela implica em renúncias de concepções culturais e identitárias anteriores que serão substituídas e as novas características serão encontradas e definidas.

Dessa forma, Hall (2006, p. 8) ressalta que o conceito de “‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Entretanto, instituições podem conduzir práticas que levem o indivíduo a uma nova interpretação de sua identidade, resignificando-a, até porque, a identidade institucional só pode ser compreendida pelos indivíduos como uma construção social, daí intersubjetiva, relacional. Embora a identidade apresenta uma compreensão complexa, a opção a ser entendida são as concepções da identidade onde todas elas baseiam-se no comportamento de indivíduos ou de grupos.

Assim, a identidade é sempre vista sob a perspectiva do indivíduo, mas se revela na relação com outros indivíduos e outros grupos. Apesar de, na cultura ocidental, o ser humano possui um si-mesmo (*self*) que significa o mesmo, o idêntico, isto é, persistindo em uma identidade distintiva no tempo que, conforme Mead (2021), o si-mesmo é essencialmente uma estrutura social sendo impossível concebê-lo fora da experiência social. A unidade e a estrutura do si-mesmo refletem a unidade e estrutura do processo social como um todo. Nessa configuração, ele é uma articulação das experiências subjetivas do indivíduo (o eu), com os papéis objetivos que a sociedade apresenta (o mim). Mesmo aparentando uma perspectiva fixa, o si-mesmo depende dos grupos aos quais pertence, até porque, Mead (2021, p. 173) enfatiza que “[...] o indivíduo dá à atitude que os outros tomam em relação a ele, quando assume uma atitude em relação aos outros”. Isso é fundamental em qualquer linguagem, pois para que se tenha uma comunicação é preciso que se compreenda o que a pessoa está dizendo, ela tem de afetar a si mesma assim como afeta os outros.

Assim, segundo Hall (2016, p. 18), “[...] a linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos”. Dessa forma, a cultura é colocada como o ambiente de criação e troca de significados no interior de um grupo ou de uma sociedade, além de estar vinculada a sentimentos, conceitos, ideias e com o senso de pertencimento. Nesse viés, há uma percepção em que o sentido das coisas leva à noção própria de identidade, e que este sentimento é continuamente reconfigurado de acordo com o período em que se vivem as experiências adquiridas pela

interação social. Nesse sentido, deve-se considerar que é a elaboração desses sentimentos que irão regular as práticas e condutas no grupo ou sociedade a qual se pertence.

Para Hall (2006, p. 11), com a concepção de identidade sociológica, vê como resultante da interação entre o indivíduo e outras pessoas importantes para ele, isto é, outros significativos. Assim sendo, o indivíduo ainda possui uma essência interior, um si-mesmo real, “[...] mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. O mesmo autor contribui, ainda, argumentando que:

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

No entanto, vale ressaltar que a identidade vai além da dimensão cultural, pois envolve outros níveis como o sociopolítico e o histórico em cada grupo, comunidade e sociedade e desenvolvendo como processo de construção. Mas, vale enfatizar que “[...] a identidade [...] é, de certa forma, um conceito que fixa atributos, exatamente por operar a partir de sinais culturais diacríticos” (NOVAES, 1993, p. 27), cujo “[...] processo de construção de significado com base em um atributo cultural [...], o qual prevalece outras fontes de significados”, que é o significado e conhecimento de um povo que origina em sua identidade (CASTELLS, 2018, p. 54). Essa construção é marcada por relações de poder que, para serem consideradas dessa maneira, deve ser mantida a postura hierárquica e a desigualdade, pontos fundamentais na hierarquia e disciplina da estrutura militar. Por outro lado, no sujeito sociológico há uma perspectiva interativa da identidade e do eu, pois o indivíduo é reconhecido como autônomo e é através da interação com o outro, que a identidade é construída.

A tradição interacionista, sustenta uma fundamentação sociopsicológica da construção da identidade coletiva, com base na relação entre mente, *self* e sociedade. O *self*, ou indivíduo social, é construído com base em pressuposições, sentidos e estruturas sociais pré-existentes, cujas interações com outros indivíduos nas diversas situações sociais, o *self* modela, por sua vez, as estruturas sociais, contextos e sentidos emergentes. Essas questões de transformações identitária/culturais do “si-mesmo” estão evidenciadas na formação policial militar. Nessa

perspectiva identitária haveria uma movimentação de uma entidade moldada, reconstruída e mobilizada em roteiros culturais e de centros de poder.

Dessa forma, o princípio de “si mesmo”, se estabelece um jogo entre os socialmente iguais, em que o ideal do indivíduo está ligado ao reconhecimento do outro, devido à capacidade que o ser humano tem de identificação emocional entre os pares. Dessa forma, Honneth (2007) defende que a identidade pessoal é constituída pelas experiências de reconhecimento mútuo para a qual destaca três formas de reconhecimento positivos e saudáveis: amor, direito e solidariedade, que orientam os objetivos da autorrealização humana, guiando-se por normas orientadoras da ação. Assim, o primeiro é a forma mais rudimentar de reconhecimento; isso dá a ideia de não conter experiências morais que possam levar por si só a formação de conflitos. O direito e a solidariedade possuem representações mais generalizantes, constituindo um quadro moral de conflitos sociais, no qual as experiências pessoais de desrespeito podem ser interpretadas e compartilhadas por outros indivíduos.

Nesse sentido, Mead (1993) entende que o sujeito só pode adquirir a consciência de si mesmo quando aprender a perceber sua própria ação a partir da perspectiva de uma segunda pessoa. Dessa maneira, pode-se admitir que só será possível ao indivíduo construir uma relação positiva consigo mesmo, na medida em que ele puder ser reconhecido intersubjetivamente. Na formação policial militar o “eu” sofre consideradas mudanças nas atividades cotidianas, repleta de escolhas a serem tomadas. Nessa realidade formativa, o indivíduo é confrontado diariamente por uma complexa multiplicidade de escolhas ou de poucas opções que devem ser selecionadas.

Por conta dessas escolhas, nesse processo de socialização há sempre motivos de disputas e conflitos no âmbito do grupo policial militar que constitui uma importante ferramenta pedagógica para a compreensão dessa dinâmica. O processo de socialização dos formandos militares fica marcado por escolhas que possam reduzir distâncias entre o processo formativo e as práticas operacionais, isto é, pelas interações com os outros em que há significados que representam a passagem teórica de aprendizagem para as práticas operacionais junto à população negra.

Essa socialização proporciona um ambiente imaginário do formando militar ao sentir a formatura, o uniforme e a arma que, simbolicamente, indicam sua transformação em um novo ser em um novo mundo. Essas perspectivas, de “ser policial militar”, o prepara para lidar com diversas situações conflituosas, seja entre uma prática social ou um enfrentamento bélico. Nesse sentido, Goffman (2009) contribui afirmando que há um mecanismo de representação

que é constituído de interação dos indivíduos por meio da linguagem, dos gestos, dos olhares, da verbalização, da conduta e de características militares, legitimando o indivíduo em uma nova expressão de representação social. Berger e Luckmann (2012) enfatizam que para tornar-se policial militar é necessário, em algum momento, romper com o universo primariamente construído.

O exercício desses comportamentos deve ser praticado cotidianamente, para que essa socialização da disciplina e da hierarquia sejam internalizadas no policial militar em formação. Essa estrutura formativa é contínua no decorrer do período acadêmico, a continuidade aparece em assistir integralmente todas as atividades escolares previstas para o curso, cumprir os dispositivos regulamentares, bem como, as determinações superiores, empenhar-se em práticas saudáveis, como higiene pessoal e coletiva, manter-se com presteza de atitudes, com correição de comportamento, agir com probidade e lealdade em todas as circunstâncias, valorizar os símbolos nacionais e as tradições históricas da instituição policial militar e, acima de tudo, contribuir para o prestígio da Academia de Formação.

Nessa perspectiva, pode-se interpretar esses interesses como um norte de impulsos desses indivíduos, que leva ao pensamento de Simmel (2006, p. 59), enquanto forma e conteúdo, quando afirma que,

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em um estado de correlação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros.

Essa socialização aparece nos vários interesses institucional e de grupo que demonstram esse desenho nos uniformes, calça jeans azul e camiseta branca identificando o ator, assim, já começam a consolidar e se impor como grupo. Ao notar as similaridades em comum com os demais o que se encontra é o conteúdo, que, para Simmel (2006), se estabelece em tudo que incentiva os indivíduos a interagirem entre si, sejam os interesses, impulsos, etc., e que possam ser compartilhados como ideais do grupo.

Descritos os conteúdos, a atenção é chamada para os efeitos de sociação, que, de acordo com Simmel (2006), ela começa a existir quando os indivíduos adotam formas determinadas de cooperação e de colaboração (coletividade para realizarem atividade, defenderem uns aos outros) que caem sob o conceito geral de interação qual se realizam seus interesses. Portanto, nessa perspectiva, a sociação é caracterizada como,

[...] a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60).

Dessa maneira, na influência do conteúdo e efeitos da sociação, pode-se notar a presença das formas sociais nas atitudes condizentes com a formação policial militar e o fortalecimento de uma unidade, a ideia da uniformização dos indivíduos são desenvolvidas pelo fortalecimento da sociação, nota-se então, a forma na construção dessas representações que favorecem a criação de significados e representações práticas comuns. Diferentes razões levam ao fortalecimento do grupo, o desejo de pertencimento, o sentimento de coesão e, finalmente sente o poder da admiração e respeito dos outros.

Ora “[...] isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p. 64). Esses interesses, levam essa forma de proceder e que, muitas vezes, invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação em particular. Mas, quando a sociabilidade assume qualquer sentido e consistência, valoriza a forma. Até porque, “[...] a forma é a mútua determinação e interação dos elementos pelos quais se constrói uma unidade” (SIMMEL, 2006, p. 64).

Nesse aspecto, o policial militar em formação adentra em uma nova perspectiva de vida, a vida militar, assim, essas instruções irão romper com o seu cotidiano habitual, colocando-o em um novo universo em construção. Pode-se dizer que, a partir de então “[...] foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado” (FOUCAULT, 1999, p. 117), cuja ideia é sintetizada por Goffman (2009): é a mortificação do “eu” – isto é, as constantes transformações da identidade civil e familiar, do “isolamento social”, da perda dos vários papéis sociais para a padronização da identidade policial militar (vivencia somente o *ethos* militar). Essa socialização é ofertada no período de adaptação, com a introdução de conhecimentos e técnicas militares e com estratégias de cunho ritualístico e cerimoniais, uma espécie de estilo profissional idealizado pelas estruturas militares.

Nesse espaço formativo o relacionamento é hierarquizado, portanto, há a imposição em obedecer aos códigos militares, isto é, contribuir para a retirada da criatividade, da reflexão, da intuição dos alunos a policiais militares. Essa postura, reduz o cumprimento das regras discutíveis em um Estado Democrático de Direito. A ideia é fazê-lo perceber que se trata de um indivíduo ligado a uma instituição diferente das demais do Estado, e, ainda que a

coletividade profissional é a ferramenta de defesa de cada um em suas práticas operacionais. Nesse sentido, destaca-se a construção da identidade policial militar, fundamentalmente como uma etapa que faz considerável diferença na aquisição formal dos valores, normas e crenças das competências e das habilidades do aspecto das ações policiais militares.

Nessa perspectiva, o soldado policial militar continua com dificuldade em interpretar o significado de racismo, ele entende que é a “subjugação do outro”, postura antagônica à função de uma polícia cidadã. Nesse panorama de prioridade do *ethos* militar, pressupõe-se que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, poderão ser realizadas com preconceito racial por parte de alguns operadores de segurança pública militares.

Assim, nesse quadro de formação policial militar, com a “ausência” do tema racismo em sua formação profissional, pode ocorrer o que Castilho (2011, p. 15) chama a atenção da pauta em “[...] não se contempla a história, a cultura, a religiosidade afro-brasileira e, quando o fazem [...] a abordagem tende a ser distorcida, estereotipada e folclorizada”. Nesse ambiente a polícia militar oferece a sua cultura que possui um desenho de impressionante ritual de passagem (GENNEP, 2011), celebrado no campo organizacional.

Esses ritos estão presentes no cotidiano da formação em tempo integral, tais como, os ritos de nivelamento – corte de cabelo, uniformização da indumentária e os ritos de cerimônia – filas, ordem unida, hasteamento e arriamento do Pavilhão Nacional, dentre outros. Dessa maneira, a situação da formação policial militar sintetiza o percurso do indivíduo civil para a nova identidade de policial militar. O movimento de passagem é constituído por ações de rotina e ações de ritual, nesse sentido DaMatta (1997, p. 85) considera que:

O ritual é a colocação em foco, em *close up* de um elemento e de uma relação. [...] E, de fato, entender as relações básicas do mundo social é, automática e simultaneamente, entender o mundo ritual. Os rituais dizem as coisas tanto quanto as relações sociais (sagradas ou profanas, locais ou nacionais, formais ou informais). Tudo indica que o problema é que, no mundo ritual, as coisas são ditas com mais veemência, com maior coerência e com maior consciência. Os rituais seriam instrumentos que permitem maior clareza às mensagens sociais.

DaMatta (1997, p. 85), alerta que não existe ritualização que não utilize um mecanismo cujas intenções sejam de neutralizar, reafirmar ou pôr tudo “de cabeça para baixo”. Os passos dos rituais ficam sempre registrados, de forma marcante, na vida do policial militar em formação e da instituição, porque tiram dos indivíduos do seu dia-a-dia o que já consideravam habitual. E, com o passar do tempo, ganham uma importância fundamental daquilo que lhe foi ensinado. Por conta desses movimentos ritualísticos, Berger e Luckmann

(2012) asseveram que toda atividade humana que prossegue no tempo é sujeita à formação de hábitos, os quais constituem o primeiro passo em direção à institucionalização.

Esse processo de socialização, em que os policiais militares em formação são submetidos, possui como evidência uma construção de barreiras simbólicas com o mundo externo. A identidade policial militar deve estar visível, portanto, o ritual é fundamental no aprimoramento para que os formandos militares passem a vivenciar o padrão militar (SOARES; MUSUMECI, 2005), tornando-se iguais entre si e diferentes dos demais incorporando devidamente o papel a ser representado em sociedade, “[...] em outras palavras, podem ser feitos acordos sem criar a relação de mútua solidariedade a que geralmente conduzem” (GOFFMAN, 2009, p. 180), como meio de permanência, garantia e sustentação da legitimação da corporação, de seus componentes e de suas práticas operacionais.

Por assim dizer, a identidade policial militar, rompe com sua construção cotidiana e passa a reconstruir como uma introjeção de um novo universo simbólico, cuja consequência será o rompimento com o universo primário e reconstruído o novo por sua subjetividade (BERGER; LUCKMAN, 2012). Ainda mais, com essa iniciação, o policial militar em formação, é incluído no grupo social ao qual pertence (GOFFMAN, 2009), que assume para si as interpretações e conclusões sobre o papel que tem a desempenhar em sociedade. O policial militar torna-se uma figura ideal, um homem “pronto” para o exercício da profissão policial militar. Reelaborando uma reconstrução do *self* para a conversão identitária, transformando a si mesmo e incorporando novo conjunto de ideias, concepções e valores a respeito do novo papel que desempenhará como operador de segurança pública militar (SILVA, 2006).

Afinal de contas, os policiais militares aprenderam que alguma ação excessiva pode compensar a sociedade em termos de segurança. Se esse pensamento e ação prosseguirem, torna-se uma caracterização da utilização do poder coercitivo pelo viés do *ethos* militar. Nessa perspectiva, é tão significativo que Geertz (2008, p. 93) afirma, “[...] o *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético [...]. O *ethos* representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse tipo de vida é uma expressão autêntica”. Ainda mais, Geertz (2012, p. 127) argumenta que há um estímulo na busca de universalidade do desejo dos presidentes, generais, policiais militares e outras autoridades, desse poder através dos ritos e imagens em que ela se exerce, “[...] o conteúdo sagrado do poder soberano”.

A utilização ritualística se completa pela representação do “brilho” que constitui o código da autoridade policial militar – os ornamentos: fardamento, insígnias, armas, dentre outros, que constituem o “poder policial militar” legitimado pelo Estado e pela sociedade,

cuja oferta adiciona a crença de soberano. Essas ferramentas profissionais auxiliam na conservação de significados próprios à função policial militar e suas práticas operacionais para agir, atuar e autuar com o poder constituído. Esses códigos estão incrustados nas particularidades do policial militar e que são processados em sua socialização, cujas ações são persuasivas que, em determinado momento, ninguém pode tocar em seus ornamentos sem sofrer repreensão.

Nesta configuração, pode-se dizer que a escola se transforma em uma espécie de propagação de poder, com indícios de uma “violência pedagógica” sem reconhecer que existe outras formas de formar e de olhar. No entanto, há um recorte que implica uma violência, mas pode-se dizer que essa configuração se apresenta de maneira natural, social ou culturalmente, porém, sendo alterados, portanto, pode-se dizer que há outras maneiras de ser, de formar e de transformar na atmosfera das relações sociais. Essas variáveis são, lembrando Michel Foucault (1999), instrumentos para fazer ver e fazer falar, tal como é o sistema propagador, tornando-se em estratégia para ver sem ser visto, sem ser responsabilizado pelos atos arbitrários (ALBA, 2003).

Esses fios que percorrem a ferramenta propagadora possuem o objetivo de consolidar essa unidade pedagógica, possibilitando uma coesão e direcionamento de um espaço para outro, com a intenção de atravessar uma norma legitimada por uma norma discricionária. Essa linha de força é produzida em todas as relações de um ponto a outro e passa por todos os lugares possíveis enquanto dispositivo de uso. Essa postura está intimamente ligada às outras intempéries das ações executadas e é uma dimensão composta de poder com saber.

Por outro lado, a linha de subjetivação nega qualquer concepção intransponível de poder, qualquer possibilidade de descanso, de esgotamento, já que isso se baseia no retorno de si mesmo contra si mesmo. Essa dimensão não é, de modo algum, uma determinação preexistente que já foi realizada, é um processo, é uma produção de subjetividade em um determinado dispositivo que permita ou torne-o possível. “O si mesmo não é um saber e nem um poder, é um processo de individuação que tem a ver com grupos ou pessoas e que foge das relações de forças estabelecidas com o saber constituído: é uma espécie de mais valia” (ALBA, 2003, p. 92).

4.6.5 As abordagens policiais militares no contexto das relações raciais na cidade

Partindo do princípio sobre “o ser policial militar”, enquanto inserção profissional, sugere a posição social desses indivíduos a se estabelecer em um campo de ambiguidade, em

que configura ao mesmo tempo: protetor e repressor; desejado e temido. Essa inserção se manifesta em uma postura de “dificuldade de interação” com a sociedade, normalmente expressa em uma linguagem na ideia de que polícia deve ser respeitada. Esses princípios avançam para as práticas operacionais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no momento contemporâneo. A polícia militar é solicitada pela população para o combate à criminalidade e, quando soluciona conflitos é aplaudida. Em outros momentos, é desacreditada pela mesma população que percebe na polícia militar a quem deveria zelar pela justiça, no entanto, aparece como responsável por atos violentos na abordagem ao indivíduo negro.

A polícia militar é uma “entidade” conhecida de longas datas e também muito visível na sociedade, e, muitas vezes, não é pensada enquanto instituição estabelecida e regida por poderes ou enquanto uma categoria profissional, até porque, ela é uma categoria de Estado e autorizada em suas funções com o papel fundamental de vigiar e manter a ordem pública. É uma relação de duas faces, um tanto dúbia, ora nos protege, ora nos incomoda, ora é de confiança, ora de desconfiança. Há uma necessidade de ressignificação na polícia militar e, em suas interações com a sociedade, seja ela negra, branca ou de outros conceitos raciais e sociais existentes.

Assim sendo, é preciso analisar as práticas operacionais de policiais militares, bem com, utilizar os termos de abordagem policial militar, cuja definição “[...] é um encontro entre a polícia e o público cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com que interage, podendo estar relacionada ao crime ou não” (PINC, 2006, p. 7). Por outro lado, a relação cotidiana entre o policial militar e o público, através da abordagem policial militar é um dos momentos mais comuns da interface entre esses dois atores.

Se levar em consideração a concepção weberiana de Estado, que atribui à polícia o “monopólio da violência legítima”, o termo “violência” adere fortemente à imagem das ações policiais militares. Essa ideia, gera complexidades, dessa maneira a violência abrange atitudes e ações que podem resultar em lesões e mortes de cidadãos. Por outro lado, há uma apropriação demasiada nessa ideia que contribui para formar a percepção de que a polícia militar sai às ruas usando apenas a força física e a força letal. Nesse sentido, a abordagem policial militar tende a ser percebida como violação dos direitos do indivíduo. Não se pode negar que ações abusivas compõem uma situação cotidiana das práticas policiais militares, mas trata-se de uma parte que não representa o todo.

O pensamento de Bayley (2006) coloca as práticas operacionais de policiais militares, como possuidores de permissão dos demais para utilizar a força física moderada em função de regular a relação interpessoal de todos os integrantes do grupo. A referida autorização de uso de força física, como meio para mudar o comportamento dos indivíduos, é competência exclusiva da polícia, isso significa que somente os policiais podem executar essa ação. Outra questão das reflexões do autor, são as atribuições existentes nessas ações que são direcionadas ao Estado e outras direcionadas à população, essas práticas operacionais são definidas como ações proativas – a iniciativa é tomada pela polícia, e ação reativa – a iniciativa vem do público.

Bittner (2017, p. 43) afirma que “[...] as forças policiais funcionam, na primeira instância, como ‘funcionários da lei’ e, na segunda instância, como ‘funcionários da paz’”. Dessa forma, o policial militar está sempre disposto a atender a qualquer situação, mesmo sem saber ao certo o que irá enfrentar, ele sabe que é necessário tomar uma atitude. A atuação policial não escolhe dia, hora ou condição climática para agir, basta apenas um pequeno gesto:

[...] o papel de polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos [...], tão diversos como capturar um criminoso, [...] tirar uma pessoa bêbada de dentro de um bar, direcionar o trânsito, controlar a multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar os primeiros socorros médicos e separar brigas de familiares (BITTNER, 2017, p. 136).

Cabe ressaltar que é possível trazer um alívio para os principais problemas de ajustar a função policial à vida da sociedade moderna. Ainda assim, Egon Bittner (2017) utiliza o conceito weberiano de racionalidade como eficiência e, por outro lado, percebe-se que o planejamento de práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, entretanto, não é suficiente para explicar alguns aspectos estereotipados dessas ações policiais.

A polícia funciona quase que na administração do crime e manutenção da paz, não caracterizando como mecanismo na redução substancial do crime (REINER, 2003). Na análise de Monet (2001) e de Monjardet (2002), a concepção do trabalho policial apresenta ideias similares. Para o primeiro, seriam tipos de polícia: de segurança, de ordem, criminal e de informações. Para o segundo, a instituição policial atua em: intervenções policiais de socorro, policiamento ostensivo, atividades judiciárias e atividades administrativas. Essas perspectivas, em uma sociedade, exigem também novas perspectivas para o trabalho policial. A sociedade contemporânea deseja que o trabalho policial seja mais efetivo e solicita que os

fatos estereotipados sejam reduzidos e/ou eliminados. Esse movimento da sociedade desde o advento da modernidade exige práticas operacionais de policiais militares profissionais.

As práticas operacionais de policiais militares, ocorrem com veículos padrões, uniformes, tonfas, armas de fogo e patrulhando as ruas das cidades, que é uma invenção ocidental. Essa estrutura é o esforço de construção de Estado que se identifica como sociedade moderna, configurada pelo iluminismo no qual esse desenho produz e sustenta a paz pelo meio pacífico e simbólico – instrumentos de trabalho do policial militar e por meio civilizado – e pela formação profissional. Por assim dizer, essas estratégias significaram um outro olhar na distinção entre o emprego da violência para dividir a coesão do infrator e o uso de força adequada, para assegurar a obediência individual e coletiva no tempo de paz.

No entanto, o surgimento das cidades industriais impôs novos ambientes e novos desafios inviabilizando as estratégias de guerra em campo aberto. A visibilidade do mundo urbano reoxigenou os padrões de sociabilidade, modificando as realidades existentes, proporcionando novos atores e novas arenas políticas e ampliando o grupo populacional nas cidades. Essas transformações exigiram uma “nova polícia”. Essa exigência vinculou à criação da polícia moderna que está associada à construção de ocupação de espaços urbanos. A vida nas cidades e seus movimentos propuseram novas configurações e novas dinâmicas demográficas dentre as diversas variáveis do espaço coletivo; trabalho, moradia, interação, dentre outras categorias. Essas circunstâncias levaram as instituições policiais militares – mantenedoras da lei e da ordem, por conta das tradições, tornarem-se resistentes às mudanças, mesmo assim, pode-se dizer que há sensíveis mudanças no momento atual, conforme Bayley (2006) e Bittner (2017).

Essas alterações ficam visíveis quando se observa, na atualidade, o emprego da força, a extensão do seu poder e mandato, seus métodos de atuação e principalmente a utilização das tecnologias adotadas. Ainda assim, essas alterações resultam no fato de que as práticas operacionais de policiais militares estão permanentemente expostas e vulneráveis às críticas acadêmicas, políticas e sociais. As polícias militares, por “tradição”, tornaram-se uma faceta mais sensível do Estado, por se apresentarem, como a encarnação concreta e cotidiana representativa do Estado na vida da sociedade, bem como, exclusivo ator no uso da força legal em tempo integral, sempre em estado de prontidão para de maneira imediata e emergencial atender às demandas urbanas de ordem pública.

As práticas operacionais de policiais militares recobrem o vasto mundo da vida nas cidades e, por conseguinte, estão à disposição em atender acidentes, interações conflituosas, distúrbios e outros desequilíbrios sociais. Por conta disso, a instituição policial militar em suas

ações fica carregada de tensões, atritos e conflitos. É importante ressaltar o reconhecimento das dinâmicas urbanas e, conseqüentemente, se fazem sentir nas corporações policiais militares que necessitam constantemente se adequar aos caprichos das críticas contundentes e contumazes.

Cuiabá-MT tornou-se uma cidade grande e moderna em um processo lento, aparecendo o seu desenvolvimento a partir da década de 1970, sob as condições de uma cidade agrária, mas sobretudo, sob à sombra de uma sociedade industrial e que precisou seguir desenhos de desenvolvimento inteiramente novos. Nessa perspectiva, a população aumentou, o comércio varejista cresceu, o comportamento dos consumidores modificou e os clássicos mercados livres reduziram; assim, a movimentação e o domínio das interações conflituosas tornaram-se símbolo do desenvolvimento cidadão. O novo modelo de cidade, ao longo do século XX, dividiu os bairros do passado e outros espaços geográficos que deram lugar ao novo. Na população, parece não haver velhos habitantes, no entanto, continuam chegando à cidade um fluxo ininterrupto de massas populacionais.

Nesse desenvolvimento cidadão, que a polícia militar acompanhou as transformações das cidades, desde o período colonial. Entretanto, com a teoria do moderno, o seu próprio enfrentamento com o perímetro urbano provoca uma reflexão e a busca de apreender conceitualmente as transformações que continuam a ocorrer. “O maior problema da ‘vida moderna’ está circunscrito no conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior” (WAIZBORT, 2013, p. 316); nessa perspectiva, as práticas operacionais de policiais militares, no espaço urbano, se defronta com uma variedade de imagens que se apresentam em sua consciência. E, na medida em que a cidade cria essas condições psicológicas em cada saída para o policiamento ostensivo motorizado, em conjunto com a velocidade e as variedades da vida profissional e racial, ela propicia para a vida anímica no nível da consciência uma organização frente às abordagens policiais junto à população negra.

As condições psicológicas são condições subjetivas, que dizem respeito ao indivíduo. Só na cidade essas condições são encontradas em cada abordagem policial no meio da multidão, por outro lado, a cidade é desde sempre o lugar a ser policiada. Nesse sentido, a objetividade das ações policiais militares no contexto racial, na cidade, “[...] deixa as qualidades individuais de lado, submersas na indiferença, em contraposição a subjetividade e sentimento que preservam cuidadosamente a diferença e individualidade” (WAIZBORT, 2013, p. 319).

Dessa maneira, na cidade as abordagens são feitas por desconhecidos e para desconhecidos, assim, as ações policiais tornam a objetividade dessas práticas mais fáceis,

sem a interferência que as relações pessoais trazem com cada policial militar – o conhecimento, o ânimo e o sentimento. Em uma interação tão estrita, como a prática operacional de policial militar, no contexto das relações raciais, ninguém saberia dizer se essa constituição profissional, intelectual ou anímica impulsionou a referida ação ou se foi o fator determinante para essa consequência (WAIZBORT, 2013). A ideia de interação, com sua circularidade e infinitude características, não é possível estabelecer uma relação causal definitiva, pois se trata de efeitos mútuos e múltiplos. “Seguro é apenas o fato de que a forma de vida na cidade é o solo mais rico para esta interação” (WAIZBORT, 2013, p. 320).

Nessa complexidade das práticas operacionais de policiais militares é difícil compreender a natureza política e profissional das ações policiais e tudo isso ocorre, provavelmente, por conta do dilema em mediar as tensões nas ocorrências e o que está inserido para a resolução desses atos; a lei, a moral, a própria vida ou a vida do outro. Esse cenário estabelece um estilo de comportamento na cidade, e, essa perspectiva envolve, nos atores, objetividade, exatidão, pontualidade e praticidade. Esses aspectos, nas ações policiais na cidade, propiciam e promovem a impessoalidade, assim como, movimentam como instrumento de individualização (WAIZBORT, 2013). Essa configuração certamente acende uma visão mais consistente para entender uma prática operacional de polícia adequada e cidadã.

Os debates sobre as abordagens policiais proporcionam diferentes definições acerca da “violência”, em especial sobre as ações policiais militares na interação com a população negra, que oscilam entre prevenção e repressão, com destaque do recrudescimento das práticas preconceituosas e discriminatórias por meio de atitudes mais “enérgicas” nas abordagens onde o combate ao indivíduo negro abordado é mais contundente em relação ao abordado branco. Por outro lado, as condições de vida na cidade moderna criam condições e necessidades específicas de sensibilidade e comportamento. Assim, o pensamento simmeliano, enfatiza que as modernas condições da vida citadina deveriam exercer influência sobre a própria consciência dos homens. A consciência permanente de uma certa periculosidade, nas ações diferenciadas em relação ao indivíduo negro, deve produzir uma alteração na constituição psíquica dos homens (WAIZBORT, 2013).

A cidade transforma o contato com o “estranho” na experiência mais corriqueira. Muito embora se possa encontrar algumas resoluções para adequar as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, nas condições objetivas, subjetivas, psicológicas e funcionais. Cabe ao trabalho sociológico contemporâneo incorporar elementos, por vezes contraditórios entre si, que se entrelaçam e interpenetram na definição mais

próxima da adequação cidadã nas práticas policiais. Como resultado, a ideia sensata de práticas policiais se ajusta, de acordo com a abordagem teórica, elementos distintos, com ênfase em traços e atributos diversos, por meio dos quais as ações operacionais do policial militar podem ser analisadas, sob o ponto de vista teórico e empírico. Até porque, a cidade como ponto central de policiamento, é também um ponto central de especialização, de criação de novas necessidades e refinamentos, da luta dos homens entre si.

Em meio à multidão, na cidade, cresce a distância da unidade social em relação aos elementos que a formam, desse modo, o indivíduo se esconde por detrás do grupo. As ações policiais militares, de certa forma, possibilitam uma socialização; por um lado, as ações são uma instância que promove distância, por outro, ela promove a indiferença. Para equilibrar as práticas operacionais de policiais militares, é preciso entender sobre a importância do conflito em casos de violência preconceituosa, na interação, entre a polícia militar e o indivíduo negro, o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes, pois o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. A base das concepções simmelianas se encontram no suporte psicológico, o dualismo forma-matéria, a noção de interação e de sociação como processo social básico. “As relações de conflitos, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras” (SIMMEL, 1983, p. 128). Por conta disso, a cidade se converteu em um cenário de investigação para observar a natureza e as relações que parecem marcar um modelo de transformações das ações policiais militares que predominam em equívocos profissionais.

O que se busca com esta perspectiva metodológica é aprofundar acerca da realidade da cidade moderna para reconstruir e transformar o complexo movimento de pessoas, no espaço metropolitano, onde as práticas operacionais de policiais militares não dependam da intenção dos indivíduos atuantes, senão da ação construtiva de processos de significação. Daí, o estudo da realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, pode ser realizado a partir dos significados dos policiais militares em suas ações, pois são eles que definem a realidade de sua situação. Assim sendo, a interação social tem sua origem em construções referentes à compreensão do outro.

As práticas operacionais de policiais militares se manifestam na operacionalização daquilo que, em tese, aprenderam em sua formação, mas também há elementos implícitos nessas consequências das ações. Desse modo, a realidade das práticas operacionais é construída pelo policial militar em um contexto social, onde as interações sociais têm uma característica emergente, até porque não fazem parte de uma estrutura predeterminada pelas operações policiais militares. No âmbito citadino, há uma estrutura material, como realidade

objetiva e tangível de uma organização espacial da sociedade que não pode ser negada, com suas edificações e suas instituições, onde se desenvolve o campo de relações sociais, bem como, de um tipo de interação humana própria denominada polícia militar e população negra, em que os indivíduos partem para moldar adequadamente sua performance conjunta nessas práticas operacionais.

A rua, a praça, os jardins, nesse sentido, são objetos de um duplo discurso; um é o resultado de um projeto urbano e arquitetônico politicamente determinado, cujo objetivo é orientar a percepção, oferecer significados práticos, distribuir valores simbólicos e, em última análise, influenciar as estruturas dos usuários do espaço. O outro discurso é o da própria sociedade urbana, são eles que definem como se movimentar fisicamente no espaço geográfico estabelecido. São nesses projetos urbanísticos que as práticas operacionais, de policiais militares, deveriam ser atribuídas pelo bom senso dos próprios profissionais. Porém, o senso comum é formado no mundo da vida cotidiana, permitindo que os policiais militares se unam por meio de valores e processos de interpretação conjunta.

Com conceitos da vida na cidade, como: liberdade, individualização e espaço como elementos de uma realidade urbana ligada à modernidade, aproximam-se da concepção para entender a afirmação de Blumer (1982, p. 39): “[...] como em todos os lugares e em todos os tipos de grupos humanos os indivíduos vivem em mundos de objetos e acomodam suas ações ao significado que têm para eles, a necessidade de reconhecer os objetos e seu significado é encontrado em seu senso comum”. É nessa medida que o ser humano constrói sua realidade a partir das várias interações que sustenta o seu contexto de ação até estabelecer a estrutura social.

No entanto, as ações de policiais militares, dão a impressão de não perceberem que suas ações têm consequências sociais, por conta disso, procuram compartilhar suas ações com aqueles com quem interagem, isto é, uma forma funcional de interação em que Simmel sempre defendeu como estratégia utilizada pelos componentes do perímetro urbano para enfrentar a realidade fragmentária, fugaz e racionalizada das grandes cidades. Por outro lado, os significados que produzem na interação polícia militar e população negra, poderiam ser trabalhados até chegar a situações que definam uma ação coletiva, mesmo que influenciando a organização social.

Dessa maneira, em que seja verdade que as estruturas sociais são determinantes da realidade das práticas operacionais de policiais militares, também é verdadeiro afirmar que a realidade das práticas operacionais é influenciada e pode ser modificada pelos significados que os policiais militares constroem durante suas várias interações sociais e as ações

conjuntas que estes produzem. Por isso, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, poderiam ser consideradas como produto da significação intersubjetiva, o que pode ser observado e denominado por ação conjunta.

Nesse viés, transformações podem acontecer no dilema policial violento, policial mantenedor da lei. Observa-se que, geralmente, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, podem ser acionadas junto ao indivíduo negro com a lógica comprometida com o processo civilizador que pressupõe o respeito e a obediência a si mesmo e aos códigos formais dos princípios estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito. Para que ocorram essas transformações, nas ações policiais militares, faz-se necessária uma compreensão sociológica em esclarecer a natureza da cidade a partir de suas partes, isto é, das normas e de suas margens para entender o papel desempenhado pelo contexto sociocultural na formação da vida urbana para que as buscas das mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade, possam visualizar e excluir o racismo das práticas operacionais de policiais militares.

5 UM BALANÇO DAS INTERPRETAÇÕES DO RACISMO BRASILEIRO

5.1 O desafio da cidadania nas abordagens policiais militares, no contexto das relações raciais, à luz do conflito simmeliano

A relação das polícias militares brasileiras se constitui como um tema fundador do movimento negro contemporâneo. Especialmente, nas interações de práticas operacionais de policiais militares com a população negra, cuja figura central é a chave de denúncia da violência do Estado. Nesse sentido, a polícia militar sempre foi um campo de interesse para as organizações negras como à Academia, no âmbito das relações raciais, o que acarretou em importantes demandas de pesquisa para incorporar conteúdos na formação desses profissionais.

No debate analítico, um dos desafios cruciais é o de como articular o conhecimento adquirido, especialmente a partir do desenvolvimento de sociologias paradigmáticas deterministas, centradas no conceito de estrutura, ficando de fora o conhecimento proporcionado pelas correntes interpretativas, cujo acréscimo deve ser o interacionismo simbólico. As correntes interpretativas focam sua análise de regularidades no papel reprodutivo dos processos de interação.

O racismo no Brasil, normalmente é marcado pelo grupo étnico que foi submetido ao sistema escravista e que está vinculado à estratificação social, cuja distribuição de poder é apresentada de maneira desigual. O fenômeno escravista também é demarcado como modelo de economia brasileira. Esses movimentos sobre a temática são complexos, mas, ainda assim, tornou-se base das relações raciais. Por outro lado, outra complexidade está sendo debatida nas Ciências Sociais: a interação entre polícia militar e a população negra, em que a pauta é acalorada, e, às vezes, desequilibrada; deixando uma lacuna que permanece insuficiente de compreensão sobre a natureza das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

É urgente aprofundar-se no tema das ações policiais militares em um contexto de relações raciais no sentido de interpretar, de compreender seu significado, a sua subjetividade, enfim, adentrar profundamente nos conflitos que ocorrem nessa interação. Portanto, o conflito no sentido amplo – todos os impulsos são sociais, porém, existem os “a-sociais”, como por exemplo, os de hostilidade, ou, às vezes, os de autoproteção ou conservação. Os indivíduos adquirem autoconsciência mais facilmente a partir da oposição aos outros. Mas esses impulsos são reprimidos pelo sistema jurídico e canalizados através da competição ou

rivalidade, tornando-se assim funcionais; ou são dirigidos contra um inimigo externo em caso de perigo, com o qual se tornam funcionais para o grupo (CARABANA; ESPINOSA, 1978).

Em um fenômeno complexo, “[...] os conflitos não são entre os impulsos, mas entre as respectivas pessoas ou personalidades, cada uma com sua estrutura definida” (CARABANA; ESPINOSA, 1978, p. 169). Graças ao espírito que reflete ou se faz objeto, o indivíduo acaba por resolver o conflito, reconstruindo ou reorganizando a estrutura social em que se encontra e, portanto, a sua própria personalidade. Assim, as relações entre a reconstrução social e a da personalidade são recíprocas, internas ou orgânicas. O conflito, em definitivo é necessário em toda fase de crescente especialização funcional.

Ao eleger uma conjunção de juízos estéticos e reflexivos na escolha metodológica nas Ciências Sociais, na pesquisa das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, é pensado na interação como uma categoria crítica de análise conceitual fundamental no indicativo da necessidade de um escrutínio incrustado nos pressupostos teóricos, localizados no estado da arte, cujos argumentos parecem escapar de uma realidade mais ampla, além da normatizadora constituinte de um discurso político e de poder contemporâneo. A aproximação com as ideias de conflito, neste caso, foi pela afinidade de buscar soluções para uma segurança pública cidadã e por acreditar que há um sentido de “contramão” sobre o tema polícia militar e relações raciais, deixando uma lacuna em torno da temática.

Procurando dialogar com a ideia de sociabilidades violentas e com a concepção de violências concebidas, nas práticas operacionais de policiais militares no contexto racial, como constituintes de sociabilidade que, em um primeiro momento, aparece com desassociação e não passa de uma das maneiras elementares de sociabilidade. “O conflito em si mesmo, é a resolução das tensões entre as forças adversárias. [...] de que o conflito é uma síntese de elementos, uma contraposição que integra, com a transação, um único conceito superior” (SIMMEL, 2021, p. 279).

Assim sendo, o conflito, pode retirar as ações policiais militares da subalternidade acadêmica, das questões periféricas de seus integrantes, colocando almas humanas e projetos de servir e proteger à maneira cidadã. Nos estudos analisados, a polícia militar aparece como algo em si mesma, uma realidade violenta, preconceituosa e discriminatória no campo das relações raciais. Porém, há muito o que conhecer; seu desenho caracterizado como “aparelho repressivo do Estado”, como denúncia dos efeitos perversos em suas ações, deixa lacunas a serem observadas, interpretadas e analisadas pelos olhares de fora, de dentro, de cima e ao redor da polícia militar.

Mesmo diante desses “padrões de violência policial” no contexto das relações raciais, Simmel (2021) proporciona uma reflexão de que, no interior de cada indivíduo quando, por vezes, sentimos que o conflito entre os impulsos éticos e estéticos ou entre escolhas intelectuais e instintivas determina as decisões que mais autenticamente revelam nosso verdadeiro ser, até porque, permanecemos surdos às forças individuais contraditórias. Por outro lado, os processos de unificação entre as partes em um conflito, há misturas de antíteses e sínteses, construção de umas sobre a base das outras, limitações e intensificações recíprocas. Também é preciso ter em conta outra significação sociológica do conflito – aquela que diz respeito à relação recíproca das partes e à estrutura interna de cada uma delas.

Assim, a experiência cotidiana ensina quão facilmente o conflito entre dois indivíduos pode modificar um deles em sua relação com o outro em si mesmo, “[...] através da imposição de condições prévias e favorecendo as modificações e adaptações necessárias para o melhor desenvolvimento do conflito, isto é, quem está em conflito deve voltar-se para dentro de si mesmo” (SIMMEL, 2021, p. 339). Lembrando que, “[...] o poder unificador do conflito fica particularmente evidenciado quando produz um insulamento associativo, temporal ou temático, em circunstâncias de concorrência ou animosidade” (SIMMEL, 2021, p. 352).

Por conta disso, a análise dos estudos polícia militar na interação com a população negra, possibilitou uma reconstrução de uma formulação teórica, essencialmente qualitativa para dar conta da riqueza e da complexidade da realidade na interação entre polícia militar e população negra. O tema do preconceito e da discriminação racial deve ser visto como a expressão de uma sensibilidade acrescentada na sociedade em geral e nas Ciências Sociais, em particular em direção à subjetividade dos indivíduos. A sociedade organizada procura regular o inevitável conflito entre seus membros na busca de seus desejos. O desejo do poder, seja simbólico ou não, ou qualquer outro desejo socialmente sancionado, não pode ser realizado se for à custa de outro membro da sociedade – por meio do preconceito racial, da cor da pele negra ou pela ideologia, por ser negro, ser um indivíduo inferior.

Mas, os textos analisados (estado da arte), sobre a interação polícia militar e população negra, foram divididos em quatro categorias, a) polícia militar/relações raciais; b) denúncia de arbitrariedade; c) abordagem policial; e d) sujeito suspeito. A primeira categoria compreende a produção da relação entre a polícia militar e o público no cenário das relações raciais. A segunda procura responsabilizar o racismo por conta do desvio de conduta do policial militar. A terceira implica na percepção do policial militar em “apontar” as características do indivíduo suspeito e, a quarta, busca a existência de mecanismos na filtragem racial nas ações policiais militares.

A maior concentração dos trabalhos possui um entorno relacionado a proposições entre polícia militar/população negra, que enfatiza uma violenta conduta discriminatória contra as minorias simbólicas. Nessa perspectiva, são tratados de como a cor da pele se reveste em suspeição do indivíduo negro e, desse modo, procura debater sobre mecanismos de filtragem racial nas ações policiais militares. Mesmo nessa configuração apontada, existe o sentido de encontrar as ferramentas que possam reajustar essa interação, o mais próximo de uma estratégia política, social e racial no cenário de uma polícia cidadã.

Diante disso, a opção pelas metodologias qualitativas é importante por possuir um ambiente com contato direto com pessoas ou grupo de pessoas, onde o investigador deve familiarizar e interagir com a vida cotidiana do investigado, seus pensamentos, sua maneira de atuar e sentir, acompanhada de sua idiosincrasia, além de disponibilizar um dispositivo conceitual que permita compreender a realidade que transcende o sentido comum. A análise sistematizada propiciou o estabelecimento de novos caminhos, do ponto de vista conceitual e enquanto novo objeto de estudo, que demandam novos procedimentos e formas de abordagem como parte do inédito, isto é, do saber previamente acumulado.

Nessa medida, os fenômenos sociais, enquanto práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, percebidos a partir do ângulo positivo do conflito social, aparece com uma nova luz. O lado positivo do conflito é considerado no sentido de permitir mecanismos de socialização, sendo percebido nas entrelinhas como um mal necessário que nem sempre é mal. Sendo assim, a teoria sociológica do conflito está articulada em dois momentos: o primeiro analisa a natureza sociológica do conflito como mecanismo de socialização e, o segundo, apresenta uma reflexão sobre o conflito em relação às estruturas do grupo social e dos grupos em conflito (SIMMEL, 2021).

Aos aspectos da natureza sociológica, se compreende que o conflito está projetado para resolver os dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo se for pela aniquilação dos opostos. A intenção do conflito é resolver a tensão entre os contrastes. Em relação à estrutura grupal, a ênfase está na necessidade de uma orientação e de uma centralidade para o conflito social, pois ele pode tanto ser uma forma de socialização, como também pode tornar-se o conflito dos conflitos de socialização, assim fica a articulação teórica do autor entre questões de natureza social do conflito e da estrutura de grupos sociais.

A perspectiva teórica sobre as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não é a mesma a respeito do conflito social em Simmel (2021), mas a compreensão dos conflitos sociais à luz de um fator crucial para compreender essas ações policiais contemporâneas como um conceito mais amplo, que vai além das questões de

socialização e relações recíprocas marcadas pelo conflito social. Dessa forma, pode-se fornecer dados explicativos para o entendimento das práticas operacionais, de policiais militares, no contexto das relações raciais contemporâneas, cuja reflexão é com a perda de energias no processo antagônico entre conflito e consenso, contrários aos processos naturais da vida social, além de perceber que essas práticas policiais correspondem às consequências da ausência de sociabilidade e reciprocidade dos conflitos sociais aos quais se propõem.

Ainda assim, as Ciências Sociais desenvolvem um processo de apropriação da realidade que se materializa por meio da linguagem. Com efeito, o homem no desenvolvimento de sua vida cotidiana acabou por problematizar, dissertar e estabelecer relações subjetivas e de apropriação diante da realidade que o cerca, principalmente por meio de palavras e conceitos. A linguagem marca coordenadas, ordena e subjetiva a realidade, realizando, assim, um processo prévio de estabelecimento de qualquer tipo de observação ordenada para trazer como consequência as teorias.

Esta sistematização de dados coletados sobre abordagens policiais, no contexto das relações raciais, abre um novo campo na investigação, pois a tarefa metodológica não somente se centra em uma ampliação da documentação analisada, como também na conversa da investigação em si. Em consequência se pode falar com caráter hermenêutico que torna o texto um elemento válido de estudo em relação com um problema definido e delimitado. Parece oportuno sugerir que a investigação, como produto do presente, deve servir de saber acumulado para iniciar novas reflexões. O interesse é evidenciar que em alguma medida um gesto teórico e analítico, a ordem simbólica própria das interações, pode apresentar uma reconfiguração de perspectiva interacionista nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais na atualidade.

Essas reflexões se inserem no debate cada vez mais “vivas” acerca de “novas” correntes teóricas preocupadas em entender os fenômenos de práticas de interação entre polícia militar e população negra com abordagens mais próximas do subjetivismo. O estado da arte possibilita apresentar e abrir discussão no arcabouço epistemológico/metodológico interpretacionista com o pensamento da Escola de Chicago – o interacionismo simbólico. Por outro lado, a Sociologia de Chicago está pautada nos estudos sobre violência, destacando-se nesse cenário a presença de imigrantes nos espaços urbanos (COULON, 1995). Essa discussão é uma alternativa para contribuir com os pesquisadores(as) sobre polícia militar no contexto das relações raciais.

Essa “novidade” reconhece, na postura do interacionismo simbólico, uma estimulante proposta para a compreensão do ser humano em seu âmbito social, entendendo o indivíduo

como membro ativo de uma comunidade, dentro da qual se encontra sujeito a uma contínua relação e à interpretação de significados. Assim, o enfoque microsociológico coloca sua atenção em examinar as relações cotidianas dos indivíduos na sociedade.

Nessa perspectiva teórica, não se trabalha com um conceito pronto que define o objeto, ao contrário, precisa de ajustes a partir do trabalho empírico, por isso, o investigador não deve ficar preso a esquemas teóricos prévios. A referida perspectiva teórica sugere que deve identificar os significados contidos nas informações recolhidas. Essas informações permitirão, ao investigador, perceber novas relações na porção da vida social investigada. Essa “novidade” estará representada pelas questões das interações entre polícia militar e a população negra.

Por isso, compreender os estudos analisados sobre a ação policial militar junto à população negra, possibilita empreender as perspectivas interacionistas na Sociologia que se apresenta como um desafio que merece atenção. Mesmo assim, certas facetas de uma sociologia do conflito pareceram conectar dimensões estruturais do social com marcos de referência surgidos das próprias interações sociais, para assim poder compreender emergentes e concretas “situações de conflitos” (GADEA, 2013b).

O interacionismo simbólico, oferece para as Ciências Sociais, um cenário teórico para o indivíduo social interpretar o mundo, privilegiando o ponto de vista desses indivíduos no emprego de suas abordagens para elucidar os significados que os próprios indivíduos põem em prática na construção do seu mundo social. O mundo é de relações, um mundo no qual tudo se liga configurando constelações de relações (WAIZBORT, 2013). Cada manifestação da vida social sustenta outra ao mesmo tempo em que a define. “De relação em relação, o mundo de Simmel torna-se em um mundo de relações. Tudo está em relação com tudo” (WAIZBORT, 2013, p. 87).

Deste modo, o problema da sociedade reside na relação que suas forças e formas estabelecem com os indivíduos e, se a sociedade existe dentro ou fora deles. A forma de interação – o conflito está sugerido justamente por meio da inerência da sociedade no indivíduo, e esse conflito prossegue no próprio indivíduo como luta entre as partes de sua essência. As formas de interação, são para entender plenamente que a sociedade deve analisar os processos desses conflitos, como, a desordem, os desacordos e a hostilidade entre os grupos sociais. Deve-se examinar as fontes de tensões entre as pessoas e grupos; as técnicas utilizadas para o controle do conflito e as maneiras por meio das quais as pessoas com poder político, econômico, social e militar mantêm ou aumentam sua influência sobre os setores subalternos.

O conflito é uma autêntica função social, a sociedade tem, efetivamente tanta necessidade de sociação como de competição. O conflito, em si mesmo, é a resolução das tensões entre as forças adversárias. O conflito é uma síntese de elementos, uma contraposição que integra, com a transação, um único conceito superior (SIMMEL, 2021). A consciência, da forma de interação – o conflito do preconceito e da discriminação racial por diversos atores sociais, tais como, os textos analisados neste estado da arte têm apontado, de forma expressiva, que as hierarquias raciais são vigentes na interação polícia militar e população negra como no interior das instituições, por outro lado, esses apontamentos possibilitam reflexões sobre o enfrentamento político do racismo em suas dimensões de identidade social e pertencimento cultural, expressas em conceitos como “raça”, “negritude” e “africanidade” (GADEA, 2013a).

Além disso, Gadea e Queiróz (2020) afirmam que a interação pode ser identificada estritamente como aquilo que ocorre unicamente em situações sociais; isso significa que, em ambientes nos quais dois ou mais indivíduos estejam fisicamente na presença imediata um do outro. Nessa perspectiva, na interação face a face há um domínio metodologicamente preferencial de estudo na microanálise, cujo fato da condição humana no cotidiano, se passa na presença imediata dos outros. Desse modo, na interação entre a polícia militar e a população negra, provavelmente serão em sentido estrito e socialmente situados.

Essa possibilidade de estudos está ligada, de alguma forma, a uma ponte que pode vincular em uma natureza epistemológica, como também a um fato de dimensão social. Assim como, e, da mesma maneira, a análise fortaleceu ao pesquisador a contribuição em perceber e se apropriar de uma proposta mais ampla, isto é, além do debate sobre o tema na dissertação *Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações etnicorraciais: desafios para a formação do policial militar*, em 2015. Desta forma, nas *relações raciais e racismo na Polícia Militar de Mato Grosso: análise das práticas operacionais da polícia militar e os desafios para a segurança cidadã*, tanto Simmel (ano) como as perspectivas interacionistas parecem partir de um princípio quase regulador da realidade social, em que “tudo interage com tudo” (GADEA, 2013b, p. 246), em que o que existem são permanentes relações de movimentos. Assim, os conceitos como estrutura social e instituição social desempenham papéis secundários, já que a sociedade não parece ser uma entidade completamente fechada em si mesma, absoluta, uma simples totalidade. Comparada com a interação entre as partes que a compõem, é só seu resultado.

Desse modo, em consequência de uma perspectiva analítica e sobre a própria realidade social, que se preocupa por aquilo que pode ser vital para um indivíduo num determinado

momento, implicando a presença do outro. Seja na preocupação nos modernos processos de individualização e diferenciação social, como na ênfase metodológica sobre os significados dos símbolos decorrentes da relação social; trata-se de uma perspectiva em que a lógica situacional de qualquer relação ou interação adquire dimensão precisa. Essa perspectiva situacional pode ser muito próxima do que Erving Goffman (2019) se refere com os marcos de referência que se encontram disponíveis para os indivíduos na sociedade, marcos que são básicos para a compreensão e explicação do sentido dos acontecimentos.

Dessa forma, o estado da arte evidenciou que as práticas operacionais, de policiais militares, no contexto das relações raciais, se permitiram a estabelecer como braços coercitivos do Estado e o seu principal instrumento foi a violência racializada; mas também foi possível conhecer os problemas das ações policiais militares, como problematizá-los, além de estabelecer caminhos virgens, quer ao nível metodológico como ao nível conceitual. Na pesquisa em andamento, foi estabelecido novo objeto de estudo que demanda nova metodologia e forma de abordagem que, como parte do inédito, não pode partir do nada, mas do que foi previamente acumulado. Esse processo implica no equilíbrio dos textos e envolve as condições culturais, políticas e sociais nas quais essas obras tomaram forma. Nesse sentido, nas análises dos trabalhos são encontradas repercussões não só de ordem epistemológica, mas também como um fato na dimensão social.

A violência é digna da teoria social, afirma Misse (2016). Porém, torna-se um enfrentamento às dificuldades analíticas da questão e, mesmo assim, há continuidade de estudos em tomar a violência como passível de tratamento teórico. No entanto, a palavra “violência”, é o sentido da agressão física o que primeiro vem à cabeça, especialmente o de uma ação unilateral que envolve a possibilidade ou a ameaça de resultar em ferimento ou morte. Não parece haver dúvidas quanto à ligação semântica entre violência e agressão e esse é o sentido que parece ser amplamente consensual e evidente.

Para a Sociologia que nasceu discutindo os determinantes sociais dos conflitos, a questão sempre foi isolar do conceito os determinantes sociais da interação agressiva ou que produz efeitos opressivos. As práticas sociais representadas como violência podem ser desdobradas em escalas de gravidade e em conceitos menos polissêmicos, como conflito social, controle social, desigualdade social e racial, sem ter que, necessariamente, submeter a uma concepção única e consensual do que seja violência. Por outro lado, ao admitir a seleção de uma dimensão da violência em qualquer interação social, corre-se o risco de deixar outras dimensões em outros bastidores. Com essas “escolhas” o risco da ciência social, ao preferir

uma dimensão em detrimento de outra dimensão conceitual, participa da violência, seja no plano normativo da escolha, ou nos efeitos de violência que pode produzir ou justificar.

Portanto, no presente estudo a contribuição terá o objetivo de perceber e de se apropriar de uma perspectiva científica mais ampla e plural que permita abrir novos caminhos investigativos, novas explicações, novas respostas, novos objetos e metodologias, no sentido de realimentar os debates na interação de policial militar “violento” e indivíduo negro “perigoso”. Nesse ponto, vale a pena vislumbrar a possibilidade de um novo olhar na realidade racial/social na interação (cidadão-policial militar e cidadão-indivíduo negro), acrescentando os elementos (significado, interpretação, subjetividade) para encontrar outras realidades nos aspectos de cidadania em algum “cômodo” das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

5.2 Alguns antecedentes sobre o racismo na busca de compreensão

O racismo pode até apresentar uma roupagem nova, diferente ou outro aspecto ousado, porém pode ser novidade ou apenas reprodução do fenômeno, no entanto, continua latente mantendo sua própria configuração com distribuição do medo, da negação e a figura dos indivíduos negros ainda “presos” em um sistema escravista. Ao utilizar o termo escravista, observa-se que a escravidão e o racismo são fenômenos diferentes. As origens da escravidão não foram, necessariamente racistas; o comércio antigo esteve recheado de compras e vendas de pessoas. Por exemplo, se é cristão ou judeu contaram-se escravizados entre os seus; por outro lado, muitos povos viveram sob o sistema da servidão – a maior parte da população da Roma e da Grécia Antiga, estiveram vivendo e deliberadamente construídas no sistema escravagista. A escravidão foi essencial no mundo Islã e, foi sistemática no Oriente.

Os colonizadores do Novo Mundo entenderam que suas produções dependiam de “mão de obra gratuita”, tanto que buscaram escravizar as populações autóctones e trouxeram grupos de estrangeiros capazes, adaptáveis e fortes e, nesses aspectos, a África se encaixou perfeitamente. As consequências da escravidão nem sempre foram racistas; o que é interessante nessa temática do Novo Mundo não é sua existência, mas a sua firme e constante classificação negativa do outro, o racismo. O racismo ficou associado e sustentado pela desonra, pela demonização e pelo suplício do indivíduo negro, além disso, ficou demarcado e identificável pela cor da pele, cuja tonalidade não tinha como disfarçar, esconder ou ofuscar o antigo sistema escravista e, com isso, sustentando uma hierarquia racial.

Esse racismo transformou-se em sinônimo de gente pobre e de criminalidade. Por outro lado, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, o crescimento do Brasil se deu à custa do trabalho escravo, ainda assim, é complexo pela: a) relação – em muitos momentos ambígua no desenvolvimento cultural, econômico e intelectual; e b) excepcional – pela duração e natureza do sistema escravista. A presença subterrânea do sistema escravista permeia no meio da vida cotidiana, cuja “cortina” deixa transparecer a predisposição de indivíduos em estado discriminatório, de frieza emocional e de apatia, que é uma condição, porém insuficiente, na adesão ao racismo. Nessa perspectiva, o desejo pela coisificação, pelo autoengano consciente ou inconsciente e pelo desejo de “cativo” se estende ao outro. Por outro lado, é substancial que se recorde da humanidade do outro, que é condição necessária às práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, para sermos o que somos, pois o que damos aos outros são as mesmas coisas que irão constituir os contornos sociais, éticos e morais da nossa própria subjetividade.

As relações raciais, racismo e raça assumiram impressões, no decorrer da história e, também, nas representações sobre o indivíduo negro, bem como, sobre o continente africano no pensamento ocidental. Essa impressão ficou estabelecida como o momento do século XIX em que surgiu o “racismo científico”, cuja presença visibiliza nas relações sociais, com o impulso em moldar as relações entre grupos humanos, em especial, durante a expansão marítima europeia. Porém, vale ressaltar que o racismo, especificamente a partir do século XV, era a sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou, pela primeira vez, em contato com eles.

Nessa perspectiva, Moore (2007) afirma que o surgimento do racismo era considerado fruto do conceito de raça, termo que, etimologicamente, vem do italiano *razza* que, por sua vez, tem origem no latim *ratio*. Este último termo significa categoria e espécie, sentido no qual o famoso naturalista sueco Carl Van Linné (1707-1778) utilizou para classificar as plantas em 24 classes ou raças. Portanto, desde a Antiguidade o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na Biologia. O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou confusão, é ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social.

Wieviorka (2007, p. 17) enfatiza que “[...] o termo racismo apareceu no período compreendido entre as duas guerras para se impor na linguagem corrente das sociedades ocidentais, e em todo o planeta no pós-guerra”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o

início das lutas de descolonização na Ásia e África e a luta contra as políticas de segregação racial nos Estados Unidos da América e na África do Sul, o racismo não pode mais ser ignorado.

O racismo responde, sob uma forma nova, a uma função antiga. Tudo se passa como se ele representasse, em uma sociedade igualitária, uma ressurgência daquilo que se exprimia de maneira diferente, mais diretamente, na sociedade hierárquica [...]. Suprimi os modelos antigos de distinção, e tereis a ideologia racista (WIEVIORKA, 2007, p. 18).

Dessa forma, abre-se uma época de racismo clássico em que a “raça” é associada a atributos biológicos, naturais e culturais.

No entanto, a palavra racismo é recente, porém as práticas e as ideias para as quais o termo remete são antigos, ele é encontrado nos mundos grego e romano antigos e até, no extremo oriente. Nos espaços geográficos gregos eram aqueles indivíduos não educados pela *polis*, para o mundo romano considerados bárbaros, termo utilizados aos povos que não possuíam a cultura romana. Seyferth (2002) enfatizou que uma reflexão sobre as noções de raça, etnia e nação tem sido usada de maneiras diversas para classificar, ordenar hierarquicamente, indivíduos e grupos socialmente desqualificados. Por conta disso, a situação ideal que supõe convergência entre nação, Estado e povo – raramente concretizada na prática. “As minorias, quaisquer que sejam seus elementos de identificação – raça, cultura, religião, etc., ou de formação – migração, escravidão, colonização, alteração de fronteiras etc., perturbam a ordem natural imaginada para o Estado-nação” (SEYFERTH, 2002, p. 17).

Evidentemente que as diferenças culturais e fenotípicas foram marcadas pelas similaridades de sentidos relacionadas à desigualdade racial e pelos sentimentos e práticas do etnocentrismo e do racismo que configuraram no pensamento ocidental muito antes da invenção do conceito de raça e do evolucionismo cultural do século XIX. Seyferth (2002) afirmou que o termo bárbaro era um conceito-chave para distinguir os povos civilizados e políticos de outros desprovidos da razão e incapazes de formar uma sociedade civil. Por outro lado, o conceito bárbaro, a outros conceitos presentes no imaginário contemporâneo – é associado à crueldade, à agressividade e à ferocidade. Portanto, o termo bárbaro define características comportamentais de certos povos, revelando a primeira tentativa epistemológica para estabelecer um conhecimento sobre o outro.

O outro, enquanto continente africano, retratado pela cartografia europeia medieval, foi associado a um conjunto de terras situadas abaixo do continente europeu, com esse desenho, foi visto como povos inferiores e, por outro prisma, a região africana foi apresentada

como uma área de imenso calor; com esse olhar, a África foi simbolicamente associada ao inferno tendo como residentes seres bestiais. No imaginário europeu, até o século das luzes era povoado por seres fantásticos e raças monstruosas. Para muitos viajantes, o continente africano era um mundo maravilhoso, demoníaco, belo e perverso. Seyferth (2002) observou que cativos da América e da África eram exibidos na Europa donde proliferaram as coleções, os gabinetes de curiosidades e as cosmografias. As classificações produzidas com base nessa realidade tinham como critérios essenciais o fenótipo, a suposta ausência de linguagem ou de inteligência, o comportamento selvagem e a ausência de religião.

Provavelmente, as primeiras classificações da humanidade baseadas no fenótipo surgiram no século XVI, ainda que existissem termos apropriadamente raciais. Talvez a primeira diferença a chamar atenção foi a cor da pele, inicialmente atribuída à maior ou menor intensidade da luz solar e, no século XVIII, transformada num dos primeiros critérios classificatórios das hierarquias raciais produzidas pela ciência. Essa classificação pelas diferenças ambientais, de certa forma, permitiu conferir aos negros, amarelos e vermelhos a condição humana, cuja performance proporcionou conveniência ao princípio da conversão dos pagãos, logo substituído por assertivas de desigualdade biológica.

O racismo científico propõe, sob diversas variantes, uma pretensa demonstração da existência das “raças”, cujas características biológicas ou físicas corresponderiam às capacidades psicológicas e intelectuais, ao mesmo tempo coletivas e válidas para cada indivíduo. Nesse viés, Wieviorka (2007, p. 21) enfatiza:

As concepções científicas de raça se colocam na convergência de todos os campos do saber. Para isso contribuem os viajantes, os escritores, os poetas, mas também os filósofos e os eruditos, anatomistas, psicólogos, historiadores, filólogos, teólogos. Trata-se, qualquer que seja o saber inaugurado ou convocado, de demonstrar a superioridade da “raça” branca sobre as outras “raças”, de classificar as raças humanas nas pegadas da classificação das espécies propostas por Karl Von Limé; de demonstrar, também, que a “mistura” é fonte de decadência para a raça superior.

Dessa maneira, negros, mulatos, indígenas e asiáticos passaram a ser vistos como inferiores, sendo o negro abaixo de todos os incivilizados, intelectualmente com menor aptidão e de costumes estranhos e repugnantes. Claro, que se estabeleceu uma estreita ligação entre Biologia e cultura, sendo a primeira determinante da segunda. Com esses pensamentos, a “dedução lógica” foi a de que “raças inferiores” possuíam uma cultura também inferior. Esses discursos estabeleceram as conotações sobre o negro e os demais grupos étnicos; os europeus então, justificaram a escravidão negra e a partilha da África no século XIX.

Com essa configuração, visibiliza ainda mais o protagonismo do “racismo científico” enquanto uma questão de conhecimento e ideologia que serviu a uma estratégia de poder e dominação. Tanto que, no século XIX as ideias de Charles Darwin percorriam a Europa e, outro pesquisador, Herbert Spencer, passou a defender a tese do “darwinismo social” que radicaliza a visão de mundo racista; essa configuração torna-se usual na análise de Wieviorka (2007, p. 22):

Um pouco mais tarde, no final do século XIX, em um clima intelectual no qual as ideias de Herbert Spencer chegam a se misturar com as ideias de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o “darwinismo social”, promove ideias racistas, na verdade bastante distanciadas de Darwin: lá onde esse último se interessa na mudança e na evolução pela seleção natural, Spencer salienta as características físicas da raça, que autoriza, segundo ele, um grupo racial a se manter por meio de lutas, eliminando os espécimes impuros.

É importante salientar que o racismo se apresentou como um fenômeno transcontinental, portanto, o que se chamou de manifestações pejorativas, preconceituosas e discriminatórias sobre o outro, ainda continuam presentes na Europa, na América do Sul e na própria África, bem como na Sociologia americana contemporânea. Por assim dizer, Gould (2014, p. 32) afirma que Thomas Jefferson escreveu como hipótese “[...] sugiro, portanto, apenas como conjectura, que os negros, quer constituindo originalmente uma raça distinta, quer diferenciados pelo tempo e pelas circunstâncias, são inferiores aos brancos tanto física como mentalmente”. No entanto, Gilroy (2012) estabelece que as culturas e identidades negras são indissociáveis da experiência da escravidão negra moderna, cuja herança é racializada e espalhada pelo Atlântico. É na lembrança travada na memória da escravidão e na movimentação do racismo e do terror racial que, muitas vezes, se produziram traumas desde o tráfico negreiro nas “viagens” entre América e África.

Moore (2007) recoloca a problemática da gênese histórica do racismo e questiona a relação que se tenta estabelecer entre o racismo e a modernidade ocidental por causa da noção de raça, que teria dada a sustentação científicas às raízes do racismo. Por isso, ele afirma que “O carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio” (MOORE, 2007, p. 15), frase que poderia bem ilustrar e caracterizar as mentiras, inverdades, coisas não ditas e silenciadas em torno da raça e do racismo na sociedade brasileira.

Essa construção da diferença do “negro” prosperou a partir da indiferença de uma série de outras diferenciações étnicas que “demarcaram” as identidades regionais no continente africano, que resultou de um processo de aproximadamente quatro séculos que envolveu a implantação, a realização e a “superação” do sistema escravista. Porém, é

necessário ressaltar que a África também foi uma construção europeia, suas regiões foram vistas pelos seus povos como espaços geográficos e culturais diferenciados, mas foi o braço explorador – o homem branco que transformou os povos guinês, os benguelas, os jejês, dentre outros, em apenas negros africanos.

5.3 Processo histórico do racismo no Brasil

A pauta racial brasileira está vinculada ao processo de formação do Brasil, tanto que a ideia de raça, como a ideia social que a população negra sofreu e, ainda continua sendo atingida, adentram nas ideologias e no âmbito político, com a evidência de negá-los, invisibilizá-los e, considerá-los em um padrão de naturalização. Nesses procedimentos, observa-se que no percurso histórico das relações raciais e sociais brasileiros, os atributos políticos são elaborados no arcabouço das desigualdades, sejam elas raciais ou sociais.

No século XX e início do século XXI, as lutas públicas do Estado brasileiro estão ocorrendo pelas inclusões da população afro-brasileira em várias áreas, além do reconhecimento do racismo como instrumento de desigualdade racial nos espaços sociais e institucionais para que se faça prevalecer a garantia de direitos e de cidadania em uma sociedade que se declara democrática. Assim sendo, pode-se dizer que o racismo no Brasil ainda se constitui como adicionador das desigualdades sociais e policiais na sociedade brasileira.

Vários estudos, no campo científico e na área policial militar, buscam compreender as diversas interpretações sobre as ações policiais na sociedade, no contexto das relações raciais, conforme encontramos em Alves (2017), Barros (2006), Matos (2019) e Poderoso (2018). Em tais ações policiais militares, existe uma unanimidade ao reconhecer que a ideia central de que raça e racismo, no contexto das práticas policiais militares, o indivíduo negro se manteve como elemento suspeito e perigoso, assim como os autores Lilia Schwarcz (1993) e Jorge da Silva (1998), dentre outros, afirmam que a raça é mantenedora de mecanismo social produtor das desigualdades sociorraciais.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as práticas operacionais de policiais militares, de acordo com Anderson (2008), na condição nacional, é o valor maior de legitimidade universal no contexto da vida política contemporâneo, até porque, a categoria raça vem se relacionando com a nacionalidade brasileira. O autor enfatiza que tanto a nacionalidade quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Nesse sentido, as transformações dos seus significados, ao longo do tempo, são as razões pelas quais eles

dispõem nos momentos atuais de uma profunda legitimidade emocional, tanto que, “[...] nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10).

Assim, o conceito de nação enquanto comunidade imaginada, torna-se contundente para contribuir no debate das relações raciais brasileiras e, de forma específica, sobre as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Dessa forma, “[...] a comunidade política imaginada – e imaginada, como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. E, ainda nessa direção, há uma ênfase de que “[...] ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possa existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem universal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Com essas evidências ficou proposta uma perspectiva harmoniosa que possibilitou, nos últimos séculos, a muitas pessoas nem tanto a matar, mas, sobretudo, a morrer por criações imaginárias limitadas; até porque seus indivíduos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário. No fundo foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois séculos, que tantos milhões de pessoas matassem e morressem por essas criações imaginárias.

Com essa contribuição da dimensão histórica e cultural de nacionalidade e nacionalismo, na sociedade, vai se reconfigurando as demarcações e os interesses específicos de cada nação. No Brasil, especificamente, a relação entre raça e identidade nacional, “nasceu” com a ideia de homogeneização nas contribuições biológicas e culturais entre os três grupos formadores do país: negro, branco e vermelho; nessas relações “prevaleceu” a camaradagem da fraternidade horizontal no contexto das relações raciais brasileiras. Dessa forma, tornou-se uma estratégia para invisibilizar as desigualdades raciais, enfatizando a ideologia da democracia racial.

No entanto, os estudos da Biologia e da Antropologia, em seus vários estágios evolutivos, tais como, a selvageria, a barbárie e a civilização, influenciaram o debate sobre a questão racial no Brasil. Esses debates foram utilizados para naturalizar as desigualdades nas relações raciais, associando a ideia de raça aos conceitos de progresso e civilização em um viés eurocêntrico e etnocêntrico. Nesse viés, por exemplo, o Conde Arthur de Gobineau, em sua obra clássica, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853), defendeu a ideia

de degeneração da raça, oriunda da mistura de espécies humanas diferentes. A mistura de raças biologicamente desiguais permitiria o estrago da raça superior pela inferior. Para Gobineau, o negro estava no último grau de inferioridade (SANTOS, 2016).

Nesse sentido, autores como Cesare Lombroso com sua obra, considerada a mais importante – *O homem delinquente* (2007), em companhia de Raffaele Garofalo e Enrico Ferri fundam a escola de criminologia positivista, influenciados pelos evolucionistas, Herbert Spencer e por Charles Darwin, com os conceitos da evolução das espécies e da adaptação dos mais aptos na competitividade do reino animal, bem como pelo positivista Augusto Comte. Com o pensamento da ciência positivista, “[...] a pesquisa na medicina legal, dos caracteres físicos e fisiológicos, como o tamanho da mandíbula, a conformação do cérebro, a estrutura óssea e a hereditariedade biológica referida como *ativismo*” – reprodução física e mentalmente características primitivas do homem. Lombroso (2007, p. 9, grifo do autor), entendendo o criminoso como originado biologicamente, independente do livre arbítrio ou de uma ordem divina ou de uma ajuda psicológica do indivíduo para sair dessa condição.

Outros fatores decisivos na suspeição do indivíduo estão formulados nos desenhos elaborados pelos delinquentes, assim “[...] a tatuagem exprimia estupendamente o ânimo violento, vingativo, ou traço de despuídos propósitos” (LOMBROSO, 2007, p. 33). As ideias lombrosianas se desenvolveram no Brasil, ressaltando o papel de determinados setores das elites nacionais, na formulação e direcionamento dessas políticas criminais quanto aos aspectos discriminatórios, na operacionalização dessas políticas que direcionaram para as chamadas classes perigosas, mas que igualmente criaram e fizeram circular concepções e estigmas que impregnaram o senso comum e as práticas policiais militares enquanto controle social ao longo de dois séculos.

Para Lombroso (2007), o criminoso não é totalmente vítima das circunstâncias sociais desfavoráveis, mas sofre pela tendência *atávica*, isto é, hereditária para o mal, pois são transmitidas de geração em geração de maneira genética e, portanto, há a existência de genes criminosos. O delinquente é doente, a delinquência é uma doença. Esses estudos da criminologia, influenciaram e continuam influenciando a segurança pública brasileira, por outro lado, se estabeleceu uma fonte de eugenia e preconceito nas ações policiais. Inclusive, essas raízes do preconceito racial fazem parte das práticas operacionais de policiais militares que adentram ativamente na população negra e que, muitas vezes, seus membros são caracterizados como “criminosos perigosos”.

A teoria lombrosiana influenciou nas normativas e nas ações policiais brasileiras e essas medidas de segurança ocorreram por conta do desenvolvimento positivista no Brasil em

atender a proteção da sociedade contra a periculosidade do criminoso. Estabelecer a lei como instrumento de controle social e, mesmo assim, observa-se grupos e classes sociais marginalizados, especificamente, a lei é para proteger a sociedade; no entanto, há pessoas negras e pobres que ainda, concordam com a ideia de Lombroso (2007) e são rotulados como vagabundos. Essa teoria evidencia, mesmo que de forma implícita, mecanismos sutis de preconceito racial, ainda vivos e se movendo no cotidiano da sociedade contemporânea e, também, nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

Além da influência direta da teoria de Lombroso (2007) na segurança pública brasileira, outras doutrinas contribuíram pela disseminação e pela estruturação do racismo na nossa sociedade. Assim, as pesquisas desenvolvidas pela Antropologia Biológica adquiriram uma importância no contexto social brasileiro e, entre crânios e corpos com seus estudos de medidas, percebeu-se um conjunto de teorias postas em prática com a finalidade de compreender a moral humana, levando-se em consideração elementos físicos e biológicos das raças. Da mesma forma, outros debates fizeram parte das reflexões sobre raça e racismo, tais como, o determinismo, o arianismo, a eugenia, o darwinismo e o evolucionismo cultural. O determinismo discute a mestiçagem, a política do branqueamento da população brasileira, ora branquear é problema, ora branquear é solução.

Esses debates mantiveram uma importância durante algum tempo, até que, em *Casa grande e senzala*, Gilberto Freyre (1996) repensa sobre a pauta, isto é, tanto a ameaça de degeneração quanto a oportunidade do branqueamento foram temas que atribuíram à miscigenação um caráter positivo, colocando-o como a possibilidade de criar um indivíduo adaptado aos trópicos. No entanto, ao irradiar essas ideias, acaba assumindo uma posição ambígua em relação à situação dos negros no Brasil, de um lado, o autor denuncia o maniqueísmo do racismo científico e, de outro, constrói a imagem de um país livre de tensões raciais.

O debate sobre a referida pauta continua com outros autores, Sylvio Romero (1902) se aproximou do evolucionismo de Herbert Spencer, para buscar um método objetivo de crítica literária. Dessa maneira, ele inaugura uma análise identitária nacional que passa pela miscigenação e que inclui o negro com fator explicativo central. A questão, para o referido autor, é de como modernizar o país possuidor de uma população mestiça e, portanto, racialmente inferior. Desse modo, em sua análise, essa população mestiça deveria ser conduzida a um processo de “branqueamento”. Isso não significa que a nação será constituída de mulatos, apenas observar que houve uma “aliança” do europeu com outras raças e, que dessa aliança surgiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde com o português sobre

o qual repousa o futuro do Brasil. “O mestiço é o produto psicológico, étnico, o histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional” (ROMÉRO, 1902, p. 75). A mestiçagem era entendida como solução viável com a vinda de imigrantes, pois em decorrência com a mistura, ao longo de gerações, iria purificar as raças consideradas degeneradas, bem como, evitaria que o mestiço fosse um degenerado, como por exemplo, Roméro (1902, p. 184) elucida: “Afinal é o branco que virá a prevalecer [...]; mas para formar uma nacionalidade forte [...] ele deve diluir-se na mestiçagem”. Enfim, a palavra mestiçagem, não é destinada apenas ao branco, ao negro e ao índio, mas também a todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil.

A figura de Raimundo Nina Rodrigues, que além de psiquiatra era médico-legista e criminologista, trouxe à tona a “psicologia da forma”, sob a tutela da medicina social e da teoria da degenerescência. Esse movimento trouxe uma identificação da loucura com o crime, proporcionando uma fundamentação e a consolidação do estereótipo racista do negro degenerado criminoso. Ressaltando que essa ciência médica do século XIX foi marcada pela vitória do organicismo, enquanto tendência científica, ombreada com o determinismo racial, que atribuía à constituição orgânica do indivíduo a origem de desequilíbrios mentais ou emocionais.

Para outros, a mestiçagem era vista como problema, pois iria “degenerar” as raças de origem europeia pelas raças inferiorizadas, consideradas degeneradas, tais como a indígena, a asiática e a africana, cuja consequência seria o surgimento de uma descendência carregada de elementos negativos das raças originárias, como exemplifica Rodrigues (1930, 2010, p. 170; 16): “Condição mental dos mestiços: influência degenerativa do cruzamento entre raças muito dessemelhantes” e “O mestiçamento não faz mais do que retardar a eliminação do sangue branco. Esta eliminação, que, na raça pura se mescla, se processa em poucas gerações, pela degenerescência de marcha aguda [...]”.

Porém, vale ressaltar que, seja favorável ou desfavorável, a miscigenação evidencia uma percepção negativa em relação à população negra. Para o racismo científico, o mestiço “[...] desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras; [...]. O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica” (ORTIZ, 1985, p. 21). Essa interpretação evidenciou que na sociedade, no final do século XIX e início do XX, as relações raciais deveriam continuar como sistema hierarquicamente dividido para manter intacta a condição subalterna dos negros e dos mestiços. Essa imagem foi o ponto de partida para nascer uma política de combate ao racismo, apoiada e elaborada pela Organização das Nações

Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e que, o modelo de relações raciais brasileiro deveria ser estudado e compreendido como solução às regiões onde havia tensões, conflitos e confrontos raciais (ORTIZ, 1985).

5.3.1 Uma interpretação do racismo brasileiro

Como nos ensina Fanon (2008, p. 108), ao falar de suas experiências na França como um negro nascido em uma colônia francesa, “[...] nenhuma chance me é oferecida. Sou sobredeterminado pelo exterior. Não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas da minha aparição”. Esta aparição destaca a reificação do corpo negro e o papel de inferioridade que ele adquire em um mundo que se desenvolveu pelo monopólio moral das crenças impostas pelo branco. Em suas lembranças, em um exercício de autorreflexão acerca de sua condição negra, na tentativa de conquista de sua autodeterminação como ser humano universal, diante da possibilidade de compreensão de sua própria identidade, Fanon (2008, p. 103, grifos do autor) relata os dispositivos cotidianos da discriminação contra a pele negra baseados no olhar, no medo do branco: “*Preto sujo!* ou simplesmente, *olhe um preto!* Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos”.

A idealização do negro que pode socialmente ser “aceito”, ocorre através de condições ideológico-racial bem situados, isto é, a dignificação da reprodução da cultura branca dominante que “[...] criou e difundiu a figura da imagem do ‘negro de alma branca’ – o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente” (FERNANDEZ, 2013, p. 22). Aquele que reproduz um comportamento passivo, submisso, de respeito às “normas estabelecidas” de uma sociedade espelhada no ideal de civilização europeia pautada no comedimento dos hábitos e na polidez das expressões configuram a subserviência dedicada. Na configuração de cumprimento dessas regras morais, representa o modelo reificado na “[...] beleza, limpeza e a ordem ocupam claramente um lugar especial entre as exigências culturais” (FREUD, 1930, p. 36).

Esse modelo histórico da sociedade brasileira ainda persiste no imaginário das práticas policiais militares no contexto das relações raciais, enquanto suspeição de indivíduos negros. Essas práticas policiais militares seguem uma perspectiva técnica-operacional, apreendida na formação policial militar em uma ótica objetiva, mas também ocorre através de critérios discricionários de ordem subjetiva, os quais dependem da escolha policial de quem ele deve abordar. Entende-se que a primeira dimensão representa o discurso normativo, voltada à

garantia do estado de direito, no entanto, a segunda dimensão que evidencia que o negro deve ser revistado por ser ou não suspeito. Essa é uma postura caracterizada pela construção social da suspeição a partir da relação entre o indivíduo negro e a criminalidade que visibiliza pelo preconceito com um costumeiro jargão: “negro parado é suspeito, negro correndo é ladrão”.

A suspeição torna-se o fator principal do controle social exercido contra indivíduos de pele negra pelas práticas policiais militares, essa premissa é adicionada por vários discursos fortalecidos pelo preconceito racial que se propagou no século XIX. Esses discursos de inferioridade racial do indivíduo negro, construídos pela intelectualidade brasileira, perpetuaram ao longo da nossa história por força de mecanismos histórico-sociais, como por exemplo, o conhecimento científico de viés racista (SCHWARCZ, 1993) e que ainda pode ser encontrado na herança discriminatória que persiste em algumas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais. O negro é propenso a ser criminoso; de acordo com o modelo determinista, a criminologia, “[...] cujo principal expoente – Césare Lombroso, argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades” (SCHWARTZ, 1993, p. 65).

Vários fatores influenciam as pautas de relações raciais e do racismo brasileiro, dentre essas pautas, o preconceito de origem e de marca, a “democracia racial”, a mestiçagem que fazem parte do pensamento social e por estarem constituídas pelas três raças, duas das quais são classificadas por critérios de inferioridade biológica e cultural – negra e indígena. Nessa perspectiva, a premissa é que, a longo prazo, uma seleção entre indivíduos de raças diferentes traria o efeito de “depuração” gradativa dos indivíduos, fazendo prevalecer características da raça branca. Nessa configuração trata-se da tese do branqueamento racial. Roméro (1902) ressalta a colaboração dos negros e índios na formação do país e, para o autor em referência, a população mestiça é majoritária, que se manifesta na assimilação dos imigrantes e descendentes para atingir uma totalidade estritamente brasileira.

A ênfase atribuída à imigração branca na construção da nação brasileira tem sua contrapartida nas normas do país, pois essas normas impuseram restrições à imigração asiática e africana em 1890. Os altos índices de europeus admitidos no primeiro decênio no Brasil, após a abolição, trouxeram a ideia do pessimismo do racismo no país, por outro lado, esse pessimismo com a situação racial brasileira ficou demonstrado por alguns pesquisadores, como no caso de Raimundo Nina Rodrigues – a crença no ideal do branqueamento, através do pensamento de João Batista de Lacerda, sobre a mestiçagem, cujo estudo social brasileiro foi analisado por diversos autores acerca da temática, inclusive incorporando o modelo assimilacionista de nação.

A configuração de Lacerda (1912), em um evento científico emblemático e significativo na história da Antropologia, sobre um debate internacional a respeito de nação, raça e relações interracialias, no início do século XX, onde foi argumentado que na própria sociedade há os mecanismos seletivos de “depuração racial” do tipo brasileiro no sentido do fenótipo branco. Em sua perspectiva, bastava três gerações para ocorrer o branqueamento através da mestiçagem, pois a seleção sexual e a ausência de preconceitos raciais enraizados conduzem à escolha de parceiro mais claro. Com essa ideia de desaparecimento dos indivíduos negros e mestiços, em aproximadamente cem anos, para que as condições de vida plenamente civilizada se concretizassem. Essa vida recheada de civilidade foi sustentada pela ideia da desigualdade do racismo biológico. Um outro viés sobre raça e racismo, foi o debate da pauta antirracista que também teve como contexto a maquiagem da crença no branqueamento do povo brasileiro.

Diante dessa complexidade, faz-se necessário compreender relações raciais, raça e racismo que são encarados como um dos principais males da sociedade moderna, o estudo de suas causas, dinâmicas e consequências esbarram em obstáculos metodológicos e teóricos. Isso reflete na pluralidade de definições analíticas para os termos. A responsabilidade política do que é entendido, por exemplo, por “raça” dificulta o seu emprego como categoria analítica. Por outro lado, muitos reconhecem que o racismo permanece operacionalizando seus movimentos de maneira efetiva pela sociedade. Mesmo assim, há buscas por uma definição de racismo capaz de transformar os significados nas “situações de lutas” do senso comum que permita estudá-lo do ponto de vista empírico, para explicar como ele opera.

A construção da identidade brasileira é o ponto de partida para a observação analítica sobre relações raciais, raça e racismo. Historicamente, as controvérsias do conceito de raça foram colocadas no campo biológico, cultural, social e econômico. Portanto, a construção teórica sobre o racismo se deu por várias perspectivas. A “democracia racial”, construída a partir de Gilberto Freyre (1996), oportunizou divergências e convergências sobre a conformação da sociedade brasileira. Munanga (2019), possibilitou um contraponto a essa ideia, argumentando com maior profundidade sobre a complexidade no discurso da mestiçagem. Ainda nesse viés, enfatiza que os efeitos da mestiçagem e suas consequências para a construção da identidade brasileira e a sua relação com a formação da identidade negra.

Ao abordar a questão da mestiçagem no Brasil, no final do século XIX, os pensadores brasileiros tomaram o pensamento dos cientistas ocidentais como referência, isto é, europeus e americanos da época e de períodos anteriores. Desde o ano de 1888, os estudiosos brasileiros ficaram em uma situação fora do comum, isso significou a construção de uma

nação e de uma identidade nacional. A preocupação eram as teorias da época que influenciavam negativamente o resultado de uma herança “inferior” do negro nesse processo de formação da identidade brasileira. Com relação aos pesquisadores brasileiros, Munanga (2019) destaca o pensamento de alguns autores: Sylvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, dentre outros. Estes estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, isto é, definir o brasileiro enquanto povo e do Brasil enquanto nação. O debate em questão era de transformar essa pluralidade de raças, de cultura e de valores civilizatórios tão diferentes em uma única coletividade de cidadãos, em um só povo e em uma só nação.

A análise de Munanga (2019) serve de reflexão sobre as relações raciais no momento contemporâneo. Esse olhar oferta a ideia racista de que os intelectuais almejavam um Brasil homogêneo, uma identidade nacional que fosse representada por apenas uma etnia, a branca. Até porque, a diversidade racial e cultural brasileira está longe de ser representada de maneira homogênea. O referido debate do autor em epígrafe, remete ao conflito entre a identidade nacional e a identidade negra. Nesse viés identitário, vale ressaltar a manifestação dos movimentos negros que, desde a década de 1970 ganhou força, credibilidade e voz na sociedade brasileira, proporcionando, enquanto ferramenta para a afirmação da identidade dos indivíduos negros, como por exemplo, o ingresso no sistema de cotas nas ações afirmativas ao indivíduo que se identifique negro. Contudo, esse debate da temática das relações raciais deve se tornar visível nas mais diversas áreas da sociedade. Na formação de policiais militares essa questão da negritude não passa do campo da invisibilidade, por outro lado, nas práticas policiais militares, no contexto das relações raciais, algumas vezes, as consequências das operacionalizações ocorrem pelo viés do estereótipo.

O referido autor aponta a identidade negra como apresentação de debate para a identidade brasileira. Esta foi construída a partir de discursos como democracia racial, miscigenação, mistura de raça, sendo que, esses discursos colocaram a identidade brasileira em um percurso de apagamento e de exclusões. Tanto que, vários saberes (Sociologia, Biologia, História, Ciências Militares, etc.) foram impactados pelo debate de identidade nacional, gerando consequências danosas ao indivíduo negro. Portanto, deve ser observado, a partir das ciências militares, a elaboração sobre pluralidade epistemológica na construção racial brasileira, mesmo diante da complexidade das pautas segurança pública/relações raciais, torna-se um caminho interpretativo para o entendimento dos temas relações raciais, raça e racismo na Polícia Militar de Mato Grosso.

Nessa complexidade “[...] tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico no fim do século XIX e início deste (século XX), eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço” (MUNANGA, 2019, p. 51). Ao pensar nas relações raciais e no racismo brasileiro deve-se levar em conta que o movimento nacionalista desenhou múltiplas identidades no país, isso tudo, por conta de um processo histórico. Nesse viés, deve-se pensar nas matrizes de formação do povo brasileiro, cuja configuração ficou expressa nos elementos da seguinte estruturação; a população originária que habitava o continente; o povo europeu no período colonial; com a presença europeia o tráfico de negros na condição de escravizados e, mais tarde, com o processo de branqueamento com a vinda de imigrantes europeus (RIBEIRO, 1995).

A confluência de tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado em uma sociedade multiétnica, mas ocorreu o contrário, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e de autonomia frente à nação. “O Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino” (RIBEIRO, 1995, p. 20). Nessa perspectiva étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, pela língua e pelos costumes, os indígenas desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aqui sentindo afeição pela nova terra.

Esses pensamentos são invariavelmente influenciados pelos padrões de pesquisas estrangeiras, como os estudos da Sociologia dos Estados Unidos da América, mesmo assim, fora das práticas de construção histórica que o racismo brasileiro exige. Ainda, prevalece no Brasil, um racismo que é tratado por uma sociologia considerada etnocêntrica e alienada, que imagina o indivíduo negro não produtivo e que preserva as condições culturais retardatárias. Tanto que ao abordar o racismo da América do Norte, verifica-se uma postura similar ao Brasil na perspectiva cultural. No entanto, os Estados Unidos receberam um intenso fluxo de imigrações vindas de todas as partes do mundo, bem como, lidaram de forma distinta com os negros e com os povos originários, o que acarretou um perfil diferenciado quando comparado com o perfil brasileiro. Os americanos enfrentaram um paradoxo, promover a igualdade a partir da diferença, com políticas de reconhecimento de estrangeiros, das minorias étnicas e de seus descendentes. A solução encontrada foi a adoção de políticas de inclusão social, que foi um dilema da diversidade americana, mas buscando solução entre as propostas de assimilação – integração das diferentes culturas com o fim dos conflitos interraciais e a diferenciação –

abordagem multiculturalista, onde reconhece as diferenças culturais e cada grupo participam da sociedade sem perder sua especificidade.

Por outro lado, os estudos das relações raciais e racismo no Brasil, conforme Ribeiro (1995), argumentam que há conflito e enfrentamento predominantemente racial no contexto brasileiro, e, as três matrizes da sociedade nacional estiveram, cada uma delas, armadas de preconceitos raciais contra as outras duas. Esses antagonismos alcançaram caráter violento no enfrentamento dos negros, trazidos da África para serem escravizados, que se viram condenados a lutar por sua liberdade e, mesmo depois de alcançada a abolição, continuaram lutando contra as discriminações humilhantes, já que foram e continuam sendo vítimas. No entendimento de Rex (1988), os pesquisadores/sociólogos vinculados às pesquisas pela UNESCO adotaram três maneiras de debates raciais: a) os problemas raciais passaram a ser denominados de problemas étnicos; b) o reconhecimento de que há diferenças raciais e de que estas atuam no estabelecimento de desigualdades políticas; e c) os termos “situações de relações raciais” foi usado para indicar situações marcadas pelo racismo. O autor deu preferência em adotar a terceira alternativa, tendo em vista que ela incluiu no mesmo grupo situações marcadas por graves conflitos, exploração, opressão e discriminação, baseadas ou não em indicadores fenotípicos. Além disso, todas as situações marcadas por justificativas racistas também seriam contextualizadas pelas “situações de relações raciais”.

A situação científica conhecida como “relações raciais” é de inspiração norte-americana. Os cientistas sociais tomaram o padrão de relações raciais nos Estados Unidos como modelo para comparar, contrastar e entender a construção social das “raças” em outras sociedades, especialmente no Brasil. Porém, esse modelo científico dificultou a percepção da existência das “raças” no contexto brasileiro, isto se deve ao modelo norte-americano que apresentava um contexto das relações raciais violento, segregacionista e confrontos mortais e, ainda, com normativas associativas, isto é, com critério de filiação grupal cujas ações eram definidas pelo aspecto biológico das raças. Por outro lado, o modelo brasileiro era pautado na educação de distanciamento social, convivendo, brancos e negros, em um sistema complexo e ambíguo de diferenças fenotípicas (GUIMARÃES, 2009).

Mesmo a interpretação sobre as relações raciais no Brasil tendo ficado sob a “tutela” social norte-americana e também europeia, pode-se dizer que já se encontram superadas desde a década de 1970 e, a superação, é justamente a definição do que seja racismo, mas que, continua ainda dominante no Brasil. Tal problemática foi expressa por discursos conceituais, inclusive no que diz respeito ao significado de “raça” e racismo. Embora os estudos de relações raciais no Brasil sejam um dos mais produtivos e plurais das Ciências Sociais, as

discussões sobre o conceito de racismo ainda continuam recentes (GUIMARÃES, 2004a). O discurso sobre a diferença inata e hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral, entre grupos de pessoas humanas, distinguíveis a partir de características somáticas, é resultado das doutrinas individualistas e igualitárias que distinguem a modernidade em relação à Antiguidade ou à Idade Média, no caso do Brasil, o período colonial e imperial.

A ideia da configuração do racismo moderno está relacionada às desigualdades entre os seres humanos que estão “fundamentadas” na diferença biológica, na natureza e na constituição do ser humano. Dessa forma, o racismo surge, na cena política brasileira, como doutrina científica, quando se aproxima à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros e mesmo entre estes e os africanos escravizados. O racismo brasileiro, não deve ser interpretado apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão, foi também o modo como a elite intelectual reagiu às desigualdades regionais crescentes entre o Norte e o Sul do país –, nesse momento a decadência do açúcar e, de forma seguida, a prosperidade da produção do café.

O Norte trouxe o racismo primeiro, como também trouxe a sua superação com a contribuição de Gilberto Freyre, no sentido de buscar a “alma brasileira”, cujo pensamento avançou para a cientificidade no encontro com a Antropologia cultural, nesse momento a noção biológica de raça foi substituído pela noção de cultura, como expressão material e simbólica de um povo. No Sul, o racismo ficou entrincheirado nos estudos da medicina legal da criminalidade e das deficiências físicas e mentais; mas outras doutrinas menos pessimistas ocuparam o pensamento brasileiro como o “embranquecimento” subsidiado pelas políticas de imigração para substituir a mão-de-obra negra por imigrantes europeus. Diante dessas questões de relações raciais, raça e racismo, é de bom alvitre enfatizar que nos debates foi ignorada a voz dos pretos e dos mulatos que denunciavam barreiras intransponíveis do “preconceito de cor”, discursando sobre a diferença entre “preconceito” e “discriminação”, nisso configurou uma negação em uma dimensão social, funcionando tão somente como um esforço ideológico de obscurecer o racismo nacional.

Nesse debate, Guimarães (2009, p. 11), defende a seguinte tese:

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social.

Por outro lado, a definição de “raça” como um conceito biológico ou, ao menos, como uma noção sobre diferenças biológicas, objetivas (fenótipos), entre seres humanos, escondia o caráter racista das distinções de cor, quanto ao seu caráter construído, social e cultural. Assim, a noção de “raça” referia-se a diferenças biológicas hereditárias precisas, desse modo, pensar a “cor” não seria considerada uma noção racista, seria apenas um fato concreto e objetivo. Essa questão racial, vista por Florestan Fernandes (2013) chegou com hesitação em chamar de racismo os preconceitos de cor ou raciais que identificavam o país. O autor, via o preconceito, no Brasil, como expressão de subalternidade moral dos ex-escravos, sobrevivência anacrônica, ainda em uma sociedade competitiva.

Em alguns casos, o preconceito e a discriminação pressupõem ou se referem à ideia de “raça” de maneira central. As demais diferenças são imagens figuradas de “raça”. São casos em que a hierarquia social não poderia manter um padrão discriminatório sem as diferenças raciais. Apenas aí poderia se falar de racismo, ou racismos, de um modo preciso. Normalmente, as definições do termo costumam classificar o racismo como um tipo de fenômeno ligado a uma determinada dimensão do social, do doutrinário, das ideologias, das práticas, das atitudes, das instituições, etc., caracterizado por produzir ou se basear em uma determinada assimetria vista como natural ou essencializada e, de alguma forma, relacionada com uma ideia histórica do que vem a ser “raça”.

Ainda nesse viés, o autor em referência enfatiza que “[...] o racismo é, portanto, uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (GUIMARÃES, 2009, p. 11). Por assim dizer, o racismo brasileiro possui o caráter assimilacionista, onde a centralidade das noções de cor e de embranquecimento, sua inscrição está numa ordem estamental que pressupõe desigualdade de tratamento, ainda quando prevaleça o princípio de igualdade no plano doutrinário. Por assim dizer, o racismo insiste na discriminação a que estavam sujeitos os africanos, libertos ou não, no século XIX. Na ausência de africanos, a palavra “africano” foi o termo primeiro a designar o outro racial, o diferente absoluto. Então quando se utilizou o termo crioulo, os termos “crioulos”, “negros”, “pretos” passaram sucessivamente a designar a africanidade – racismo.

Munanga (1998) argumenta que o racismo é um fenômeno que tem uma história conhecida, inventariada, que tem um lugar de origem, um fenômeno ligado à história da cultura e da civilização ocidental, situado a partir do século XVIII e início do século XIX. No entanto, se visto como ideologia, o racismo não é um fenômeno universal, pois tem uma história conhecida e situada na civilização ocidental. A ideologia racista é um sistema

perceptível essencialista, fundamentado no sincretismo do fato sociológico com o fato biológico. Ainda, conceitua a discriminação racial como um comportamento coletivo observável, até mensurável, ligado a certos modos de funcionamento social, da mesma forma, a discriminação racial também é um comportamento coletivo observável. Portanto, “[...] esses elementos estão interligados, pois para discriminar alguém concretamente, tem-se que ter preconceito, e a ideologia racista enquanto doutrina reforça e legitima as práticas discriminatórias” (MUNANGA, 1998, p. 47).

Os estudos sociológicos das questões raciais no Brasil, sempre deu ênfase às desigualdades socioeconômicas, buscou explicar a desigualdade racial em termos das relações entre classe e raça, tendo como pano de fundo o que constitui o fato histórico de o Brasil ter sido um território invadido e colonizado pelos portugueses, cujas ações foram movimentadas pela força e, como consequência, a escravização dos habitantes nativos e, depois, um contingente africano. A explicação das desigualdades raciais foi sempre pela mobilidade social, onde são abordadas teorias que foram apresentadas para explicar o problema racial. Nesta perspectiva percebe-se três movimentos, que Osório (2008, p. 67) chama de “onda teórica”, a qual será apresentada de uma maneira mais sintética. Por outro lado, não se pretende alcançar a plenitude do pensamento social brasileiro, mas a recepção das relações raciais, da raça e do racismo pelos pensadores brasileiros na virada do século XX, analisando o papel e o lugar do negro na sociedade do Brasil e, conseqüentemente, na interação do indivíduo negro com a prática policial militar.

5.3.2 O racismo e a teoria denominada “onda teórica”

Os representantes da primeira onda argumentam que o racismo não existia ou era de pouca monta na sociedade brasileira, cujo momento caracterizou-se pela mobilidade ascendente dos mulatos. Essa característica foi sinalizada pelas ocupações prestigiosas dos mestiços, dando uma percepção da ausência de preconceito racial. Donald Pierson (1900-1995) foi considerado um dos principais catalisadores da imagem internacional do Brasil como paraíso das relações raciais, pois considerava que não havia visto no Brasil – Salvador, o tipo de preconceito então vigente nos Estados Unidos da América. Assim, nesta perspectiva de “onda”, a ênfase primeira será dada a este estudioso, com alusão a mais dois estudiosos da temática em questão.

A história da Sociologia e da Antropologia brasileiras são marcadas pela presença de estrangeiros, como Donald Pierson, um aluno de Robert Park, que fora então o diretor do

Instituto de Sociologia de Chicago e foi o primeiro sociólogo americano a se ocupar do tema cidade e raça nos anos 1930. Ele se destacou com seu estudo sobre relações raciais na Bahia. Com essa presença, instaurou-se na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, um novo padrão de fazer ciência e um novo universo temático, tendo como referência a matriz norte-americana. A sua primeira experiência acadêmica brasileira foi naquele momento, a pré-industrial “cidade da Bahia”, cuja permanência foi de 1935 a 1937, onde surgiu a sua tese de doutorado sobre a situação racial e cultural baiana e, mais tarde, publicada pela Universidade de Chicago com o título *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*, no ano de 1942 e, no Brasil, em 1945 saiu com o título *Branços e pretos na Bahia*.

O trabalho do referido autor foi o de analisar o padrão de relacionamentos entre indivíduos negros e brancos no Brasil, privilegiando a cidade de Salvador para a realização de sua pesquisa, conforme argumentou: “[...] se quiséssemos encontrar, no Brasil, uma porta pela qual pudéssemos, por assim dizer, entrar e examinar *in loco* a ‘situação racial’ brasileira, nenhuma seria mais bem indicada que o velho e pitoresco porto da Bahia; porque é ali que a acomodação racial se vem produzindo a mais tempo e com maior persistência” (PIERSON, 1945, p. 53, grifo do autor).

Esse estudo tornou-se uma obra de referência que, a partir de sua publicação, os pesquisadores americanos perceberam as diferenças nas condições de vida da população negra e as integraram em suas reflexões. Por outro lado, Salvador foi, por diversos motivos, o local mais interessante no Brasil para os sociólogos de Chicago. O trabalho de Donald Pierson (1945) representou uma inovação significativa nos estudos sobre o negro no Brasil, pois a maioria dos estudos brasileiros estava contida no plano histórico. Sua contribuição rompeu com os padrões da tradição intelectual vigentes, na medida em que estudou literalmente uma dada realidade social na pauta das relações entre brancos e pretos em uma sociedade regional. Assim, a perspectiva de uma sociologia das relações raciais foi desenvolvida de acordo com a objetividade e o rigor utilizados conforme as modernas técnicas de investigação do momento.

Pierson estava na Universidade de Chicago, um centro de importância mundial para as Ciências Sociais e, a sua finalidade, foi de fazer um estudo pormenorizado e um pouco prolongado sobre a situação racial e cultural existentes no Brasil, de forma mais específica na Bahia. Dessa forma, o referido autor, com seu carisma evolucionista, preconizou que, com o tempo, as relações raciais deveriam atenuar-se à medida que se consolidasse a modernidade e que progressivamente as diferenças seriam cada vez menos de raça e mais de cultura e trabalho. Por outro lado, os conflitos raciais, no mundo moderno, seriam, no futuro, confundidos cada vez mais com os conflitos de classe, até serem superados por eles.

Nessa perspectiva, o autor distancia-se das teorias biológicas sobre a raça, porém, ela a torna um elemento da identidade dos atores sociais, isto é, quando os indivíduos não se identificam, não existe raça. Assim sendo, o racismo é derivado de relações concretas, segundo sua concepção, quando na verdade, ele é muito mais representação, fantasia e um mundo imaginário, que quase nunca tem muito a ver com as características objetivas daqueles contra os quais se direciona.

Porém, antes de colocar os pés no Brasil, fez um “estágio” no Sul dos Estados Unidos, região socialmente parecida com a Bahia, para conhecer de perto outra situação racial e cultural, onde a interação entre brancos e negros era avaliada como lugar principal de escravidão, cuja sistematização fora abolida, naquele tempo, por meio de uma guerra civil, que contribuiu para a ascensão social do indivíduo negro. Esse olhar, do ponto de vista racial, seguido de linchamentos de negros, enquanto local geográfico, foi atribuído como o mais racista da região norte-americana. De qualquer forma, o autor em questão, com essa “visita” foi preparado para mostrar que nada havia de natural no contexto racial e no racismo americano, portanto, mesmo em uma sociedade semelhante poderia ser encontrada uma situação racial um pouco melhor.

Ao estudar a questão das relações raciais no Brasil, em particular na Bahia, entrou em contato direto com a sociedade, com os hábitos, com a psicologia e com as maneiras de ser da população. Assim, suas observações o levaram às reflexões sobre seus estudos raciais, dizendo que não há grupos raciais ou mesmo de cor e, se houver, não há preocupações, mas de “[...] solidariedade política e cultural da nação. Na realidade, a atitude do povo brasileiro em relação ao problema racial, no que diz respeito ao negro, parece ser, no seu todo, mais acadêmico que pragmática e real” (PIERSON, 1945, p. 46).

Para Pierson (1945), o Brasil era entendido como uma sociedade livre de conflitos raciais. Nessa perspectiva, há um relacionamento entre negros e brancos vigente no Brasil devido às peculiaridades do sistema escravista brasileiro, isto é, existe uma reprodução, por parte do autor, do argumento acerca de uma benignidade da escravidão praticada no Brasil em relação aos Estados Unidos da América. Ele recupera o pensamento de Gilberto Freyre (1996): o maior bem da relação escravista brasileira deu-se por conta de os portugueses, que colonizaram o Brasil, permitirem o contato sexual com as mulheres indígenas e negras, tendo como resultado uma população baiana e brasileira, isto é, mestiça.

Nesse processo de miscigenação, foi possível subtrair as linhas de cor originadas no sistema escravista. De fato, essa linha de raça/cor corresponderia a igual condição social, cujo argumento foi denominado de linha de casta. Todavia, o processo de mestiçagem, a dinâmica

social, seria alterada. Isso porque, os mestiços teriam mais facilidade para a obtenção da mobilidade social ascendente, a começar pela conquista da alforria e, em seguida, pela obtenção de posições de mais elevado *status* social. Esse processo, ocorreria nos setores médios e, em menor medida, na elite, teria se tornado mais diversificado, passando a incorporar, em seu interior, pessoas de origem não puramente europeia.

Assim, se não existe grupo racial ou de cor, o caminho é único; não existe racismo. Para Pierson (1945), a discriminação com base na raça, no Brasil, tem um caráter individual e não geral, e, quando essa evidência racial se torna conhecida ela é alvo de reprovação social. Para existir preconceito de raça, torna-se necessário um fator determinante que provoque medo ou receio de que o grupo racial ameace a posição do grupo privilegiado. Como isso não ocorre no Brasil, Pierson (1945, p. 198) expressa: “[...] exprime um símbolo de união de duas raças – a preta e a branca – é a ausência de preconceito de cor, no Brasil”. É uma reflexão do autor que essa harmonia da organização social da Bahia tende a assumir a forma de uma ordem de livre competição, na qual os indivíduos encontram seu lugar pelos critérios de competências e não por sua origem racial.

É uma sociedade estável e relativamente com ausência de racismo nas diversas formas de conflito e, em relação ao conflito racial, ocorre o mínimo possível. Os interesses debatidos em relação ao negro limitam-se, praticamente na história da importação e da escravidão africana; dos problemas de aculturação, em especial à sobrevivência de forma culturais africanas e às variações antropométricas raciais. Assim sendo, “[...] pelos problemas de conflito racial ou de acomodação, o que indica, [...] a relativa ausência destes problemas na sociedade brasileira, bem como a relativa ausência de qualquer consciência de raça por parte do negro, ou de qualquer outro grupo racial” (PIERSON, 1945, p. 269). Então, o Brasil não tem problema racial.

Pierson (1945, p. 418) ressalta que o “[...] sentimento abolicionista, no Brasil, nunca foi influenciado por uma onda de terror como a que varreu o Sul dos Estados Unidos”, nem pelo conflito entre diferentes regiões do país, mas como um movimento que dominou o espírito público brasileiro. “Os brancos brasileiros nunca julgaram que os pretos ou os mulatos representassem uma ameaça [...] os sentimentos de desconfiança, apreensão, medo, pavor, ressentimento ou inveja” (PIERSON, 1945, p. 419), nem tampouco sofreram provocações ou ataques por parte da gente de cor, como aconteceu no Sul da América do Norte. Em suas anotações, estão registradas que “O linchamento de negros e a violação de mulheres brancas por homens de cor são desconhecidos [...], assim como não existem as

circunstâncias que geralmente conduzem ao aparecimento do *homem marginal*” (PIERSON, 1945, p. 421, grifo do autor).

Além disso, no Brasil uma gota de sangue africano não transforma o mestiço em negro, tanto assim que muitos indivíduos com ancestrais africanos, cor ou traços fisionômicos que demonstram tal ascendência, são considerados brancos. No Brasil, “[...] existe preconceito, mas é preconceito antes de classe que de raça, apesar de estar, até certo ponto, ligado a cor” (PIERSON, 1945, p. 421-422); o autor afirma que a ideologia de raça brasileira não é formal, conforme o estabelecido na seguinte frase “nós brasileiros, estamos nos tornando um só povo”. Ainda argumenta que se o problema racial no Brasil existe e isso se deve à resistência de um grupo que parece oferecer à absorção e assimilação. Por conta disso, os negros no Brasil não se transformarão, como nos Estados Unidos, em uma minoria racial.

Mesmo com as análises cuidadosas de Pierson (1945), em sua pesquisa sobre relações raciais, manifestações explicitamente racistas foram registradas em seu estudo. Por meio do discurso dominado de Gilberto Freyre (1996) sobre a harmonia racial brasileira, Pierson (1945) pode não ter estimado corretamente o significado de racismo. Em sua análise, ele apontou a hierarquia étnica e a passividade cultural como causadoras da enorme segregação social baiana. Essa ênfase à passividade tradicional pode ter sido soada intelectualmente como legado africano, onde foi possível harmonizar com a narrativa explicativa dos pesquisadores da Escola da Bahia, a qual propagava que os problemas sociais resultaram na continuação do modo de vida africano e da ausência de seu reconhecimento no Brasil.

Assim, diante desses argumentos e de tantos outros estudos, a autoimagem do Brasil foi tida como uma democracia multirracial de classes, o que não impediu de observar os extremos níveis de desigualdades sociais existentes na região. Por outro lado, ficou estabelecido, à primeira vista, pela ausência de revoltas raciais, como as ocorridas nos Estados Unidos. Entretanto, torna-se inexplicável o motivo da existência de tal harmonia racial, embora as diferenças socioestruturais não sejam inferiores as dos Estados Unidos, no que diz respeito a uma segregação social. Essas desigualdades sociais, se relacionam de forma inerente com as categorias étnicas e, por esse motivo, a preservação de uma suposta tolerância brasileira é uma perspectiva problemática que avalia as relações raciais a partir das ausências de manifestações de conflitos.

Próximo a essas ideias, Sylvio Romero (1902) considerava que a hierarquização de negros e de brancos fazia parte de um longo processo de contato racial e de miscigenação, sendo que os elementos étnicos mais fracos, negros e índios, cairiam ante o mais forte, o europeu. Entretanto, o resultado dessa miscigenação, sairia o brasileiro genuíno, não seria

inferior, até porque, estaria reunido às características dos indivíduos de maior eugenia das três raças. Esse indivíduo étnico não seria branco, mas também não seria mulato – seria moreno. Thales de Azevedo (1975), mesmo reconhecendo a existência de preconceito racial, reduz essa importância, considerando-o muito brando diante do de classe. De outro modo, referiu que somente negros e mestiços não “socialmente brancos”, sustentavam a existência do racismo e, por outro lado, argumentou que os negros e os brancos competiam em condições de igualdade diferenciadas apenas por suas habilidades e por outros atributos pessoais.

Nessas teses, de acordo com Osório (2008), o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça, mas de tão pouca intensidade que se poderia considerar o Brasil uma nação sem problemas raciais. Assim, a primeira onda teórica se aproximou da histórica e da escravidão, cuja indicação serviu como explicação para a sobrerrepresentação dos negros nos estratos sociais inferiores e para sua sub-representação nos superiores. Assim sendo, os brasileiros de todas as cores e os negros dos baixos escalões teriam condições de ascender às camadas médias, possibilitando o desaparecimento da correspondência entre cor e estratificação social.

A segunda onda teórica é mais heterogênea do que a anterior, sendo que, os seus representantes afirmaram que o preconceito racial existe e possui uma especificidade e só pode ser compreendido à luz da história e de maneira particular das relações raciais vigentes no período escravagista. Nessa perspectiva, a ênfase será em Florestan Fernandez (2013), seguindo a similaridade da primeira onda e apresentando ao menos dois outros estudiosos da referida temática. A teoria do autor é importante tanto pelas influências sobre seus discípulos, quanto à heterogeneidade teórica que definiu os contornos da primeira onda.

A obra *O negro no mundo dos brancos* é uma contribuição fundamental à sociologia das relações raciais no Brasil. Na produção dos sociólogos brasileiros e estrangeiros, dedicados à análise das relações entre negros e brancos, talvez seja o maior destaque na temática. Por outro lado, ele é o sociólogo brasileiro que mais trabalhou sobre esse tema. As suas contribuições focalizaram vários aspectos das principais alas dessa problemática. A questão racial no Brasil, foi examinada pelos diversos aspectos, desde as condições de existência social do escravizado até as elaborações mais sutis e cruéis do mito da democracia racial. Neste caso de “o negro no mundo dos brancos”, o autor entendeu que “[...] poderia chamar de ‘realidade racial brasileira’” (FERNANDES, 2013, p. 19).

Nessa importante obra, no espaço da segunda onda, pode-se ver os trabalhos relativos às barreiras de cor na sociedade brasileira; argumentos relativos sobre o impasse racial no Brasil moderno; pensamentos sobre a busca da democracia racial; sobre religião, folclore e

aspectos políticos do dilema racial brasileiro. Para Fernandes (2013, p. 20), ficou estabelecido que na realidade das relações raciais brasileiras há uma prevalência “considerável de ambiguidade axiológica”. Os valores vinculados à ordem social tradicionalista são antes condenados no plano ideal do que repelidos no plano da ação concreta e direta. “Tudo se passa como se o ‘branco’ assumisse maior consciência parcial de sua responsabilidade na degradação do ‘negro e do ‘mulato’ como pessoa” (FERNANDES, 2013, p. 20). São examinadas as relações entre o negro, o mulato, o branco e entre si mesmos, bem como, o esforço persistente e difícil do negro e do mulato para conseguirem uma redefinição social de ex-escravizados, como trabalhador e como cidadão no Brasil.

O lado curioso dessa ambígua situação de transição aparece na saída espontânea que se deu a esse drama de consciência. O ‘preconceito de cor’ é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima (FERNANDES, 2013). A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém, é tida como intocável, desde que se mantenha o decoro e, suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas, na intimidade, isto é, no recesso do lar. Embora o ‘negro’ e o ‘mulato’ façam contraponto nesses arranjos pelos quais o sistema de valores está sendo reorganizado, eles não são considerados de maneira explícita. Nesse sentido, a pressão compulsiva, que poderia dar outro conteúdo às vacilações e às ambiguidades axiológicas relacionadas com as avaliações raciais, acaba sendo neutralizada desde antes.

O negro e o mulato lutaram e continuam a lutar contra as manifestações de desigualdade racial, isto significa, de preconceitos e discriminação.

Em outras palavras, eles se baseiam [...] em aspirações sociais que, bem-sucedidos, farão dos negros melhores cidadãos. Há quem pense que o negro luta por privilégios [...]. Mas isso não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados [...] dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social (FERNANDES, 2013, p. 28).

Nesse viés, o autor percebe a falsificação das condições de igualdade e de justiça social, entre brancos e negros, embutidos nas frases de efeitos como: “[...] surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito. [...], entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil” (FERNANDES, 2013, p. 30). Houve vários momentos em que os cientistas sociais aderiram à ideia de que a ascensão social constitui um indício de ausência de preconceito e de discriminação raciais.

O aspecto racial no Brasil, conforme Fernandes (2013), impressiona sob a negação incisiva de qualquer problema ‘racial’ ou de ‘cor’. Ele sustenta, que o preconceito e a discriminação raciais, bem como a segregação racial são encarados como uma espécie de pecado e de comportamento vergonhoso. Assim sendo, sugere que há dois níveis de percepção da realidade e de ação ligados à ‘cor’ e à ‘raça’: “[...] primeiro, o nível manifesto, em que a igualdade racial e a democracia racial se presumem e proclamam; segundo o nível disfarçado, em que funções colaterais agem através, abaixo e além da estratificação social” (FERNANDES, 2013, p. 43).

Essa superposição não é exclusiva das relações raciais. Aparece em outros níveis da vida social. No caso das relações de raça, surge como produto evidente da ideologia racial e da utopia preponderantes, ambas construídas durante a escravidão pelo estrato do dominante branco. A escravidão não entrava em conflito com as leis e a tradição cultural portuguesa. Para Fernandes (2013, p. 74), o papel do branco nas relações raciais possuía um aspecto trágico, injusto e dramático, porém, essas situações foram eliminadas, atenuadas ou esquecidas, retirando inclusive, a “culpa” do homem branco nessas ações desumanas. De maneira particular, os estrangeiros seriam os responsáveis pelos conflitos e pela “política de rejeição da prata da casa”, isto é, os negros não devem ser valorizados, diante desses discursos, a “[...] tendência a imputar a existência do ‘preconceito de cor’ ao estrangeiro”, até porque foram eles que introduziram o racismo no Brasil.

A contribuição de Fernandes (2013) veio para uma sociologia da ideologia racial do branco brasileiro, em sua organização e na atividade do negro. Nesse nível ideológico racial do branco, em especial no âmbito da democracia racial, houve a dominação racial. As técnicas de dominação estão presentes na miscigenação e na mobilidade social, que na lógica da ordem social escravocrata, favoreceram a diferenciação e a continuidade da estratificação racial.

Os senhores eram extraídos do estoque racial branco e, em nome de seus interesses e valores sociais, exerciam uma dominação social. O mesmo acontecia com os escravos, selecionados no estoque racial negro ou entre mestiços, sem interesses sociais autônomos e sujeitos a uma dominação social que era, ao mesmo tempo, uma dominação racial (FERNANDES, 2013, p. 64).

Assim, pode-se encontrar as expressões mais elaboradas e sutis da “[...] neutralização do ‘meio negro’ como coletividade ou categoria racial para qualquer processo dotado de real eficácia política. No fundo, o que se passou pode ser descrito, sociologicamente, como uma contenção efetiva do radicalismo negro pela ordem social inclusiva” (FERNANDES, 2013, p. 167). Essas tendências ideológicas e utópicas que valorizaram, no meio branco, a integração

racial, funcionaram como uma das ferramentas básicas de delimitação das condições em que os negros e os mulatos colocaram em prática sua competição com o branco. Sob o aspecto da democracia racial, a sociedade adquiriu uma técnica social, onde o branco, consolidou suas exigências de sua classe social, com essa atitude, estabeleceu o alcance e a mobilidade social do negro e do mulato, como indivíduos e como grupos sociais.

Ainda nesse viés, o autor critica a miscigenação como índice de integração social e a constitui como mais ou menos eficaz para absorção do mestiço. Ele, enfatiza que as investigações antropológicas, sociológicas e históricas mostraram, em toda parte, que a miscigenação só produz tais efeitos quando ela não se combina a nenhuma estratificação racial. A miscigenação, durante séculos, antes contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade racial (FERNANDES, 2013). O mestiço, com frequência, ofereceu o contingente demográfico que permitia saturar tais posições sociais e que eram essenciais para o equilíbrio do sistema de dominação escravista. Para o pesquisador, o racismo e o preconceito racial surgem durante o Brasil colônia para cumprir uma função de legitimação da ordem social e tende a desaparecer com a transição para a sociedade de classes, e, que “[...] a ascensão social do negro e do mulato está se processando, de maneira crescente, de forma que dificulta a preservação das antigas técnicas de socialização e de controle do negro e do mulato” (FERNANDES, 2013, p. 25).

Ainda, na segunda onda teórica, Oracy Nogueira (1998) foi um dos que mais elaborou sobre a especificidade do tipo de preconceito racial existente no Brasil. Transformou-se em uma referência para os estudos de relações raciais, como também, serviu de síntese erudita da dicotomia entre Brasil e os Estados Unidos, em termos das relações entre brancos e negros. O autor em referência, contribuiu na temática, proporcionando os mecanismos de atuação na relação branco e negro. Em sua análise, ele distinguiu dois tipos de explicações de o porquê dos cientistas sociais da primeira onda teórica considerarem a inexistência do preconceito racial no Brasil.

Por falta de expressões mais adequadas, o preconceito, tal como se apresenta no Brasil, foi designado por preconceito de marca, consistindo o referido conceito com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições. Essa percepção se deu pela importância do branqueamento, quanto mais branca, maiores suas possibilidades de ascensão social e menores as possibilidades de discriminação. Reservando-se para a modalidade em que aparece nos Estados Unidos a designação de preconceito de origem, cujo conceito ficou estabelecido pela regra de descendência, isto é, uma gota de sangue negro, um ancestral negro

conhecido, seria suficiente para a exclusão incondicional do indivíduo, independentemente de sua aparência física. Desse modo, o autor define que:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 78-79).

A formulação teórica de Oracy Nogueira (1985), para caracterizar a explicação da desigualdade racial é singular e, talvez, o único a teorizar o problema sem pressupor que a transição de sociedade de classe ocasionasse aumento de mobilidade social (OSÓRIO, 2008). Ao contrário, considerava a estrutura social muito rígida, mesmo no período pós-abolição, o que por si mesmo já era um elemento de perpetuação da mesma configuração racial. Deve-se levar em conta que, mesmo quando se estuda uma situação racial em que supõe inexistente ou quase inexistente, o preconceito, está pelo menos implícito no interesse em compará-lo com situações em que sua ocorrência é insofismável. Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de situações raciais: um em que o preconceito racial é manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar.

Já a terceira onda, tem como expoente central Carlos Hasenbalg com o livro *Discriminação e desigualdade raciais no Brasil* (2005), que representou um marco na produção sociológica brasileira, uma obra que repercutiu entre os militantes do movimento negro brasileiro, até porque, os argumentos do autor convergiam com as reivindicações daqueles que lutavam em favor da igualdade racial. Hasenbalg (2005) teve como parceiro outro estudioso do tema, Nelson do Valle Silva, e ambos produziram na mesma época sobre o mesmo tema, com enfoques semelhantes sobre as desigualdades raciais no Brasil. São duas teses distintas, mas os dois fizeram uso de técnicas de análise quantitativa. O autor pesquisou voltando ao período anterior à abolição para tratar da persistência da desigualdade racial no Brasil industrializado e retoma as análises feitas sobre o Brasil, para entender as modificações na situação do negro e sua avaliação das expectativas inter-raciais depois da abolição, tanto quanto a redefinição do preconceito de cor, na dinâmica das relações de classe e dos processos de estratificação social (HASENBALG, 2005).

Um ponto central da análise consiste em desenfaturar o legado do escravismo como explicação das relações raciais contemporâneas e, ao invés disso, acentuar o racismo e a discriminação depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a posições sociais inferiores. Dessa forma, a raça, como atributo socialmente elaborado, é analisada como um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (HASENBALG, 2005, p. 20).

Suas teses foram dialogadas com a escravidão e foi a forma encontrada para consolidar sua interpretação crítica à orientação teórica que explicasse as relações raciais contemporâneas como uma sobrevivência do passado escravista. Hasenbalg (2005) sempre afirmou que para entender a estratificação racial e os mecanismos que reproduzem as desigualdades raciais é preciso deixar a ideia de legado, ou pelo menos, retirar a ênfase dessa explicação. Entretanto, ele reconhece a existência de um legado do escravismo, vinculado no analfabetismo crônico, nas habilidades ocupacionais e na concentração demográfica em áreas rurais subdesenvolvidas, com isso, o tema das desigualdades regionais foi sua preocupação constante. O escravismo foi uma experiência histórica crucial para os negros nas Américas. Além de seu significado econômico, a importância da relação senhor/escravo, como relação em que clivagens de classe e raça coincidiam quase perfeitamente, reside nas formas em que moldou a tradição cultural e os padrões de organização social do grupo racial subordinado.

Uma categorização e identidade racial são características de sociedades anteriormente escravistas, que delimitam a dimensão mais importante das relações raciais em que a continuidade histórica com o passado escravista pode ser estabelecida. Outra forma de ligar o passado escravista ao presente consiste em interpretar as relações raciais contemporâneas como área residual de fenômenos sociais resultantes da sobrevivência de padrões “arcaicos” ou “tradicionais” de relações intergrupais. Preconceito racial, discriminação e concordância com um elaborado código racial, prossegue o argumento, eram exigências funcionais do regime escravista.

À obra de Hasenbalg (2005) não se propõem cursos de ação específica para mudar a situação social do negro brasileiro, nem são feitos prognóstico sobre a evolução futura das relações raciais no Brasil. O propósito do estudo é acrescentar elementos na avaliação do passado das relações raciais brasileiras e oferecer algumas ideias para a necessária reconstrução social dos brasileiros de descendência africana. O autor procurou determinar a extensão em que a experiência escravista condicionou certas características grupais dos escravos negros e seus descendentes livres, com o intuito de avaliar a importância causal da escravidão nas relações raciais pós-abolição. As razões da marginalização social do povo negro são encontradas nas práticas “racistas” e discriminatórias subjacentes ao período

posterior à abolição. A tão propagada “democracia racial” brasileira não passou de um mito, serviu como instrumento ideológico que vislumbra um controle social pela legitimação da estrutura vigente de desigualdades raciais, impedindo que a situação se transforme em questão pública e, conseqüentemente, sujeita a intervenções estatais.

A condição de miserabilidade vivida pelo negro e por possibilitar a retomada da discussão da realidade racial brasileira. Hasenbalg (2005) enfatiza que a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismo de exploração do povo negro, desapropriando-o dos bens materiais e simbólicos. “A raça é assim mantida como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho [...] àquilo que o código racial da sociedade define como seus ‘lugares apropriados’. Portanto, [...] apenas reproduz a posição subordinada das minorias raciais na estrutura social” (HASENBALG, 2005, p. 89-90).

A abertura da estrutura social enquanto mobilidade está diretamente ligada à cor da pele e, ainda, nesse âmbito, a raça constitui um critério seletivo no acesso ao trabalho. Não houve ações duradouras, por parte da população negra; ao contrário, aconteceu uma subordinação “de aquiescência” dos negros, graças à cooptação social de parte da população de cor e em razão da mobilidade ascendente e das “armas ideológicas”, tais como, o branqueamento e o mito da democracia racial. “Esses mecanismos desmobilizadores operam dentro de um sistema político relativamente rígido, sendo uma de suas características mais persistentes o compromisso e o padrão de resolução dos conflitos entre as elites dominantes, tendendo a suprimir a organização autônoma dos grupos subordinados” (HASENBALG, 2005, p. 235).

Enfim, os argumentos de Carlos Hasenbalg (2005), caiu no gosto do Movimento Negro Unificado, recuperando a ideia de raça, recusando outros termos como, mestiços, morenos, pardos, etc., assim como faz o autor, para quem os indivíduos, considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como “pardos” e “pretos”, em sua estatística são agrupados sob a nomenclatura de “negros”. Dessa forma, a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não-branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção.

Ainda, o “ser negro” é visto historicamente, como um fenômeno negativado, sendo explicado por várias ciências. Dessa forma, a África negra e sua população foi considerada

impura; cujo julgamento fora encontrado em documentos religiosos que apresentaram o negro como herdeiro de Caim e, pela Biologia, fora atribuída uma “natureza” negativa. A partir dessas e de outras fontes, o negro é estudado como um “fenômeno diferente”, ora analisado como “criação divina”, ora como “obra da natureza”, mas sempre interpretado como defeituoso. Esses argumentos discursivos passaram a ser registrados como justificativas para esclarecer

[...] a inferioridade do negro nos aspectos intelectual, emocional e social de sua personalidade, devido a sua origem africana, tida como primitiva e animalésca. Sua terra natal era considerada como a terra de pecado e de imoralidade geradora de homens corrompidos e a cor que os distinguia dos brancos era estranha e pedia explicação (SANTOS, 2003, p. 55).

5.3.3 O negro brasileiro, uma outra perspectiva

Os estudos sobre relações raciais, raça e racismo no Brasil se comportam como exemplo de excelência de uma sociologia caracterizada como etnocêntrica e alienada, incapaz de reconhecer os afro-brasileiros como uma força dinâmica, uma das principais matrizes demográficas do povo brasileiro; por outro lado, a maioria das pesquisas sobre polícia militar na situação das relações raciais, isto é, nas práticas operacionais de policiais militares nesse contexto, continua tomando a população negra como exótico objeto de pesquisa, ao modo dos antropólogos estrangeiros e pela criminologia que contribui para a preservação das condições culturais retardatárias, bem como, tratando-os como indivíduos criminosos e perigosos, nas quais se encontram praticamente a maioria da população negra.

Etnocêntrico ou etnocentrismo, conforme Rocha (1994), aborda o choque que envolve a descoberta do “outro” e discorre sobre a relativização. De acordo com o autor, o etnocentrismo é a avaliação ou julgamento que um indivíduo ou grupo faz de outro, a partir de seus próprios valores e costumes, sendo o resultado da dificuldade de se lidar com a diferença. Em contraposição a esse tipo de visão deturpada, o pesquisador apresenta a relativização, que é o esforço para compreender o “outro” em sua própria realidade, ao entender que não há hierarquia nas diferenças, pois a visão de mundo muda de acordo com os olhos de quem o vê e que nossos valores não são absolutos, portanto, não aplicáveis a todos os outros seres humanos.

Esses debates sobre relações raciais no Brasil têm, historicamente, tematizado o negro de maneira muito específica e de forma focalizada. A perspectiva de “relação”, exige que se discuta mais do que o negro como um tema, bem como, exige que se discuta o indivíduo que

se define como branco, até porque, não se discutindo a questão do branco como lugar social (levando-se em conta que o tema branquitude não será aprofundado neste trabalho), aparece o confinamento racial nas várias perspectivas. Por outro lado, fica conferido aos identificados como negros um ambiente sujeito às contingências inferiorizadas e, conseqüentemente, sujeito ao escrutínio de estar subalternizado pelo outro. Nesse desenho, os debates das Ciências Sociais em tematizar, simplificar, essencializar e desmoralizar o indivíduo negro.

Dessa forma, a perspectiva de “relação” sugere uma complementação entre negro-tema e branquitude, por um lado e, por outro, a emergência de posicionamento crítico emitido pelo negro-vida. Até porque, o racismo foi visto por Guerreiro Ramos (1995) como remanescente e difuso no senso comum, significando uma ideologia que consagrou a dominação política e social das elites brancas. Partindo desse princípio, o autor acima descrito desaconselhava qualquer tipo de organização política voltada contra o preconceito racial, pois, para ele, a melhor das condições de vida do negro, por si mesma, acabaria com o preconceito sofrido. Nesse sentido, ao diagnosticar problemas de cunho econômico, cultural e educacional e não propriamente racial, a luta dos negros devia se voltar contra a desigualdade existente em relação aos brancos.

O personalismo negro de Guerreiro Ramos (1995, p. 189-190, grifos do autor) tem um caráter humanista e existencialista que o predispõe contra qualquer forma de essencialização ou mesmo definição do que seja a pessoa humana, tanto que ele argumenta em suas críticas:

[...] Roger Bastide, Gilberto Freyre e seus imitadores. Há, certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não Brasil, ainda que alguns protestem o contrário. Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro – o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social quase se confunde com os mais claros. Anota-se em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre o negro de autoria de um estudioso negro como documentos “curiosíssimos”.

Guerreiro Ramos (1995), se pronunciou por diversas vezes defendendo o caráter indefinível não apenas da pessoa humana em geral, mas do próprio negro, como ser dinâmico e indecifrável. Nesse sentido, o autor faz distinção entre as categorias negro-vida e negro-tema, conforme apresenta no ensaio *Patologia social do branco brasileiro*:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo, como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. Mal formuladas as retratações verbais do negro no Brasil, elas já estão caducas ou já se revelam falsas, porque o negro-vida é como o rio de que fala Heráclito, em que não se entra duas vezes (RAMOS, 1995, p. 215).

Assim, Ramos (1995) contribuiu para uma leitura de relações raciais e para a política negra uma prerrogativa humanista recorrente. É uma argumentação onde toda forma de classificação e identificação do homem é uma maneira sutil de desumanizá-lo. Nesse sentido, se percebe o centro da contribuição do personalismo negro para uma perspectiva humanista dos problemas étnico-raciais. Dessa forma, as prerrogativas do personalismo negro seriam a percepção da assunção negra como caminho específico para o indivíduo negro alcançar o universal. Mesmo com seus pensamentos em movimento, o referido autor polemiza com os “estudos tradicionais” que trataram do “problema” racial no Brasil:

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira. Neste ponto, é oportuno perguntar: ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida que se afirma a existência, no Brasil, do problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado? Na minha opinião, responder a estas perguntas corresponde a conjurar das maiores ilusões da sociologia brasileira. [...] Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida em que discrepa de que norma ou valor? Os primeiros estudos no campo trataram das formas de religiosidade do negro. Terá, porém, o negro, entre nós, religião específica? Objetivamente não [...]. Tem sido, também, considerada com frequência a criminalidade do negro. Terão, porém, o negro e seus descendentes criminalidade específica? Objetivamente ainda não [...]. O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, com o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social. Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura (RAMOS, 1995, p. 190-192).

As críticas apresentadas ao academicismo tradicional quanto ao problema do negro no Brasil, o autor questiona as análises anteriores sobre a especificidade do negro brasileiro, que não se restringiu ao fato de ele ter uma cor de pele mais escura e, obviamente, as decorrências psicossociais da existência dessa cor em uma sociedade colonial racista, onde o ideal

valorativo seria o branco europeu, contexto mentalmente subalterno aos padrões exteriores à comunidade em que vivia. Nesse sentido, pode-se dizer que, para Ramos (1995) só existe o negro no Brasil porque o branco o vê como racialmente diferente de si, mesmo quando perfeitamente identificado com aquele pela cultura, religião, território, língua, etc.

Por assim dizer, a partir do momento que se passasse a considerar o negro como elemento normal da população brasileira, o “problema do negro” deixa de estar presente, visto que o negro é povo, para além de sua condição étnica produzida pelo “branco” brasileiro. Por outro lado, tanto Fanon (2008) como Ramos (1995), afirmam que a condição “negra” não é uma existência racial objetiva, mas uma identidade socialmente construída pelo dominador, os europeus e seus dependentes. Entretanto, trata-se de uma identidade sem a qual, o negro não poderia alcançar sua humanidade plena. Porém, essa é uma condição circunstancial que, apesar de sua inexorabilidade, não deve fazer esquecer que o negro é totalmente humano como ser biológico e como ser social. Esse é um contexto em que o negro deve assumir o seu destino, reconstruir a si mesmo nesse enfrentamento das particularidades brasileiras.

5.3.4 Uma outra particularidade conceitual no racismo brasileiro

O racismo permanece intacto e culturalmente “sem solução”. Muniz Sodré (2023) enfatiza que com a emergência do fascismo europeu e com a vigência de uma “forma social escravista” nativa, o *status* social e a brancura tomam lugar das antigas formas de segregação. O racismo é central na vida política e social da América, como pilar de sustentação cimentado pela consciência antinegra e consagrada pela etnia que se proclama original e que acredita em uma civilização hereditária e assegurada por leis de um deus branco; entendendo que o racismo supõe religiosamente uma vítima sacrificial, sendo particularmente o indivíduo negro, como se defendesse de maneira organizada de descendentes de escravos. “A crença na supremacia da cor é tão absoluta quanto a crença no exclusivismo do Antigo Testamento e no Oeste branco como Destino” (SODRÉ, 2023, p. 23).

O fervor místico da brancura está no cimento armado do fortalecimento da etnia fundadora ou *quakers* – pretensos restauradores da fé cristã, derivados do protestantismo britânico do século XVII. Portanto, na América racista, “[...] entre esse espírito e o da guerra, não há distância significativa: um quaker pacifista é um homem morto” (SODRÉ, 2023, p. 23); assim, a cor da pele é o índice imediato para o ato discriminatório, portanto, na América, o racismo não se trata apenas de fenótipo e sim de genótipo, portanto, de raça, apesar da prova

biológica em contrário. Assim definido, em termos morfológicos, o racismo americano é epidérmico e subdérmico.

Muito diferente do americano é o caso do Brasil, o autor utilizou em seus argumentos a tese de Caio Prado Jr., identificando traços peculiares no desenvolvimento do país, em que se impõe a exploração rural de tipo colonial, conduzida pela família patriarcal, escorada em relações escravistas de trabalho, à sombra da Igreja Católica e do Império. Nesse sentido, o Império deu ao Brasil, o Estado-nação, entretanto, nada de estado, nem de nação, nem de república, e sim a “empresa Brasil”, que foi sempre um negócio muito lucrativo, primeiro com o açúcar no Nordeste e, depois, graças ao ouro e ao diamante. Tudo isso sob a tutela de uma oligarquia armada vocacionada pela militarização da sociedade da vida republicana. Esse domínio econômico e oligárquico era chamado de “engenho” ou “casa-grande” e, nessa configuração, o passado escravista continuaria ideologicamente mais forte que o ambíguo presente (SODRÉ, 2023).

Assim sendo, fica integrado à história nacional, como um vício de fundação, a transmissão do poder e da riqueza concentrada entre famílias, compadres e aliados, com esse direcionamento político, a casa-grande, com senzala e tudo, é o Estado. Portanto, acomodando o aparelho de Estado à oligarquia das famílias – a República já nasceu Velha. É importante ressaltar que a Abolição foi uma etapa prevista no processo capitalista de desmontagem da estrutura colonial, embora muito debatida, foi um fato de última hora, de cima para baixo. Na sociedade escravista, o racismo era uma tecnologia de poder declarada ou visível, cujo arcabouço consistia em um tríptico de estigmatização, discriminação e segregação, em uma figura estruturante ou sistemicamente inscrita em leis e fatos normativos. Não se traduzia em fenômeno ideologicamente dependente apenas de doutrina e discursos, uma vez que estava naturalizado pelo contexto colonial. Foi nessa situação que chegou à abolição, em uma transição para a modernidade tendo como escopo o capitalismo industrial, no entanto, sem descartar o cultural ou simbolicamente descartar o desenho da estrutura colonial.

E, mesmo mudando as leis e os fatos normativos, a partir de então, um novo sistema social, jurídico e econômico enquanto “sombras da escravidão” vislumbra correspondências entre os propósitos e os do fascismo emergente na Europa. O racismo passa a funcionar como estratégia social dentro de uma continuidade que se pauta por “regras ambíguas” – a inferioridade antropológica do indivíduo negro livre. Por outro lado,

[...] o racismo de pós-abolição é uma forma sistemática e recorrente, mas sem a legitimidade outorgada pela unidade de um sistema ou estrutural de discriminação,

baseada no imaginário da raça. Afigura-se como algo mais próximo à ideia de um ‘processo’, [...] designamos como forma social escravista” (SODRÉ, 2023, p. 32).

Porém, há uma dimensão estruturante no racismo enquanto sentido e forma que permeia as instituições e constitui subjetividades junto a amplas parcelas da sociedade nacional. Na esfera privada essa dimensão é predominante e, na esfera pública, é recorrente e sistemática, mas não como estrutura formalizada e, sim, como marcador diferencial do racismo brasileiro. Assim, o racismo não pode ser realmente compreendido como efeito de estrutura da sociedade desigual, mas como um macrofenômeno antropológico, cuja incidência humana se universalizou com a colonialidade. “O racismo brasileiro de hoje persiste no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista: uma verdadeira forma social autonomizada como herança autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes” (SODRÉ, 2023, p. 37).

Além disso, no racismo não há uma objetividade ideológica, ele subsiste pelo efeito parasitário do sistema socialmente excludente, em determinadas práticas intersubjetivas em uma forma de vida “aprimorada” nas raízes da escravidão, cujo sistema foi abolido política e juridicamente do Brasil. Por conta desse cenário imaginativo, o efeito torna-se ao mesmo tempo econômico, societário e institucional, o que leva à tese de que a raça está na base da definição de classe, isto é, “a classe social é sempre racializada” (SODRÉ, 2023, p. 37). O autor, nesse sentido, argumenta:

A velha questão da raça biologicamente definida e inscrita numa estrutura econômica-política-jurídica desloca-se para a da identificação institucional da cidadania aceitável. Na paraestrutura, o racismo é institucionalmente sistemático, em vez de totalmente sistêmico, razão pela qual lança à compreensão (conjuntamente racional e sensível) o desafio de elucidar a transmissão dos mecanismos discriminatórios (SODRÉ, 2023, p. 39).

Esse pensamento discriminatório, está pautado na hierarquização de exclusão da cidadania negra que alimenta uma performance de indivíduo negro como de segunda classe, que obviamente é demarcado pelo paradigma de branquidade com ideias de supremacia racial, cujas características formam equações estruturantes do racismo: a primeira equação é o racismo morfológico – visa o indivíduo particular e, a segunda, é o racismo cultural – cujo objeto é uma determinada forma de vida, com costumes e crenças particulares. Nessa característica de hierarquização racial, a forma de vida afro passa por foros de ameaças e de rejeição. Culturalmente, ainda que de modo indireto, o negro é socialmente estigmatizado e rejeitado pela linguagem, crenças e músicas.

Essas desvalorizações do indivíduo negro, continuam impregnadas pela abolição que apenas transferiu o nível de escravidão, de uma forma jurídico-política societária, portanto de uma estrutura ou um sistema lógico, para o que se chama de forma social escravista, em que o racismo se revela constitutivo. Essa forma “[...] reproduz-se, propaga-se no imaginário [...] uma espécie de fissura através da qual podemos introduzir num reino incerto, que não é nem o espaço nem a razão, uma multiplicidade de imagens que aspiram a nascer” (SODRÉ, 2023, p. 55). Dessa maneira, a forma social escravista cria a relação racial na esteira de uma histórica desconfiança residual ou uma aversão ao indivíduo de pele escura, marcando espaços materiais e psíquicos nas relações intersubjetivas, embora gerando imagens de negação do racismo.

Nesse mesmo diapasão, “[...] uma imagem é a fuga de uma forma do corpo de que é forma sem que essa existência exterior chegue a se definir como aquela de um outro corpo ou um outro objeto” (SODRÉ, 2023, p. 56). Essas imagens, que não são recordações nem ideias, correspondem a uma sensibilidade capaz de evoluir no espaço e no tempo a ponto de desembocar no conveniente negacionismo intelectual do anacrônico sentimento discriminatório que as anima – o racismo. Para essa compreensão faz-se necessário o pensamento simmeliano da perspectiva sociofilosófica, que vislumbra o fenômeno original de vinculação do homem com o mundo, como base da interação subjetiva na vida social. Nesse sentido, não tocam na estrutura das ações recíprocas, que incluem processos mentais. Por assim dizer, na forma social escravista brasileira, o racismo institucional não se legitima por legislação, no entanto, é exercido na prática por perversões institucionais orientadas por representações derivadas de uma reflexividade social específica.

Uma sociedade preconceituosa e discriminatória precisa acreditar na naturalidade da exploração física e gratuita sobre o corpo alheio e, por isso, constrói representações que estabilizem essa crença, por mera força explícita de conceitos. Raça e, na verdade, uma representação baseada em falsos conceitos, que podem derivar tanto de critérios biológicos como políticos. A estrutura abolicionista deu lugar a um esquema existencial derivado de relações espaço temporais com o afro-brasileiro, isto é, deu lugar à forma social escravista, “[...] que implica, no limite, uma máscara ou uma maquiagem da discriminação racial. Esta, mais do que ‘estrutural’ na acepção rigorosa do termo, é de fato concreta e vital, o que implica uma historicidade singular” (SODRÉ, 2023, p. 79). Na prática, tratava-se na pós-abolição de silenciar o indivíduo negro e torná-lo socialmente invisível. Esse cenário não é uma realidade somente externa e concretizada na trama objetiva das instituições, e sim algo que atravessa a

interioridade dos atores sociais, sob a égide de representações que privilegiam as aparências, isto é, a cor dos sujeitos. Por outro lado, Sodré, (2023, p. 87) enfatiza:

[...] a forma social escravista não é nenhuma ‘essência’ da escravidão, e sim a reconstrução como forma expressiva de uma realidade desejada por elites dirigentes. Trata-se do mecanismo adequado à transmissão da senhorialidade e da fidalguia. A forma está no conceito do fenômeno corretamente observado, que se constitui num ponto essencial do movimento de pensá-lo. Não se confunde, entretanto, com o conceito: a forma induz intuitivamente a um ‘clima’ social concreto e extensivo a todos, porque compõe uma sensibilidade coletiva – por meio de elementos visuais, auditivos e táteis – que serve de base ao senso comum e é capaz de produzir um conhecimento inseparável da atividade e da afetividade.

A sensibilidade social implica representação, afeto e ação concreta. Ela representa a unidade de uma multiplicidade de aspectos da vida social, da qual tenta se distinguir, sem realmente conseguir, uma vez realizada a matéria, negando-a. Forma social escravista é falar de uma síntese entre a vida singular imediata e uma ideia de subordinação que se universaliza em modalidades diferentes de formas de vida. Nessa perspectiva de forma é que o racismo se constitui em problema social, senão seria um mero distúrbio psicológico. Nesse sentido, o racismo acontece em dois planos: “[...] no primeiro, em nível macro, está o racismo propriamente dito, que tem fontes históricas e se reproduz institucionalmente no interior da forma social escravista; no segundo, no nível micro das relações intersubjetivas, está a discriminação com suas múltiplas faces [...]” (SODRÉ, 2023, p. 152).

Destaca-se, no último plano onde o racismo é mais visível pela passagem ao ato discriminatório, que é histórico e culturalmente autorizado pelos dispositivos da forma social escravista. Nesse contexto, explica o autor, a atuação discriminatória ou passagem ao ato racista tem a ver com algo chamado metabolismo psíquico, cujo panorama encontra guarida na América, através de grupos que podem ocorrer em situações de contatos nas relações intersubjetivas. Esse fenômeno, no Brasil, é frequente no funcionamento institucional, mas de maneira disfarçada, mas com óbvia exceção para o comportamento abusivo de policiais nos subúrbios e nas favelas. Tudo isso implica em “carregar” a forma linguística “raça”, que é algo na consciência lúcida deve desembaraçar-se. O que existe mesmo é a “relação racial”, isto é, a relação social atravessada pelo imaginário de raça, ancorado em diferenças de graduação de cor da pele.

“Racismo é uma forma de imobilidade do pior. Não porque seja algo ‘natural’ no espírito humano, mas uma constante na consciência forjada pelos sistemas coloniais” (SODRÉ, 2023, p. 162). Por conta disso, “raça” perde força conceitual, mas a relação racial continua, porque o “racismo não precisa de raça para se manifestar” (SODRÉ, 2023, p. 164);

o racismo contemporâneo está institucionalizado de maneira estruturante e não estruturada, pois a estrutura que não é uma totalidade fechada está vinculada aos sistemas econômico, jurídico e político, essa “estrutura” foi abolida pela Lei Áurea. Portanto, o racismo é institucional e intersubjetivo, por isso é difícil de combater; se o racismo brasileiro fosse estrutural, já teria acabado.

5.3.5 Outra alternativa ao negro brasileiro com o “novo racismo”

O “novo racismo” parece constituir-se com base em processos de “diferenciação social”, sugerindo que é o próprio temor pela diferença cultural o que traz por consequência estratégias de segregação, de estigma e de marginalização. A discriminação e o racismo contemporâneo se materializam na suspeita de que os indivíduos ou grupos culturais se apresentam cada vez “mais iguais”, isto é, iguais em direitos, em oportunidades concretas, em circulação e visibilidade, em capacidades discursivas e pressão política. Esse é um cenário que supõe o esquecimento eventual de estratégias ainda vigentes de estigmatização e de segregação, da própria presença do racismo na atualidade (GADEA; QUEIRÓZ, 2020).

Essa percepção, ocorre pela situação de “mais liberdade” gerada pelas mudanças modernizadoras na economia a partir dos anos 1950 e 1960, bem como, pela sociotécnica tecnológica a partir dos anos 2000, que desenhou uma competição aberta entre a população branca e negra, uma competição de grande intensidade, ao perceber, os primeiros, que aqueles espaços por eles definidos *a priori* como próprios na escala social e laboral estariam agora em visível risco. Nessa configuração, a ascensão social estaria delimitando novas estratégias racistas e novas reações antirracistas, considerando-se, desta forma, que é a percepção de vulnerabilidade e os riscos próprios dos espaços sociais atuais uma das fontes do “novo racismo”.

Com esse “diagnóstico”, prosseguem os autores acima citados, o racismo no Brasil não pode negligenciar as particularidades de três grandes processos históricos: primeiro – as pautas que fazem referência ao processo de formação de nação; segundo – as que resultaram do “intercruzamento” ideológico e discursivo da ideia de “raça” com outros conceitos de hierarquia social (classe, *status*, gênero) e, terceiro – as que acompanharam as transformações econômicas, sociais e regionais. Por outro lado, já está fazendo parte da história a era da informação, que trouxe mudanças tecnológicas e, paralelamente, a sociedade também está modificando. A nova organização está pautada no desenvolvimento social e econômico, através da criação de um conhecimento que se apresenta, fundamentalmente, na produção de

riquezas, na distribuição de bens e na busca do bem-estar social. A sociedade da informação se estabelece como uma sociedade em rede, tal qual a ideia de Castells (1999). Dessa forma, continua o autor, as redes são um conjunto de nós interligados e cada nó é um ponto no qual os fluxos se encontram.

Em face das interações digitais, a internet, enquanto espaço de fluxos, não deve ser compreendida como fotocópia da sociedade, mas como a própria sociedade, com processos espaciais constituídos pela dinâmica de toda estrutura social. A rede é uma realidade na vida cotidiana, no trabalho, na cultura e mesmo na política. Conseqüentemente, este novo contexto promove um necessário reexame da sociedade, agora conectada e digital. A internet deu voz às minorias, antes invisíveis, ofertou movimentos por empoderamento feminino e igualdade racial, que podem ganhar dimensão mundial em poucos dias. Além disso, indubitavelmente pode causar ambigüidade do potencial transformador das novas tecnologias; o espaço eletrônico, tanto pode originar um novo sistema de exclusão, como pode vir a constituir-se em um instrumento de inclusão e de igualdade racial.

Assim, a ideia de racismo só existe a partir de uma realidade histórica específica e, desta maneira, com relação a outras formas sociais existentes, inclusive com a sociedade da informação, interessa saber quais seriam as “condições concretas” que tornam esta forma de diferenciação social algo socialmente pertinente na atualidade. O importante a ser destacado é que o racismo, pode conservar certas características gerais, adquire significação numa determinada prática social histórica e espacialmente contextualizada, isto não quer dizer que preconceitos e atitudes racistas não pareçam depender, de forma direta, da existência prévia de uma ideologia ou doutrina racista, já que um indivíduo “[...] só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado” (GUIMARÃES, 2009 *apud* GADEA; QUEIRÓZ, 2020, p. 339).

Dessa forma, pode se falar na política da negritude como sustentação na formulação da ideia de que os próprios negros consideram que as raças não existem, também por achar que eles não existem integralmente como pessoas, pois é assim que são percebidos e classificados por outros. Por conta disso, as desigualdades socioeconômicas podem ser explicadas por variáveis como cor ou raça, este gesto analítico teve por objetivo, por um lado, pautar politicamente uma luta contra as segregações e discriminações raciais e, por outro, uma luta pela recuperação da autoestima negra. Um movimento negro assumiu a luta, a partir do momento que ressuscitou a ideia de raça como estratégia de luta ao mito da “democracia racial”, numa atitude que, ao supor racializar, a sociedade acredita-se na visibilidade

deliberada de situação de conflito construído em torno das desigualdades e discriminações raciais.

Nessa percepção racializada, conforme aponta Guimarães (2009, p. 61),

[...] chamam a si mesmos de “negros”, o antirracismo deve significar, antes de si mesmo e do outro. Trata-se da reconstrução da negritude a partir da rica herança africana – a cultura afro-brasileira do candomblé, da capoeira, dos afoxés, etc. -, mas também da apropriação do legado cultural e político do “Atlântico negro” [...]. As novas formas culturais do movimento negro [...], no Brasil tem enfatizado o processo de reidentificação dos negros, em termos étnico-culturais. Ao que parece, só um discurso racista de autodefesa pode recuperar o sentimento de dignidade, de orgulho e de autoconfiança, que foi corrompido por séculos de racismo universalista e ilustrado.

Dessa maneira, a ideia de africanidade passa a se definir como um potencial político de dupla direção; por um lado, como narrativa geradora de um “grupo de pertença” e, por outro, como discurso demarcador de uma ação política e estratégica em caminho de ser empreendida. A população negra, nesta perspectiva, estaria em condições práticas de desenvolver estratégias antirracistas, de mapear cenários de conflito social e, inclusive, de estabelecer pautas políticas, conforme seus desejos de pertencimento para atuar como referência socialmente estabelecida.

Nesta configuração, a negritude passou a ser um conceito e um discurso dinâmico de caráter político, ideológico e cultural. Na área política, negritude torna-se instrumento para subsidiar as ações do movimento negro organizado. Na ideologia pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial e, do ponto de vista cultural, torna-se uma tendência de valorização da manifestação de matriz africana. No entanto, negritude possui um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido a luz dos diversos contextos; vale a pena ressaltar que a negritude rompeu com os valores da cultura eurocêntrica.

Entende-se que o movimento da negritude, em seu passo primário foi desmistificar o mito da assimilação, que põe em destaque, conforme Munanga (2009), os efeitos das ações propagadas pela discriminação do homem branco em detrimento do homem negro, no qual os agentes nocivos (homens brancos com auto grau de periculosidade) devastaram um continente inteiro e deixaram suas etnias órfãs, apoderando-se de suas riquezas materiais e imateriais sem se importar com as drásticas consequências de seus atos danosos. Por outro lado, o homem negro deixa de ocupar o lugar de objeto incognoscível criado pelo imaginário branco para ser sujeito pleno e perfeitamente cognoscível de suas próprias produções, tomando partido de sua trajetória individual e amando suas atribuições intelectuais e corporais, que foram e que, lamentavelmente, ainda são menosprezadas. O projeto difamatório das

atribuições dos negros ainda ecoa na vida dessa população que herdou as lutas e o desprezo direcionado aos seus antepassados.

Gadea e Queiróz (2020), tendo como referência Zilá Bernd na obra *O que é negritude* (1988), trazem uma reflexão sobre os movimentos de tomada de consciência em ser negro, cuja reflexão proporcionou ao Brasil um processo de conscientização que manteve a denominação francesa de negritude. Dessa forma, a negritude deu um passo importante a partir da crise de identidade, entendida como o resultado de uma perversa internalização das ideologias racistas, dos preconceitos, por parte, inclusive, da própria população negra. A partir de então, a negritude teria surgido da resistência e oposição aos estereótipos “introjetados” na sociedade acerca do indivíduo negro e a sua vida em sociedade. Essa postura da negritude fortaleceu os ânimos da população negra, permitindo que o cenário das comunidades negras passasse a tê-los como referência para que o orgulho negro brilhasse com galhardia ao invés de expressar vergonha ou revolta.

Bernd (1988), proporcionou com seu estudo um movimento, denominado negritude, que provocou uma ruptura com um padrão cultural do branco, ocasionando um deslocamento de perspectiva que oportunizou a revalorização de outras culturas, como a de origem africana, que havia resistido à altivez assimilacionista. Tanto que:

Entendida como um processo dinâmico e não como um alvo estático a ser atingido, a busca de identidade não se esgotou com o movimento que representou sua culminância: a Negritude. Ao contrário, podemos entendê-la como um momento que possibilitou a eclosão de uma postura autônoma dos intelectuais e a maturação de uma *literatura negra*. Em resumo: a negritude como tomada de consciência propiciou a emergência de um discurso literário negro que se transformou no lugar por excelência da manifestação do *eu-que-se-quer-negro* (BERND, 1988, p. 53, grifos do autor).

Nesta perspectiva, o problema não é o indivíduo negro, mas a patologia e o ego ferido do branco, que percebe a perda da colonização e a desesperança de não triunfar de maneira duradoura, entendendo que o problema do branco passa a ser um problema dos brancos. Agora, cabe à população negra organizar a permanência da liga militante contra o racismo, como também a nós mesmos. Essa é uma possibilidade de que as dinâmicas sociais possam perceber mudanças significativas nas complexidades preconceituosas e racistas e, em especial, na identidade negra.

Diante desse cenário, Gadea (2013a) realizou uma atualização no debate sobre identidades étnico-raciais, trazendo à tona uma crítica à associação entre as noções de negritude e africanidade. Por outro lado, materializa a necessidade de considerar que as

identificações étnico-raciais e a identidade negra não podem mais ser lidas a partir de discursos políticos e pedagógicos que restrinjam a negritude ao discurso da africanidade. As relações raciais, no Brasil e em outras situações, como nos Estados Unidos, estão, há muito tempo, como tema do dia. As situações de conflito permeadas pelo racismo, tais como as práticas policiais militares no contexto das relações raciais, fazem emergir, nesses países, várias discussões sobre a questão racial em suas diversas manifestações, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais.

A situação e a consciência do conflito, do preconceito e da discriminação racial por diversos atores sociais, tanto dos movimentos negros como do contexto acadêmico, têm proporcionado reflexões sobre o enfrentamento político do racismo em suas dimensões de identidade social e pertencimento cultural, expressas em conceitos como raça, negritude e africanidade. Gadea (2013a) analisa as configurações entre identidades étnicas e sociais traduzidas nas vivências contemporâneas das relações raciais, no Brasil e nos Estados Unidos, configurando uma hipótese de que nesses países, o espaço da negritude, consiste em um lugar social atravessado por identificações raciais em performances subjetivas, isto é, passando por importantes e sensíveis transformações nas últimas décadas.

Para o enriquecimento dessa análise, o autor em referência indaga: o “espaço da negritude” apenas teria sentido no âmbito de uma negritude ancorada na africanidade, através da ideia de ancestralidade, de memória histórica ou de um marcador como a cor da pele? Essa inquietação causa, em contextos urbanos, diferenciação e individualização que se desdobra em outra indagação: só se pode compreender o que representa o “negro” ou as identificações raciais, a partir do racismo? Para compreender tais indagações o autor procurou observar e contextualizar de maneira comparativa sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, em um primeiro momento, buscou o contexto e situações do espaço da negritude na cidade de Miami, em sua complexidade própria, diversos espaços da negritude, formados por populações negras oriundas do Alabama, Geórgia, Jamaica, República Dominicana e Haiti.

Por conta de um conflito mortal entre um policial branco e um jovem negro, ocorreu uma série de protestos da população negra de Miami e isso se traduziu em uma ligação entre os signos da negritude e uma percepção racializada dos conflitos e da sociedade. Esse fenômeno desencadeou uma análise que resultou na impressão do autor de que os haitianos representam uma cultura contemporânea e diaspórica. Assim, o espaço da negritude não afirmaria a evidência de uma pertença ao discurso da memória coletiva ou da africanidade; o pertencimento, na realidade reveste-se de ambiguidade para essa comunidade: por um lado,

são negros, no sistema de classificação dos Estados Unidos, por isso são discriminados e, por outro, essas pessoas falam politicamente como membros da diáspora haitiana.

De outro modo, entre os dominicanos da mesma cidade existem outras problemáticas identitárias. A impressão sobre essa população em sua particularidade seria de indecisos, ambíguos, frente às categorias raciais hegemônicas, como, brancos, negros, latinos. Do ponto de vista social e do fenótipo eles são negros, mas culturalmente se identificam como hispânicos ou latinos. Nesse sentido, se constituem socialmente como individualidade e não como comunidade. Por conta dessas características não vivenciam os mesmos laços de solidariedade “racial” com os negros norte-americanos nem ativam a memória de um passado escravista para construir sua identidade étnica.

Gadea (2013a), apresenta o contexto brasileiro específico – jovens negros de Porto Alegre, no espaço do Parque da Redenção, cuja população negra em sua maioria é oriunda de bairros periféricos da cidade. O olhar a essa população que saiu do seu contexto é estigmatização de origem, estabelecendo uma existência dual nos espaços em que sua negritude é tornada visível. A sua saída seria expressão e processos simmelianos de individualização e diferenciação social, sendo esse movimento próprio de culturas urbanas, dessa forma elaboram “jogos de reversão” de adição de fenômenos sociais e raciais. Nessas condições, passam a desconstruir as identificações em nome de atitudes autônomas. Nesse panorama, o autor percebe empiricamente que a negritude desses jovens parece não possuir a “pertença racial”, nem na “ancestralidade” ou “africanidade” enquanto eixo de identificação. O espaço da negritude, para esses indivíduos sociais, é produto de negociação e disputa simbólica e de significação. Portanto essa presença negra, neste parque, possibilita uma reflexão vinculada entre o corpo negro e os processos de subalternidade.

Os jovens negros ao serem questionados sobre sua negritude, foi percebida uma constituição desligada do mundo afro-brasileiro imaginado pela consciência da diferença que aparece do racismo em situações de tensão e conflito urbano. O espaço na negritude não existe uma negritude preexistente ao jogo das relações sociais e raciais, isto é, um contexto relacional. Esses jovens têm consciência de si enquanto negros, além disso, os signos sociais da negritude existem, porém, vem à tona em situações de crise e conflito. Entretanto, o autor lembra que os estudos culturais e sociais são responsáveis por protagonizar discussões sobre racismo e antirracismo, as identidades coletivas e as diferenças culturais, buscando uma ligação com os problemas políticos e culturais. Por outro lado, ele proporciona uma reflexão sobre a questão do reverso da negritude e o seu oposto, que diz respeito à africanidade. Essa argumentação possibilita a pensar “em que sentido se faz possível considerar que assiste a

uma redefinição das formas e relações raciais contemporâneas, ao sugerir-se certa ‘superação’ do uso de categorias sociológicas vinculadas a noções próprias de uma ‘socializada racializada’” (GADEA, 2013a, p. 62).

Nessas questões o autor elabora uma análise sobre o africano de quinhentos anos de resistência e o africano como ancestral que, diante desses campos psicológicos, possuem uma característica própria e particular da negritude, tanto que afirma: “sem ‘consciência’, ‘pode-se ser’ africano, mas não ‘afrocêntrico’; em definitivo ‘pode-se ser’ negro, mas não fazer parte da negritude” (GADEA, 2013a, p. 91). Para compreender essa afirmativa, é preciso meditar sem expressão ideológica para visualizar o que de novo permeia as relações raciais. Com isso, pode-se dizer que em uma sociedade pós-moderna, com identidades fragmentadas, a negritude propõe o encontro de si mesmo, atravessando encontros e desencontros consigo mesmo e com o outro; são argumentos para pensar duas ou mais vezes nos movimentos sobre a complexa ambiguidade do ser negro. Dessa maneira, relações raciais, raça e racismo abordam um “novo olhar” sobre a temática em questão, englobando a identidade negra, a negritude e a africanidade. As argumentações apresentadas indicam que os jovens contemporâneos não se identificam com as concepções de africanidade para demonstrar a autoestima e para legitimar o enfrentamento do conflito racial a partir de uma ancestralidade. A concepção de africanidade é apresentada como: “A africanidade é um espaço de elaboração discursiva e política que pretende sintetizar a pertença coletiva de um grupo humano a uma comunidade presumivelmente fundamentada em determinadas especificidades históricas e culturais referenciadas no continente africano” (GADEA, 2013a, p. 87). Essa argumentação modela um projeto da modernidade que questiona uma aparente superioridade moral eurocêntrica universalizada, trata-se de uma diversificação que enriquece o viés sociocultural onde se dão as relações raciais, e, no qual possibilita novas formas de combater o racismo e pensar o reconhecimento intergrupais enquanto antirracismo – esse é o caminho para configurar o “novo racismo”.

6 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

6.1 A cidade de Cuiabá como “caderno de campo”

O acesso ao campo de trabalho é uma das condições mais importantes para que a pesquisa se torne possível. Os procedimentos adotados foram estabelecidos conforme autorização oficializada pela polícia militar e comunicada aos batalhões onde as coletas de dados seriam realizadas. Nesse sentido, Flick (2009) orienta que reuniões sejam feitas com esses responsáveis institucionais para que seja realizada uma “avaliação oficial” para gerenciar as condições de acesso. Essa avaliação é uma revisão feita pelas autoridades da instituição destinada a verificar os objetivos da investigação em andamento. E, assim foi realizado.

A paisagem urbana, pode ser compreendida como momento instantâneo ou não que aparece à primeira vista aos olhos do pesquisador, que expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre os atores desse perímetro. A ideia de paisagem, na perspectiva das interações, liga-se ao plano imediato nas alterações sociais como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da função de contextos histórico-culturais. A natureza transformada pelas interações humanas, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre morar, trabalhar, viver. Essa paisagem, por sua vez contém beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados.

A ideia de paisagem revela uma convivência coletiva, como também uma convivência de contraste, de ambiguidade, de descontinuidade, que são características produzidas pela sociedade com objetivos de contemplar várias dimensões humanas. No entanto, é possível perceber algum sentido de como lidar sistematicamente com a vida urbana tanto em algumas coisas raciais, sociais e políticas quanto em sua grande variabilidade. Essas questões trazem a compreensão de como a sociedade urbana é construída, em termos de papéis e relações, lembrando que esses tipos de papéis estão divididos em setores: domicílio e parentescos; vizinhança; recreações; tráfego, dentre outros.

Nas cidades como em Cuiabá-MT, há uma série de repertórios de papéis, redes e culturas esboçados em relacionamentos sociais – bairros, gangues, locais públicos, redes e ações policiais e, nesses ângulos menores de relacionamentos, pode-se analisar do ponto de vista microssociológico. Por conta disso, a observação participante contribuiu para obter retratos das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais,

levando-se em conta que a cidade seja compreendida como uma forma de interação com a sociedade em sua volta.

A cidade de Cuiabá-MT, no decorrer dos anos, passou por sucessivas transformações em seu território; em 1719, época da descoberta das minas, pertencia à Capitania de São Paulo e no ano de 1727 foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a Capitania de Mato Grosso, desmembrando-se da Capitania de São Paulo. Em 1752, Dom António Rolim de Moura, primeiro capitão-general de Mato Grosso, funda Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da província, ocorrendo, então, o primeiro desmembramento no território de Cuiabá.

Com as descobertas de novas minas auríferas, novos desmembramentos foram sendo realizados, tanto que em 1835, o Presidente da Província de Mato Grosso declara Cuiabá a capital da Província. No século XX, Cuiabá passa por novas divisões em seu território remanescente. Em consequência dessas divisões não se elaborou uma lei que especifica ou que defina seus limites, isto é, os limites municipais são resultantes da sobreposição de diversas leis estaduais, que ficaram subentendidas com a subtração de parte da área de Cuiabá. Em setembro de 1835, cria-se a polícia militar com a denominação de “homens do Mato”, coincidentemente, passa-se a pensar que o espaço da cidade se constitui em um território a ser policiado, vigiado por conta das possíveis violações contra a liberdade, a vida e a fuga de indivíduos negros escravizados.

Cuiabá, nos séculos XIX e XX, Pecora e Sá (2008) ressaltam que como nas sociedades ocidentais passou por muitos conflitos e transformações no campo político, por acelerado desenvolvimento econômico e tecnológico, bem como por modificações sociais e culturais características da sociedade de consumo. Na segunda metade do século XX desponta como um rico cenário urbano, em especial com a contribuição da população mais jovem. Nesse período a cidade saiu de um certo isolamento em relação ao restante do país, devido à precariedade das estradas e dos meios de comunicação, enquanto importância cidadina da região Centro-Oeste do Brasil.

Os autores citados, relatam que no período de 1950 a 2000, Cuiabá passou por três coortes geracionais; a primeira viveu sua juventude durante os anos de 1950 a 1967, tempo que se pode chamar de calmaria, em que o progresso da cidade ocorreu de forma muito lenta e gradual. A segunda coorte, experimentou sua juventude de 1968 a 1986, foi presenciado um impacto das várias ocorrências que trouxeram a modernização para a cidade. A terceira coorte é contemporânea à inserção de Cuiabá no mundo globalizado e compreende integrantes que até há bem pouco tempo, de 1987 a 2000, se encontravam no estágio de juventude. Nessa

situação de tempos passados, mesmo sendo diversos panoramas e vividos pelas diferentes gerações acabaram considerando a cidade de Cuiabá como sendo representados sob uma versão de calmaria e de nostalgia.

Mattos (2019) enfatiza que Cuiabá, uma cidade de 300 anos, situada no Centro Geodésico da América do Sul, cresceu pelas águas e pelos rios, caminhos naturais já desbravados pelos povos originários. Diferente do desenvolvimento moderno proporcionado pelos meios de transportes, pela comunicação e pela tecnologia. Nos últimos 40 (quarenta) anos, Cuiabá passou a ser uma dinâmica cidade do interior, sem características marcantes, porém adaptada ao mundo globalizado. Ainda assim, a cidade festeja seus santos, a Igreja do Rosário é o cenário de *glamour* quando realiza as festas de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, sem, no entanto esquecer, a Igreja Matriz – no centro da cidade, a Igreja Mãe dos Homens, a Igreja Salesiana e a Igreja São Gonçalo – no bairro do Porto (igrejas católicas). Outros Templos religiosos também fazem parte da arquitetura da cidade, como: o Grande Templo da Assembleia de Deus (evangélico) – na região do Centro Político Administrativo (CPA), local da Administração Pública Estadual, onde a Avenida Rubens de Mendonça abriu um novo espaço de possibilidades urbano.

O referido complexo deu um novo sentido à marcha urbana da cidade e esse espaço foi ocupado por residenciais, prédios públicos, quartel do Exército, templos maçônicos, quartel da polícia militar, fórum, ministério público e parques públicos. Essa expansão urbana, abriu espaço residencial para os “bairros CPA I, II, III, IV” que virou uma referência na cidade, por terem se tornado cidades dentro da cidade. Toda essa estrutura física provém do processo, lento, porém contribuindo desde o século XIX até o XX, proporcionando características de uma cidade cosmopolita. Nessa caminhada, Cuiabá sente o gosto da modernização e, na segunda metade do século XX, os investimentos injetados transformaram uma estrutura tímida em uma potência de modernização. A estrutura da verticalização foi um marco para esse avanço urbano, três edifícios ressaltaram o simbolismo arquitetônico; nos idos de 1950, os edifícios do Palácio Alencastro e o Centro América e, na década seguinte, o edifício Maria Joaquina, todos no centro da cidade de Cuiabá.

Em 1970, o crescimento urbano é marcado pela fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no bairro do Coxipó; no ano de 1988, chegou a Universidade de Cuiabá (UNIC), privada, concorrente da UFMT, no bairro Jardim Europa; ainda nesse período, surgiu a construção de um *shopping center*, em pleno centro de Cuiabá, na verdade uma galeria de lojas pequenas e, na rua acima da galeria, Rua Comandante Costa, estava a entrada para dois prédios residenciais com seus dez andares, Nicolina e João Alfredo. Ainda

nessa década, inaugurou o *Shopping* Goiabeiras, no Bairro Duque de Caxias; na década seguinte é inaugurado o *Shopping* 3 Américas, ao lado da UFMT; em 2004 abre as portas o *Shopping* Pantanal na Avenida Rubens de Mendonça, ao lado do Grande Templo da Assembleia de Deus e, em 2018, o *Shopping* Estação Cuiabá, no Bairro Santa Rosa. A cidade é implementada por vários Parques Públicos e denominada como coração da América do Sul. Do ponto de vista econômico Cuiabá é conhecida como a capital do agronegócio, a cidade “[...] se fixa como principal polo urbano de apoio a esse processo” econômico (MATTOS, 2019, p. 133) e com grande participação do setor terciário, seguido da indústria (têxtil, alimentícia, extrativa, siderúrgica e editorial), constatando um PIB de R\$ 23,7 bilhões, maior valor do estado de Mato Grosso.

A cidade de Cuiabá “foi o caderno de campo” da presente pesquisa, onde foi realizada a observação participante e da acumulação de dados; é um município brasileiro da Região Centro-Oeste e desempenha o papel de capital do estado de Mato Grosso. Dispõe de clima tropical, com elevadas temperaturas ao longo do ano. A cidade reúne atualmente 623.614 habitantes (IBGE, 2021), além de abrigar o Centro Geodésico da América do Sul. Integra a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e consiste na cidade mais populosa do Estado. Entre suas manifestações culturais está o cururu, uma dança tradicional da cuiabania; a música é tocada na viola de cocho, produzida artesanalmente. Constituem seus municípios limítrofes: Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Acorizal. Cuiabá está dividida em aproximadamente 325 (trezentos e vinte e cinco) bairros, em regiões administrativas em Norte, Oeste, Leste e Sul. A população de Cuiabá está assim autodeclarada: parda – 54,29%; brancos – 33,23%; negros – 11%; indígenas e amarelos, respectivamente 0,30% e 10,57%.

Esse é o cenário onde ocorreu o método de coleta de dados, na elaboração de esforço na técnica da observação participante, do aspecto documental e da entrevista semiestruturada. A coleta de dados abrange tanto dados primários como dados secundários. Como instrumento de coleta de dados primários, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 30 (trinta) policiais militares, todos em atividades operacionais. A coleta de dados secundários se concretizou através da análise documental, analisando os boletins de ocorrências, atendidos pelo 1º Batalhão de Polícia Militar e, a técnica da observação participante, utilizada no Curso de Formação de Soldado/2019 e nos policiamentos ostensivos motorizados, efetuados pelos 1º e 3º batalhões da Polícia Militar de Mato Grosso.

O eixo da pesquisa para compreender e analisar as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, fundamentou-se nos procedimentos de coleta de

dados da observação participante, que ocorreu, em um primeiro momento, na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – Cuiabá-MT, no segundo semestre do ano de 2019, no 31º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar. O presente investigador fez parte do quadro docente do curso em referência nas disciplinas de Sociologia do Crime – 15h/a e Criminologia Aplicada – 15h/a. Essa escolha observacional baseou-se no critério da presença maior ou menor grau na percepção policial militar na maneira de inter-relacionar prestígio social e poder com a categoria raça, como também para contemplar o cotidiano do Curso, além de analisar a grande área do conhecimento, as Ciências Humanas e Sociais. Essas observações foram realizadas em período integral, ordinariamente matutino, vespertino e em poucos momentos, noturno.

A escola tem como missão, buscar a excelência na formação superior técnico-profissional de seus alunos, voltada para a atividade do Policial Militar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, respeitando o propósito constitucional ancorado no culto aos valores estatuídos nos regulamentos e normas bem como preservar a ética militar, elevando o nível de profissionalização e conhecimento do profissional. Além disso, exerce a responsabilidade social através de atividades de interação comunitária, com ações cívicas e de serviço social, e contempla todas as classes sociais (PPC/2019).

No segundo momento, a observação participante foi realizada no Policiamento Ostensivo Motorizado, no período de 1 de novembro a 20 de dezembro de 2022. Essa atividade ocorreu no 1º e 3º Batalhões da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, cujos comandantes das Unidades contribuíram da melhor maneira possível para que essa faceta da ação acadêmica fosse bem sucedida, como observador a segurança individual foi enfatizada, durante a permanência nas operações policiais militares, o uso de colete balístico foi obrigatório, independente do turno de acompanhamento, fora trabalhado em um período máximo de 4 (quatro) horas por turno, pela manhã, tarde ou noite, e, ao chegar aos quartéis, o rito foi o mesmo, me dirigia ao plantão do turno, apanhava o aparato de segurança individual, pois a presença do investigador nas viaturas estava exposto aos mesmos riscos das operações que poderiam acontecer.

Para essa técnica de coleta de dados, foram escolhidos 2 (dois) Batalhões da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: o 1º Batalhão de Polícia Militar – Avenida XV de novembro, 669 – Bairro Porto; constituído por 3 (três) Companhias PM, sendo: 2ª Companhia PM Lixeira, 3ª Companhia PM Beira Rio e a 4ª Companhia PM UFMT; essa estrutura de Policiamento Ostensivo Preventivo/Repressivo possui a responsabilidade de policiar 32 (trinta e dois) bairros da cidade. Outra Unidade escolhida foi o 3º Batalhão de Polícia Militar – Rua

Manguari, esquina com a Rua 15, Bairro CPA IV, 1ª etapa – Morada da Serra; constituída por 7 (sete) Companhias PM, sendo: 1ª Companhia PM Jardim Vitória, 2ª Companhia PM Pedregal, 3ª Companhia PM Moinho, 4ª Companhia PM Três Barras, 5ª Companhia PM Planalto, 6ª Companhia PM Bosque da Saúde e 7ª Companhia PM CPA, uma região composta por 84 (oitenta e quatro) bairros da capital do Estado de Mato Grosso.

Como a situação das relações raciais e a cultura negra não é estática, até porque elas são um conjunto criativo e em constante movimento de tradições, costumes e artefatos; essas observações participantes, com a contribuição de Sansone (1996), que justifica essa técnica de coleta de dados para compreender e analisar o significado das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, no que o autor denomina de “espaço negro”. Nesse espaço há “[...] o sistema de classificação racial, formado pela terminologia e pelas ‘regras’ do sistema de relações raciais, e historicamente determinado e, por isso, reformula-se no dia a dia dessas relações” (SANSONE, 1996, p. 166). Nessa perspectiva, enquanto processo de cultura urbana ocidental contribui para o “transtorno” do sistema de classificação da cor, tanto para criar fluidez como rigidez que definem uma nova fase nas relações raciais.

A entrevista semiestruturada busca entender o mundo na perspectiva do entrevistado e reconfigurar os significados de suas experiências. Essa estratégia permite obter, das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, descrições do mundo profissional do policial militar sobre a interpretação dos significados da interação entre a ação policial e o indivíduo negro. Além de descobrir e interpretar o significado das práticas operacionais no contexto das relações raciais no mundo policial, no sentido o que se diz e como se diz. A referida técnica busca um conhecimento por meio do expressado na linguagem comum e corrente, e, por outro lado, a entrevista com qualidade se interpreta em grande medida durante a própria entrevista.

A entrevista possibilitou uma capacidade crítica para reavaliar o sistema de classificação, que está elaborado em três sistemas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): muitos casos; a do Estado – pretos, pardos, brancos e amarelos; e, o da vida cotidiana – mais caucasoide a mais negroide, de “escuro” a “claro”; como sistema de classificação, pode-se chamar de “espaço negro”, ambiente de práticas policiais militares, cujos dados podem ser analisados e dirigidos em uma perspectiva de micro processos sociais, em que Goffman (2009) contribui com a proposta de representação teatral, onde torna-se possível estudar a vida social e cultural (práticas policiais) dentro dos limites físicos da interação. Por outro lado, na vida cotidiana, o mundo é tomado não só como realidade

concreta pelos membros que estão na sociedade, mas a ação subjetiva possui um sentido que marca a vida (BERGER; LUCKMANN, 2012). O mundo se origina no pensamento e na ação dos indivíduos e por eles são vivenciados e considerados reais.

Nas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, em cada âmbito, situações e circunstâncias, o “espaço negro” está associado à cor, com uma preocupação somática – mais ou menos claro, negão, coisa de preto, neguinho. Assim, Sansone (1996), enfatiza o lugar de fala, introduzindo a rua e suas adjacências como espaços liminares, sem que seja necessário utilizar os códigos “brancos”, entretanto, em ocasiões burocráticas há a exigência de documentação, seja para o trabalho ou no contato com a abordagem policial. Nesse sentido, a rua representa uma rede social que pode limitar os horizontes e as aspirações. Essas limitações e aspirações são constatadas por três aspectos, áreas “duras” e áreas “moles”, “espaço negro”, conforme o autor afirma, mas que podem ter outros significados.

Nas áreas “duras” das relações de cor são: a) o trabalho e em particular a procura do trabalho; b) o mercado matrimonial e da paquera; c) os contatos com a polícia. Nesta perspectiva o racismo é mais forte. Nas áreas “moles” das relações raciais são os espaços no qual ser negro não dificulta e pode até dar privilégios. O “espaço negro” é visto de maneira mais explícita, nos quais ser negro é uma vantagem: a capoeira, o samba... Estes espaços são frequentemente chamados com o termo mais abrangente de “cultura negra”. É nesse espaço, que há necessidade de ver o mundo através dos olhos das práticas operacionais de policiais militares. Na perspectiva interacionista, a organização operacional policial militar está assentada nos “sentidos”, nas “definições” e nas “ações” que indivíduos e grupos elaboram no processo de interação simbólica do cotidiano. Por isso, essas ações desenvolvidas pelos policiais militares são utilizadas como símbolos, portanto, “[...] símbolos são objetos, gestos ou linguagem os quais as pessoas usam para indicar algo para os outros, para representar algo. Crucialmente, o significado desses símbolos surge na interação” (JOAS; KNOBL, 2017, p. 150).

Essas dimensões das relações raciais, via entrevistas, indicam uma forma de expressar simples e de compreensão sem utilizar linguagem acadêmica ou profissional, dando o tempo necessário para o indivíduo proceder em seu próprio ritmo e em sua velocidade de pensamento e expressão verbal. Ainda mais, possibilita uma tolerância nas pausas, aceitação nas expressões pessoais ou profissionais, ainda que sejam pouco convencionais e de cunho provocativo. Nesse viés, busca nas informações a clareza, a empatia, a escuta das mensagens emocionais, assim como o que não se diz.

Nesta perspectiva, é uma técnica para buscar uma superação da explicação e da descrição, das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, com o objetivo de obter elementos de predição enquanto apreensão cognitiva, como também de outras formas de conhecimento, além de estar junto à filosofia pragmática. A predição é um fenômeno crucial da estratégia pragmática que situa o homem em sua vida cotidiana. Esse ponto de vista, enquanto precaução de enunciados empíricos torna-se relevante nas convergências com as consequências observacionais obtidas nas atividades de policiamento. Como os indivíduos, na vida, apresentam situações reais que às vezes parecem bem ensaiadas, é preciso manter a sensatez, ainda assim, nessas interações, geralmente procuram obter informações a seu respeito ou trazem o que possui. Desse modo, os procedimentos de uma interação procedimental, propiciam uma construção da realidade social do policial militar na situação racial a partir da interação e do intercâmbio de significados e das estruturas sociais em que está inserido.

A estratégia de campo observacional é participativa e interpretativa e, o seu interesse central, é a mente e o seu significado subjetivo que se ocupa pela relação entre as perspectivas de significado dos atores e das circunstâncias ecológicas de ação em que eles se encontram. Isso significa que a noção do social é fundamental na investigação de campo. A observação participante é a maneira prática que se pode utilizar para chegar aos significados aceitos pelo grupo de pessoas com as quais são “estranhas”. Nesse sentido, existe um tipo de consenso ou conhecimento comum sobre o significado em grupos e que o conhecimento é sustentado ao longo do tempo por processos sociais.

Outra estratégia utilizada na coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada, com policiais militares, que é considerada uma modalidade de interação entre pessoas. Por outro lado, a interrelação, as experiências cotidianas e a linguagem do senso comum, no momento da entrevista, é condição indispensável para o êxito da pesquisa qualitativa (GASKELL, 2014). A entrevista se destina a buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos e de como o indivíduo observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social, etc. É extrair daquilo que é subjetivo e pessoal, permite também compreender a lógica das relações que se estabelecem ou estabeleceram no interior dos grupos dos quais o entrevistado participa ou participou, em um determinado tempo ou lugar (DUARTE, 2004).

Essa técnica de coleta de dados, é fundamental para mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, como é o caso das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, cujos conflitos e

contradições ainda não foram claramente explicitados. Neste caso, se forem bem realizadas, permitirão uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada policial militar percebe e significa sua realidade nessa interação com a população negra, levantando informações consistentes que permitam compreender a lógica das relações que se estabeleceram no interior do grupo policial militar.

A entrevista é caracterizada como uma forma de interação social, uma maneira de diálogo assimétrico, onde o pesquisador busca coletar os dados e o pesquisado se apresenta como fonte de informações. Essa técnica valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiado das relações humanas (FLICK, 2009). A estratégia em referência se utiliza para reconstruir a realidade de um grupo social, no caso, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, para que eles falem sobre eles mesmos e que proporcionem informações acerca dos processos sociais e das convenções culturais que transcendem suas próprias vidas pessoais.

Finalmente, a pesquisa documental, cuja importância em analisar os boletins de ocorrências atendidas por policiais militares do 1º Batalhão de Polícia Militar – Cuiabá-MT, por entender que a referida documentação é o resultado da prática operacional das ações policiais, lembrando que os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual fazem parte. Nesta fase de coleta de dados, os boletins de ocorrências são fundamentais no processo de busca de significados nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, o uso da análise documental, em sua essência são documentos que não sofreram tratamento analítico, isto é, não foram analisados ou sistematizados. A referida técnica de pesquisa é a capacidade que existe em selecionar, tratar e interpretar as informações, com a intenção de compreender a interação com a respectiva fonte.

Flick (2009) ressalta que no estudo documental o pesquisador deve entender os documentos como meios de comunicação que foram elaborados com algum propósito e para alguma finalidade, sendo inclusive destinado para que alguém tivesse acesso a eles. Assim, indica que é importante compreender quem o produziu, sua finalidade, para quem foi construído, a intencionalidade de sua elaboração, e, que deve ser entendido como uma forma de contextualização da informação. Enfatizando que a pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica, pois a diferença entre elas está na característica do documento: a documental, denomina-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico; a pesquisa bibliográfica, constitui de fontes secundárias, que abrangem toda produção já tornada pública em relação ao tema.

Por outro lado, na pesquisa documental o pesquisador deve considerar a situação, a utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo. Por isso, o cuidado nessa tipologia de pesquisa em atender alguns princípios investigativos. Flick (2009) sugere quatro critérios: autenticidade – é genuíno e de origem inquestionável? Credibilidade ou exatidão – não contém erros ou distorções? Representatividade – é típico do seu tipo? E, significativo – é claro e compreensível? Assim sendo, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Além disso, essa estratégia contribui na observação do processo de maturação ou da evolução de indivíduos, grupos e de práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

Na presente pesquisa são utilizadas três fontes de coleta de dados para compreender e analisar as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais para buscar identificar, através dos boletins de ocorrências atendidas por policiais militares em suas diversas ações, no sentido de entender o significado da interação entre o policial militar e o indivíduo negro por entender que “os direitos individuais dos negros é ainda amplamente aceito como natural na sociedade brasileira” (GUIMARÃES, 2004b, p. 20). Nesse sentido, as ocorrências policiais militares poderão mostrar indícios da subjetividade desses profissionais em relação ao preconceito e a discriminação racial nas ações operacionais.

A documentação em referência é uma excelente fonte de dados da “intimidade e reflexão profissional” sobre as suas experiências imediatas. As ocorrências evocam a imagem dos fatos que se retiram dos policiais militares e da sua habilidade profissional para tomar as anotações em que se oculta ou desnuda sua intimidade das operações na interação no campo das relações raciais. O policial militar, no registro de suas ocorrências, compartilha suas emoções, suas decepções, suas angústias e suas interpretações profissionais em seus registros normativos como conduta funcional, mas, de certa forma, como uma escrita “privada” constituída de uma atenção nas Ciências Sociais. Essas ocorrências são importantes para compreender não só o que o agente decide empreender como também se trata de uma comunicação a outros níveis departamentais.

As ocorrências policiais militares resultam em informações valiosas quando utilizadas em conjunto com a observação participante e com a entrevista semiestruturada. Essa materialização da respectiva documentação enquanto síntese, a partir e sobre as informações técnicas realizadas como frutos do resultado de práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, desde a abordagem até a consumação técnica da ocorrência. A referida técnica de coleta de dados é alcançar uma contextualização íntima de significados na

interação entre o policial militar e o indivíduo negro. A análise dos registros de ocorrências policiais militares está entendida como estratégia metodológica para obtenção de informações com o propósito de creditar as análises, as interpretações e a reconstrução a partir do que convém configurar, até porque, os documentos constituem uma terceira fonte de evidências de possíveis estereótipos nas ações policiais militares junto à população negra.

A coleta de dados, trata-se de um sistema de análise ancorado a “códigos”, na utilização de técnicas e conhecimentos específicos. É de fundamental importância lembrar que esses estudos estão focalizados na interação entre práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, cuja extensão e profundidade devem ser avaliadas enquanto situações de pesquisa. Assim sendo, a pesquisa em questão foi desenvolvida no perímetro urbano, nos bairros, nas áreas da cidade, nas localidades e nos espaços em geral, onde ocorrem formas de interação, de organização e de sociabilidade que os policiais militares exercem em seus patrulhamentos motorizados. Essa movimentação de policiais militares, de indivíduos e de veículos implica deslocamento físico e psicossocial de cidadãos em um permanente dinamismo da vida metropolitana.

6.2 Caracterização no complemento de coleta de dados

A pesquisa social, apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social, que são o resultado e que são construídos nos processos de comunicação (BAUER; GASKELL, 2014). Nesse sentido, há o interesse na maneira de como os policiais militares espontaneamente se expressam e falam sobre o indivíduo negro nas práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Até porque, uma cobertura adequada dos fenômenos sociais exige mais de um método e dados; e, neste caso, há um pluralismo metodológico que se origina como uma necessidade metodológica, por conta disso, a coleta de dados faz uso de observação participante, entrevista semiestruturada e documental.

Desse modo, a pesquisa em referência indica que “é necessário compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estas que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social” (BAUER; GASKELL, 2014, p. 32-33). É relevante compreender que no processo da pesquisa não aparecem somente os dados frios da realidade social percebida pelos colaboradores do estudo, mas também os motivos e as interpretações desses atores sociais, bem como, dos pesquisadores em seus ambientes das diferentes leituras de mundo de cada um dos participantes, coletores e de doadores de dados.

A observação participante, no 31º Curso de Formação de Soldados/2019, na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP), localizada na Rodovia Hélder Cândia, Km 2, Bairro Vale dos Lírios – Cuiabá-MT, foi autorizada pelo Comandante Geral da Polícia Militar no 2º semestre de 2019, da mesma forma ocorreu a autorização para as demais coleta de dados. No entanto, em 2020 com a propagação da Covid-19, a observação participante das operações, das entrevistas e da documental foram suspensas. Sendo necessário, em 2022 reelaborar toda sistemática burocrática para reativar nova autorização.

O Curso de Formação de Soldados/2019, contou com uma companhia, dividida em 5 (cinco) pelotões compostos no máximo por 30 (trinta) alunos, tendo em cada pelotão um policial militar feminino. O *Campus* ESFAP conta com 10 (dez) salas de aula, todas com estrutura adequada para alunos, docentes, administração, dentre outras atividades exercidas. As salas possuem boa acústica, iluminação e ventilação artificial e natural. Os móveis são adequados para as atividades, são higienizados três vezes ao dia e dispõem de lixeiras em seu interior e nos corredores. A estrutura do curso foi elaborada tendo como referencial a Matriz Pedagógica da Secretaria Nacional de Segurança Pública e como parâmetro a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), em uma perspectiva da aprendizagem significativa, com abordagem construtivista, privilegiando o desenvolvimento cognitivo e procedimental frente ao objeto de estudo. A Academia de Formação, ainda disponibiliza área de lazer, pátio interno, refeitórios, campo de futebol, estacionamento para veículos, sala de informática, biblioteca, acomodações administrativas, pedagógica e de comando militar.

As observações participantes foram realizadas no cotidiano do curso, em sala de aula, no intervalo entre as aulas, no pátio durante as “formaturas militares” enquanto seus ritos peculiares foram exercidos, pela manhã com hasteamento das Bandeiras do Brasil e de Mato Grosso, no momento do almoço e jantar, bem como, nos momentos de lazer. Cabe enfatizar que cada turma (pelotão), participou de uma carga mínima presencial, com disciplinas teóricas de 6 (seis) horas/aula, de modo que o pelotão frequentou as aulas em período integral. Entendendo que havia um “contraturno” presencial em que os alunos tinham outras atividades inerentes ao curso, denominadas de atividades complementares, educação física, laboratoriais, defesa pessoal, policiamento ostensivo, preservação da ordem pública...

O Policiamento Ostensivo Preventivo/Repressivo motorizado, outro momento das observações, sob a responsabilidade do 1º Batalhão de Polícia Militar, está estabelecido, enquanto divisão geográfica, em duas grandes regiões, sendo grande parte da Região Leste e uma pequena parte da Região Oeste. Enquanto que o 3º Batalhão de Polícia Militar se estabeleceu para policiar a Região Norte e pequena parte da Região Leste. Ambos os

Batalhões fazem o patrulhamento motorizado em aproximadamente 100 (cem) bairros, entre glebas, loteamentos, loteamentos fechados, assentamento informal, condomínios urbanísticos, condomínios horizontais ou conjuntos residenciais horizontais, conjuntos habitacionais ou núcleos habitacionais, áreas comerciais e de lazer, dentre outras, localizados em áreas urbanas e rurais da cidade de Cuiabá-MT.

O racismo é referido como um corpo de atitudes, preferência, interpretação de superioridade racial no campo das ações policiais e, procurando compreender o significado, a objetividade, a subjetividade do policial militar, é plausível pensar que no estudo das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, as entrevistas semiestruturadas contribuíram e constituíram uma técnica para compreender e analisar os significados de policiais militares na interação com a comunidade negra. As entrevistas foram realizadas com policiais militares do 1º e 3º Batalhões e com parte do efetivo da Companhia Independente Força Tática, sito à Travessa do Ipê, Jardim das Flores – Várzea Grande-MT.

Nesses espaços foi verificada a pauta racismo na interpretação dos policiais militares. O preconceito racial ocorre quando um indivíduo é tratado a partir das impressões do indivíduo ou do grupo que o classifica, não são suas características individuais que são avaliadas, mas por indicadores externos, dentre eles, a cor da pele. No caso dos estudos de práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, a intimidade documental, profissional/pessoal contribuirá no significado de uma possível desigualdade hierárquica. Assim sendo, foi verificado 170 (cento e setenta) boletins de ocorrências, entre os meses de novembro e dezembro de 2022; no mês de novembro foram registradas 89 (oitenta e nove) ocorrências e, em dezembro, 81 (oitenta e uma) ocorrências. As ocorrências em epígrafe foram disponibilizadas pelo 1º Batalhão de Polícia Militar.

6.2.1 Procedimentos na coleta dos dados

As observações tiveram seu início em julho/2019, no 31º Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, no momento em que acabava de iniciar (2019/1) o Doutorado em Ciências Sociais, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – Campus de São Leopoldo. No momento, estava fazendo parte do Corpo Docente e designado a ministrar duas disciplinas no referido curso cuja presença serviu de mola mestra para utilizar uma estratégia na coleta de dados em uma formação policial militar para compreender qual era a característica de

suspeitos de terem cometido ou a cometerem crimes, no início da carreira de operadores de segurança pública, ao menos do ponto de vista teórico.

Nos turnos matutino, vespertino ou noturno o ritual militar era realizado, mantendo a liturgia militar, todos em forma – filas compostas de três indivíduos à frente e os demais na retaguarda, essa formação militar é elaborada pelos maiores à frente e os menores logo atrás. Nesses momentos, a Escola era apresentada pelo xerife de turma ao oficial-de-dia ou a outra autoridade hierarquicamente superior, para receberem as orientações necessárias e para dar prosseguimento aos trabalhos acadêmicos. Ao estarem prontos, deslocavam para o interior das salas de aula, o professor (civil) ou instrutor (militar) adentravam, todos se levantavam em posição de sentido (em pé, com os braços “caídos” ao longo da perna, mãos fechadas e coladas nas coxas) onde o xerife de turma (responsável pelo pelotão estudantil) “apresentava a sala”, com todas as ferramentas didáticas prontas para a atividade, com a quantidade de acadêmicos presentes e, justificava, caso houvesse ausências.

Em sala de aula, enquanto espaço de observação, foi aplicado atentamente os sentidos à interação dos formandos para adquirir um conhecimento claro e preciso buscando acontecimentos sobre a concepção e o significado de suspeitos para serem abordados, dessa forma, há uma possibilidade de se obter a informação espontânea do fenômeno. Na observação participante em sala de aula, não se olha o conjunto de formandos, examina-se essas interações e auscultam-se os sons e gestos que movimentam esse cotidiano. Na medida em que as disciplinas sob minha responsabilidade eram trabalhadas, produziam informações e se traduziam em resultados nos argumentos, nos gestos, sobre técnica em abordagem, quem seriam esses abordados, de como enfrentar o crime com segurança para todos.

Com essa estratégia não se pode verificar tudo e nem muitas coisas ao mesmo tempo, foi preciso estabelecer parâmetros para examinar palavras, gestos, conceitos, abordagens, relações raciais em momentos diferentes, durante a utilização da observação participante na Academia de Formação, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Assim, ficou delimitado com precisão o objetivo que se desejou alcançar, com essa delimitação, a técnica em referência se tornou imprescindível para garantir a validade das observações. Por outro lado, durante o período de observação, a proximidade junto aos formandos em seus vários momentos em sala de aula, durante o café da manhã, no almoço, nos intervalos ordinários e, até, nos momentos da dispensa no final da jornada diária.

Durante a permanência na Academia de Formação, assim como no policiamento ostensivo motorizado, vislumbrou-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, tanto de forma teórica como na prática. Até porque essa experiência é capaz de gerar significado ao

seu contexto macro. A dinâmica executada valoriza a interação social/educativa que deve ser compreendida como produção de linguagem, cultura, regras; com essa configuração o efeito é ao mesmo tempo a causa, isto é, o desenho possível é a integração do observador à observação realizada. Nesse movimento em sala de aula, a sala com todo o espaço ocupado, por futuros policiais militares, isto é, indivíduos sociais, foram examinados em suas diversas vertentes nas interações, no sentido de construir o *corpus* de conhecimento do objeto de estudo que, mesmo com a segurança do pesquisador, ainda é sempre carregado de incertezas.

No ano de 2022, especificamente no período de 1 de novembro a 20 de dezembro de 2022, as observações ocorreram no policiamento preventivo/repressivo motorizado, nas vias públicas da cidade de Cuiabá. Ao chegar nas Unidades Operacionais da Polícia Militar, 1º e 3º Batalhões, ao chegar nos batalhões, a apresentação era feita ao oficial de dia ou ao graduado de dia, em seguida assinava a cautela de um colete balístico – ferramenta de segurança individual, conhecido como colete à prova de balas, para poder seguir com a guarnição de serviço nos roteiros estabelecidos do policiamento, cumprido os ritos militares estava pronto para acompanhar e analisar as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

Fazendo parte da guarnição, o policiamento começa seja pela manhã, pela tarde ou pela noite. Sentado, no banco de trás da viatura, com o caderno de anotações nas mãos, a conversa é iniciada, algumas piadas descontraídas, alguns casos de polícia, dentre outros movimentos. A partir de então torna-se uma guarnição composta pelo policial militar/pesquisador. Nos “horários de pico”, pela manhã, meio-dia e no final da tarde é um deslocamento de ir e vir “confuso”, “anormal” e “espetacular” em quaisquer das áreas de policiamento. Um deslocamento da periferia para o centro, de veículos particulares, de coletivos, de estudantes percorrendo espaços urbanos, de funcionários públicos e privados de casa para o trabalho, os parques lotados de “atletas” e tantos outros deslocamentos considerados contínuos, ininterruptos e “invisíveis”.

Nesses momentos de maior volume de tráfego de veículos e pessoas, os ônibus e os veículos particulares, foram visualizados como momentos caóticos entre os diferentes espaços geográficos da cidade. Mesmo com essa situação de aparente caos, as práticas operacionais de policiais militares, estão amarradas em teias de significados que eles mesmos tecem, sendo a cultura policial militar essas teias. “É um argumento no sentido de que remodelar o padrão das relações sociais é reordenar as coordenadas do mundo experimentado. As formas da sociedade são a substância da cultura” (GEERTZ, 2008, p. 20). Nesses momentos urbanos, a guarnição policial militar, parece manter-se por períodos de tempo, em posição socioespacial,

isto é, no interior da viatura em estado de “isolamento” ou de “meditação” até que as mais variadas formas de movimentação estejam em uma lógica de possível policiamento.

Nesse sentido, no pensamento sobre o indivíduo e sobre a subjetividade, surge a ideia simmeliana nas Ciências Sociais como um todo. Assim, o policiamento preventivo/repressivo motorizado, apresenta a construção da identidade policial militar, através da memória, da visão retrospectiva e de projetos durante sua formação teórica, que na prática operacional, nas vias públicas da cidade, o operador de segurança pública reinterpreta seus “sonhos” do passado e a perspectiva do seu futuro. Nesse momento, é fundamental priorizar uma ideia de continuidade subjetiva, pois nessa “massa” de diversificadas etapas de interações, percebe-se uma vigília policial militar que parece minimizar a noção de identidade individual. A ação social dos policiais militares, nas vias públicas, aparece em suas interações que são motivadas pela dinâmica policial com ou sem conflitos entre o mundo interior, subjetivo nas práticas operacionais das atividades do cotidiano, envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos, com especificidades e características próprias de segurança pública.

A cidade de Cuiabá-MT, enquanto construção humana, como produto social, como trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de interação. Essas interações são determinadas pelos movimentos urbanos, neste caso, a necessidade de realização de prática operacional de policiais militares, no policiamento preventivo/repressivo, na produção de segurança pública. O uso do espaço urbano, é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e grupos. Esses conflitos serão “orientados” pela vigília da prática operacional, que se torna mediadora fundamental nas relações entre a obediência à lei ou a desobediência das normas vigentes. O espaço urbano, na situação de práticas operacionais de policiais militares, implica em um grau de autonomia, enquanto nível objetivo – as ações da polícia militar, quanto ao nível subjetivo – as práticas operacionais nas atividades no cotidiano dos policiais militares.

A observação participante, enquanto estratégia de coleta de dados, dessas práticas operacionais de policiais militares, nas vias públicas da cidade, contribuem de modo significativo e de modo sensível às transformações do mundo contemporâneo na compreensão e análise dessas práticas policiais militares no contexto das relações raciais. O policiamento preventivo/repressivo percorre os itinerários estabelecidos utilizando uma comunicação tecnológica, como WhatsApp, comunicação direta da central, do próprio batalhão, da inteligência policial militar, além da comunicação da própria viatura, como orientações técnicas de mineração para identificar indivíduos em atitudes suspeitas e ilegais. Essa espécie

de programa comunicacional propicia às ações policiais militares a agirem com maior segurança normativa e com mais cidadania.

O espaço urbano, da Região Norte e Região Leste, delimitações geográficas sob a responsabilidade do 1º e 3º Batalhões da Polícia Militar, são lugares fundamentais de ação política de segurança pública. As características dessas regiões possuem uma engenharia física e social como demanda de organização territorial, isto é, em todos os bairros – centro ou não, as moradias individuais ou coletivas, são cercadas por muros de alvenaria e outros materiais, dando a impressão de protestos populares e de movimentos políticos como elemento crucial de sobrevivência à violência urbana. Essas estruturas de proteção residencial, evidenciam uma produção de violência simbólica na tentativa de impedir a invasão da violência literal. Além do mais, a obsessão pela segurança individual e coletiva não estatal faz com que as perspectivas dos processos de segurança urbano possam prevalecer entre os moradores, com a intenção de inibir uma possível propagação de violência.

Nos movimentos policiais militares nas vias públicas, durante o policiamento preventivo/repressivo, no período matutino, vespertino e noturno, nota-se uma necessidade de perceber seu vínculo com o espaço social e urbano, com a história local para empreender uma consciência coletiva das compreensões que interligam os processos que dizem respeito aos fundamentos da cidade e da vida da cidade. Nessas compreensões é possível encontrar fundamentos respeitáveis como produtos de um passado recente e, até mesmo, com o momento contemporâneo, até porque essas “diversas” interações no mundo urbano precisam do trabalho policial militar interligado e combinado em uma perspectiva de “conglomerados étnicos e sociais” que passam a ser sentidos como uma via de mão dupla que consiste na compreensão desses fenômenos para que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, sejam exercitadas com o desenho de cidadania na cidade de Cuiabá-MT.

Nesses momentos de observações, alguns policiais se “colocaram” como “defensores da cidade”, pois não foi percebido outros elementos, além dos muros que cercam as residências, que pudessem se identificar contra o crime e os criminosos, a não ser o cotidiano do policiamento que continuamente está presente nas áreas da cidade. Nessas impressões, ficou a percepção de uma cidade policiada, e, mesmo assim, com uma configuração de reconstrução emocional, a cada dia a cidade não era mais a mesma, parecia se movimentar sozinha e induzir com a corrupção jovens para o crime organizado. Essa percepção ocorreu em vários bairros da cidade policiados, tanto na área do 1º Batalhão como a do 3º Batalhão. Nesse sentido, o pensamento de Georg Simmel (WAIZBORT, 2013) mostrou que a cidade é

um elemento poderoso na história, capaz de dar forma e libertar a natureza humana independente de seu comportamento ordinário, isto é, conforme as características do bairro há um comportamento humano e das práticas operacionais de policiais militares; alguns bairros parecem pequenos e isolados em si mesmos, moradia de infratores, pobres e negros, com poucos laços com a comunidade ao seu redor, outros, pontos “reconhecidos” como de distribuição de drogas.

Nessa perspectiva, as mudanças ocorrem no processo de modernização e estimulam uma qualidade de vida da comunidade, como os muros levantados, as tecnologias ordinárias e extraordinárias, a aceleração do ritmo de vida e de produção, e, acima disso, o aumento dos estímulos psíquicos, como a impressão de uma situação violenta, sons urbanos, tudo isso ocorre com os indivíduos enquanto desafios presentes na vida social da cidade. Certamente, esses fenômenos são perceptíveis pelas práticas operacionais de policiais militares que reconhecem o espaço geográfico do bairro, que possuem informações de vários de seus habitantes. Com essas impressões, esses profissionais em seus movimentos de patrulhamento adotam um sistema de “precaução máxima” tornando-se mais “insensíveis”, pragmáticos e calculistas, colocando suas emoções em segundo plano e priorizando sua vida, convertendo-os em combatentes vitoriosos contra o crime.

Nessa situação, com tantos movimentos mentais, emocionais e psíquicos, os comunitários tendem a adaptar sua capacidade de perceber a realidade geográfica onde moram para serem mais rápidos que os fenômenos da violência. No entanto, com a presença do policiamento ostensivo, essas percepções perduram na memória humana coletiva. Por outro lado, observa-se que nesse ambiente comunitário surgem novas personagens, possibilitando uma multiplicidade de relações e interações sociais mostrando uma polissemia na comunidade, podendo ser “avaliadas” pela subjetividade policial militar como indivíduos suspeitos. Dessa forma, quando ocorrem, os indivíduos estão na condição de transeuntes flutuantes cujas práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, em suas percepções subjetivas e, ainda valorizadas pelos demais membros do policiamento, a população “flutuante racial” é abordada, checada e analisada, conforme a “técnica profissional” do policial militar.

Nesse aspecto, a observação participante do policiamento preventivo/repressivo, no aspecto mais geral, ficou evidenciado, tanto na Região Norte como na Região Leste da cidade de Cuiabá, como um território fortificado, produzindo em alguns momentos situações com significados de conflitos no âmbito racial exercido pelas práticas policiais militares. O panorama urbano, no olhar das práticas operacionais policiais militares ficou sob a tutela da

modernização, onde nenhuma parte dos bairros ficou à mercê dos infratores da lei, o sistema de prevenção policial militar está configurado no aspecto organizacional, econômico, “racial” e tecnológico, toda essa estrutura derivando das estratégias policiais militares (GRAHAM, 2016).

A produção de conhecimento, da presente pesquisa, está pautada pela solução de problemas sociais concretos, os quais a cidade de Cuiabá está enfrentando nas questões das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Devido a essa preocupação empírica e, por conta de buscar significados, motivações, valores e crenças nos dados qualitativos, obviamente sem nenhum desprezo pelo complemento quantitativo. Por outro lado, a intenção é coletar dados complementando interpretações e significados analisados pela observação participante, neste caso, a entrevista semiestruturada. A técnica é utilizada para buscar dados objetivos e subjetivos, em especial os subjetivos que, em tese, só podem ser obtidos através da entrevista, pois essa técnica se relaciona com os valores, às atitudes e às opiniões dos indivíduos entrevistados.

Essas entrevistas foram realizadas com policiais do 1º e 3º Batalhões e com policiais militares da Força Tática. Em alguns momentos foram feitas no policiamento preventivo, nos momentos de paradas para um relaxamento, em outros, com policiais militares de folga; esses procedimentos ocorreram nas três Unidades nos diversos horários: matutino, vespertino e noturno. Os policiais militares envolvidos nas entrevistas foram informados com antecedência sobre a questão, os momentos da coleta de dados ocorreram em períodos favoráveis e no tempo dos entrevistados e, a todos foram garantidos o sigilo de suas confidências e de sua identidade, enfatizando que todos os policiais militares, masculinos, femininos, oficiais e praças fazem parte dos grupos operacionais.

As entrevistas foram realizadas, em um primeiro momento, com alguns policiais militares da área administrativa, com a intenção de detectar o seu posicionamento crítico acerca das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, no sentido de melhorar a estratégia de coleta de dados em andamento. Após esse momento, as entrevistas foram realizadas com policiais militares em trabalho operacional e, independente do período, esses encontros foram marcados com antecedência; os policiais militares colaboradores na entrevista foram atendidos em tempo hábil e no período marcado. Outra característica das entrevistas foi a objetividade por parte do entrevistador para não tornar esses procedimentos cansativos, deixando o entrevistado sempre à vontade.

Os documentos analisados foram os boletins de ocorrências, atendidos pelos policiais militares durante o policiamento motorizado. O 1º Batalhão de Polícia Militar disponibilizou

os documentos a serem estudados nas dependências do quartel, no setor de planejamento de operações denominado de P-3; foram lidos 170 (cento e setenta) boletins de ocorrência, sendo 89 (oitenta e nove) no mês de novembro/2022 e 81 (oitenta e um) no mês de dezembro de 2022. Foram definidos os conceitos e termos policiais militares nos registros envolvendo as categorias negra, preta e parda dos indivíduos envolvidos nos fatos, suas interpretações e significados que os documentos escritos apresentam. Essas ocorrências terão uma relação de interpretação e de conceitos e termos definidos pela pesquisa, para serem reelaboradas nas análises à luz da interpretação de significados e subjetividades alcançadas; esses procedimentos serão tomados por conta dos conhecimentos fixados materialmente e suscetível de serem utilizados com segurança científica. Certamente, os documentos estudados podem revelar concepções diretas e subjacentes das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, até porque, esses documentos poderão demonstrar dinamicidade, complexidade e significados de uma abordagem policial militar na interação com o indivíduo negro.

6.2.2 Análise de dados baseada na técnica análise de conteúdo

A análise de conteúdo é entendida, nesta pesquisa, como o procedimento de interpretação de conteúdos discursivos, sejam eles de observação participante, de entrevistas e de documentos. “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2010, p. 40). Além disso, ela visa “[...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2010, p. 44).

Antes da assunção da linguagem verbal, ainda no estágio não-verbal, o homem já dispunha de meios simbólicos de construção, interação e interpretação da realidade. Com o paradigma da aquisição da linguagem, condição primordial para o surgimento da faculdade da representação, isto é, da natureza simbólica. A própria alteridade sempre foi, aos olhos do ser humano, a primeira representação, imagem-signo tomada como extensão de si. As dimensões incalculáveis da palavra impressa no mundo moderno; as utopias alcançadas com a cibernética e os avanços da mídia digital demonstram uma evolução cada vez mais racionalista do uso da linguagem.

A filosofia da linguagem testemunha que o interacionismo simbólico é condição inerente às pesquisas realizadas nesse campo. Destaca-se o pensamento de Bakhtin (1997),

cujos conceitos de signo, texto e discurso se estabelecem estribados na opção dialógica, como condição da natureza humana e por extensão à linguagem. Ao perceberem a força de poder simbólico, como poder de construir a realidade, fazer ver, fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, os estudiosos das ciências da linguagem reconhecem que estão tratando da realidade como um discurso simbólico. A análise de conteúdo, a análise de discurso, a pragmática, dentre outras áreas do conhecimento linguístico, operam com pressupostos de caráter ontológico, epistemológico e com a própria natureza humana, que é linguístico-dialógica.

Nessa direção, o interacionismo simbólico concebe a vida social como interações mediadas simbolicamente. O símbolo é construído nas interações e dá o sentido da ação individual, assim coordena as ações interindividuais. As duas dimensões de vida simbólica são a linguagem-racionalização e a linguagem-expressão, ambas são formas de representação. O simbólico não é resultado da interação do sujeito consigo, nem do sujeito com o objeto, mas do sujeito constituindo a realidade. O sentido individual é fundado na construção de um “nós”. A linguagem é construção interativo-racional, sua função é estabelecer redes de significação. A linguagem permite reestruturar o passado em termos lógicos, projetar o futuro em termos possíveis, delimitar e ressignificar o presente enquanto ação dramática. As estratégias de comunicação se cruzam em um paradigma dialético em que horizontalização, cooperação, socialização e emancipação confrontam-se com a verticalização, diferenciação, individuação e poder.

O interacionismo simbólico de George Herbert Mead (1863-1931), concebe a sociedade humana fundamentada na base do consenso, de sentidos compartilhados na forma de compreensões e expectativas comuns. A interação é elemento constituinte das formas de comportamento e a natureza dos objetos do mundo social é simbólica. A fundamentação está na convergência sociedade-indivíduo na comunicação e na tríade sociedade-indivíduo-mente como fundantes do ato social. A natureza da mente é social, uma vez que surge do processo social de comunicação; o ato de pensar é considerado como uma resposta interior a símbolos autogeridos. Nessa perspectiva, reflete a natureza da interação simbólica, enquanto a natureza da sociedade é da vida em grupo, a natureza dos objetos, da ação humana e a ação conjunta.

Nessa configuração, se estabeleceu três premissas básicas do interacionismo simbólico: a ação de agir está em relação com as coisas na base dos sentidos que eles têm para o ser humano; o sentido é derivado da interação social que se estabelece com os outros; os sentidos são manipulados e modificados através do processo interpretativo que se usa ao tratar

as coisas que se encontra. Dessa forma, a abordagem se organiza sob uma posição predominantemente subjetivista, procurando entender os significados existentes nas organizações. Essa abordagem subjetivista prevê a filtragem do conhecimento através do pesquisador e, portanto, fortemente impregnado pelas forças cognitivas e culturais.

Portanto, pode-se abstrair com base nas definições que a análise de conteúdo, conforme Franco (2000), tem como recurso principal a mensagem da comunicação, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental, que expressa significado e um sentido que deverá ser interpretado, considerando-se as condições textuais, sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem com seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos que dão significado ao objeto, conforme a perspectiva teórica do pesquisador em relação à proposta do estudo. Para Bardin (2010), que afirma que os objetivos básicos da análise de conteúdo são a superação da incerteza sobre a leitura feita do objeto de estudo, tornando-o válido e generalizável, da mesma forma como buscar o enriquecimento da leitura ao aprofundar a compreensão do significado do assunto que é tratado e, assim, aumentar a produtividade e a pertinência das inferências que serão originadas.

Conceitualmente, a análise de conteúdo refere-se a uma técnica das Ciências Humanas e Sociais destinada à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens. Rocha e Deusdará (2005) afirmam que a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que aposta no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto, trata-se da sistematização e da tentativa de conferir maior objetividade a uma atitude que conta com exemplos diversos, mas variados, de pesquisa com textos. Eles comentam que, neste movimento entre a heterogeneidade do objeto e do rigor metodológico, percebe-se em que modelo de ciência se funda a análise de conteúdo; modelo rígido e centrado na crença de que a neutralidade do método seria a garantia de obtenção de resultados mais precisos.

Já para Chizzotti (2014, p. 114),

A Análise de Conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto. Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor.

É um tipo de análise da comunicação que pretende garantir a imparcialidade objetiva, socorrendo-se da qualificação das unidades do texto claramente definidas, para gerar

resultados, enquanto técnica de fazer inferências sistemáticas, identificando as características especiais da mensagem. Por conta disso, na análise de conteúdo, pode-se utilizar a triangulação de dados de diferentes recursos, períodos, lugares ou pessoas. Pode-se também ter por base diferentes observadores ou entrevistas, para equilibrar as diferenças de percepções individuais sobre o fenômeno social, utilizando diferentes bases teóricas sobre o tema e adotando, conjuntamente, diferentes escalas de medida e métodos de pesquisa (FLICK, 2009).

Em atenção à necessidade de atender a configuração metodológica durante a implementação da pesquisa, são adotadas linhas de procedimentos na realização dos estudos com base na análise de conteúdo com destaque às propostas de Laurence Bardin. Por se tratar de pesquisa social inserida em instituição, a estrutura metodológica deve ser cuidadosamente planejada, considerando-se em primeiro nível, a ética do pesquisador ao adentrar na organização e aos seus colaboradores. A obtenção de dados requer um redobrado cuidado do pesquisador quanto às opiniões dos respondentes e da instituição.

O estudo sobre as condutas no trabalho vem se mostrando seguro para subsidiar a tomada de decisão sobre várias estratégias estabelecidas. Dessa forma, para que se tenha uma visão da análise de conteúdo em pesquisa organizacional, pois há o entendimento que ela seja um construto familiar aos indivíduos inseridos nas instituições. Para as análises das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, estão conceituadas como condições de interações nas respectivas ações; identificação dos significados nas operações junto à população negra; possíveis transformações na organização sócio técnico do grupo.

Por outro lado, a estratégia é a de verificar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento cujos traços são características de pesquisa qualitativa, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos. Gaskell (2014, p. 65) afirma que a pesquisa qualitativa “[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em situações sociais específicos”.

Por conta disso, para a investigação dos dados de uma pesquisa qualitativa, existem algumas técnicas singulares, fundamentadas em correntes, pensamentos e abordagens diversas, entretanto, o referido estudo se detém de forma mais aprofundada em uma das técnicas utilizadas para a interpretação de dados oriundos de pesquisa qualitativa – a análise de conteúdo. Esta técnica está sendo utilizada sob a perspectiva do interacionismo simbólico

com o objetivo de descrever o mundo subjetivo das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais a partir de seus próprios significados.

Na percepção da pesquisa qualitativa, aparece a nítida intenção de captar a subjetividade/interacionismo simbólico e interpretativo que possibilitará a compreensão do objeto de estudo, por isso, as proposições realizadas por meio desse tipo de pesquisa pautam-se pelo emprego de métodos que auxiliam nos seus delineamentos. Assim sendo, conceitualmente, a análise de conteúdo se refere a uma técnica das Ciências Humanas e Sociais destinada à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens. “A Análise de Conteúdo permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a Análise de Conteúdo é pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2014, p. 192).

Por entender a análise de conteúdo como uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa, a direção da pesquisa está calcada na proposta de Laurence Bardin (2010). A autora em referência indica que a análise de conteúdo já era utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados, tendo sido sistematizada como método apenas na década de 1920. Após a publicação de sua obra com o título em questão, o método foi configurado nos detalhes que servem de orientação atualmente.

Para Bardin (2010, p. 40), o termo de análise de conteúdo designa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nessa perspectiva, a análise de conteúdo consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos variados e de todas as formas de comunicação. Essa análise deve buscar a compreensão e as características, estruturas e modelos que estão por trás dos fragmentos das mensagens obtidas. Enfim, entender o sentido da comunicação, desviar o olhar e buscar outra significação. Por isso, Bardin (2010) propõe a utilização da análise de conteúdo em três fases fundamentais: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

A primeira fase, a pré-análise, pode ser tratada como uma fase de organização. Fica estabelecida uma estrutura de trabalho, com procedimentos bem definidos, mas flexíveis. Segundo Bardin (2010), envolve a leitura “flutuante”, isto é, um primeiro contato com os

documentos que serão submetidos à análise, a escolha, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material.

O trabalho se inicia com a escolha dos documentos (observação participante, entrevistas e documentos) que constituirão o *corpus* da pesquisa. Faz-se necessário estar atento às regras de exaustividade (não omitir nada), representatividade (representa o geral), homogeneidade (deve ser o mesmo tema, a mesma técnica e coletados pelo mesmo indivíduo), pertinência (os dados precisam adaptar-se ao conteúdo e ao objetivo da pesquisa) e exclusividade (os elementos devem ser classificados em mesma categoria).

Na segunda fase, exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação – que compreende a escolha de unidades de registro, isto é, recorte; a seleção de regras de contagem – enumeração e a escolha de categorias, classificação de agregação, rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidade de registro) em razão das características comuns; classificação – semântico, sintático, léxico, agrupar pelo sentido das palavras; expressivo – agrupar as perturbações da linguagem, tais como perplexidade, hesitação, embaraço, dentre outras, e categorização – que permitem reunir o maior número de informações para correlacionar com as classes de acontecimentos para ordená-los.

A terceira fase do processo de análise de conteúdo é denominada tratamento dos resultados – a inferência e interpretação. Fundamentados nos resultados brutos, o pesquisador procurará torná-los significativos e válidos. Essa interpretação deverá deslocar além do conteúdo manifesto dos documentos, pois interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

A técnica de análise de conteúdo consiste em registrar todas as palavras, gestos, sinais, dentre outros, que os sujeitos do estudo pensam em um termo proposto pelo pesquisador. Uma vez coletados os dados, procede-se à análise para organizá-los até construir o significado que ela confere na situação social da ação. A técnica de análise de conteúdo permite identificar o mundo e os pensamentos dos sujeitos socializados na vida cotidiana, além de ser consistente com os critérios empíricos, naturalistas e flexíveis, conforme apontado por Blumer (1982). Essas são as razões pelas quais foi selecionada esta técnica como procedimento de análise das informações.

6.2.3 Sistematização, análise e interpretação dos dados

A sistematização e a análise qualitativa caracterizam-se por seguir um processo indutivo, até porque, a indução se concentra em uma série de dados até chegar à construção de explicações teóricas. Esses processos procuram construir princípios teóricos a partir de uma organização e significado das informações coletadas. Essas informações devem ser sistematizadas e analisadas, neste caso, com base nos processos de codificação e categorização. A codificação é uma operação específica em que cada unidade recebe seu próprio código para ser incluída e identificada em uma categoria. Os códigos são marcas que possuem uma característica numérica e que são adicionadas às unidades de análise para seu registro e controle.

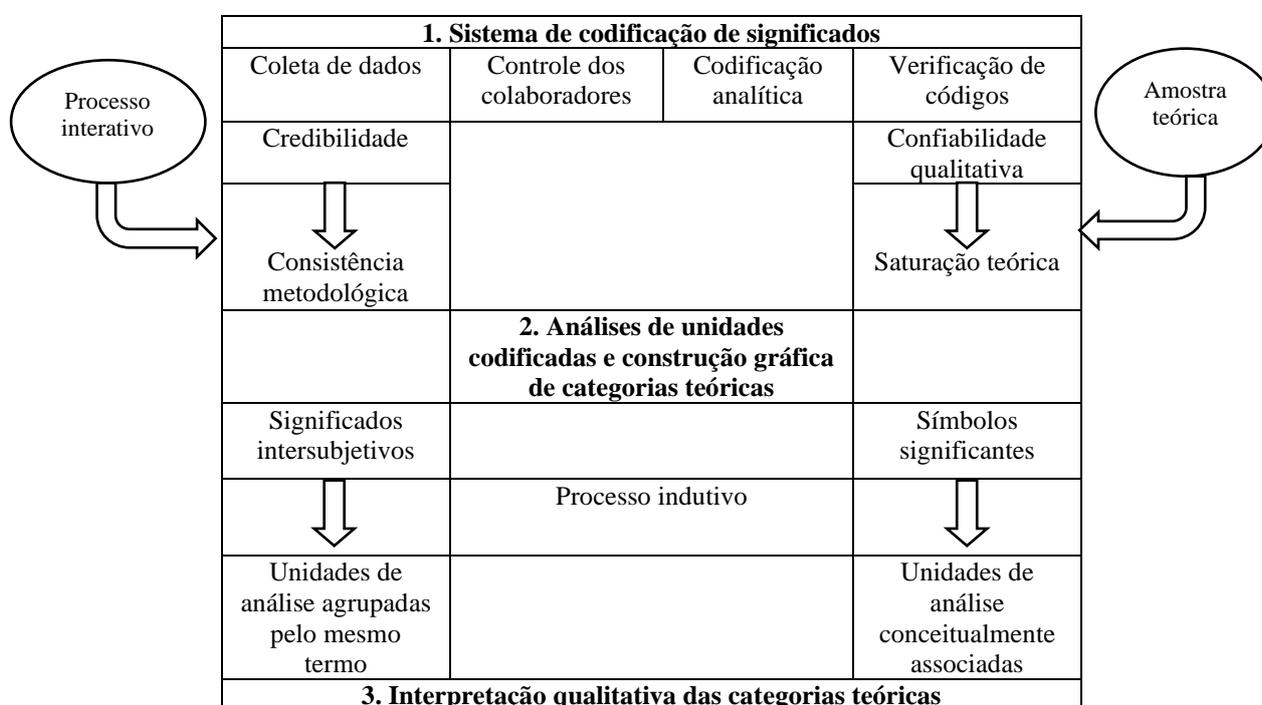
A seleção das situações da coleta de dados é fundamental, de acordo com Rodríguez, Gil e Garcia (1999) para a definição da amostra teórica. A realização e viabilidade da pesquisa dependem dessa seleção. O procedimento de contextualização do campo de coleta de dados, consiste em obter e comparar informações visando os diferentes instrumentos para verificar a disponibilidade e receptividade dos colaboradores e, assim, procurar o rigor e a meticulosidade durante o período de coleta das informações.

Essa contextualização do campo de trabalho foi o 1º e 3º batalhões da polícia militar e seus integrantes no campo da formação, operações policiais e documentos correspondentes à essas ações. Rodríguez, Gil e Garcia (1999) afirmam que uma vez definido o campo de trabalho é preciso ficar atento ao objeto de pesquisa que o estudo propõe. Entretanto, recomenda-se para não descartar quaisquer informações, pois é importante considerar todas as alternativas possíveis para descartar gradativamente por meio das análises até que sejam definidas as adequações necessárias onde a amostra teórica será constituída.

O processo de coleta de dados começou com solicitação à instituição para coletar os dados, mais tarde reuniões no comando geral da polícia militar, em seguida com os comandantes dos respectivos batalhões e, finalmente, com os policiais militares, os quais teriam a presença do pesquisador no campo de trabalho. Flick (2007, p. 70) recomenda o estabelecimento de um “acordo de trabalho”, para que seja realizada uma aliança de cooperação com os colaboradores, no sentido de garantir as condições adequadas à coleta das informações necessárias para o estudo proposto. Assim sendo, o pesquisador precisa se apoiar em uma atitude apropriada para ter acesso a informações relevantes que permitam tomar decisões seguras quanto à análise e interpretação dos dados coletados.

A sistematização refere-se ao termo sistema, que se define como um conjunto interconectado de informações que devem ser tratadas de forma holística, isto é, como um todo. Isso implica, por parte do pesquisador, numa análise profunda do fenômeno de estudo para identificar o que no mundo empírico ocorre sem distinções. O processo de sistematização, análise e interpretação iniciou-se desde o acesso ao campo de trabalho, onde foram elaboradas as operações propostas no projeto até chegar a um procedimento específico de sistematização e análise mais condizentes com a perspectiva teórica do interacionismo simbólico, conforme a síntese apresentada pelo Quadro 4.

Quadro 4 - Sistema de codificação de significados



Fonte: Elaborador pelo autor (2023).

6.2.3.1 Sistema de codificação de significados

Define a forma de armazenar as informações coletadas com ordem, meticulosidade e rigor científico através dos seguintes procedimentos: a) controle de colaboradores; b) codificação de significados; e c) verificação de códigos. Essa estruturação fica assim estabelecida:

- a) controle de colaboradores – procede de um controle dos informantes através da atribuição de um código a cada grupo de técnicas do recolhimento dos dados. O uso desses códigos garante o sigilo dos colaboradores e a evitar o manuseio de dados que possam identificar a identidade de algum policial militar;

- b) codificação de significados – a codificação de significados é um procedimento que implica detectar, codificar, organizar e ter controle dos significados coletado. A codificação permite ter uma base das informações sistematizadas. O procedimento foi realizado em uma análise de cada grupo de respostas fornecidas pelo *corpus* com a finalidade de identificar e analisar cada significado coletado. Os significados foram codificados por meio de uma série de códigos aos grupos de informações designadas pelo pesquisador. Essas informações correspondem à organização a que pertencem os grupos de dados e a que a unidade de registro (práticas operacionais) pertence a cada unidade de análise codificada (significado);
- c) verificação de códigos – é um procedimento que favorece um segundo momento de análise e que permite o investigador avaliar a decisão tomada quanto à codificação das unidades de análises efetuadas. Por outro lado, possibilita a comprovação de que o controle e organização dos códigos estejam corretos. Essa verificação é realizada uma vez que todos os significados tenham sido codificados em unidades de análise. Em seguida, passa-se a verificar se a sequência está correta organizando os códigos em um formato utilizado pelo pesquisador com o auxílio do *software* Iramuteq no sentido de continuar com a próxima etapa de análise gráfica.

6.2.3.2 *Análise de unidades codificadas e construção gráfica de categorias teóricas*

Categorização é o processo pelo qual as informações coletadas no campo empírico são divididas em categorias que expressam um significado relevante do objeto pesquisado. Para Ruiz-Olabuénaga (2012, p. 69), as categorias “[...] surgem da análise sistemática dos dados de uma forma que responde ao mesmo tempo e que ajuda a desenvolver marcos teóricos”. A categorização representa a matéria-prima da análise que permite estabelecer os dados significativos que se inicia quando se direciona em determinados aspectos da realidade para depois tirar considerações dessa realidade com base na interpretação das categorias construídas.

A categorização da realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, é trabalhada na presente pesquisa, como do tipo teórico, isto é, se realiza construindo preposições conceituais a partir da análise, interpretação e discussão dos dados encontrados (RUIZ-OLABUÉNAGA, 2012). A construção de categorias teóricas a partir de significados é complexa devido à natureza polissêmica de seus termos e a sua

natureza minimalista. Essa performance torna a análise qualitativa dos significados uma tarefa árdua e complexa.

Sob a perspectiva do interacionismo simbólico, foi estabelecido analisar os dados coletados com a técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2010) com o apoio do *software* Iramuteq 4.1.3, por meio do qual foi possível organizar as categorias, codificar, filtrar e cruzar os dados para responder as seguintes perguntas: a) quais são os significados que o policial militar atribui em seus conceitos de sua realidade social durante suas práticas operacionais na situação das relações raciais? b) percebe-se nessas operações elementos que denotem um racismo institucional, próprio da instituição ao qual pertencem? c) as relações raciais estabelecidas nessas operações policiais representam um desafio ao futuro para uma adequada segurança pública com cidadania?

Assim como os objetivos da presente investigação: objetivo geral - compreender e analisar as relações raciais que se manifestam na interação propiciada na prática operacional de policiais militares e, em que medida expressam o racismo existente na própria instituição, sob a perspectiva dos significados que os próprios policiais militares atribuem às ações em cada prática operacional em que se envolvem. Objetivos específicos - a) discutir, partindo de um marco de análise que vincule relações raciais e racismo, com perspectivas teóricas do interacionismo simbólico; b) analisar o que se compreende por “prática operacional” dos policiais militares de Mato Grosso, com base em observação participante, análise documental e entrevista semiestruturada; e c) compreender características próprias da instituição policial militar com relação ao tratamento de temas como racismo e relações raciais.

Assim sendo, a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2010) se encontra afinada com a proposta do interacionismo simbólico, tanto que vai ser utilizada conforme suas características, começando pelas suas três etapas principais:

- a) pré-análise - é uma etapa em que devem ser definidos e preparados os materiais a serem analisados, formuladas as hipóteses (caso tenham) e os objetivos, e identificados os indicadores que balizarão as interpretações finais. Esta fase é desenvolvida na intenção de sistematizar as ideias iniciais apresentadas pelo referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. Assim, esta fase contempla a leitura geral ou *corpus* das entrevistas, das análises documentais e das observações coletadas relacionadas ao tema da referida pesquisa;
- b) a exploração do material - neste momento, os materiais devem ser codificados, recortados, classificados e categorizados. Nesta etapa, foi possível elaborar as

categorias a partir do referencial teórico relacionado aos materiais coletados. Dessa forma, os textos do *corpus* foram recortados em unidades de registros para fazerem parte das categorias de análise. Dessa forma, os textos foram recortados em palavras, frases, parágrafos, agrupados tematicamente e sequencialmente em categorias, as quais possibilitam as inferências;

- c) tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação, nesta etapa contempla a realização de inferência e a interpretação dos dados. Esta fase consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos nos materiais coletados. Assim sendo, elaborou-se a análise comparativa por meio de várias categorias geradas e confrontadas com a teoria do interacionismo simbólico que baliza a presente pesquisa.

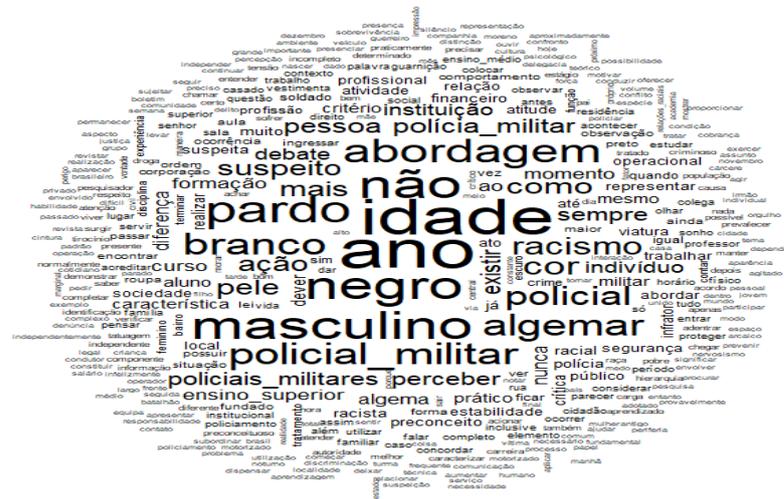
Durante a fase da pré-análise optou-se, primeiramente, por criar uma nuvem de palavras (recurso do *software* Iramuteq 4.1.3) com as informações gerais dos colaboradores pelas observações, entrevistas e documentos, para se fazer análise dos assuntos pertinentes por cada instrumento de coleta de dados. Uma vez recolhidas as informações enquanto *corpus* da pesquisa, procede-se a elaboração de códigos de cada campo de informações para não se perder diante da triangulação que precisará ser acatada. O uso dos códigos, independente da codificação dos dados, garante o manuseio de sustentação às análises necessárias, desse modo, Obs-1 são os dados das observações durante o período do curso de formação em 2019; Obs-2 são os olhares nas operações policiais militares no período de 1 de novembro a 20 de dezembro de 2022; Bol-1 são os registros dos boletins de ocorrências confeccionados pelo 1º Batalhão de Polícia Militar e Ent-n são as mensagens dos vários policiais militares entrevistados.

O procedimento de elaboração de códigos favorece um momento de análise que permite ao pesquisador valorar a decisão tomada enquanto à codificação das unidades de análises efetuadas. Desse modo, permite corroborar que a organização dos códigos seja correta. Isso é importante para evitar análise incorreta, causando transtorno na identificação de unidades de análise denominado de categorização. A opção pela análise categorial se respalda pelo fato de ser a mais adequada para analisar valores, opiniões, atitudes e crenças, através do *corpus* qualitativo.

O processo de formação das categorias se efetivou na forma prevista por Bardin (2010), após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação. A codificação se deu em função da repetição e significação das palavras que, uma vez trianguladas com os resultados das observações, da análise documental e das

entrevistas semiestruturadas que foram se constituindo em unidade de registro, para então se efetuar em categorias progressivas que, no desenho da nuvem de palavras, contribui para o processo de formação de categorias.

Figura 1 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* Iramuteq (2023).

A nuvem de palavras possibilita uma análise de parte da construção do *corpus*, que foi elaborado com os textos das observações, das entrevistas e dos documentos, tornando-se um único texto no *software Iramuteq*, agrupando as palavras e organizando-as graficamente em função de sua frequência. Nesta análise, por meio dos discursos dos policiais militares, verifica-se que as palavras mais evocadas foram, “abordagem”, “racismo”, “pardo”, “idade”, “cor”, “negro”, “pele”, “suspeito”, “algemar”, “masculino”, “policial militar”, “perceber”, “instituição”, “branco”, demonstrando que os participantes em suas percepções, nas práticas policiais militares, evidenciam a presença de ambiguidade do racismo em suas ações.

Dessa maneira, o racismo à brasileira, fica demarcado pela singularidade da figura do indivíduo negro, que fica no estado psíquico, no campo social e simbólico do policial militar, como expressão de diferença, essa configuração revela a postura do indivíduo negro em um espaço que precisa de transformações nas dinâmicas sociais e nas abordagens policiais para produzir novas interações. Os termos: abordagem, racismo, pele, cor, pardo, negro, suspeito, são percepções de ambiguidade, pois, envolvem o policial militar para redefinir e reorganizar seus elementos culturais e cognitivos, bem como, os da comunidade negra com quem interage. Portanto, são práticas operacionais intrínsecas ao grupo policial militar, desse modo, o indivíduo negro serve de referência à identidade para definir elementos negativos do outro.

A nuvem de palavras enfatizou que o investigador dialogou com todos os participantes colaboradores do estudo, na escola de formação, nas entrevistas, nas operações de rua e, ainda, no quartel diante dos apontamentos dos boletins de ocorrências. Além de informar a todos sobre a autorização, para a coleta de dados, pelo comandante geral da corporação. Os procedimentos foram trabalhados conforme o desenho do método de investigação selecionado, mantendo o cuidado em organizá-los em um formato de quadros gráficos com a identificação de códigos estabelecidos de conformidade com o procedimento metodológico.

Quadro 5 - Conceitualização dos códigos da coleta de dados

Instrumentos de coleta	Unidades de análise		
Observação Participante	Obs-1	Obs-2	Formação PM (Obs-1); Percepção PM (Obs-2)
Entrevista	Ent-n		
Boletim de Ocorrência	Bol-1		

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A conceitualização dos códigos da coleta de dados está formada pelas unidades de análise para compreender as palavras ou textos de cada participante, em seu lugar de fala, em sua representação e nas situações de relações raciais. O desenvolvimento da conceitualização teve como referência a perspectiva de indução, com o cuidado de organização em formato de quadro gráfico no sentido de verificar as participações de cada participante.

Quadro 6 - Formulação das categorias

Unidades de análise	Formação Policial Militar - Categoria
Obs-1	Condicionamento físico é mais importante que o intelecto; A ordem unida, a educação física militar são prioridades na formação; É uma espécie de desconstrução dos costumes familiares para forjar o policial militar; O guerreiro preparado para não temer a própria morte; Lema do aluno: o direito de não ter direito; Nas abordagens o sujeito negro é o mais perigoso; Não estuda as pautas de relações raciais.
Obs-2	Abordagem Policial Militar - Categoria A abordagem com mais frequência é direcionada às pessoas escuras; Nas operações o cuidado maior é com os negros, são os mais perigosos; O racismo não é discutido na PM, por isso as pessoas mais escuras são abordadas com mais frequência; Vamos abordar aquele carro, é um negão de camiseta que está dirigindo; Nós policiais militares não somos preconceituosos, a maioria dos PMs são pardos; Nas operações, as abordagens são realizadas em jovens pardos, na periferia e de moto; Professor, a maioria das pessoas autuadas na condição de delinquência são pretos.
Bol-1	Algemar – Categoria Utilização de algemas – técnica policial militar
Ent-n	Percepção Policial Militar - Categoria Nas operações policiais, os cuidados maiores são com as pessoas negras, elas são mais perigosas (Ent-23); O policial militar existe para que as leis sejam cumpridas, não somos racistas (Ent-28); Parece ser um impulso de proteção, a crença é de que quem possui a pele escura chama para ser abordado (Ent-1); Já estou na polícia militar há mais de 10 anos e nunca percebi debate sobre racismo na

	<p>corporação, acho que é por isso que o racismo está vivo na instituição, por isso existem policiais militares racistas (Ent-20); O racismo é velado na corporação policial militar, ele é disfarçado na hierarquia e na disciplina (Ent-10); Há uma “brincadeira” nas operações: o negro é suspeito pelo simples fato de ser negro (Ent-7).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A operação se organizou pelas categorias de acordo com a perspectiva correspondente de cada instrumento de coleta de dados, e, se estruturou o referido quadro gráfico para poder visualizar os resultados obtidos nos procedimentos de coleta. Os significados, uma vez codificados em unidades de análise, foram agrupados em categorias nominadas pelo pesquisador. Enfim, os procedimentos permitiram experimentar o processo desenhado pelo pesquisador no campo de trabalho conforme as propostas metodológicas.

A análise realizada na presente pesquisa possui o caráter interpretativo e, por conta disso, se caracteriza pela organização dos significados codificados como unidades de análise, bem como, pela identificação de suas associações e dissociações para a construção de categorias teóricas. Essa construção de categorias teóricas requer uma realização de um aprofundamento teórico, cujo tratamento refere-se a um ir e vir contínuo entre os significados codificados como unidades de análise.

Faz-se necessário realizar o tratamento iterativo nas análises devido a um número elevado de significados codificados e à demanda cognitiva envolvida em distinguir os diferentes significados intersubjetivos e os símbolos significativos contidos no *corpus* de dados, a fim de construir categorias teóricas que definem a realidade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. Por outro lado, o pesquisador deve tomar cuidado para não substituir os significados dos colaboradores por seus próprios significados, chegando a construir um mundo fictício que não representa a realidade do estudo. Os significados intersubjetivos possibilitam a representação da realidade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais e os símbolos significativos são as explicações ao que isso significa para os policiais militares.

Esses significados são identificados e articulados pelo pesquisador para representar e explicar a realidade dessas práticas operacionais de policiais militares por meio da análise e interpretação correspondente. Esses são os significados que os policiais militares compartilham e com os quais a realidade se torna objetiva. Os símbolos significativos, conforme o interacionismo simbólico, possibilitam ao pesquisador explicar as características que distinguem as categorias teóricas obtidas. Enfim, esses são os significativos que os

policiais militares interpretam dando à realidade um significado individual e subjetivo (Quadro 7).

Quadro 7 - Agrupamento das unidades de análise em categorias e subcategorias

Categoria	Subcategoria	Unidade de análise
Formação PM	Condicionar o comportamento	Obs-1
	Prioridade às questões militares	
	Ordem unida intensa	
	Educação física intensa	
	Saída do civil para surgir o militar	
	Prioridade da cultura militar	
	Direito de não ter direito	
	Lutar com tenacidade não temendo a própria morte	
	Suspeito padrão, roupas largas, tatuagem e negro	
	Preconceito sempre existiu	
	Mortificação do “eu”	
	Força do guerreiro	
	Muito sofrimento	
	Subordinado de todos	
Abordagem PM	Pessoas de pele escura são recorrentes	Obs-2
	Os negros são mais perigosos	
	Um negão roubando a moto	
	O racismo ainda não foi mitigado	
	Abordar aquele carro o motorista é negro e está de camiseta	
	Indivíduos suspeitos são padrões	
	Suspeitos jovens, pardos, pobres e de motocicleta	
	Não é racismo, é fato, a maioria dos suspeitos são pretos	
	Não somos preconceituosos, a maioria de policiais são pardos	
	Pobres e pardos são suspeitos na periferia	
	Nossa função é lutar e vencer o crime	
	Os negros são a maioria no estado de delinquência	
	A cor, a tatuagem e a roupa se traduzem como suspeição	
Algemar	Utilização de algemas	Bol-1
	Técnicas policiais militares	
Percepção Policial Militar	Indivíduo negro é perigoso (Ent-23)	Ent-n
	Policiais não são racistas (Ent-28)	
	Pele escura possui preferência de abordagem (Ent-1)	
	Nunca percebi debate sobre racismo na instituição (Ent-20)	
	Presídio tem mais preso branco do que negro (Ent-1)	
	Não há debate sobre racismo (Ent-5)	
	Tratamento diferente ao negro na periferia (Ent-7)	
	O negro é suspeito pelo simples fato de ser negro (Ent-7)	
	A segurança é fundamental em abordagens (Ent-17)	
	O racismo está vivo na instituição (Ent-20)	
	Alguns policiais militares são racistas (Ent-5)	
	O preconceito é disfarçado na hierarquia e disciplina (Ent-10)	
	Não vejo racismo, não sou racista (Ent-13)	
	Não existe debate sobre racismo (Ent-12)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O procedimento de construção das categorias, neste primeiro momento de análise, foi da seguinte maneira: inicialmente, as unidades de análise com significados semelhantes foram agrupadas em categorias e subcategorias de acordo com as práticas operacionais de policiais

militares, no contexto das relações raciais, sob os códigos estabelecidos (Obs-1, Obs-2, Bol-1 e Ent-n). A cada categoria e subcategoria provisória foi atribuído um código para identificá-lo momentaneamente. Conforme o Quadro 7, o pesquisador acomodou as unidades de análise nas categorias e subcategorias provisórias.

No Quadro 8, os significados intersubjetivos, de acordo com a perspectiva teórica do interacionismo, podem ser utilizados para que o pesquisador nomeie e descreva as categorias teóricas a partir das relações que os significados dos policiais militares possuem. Esses são os significados que os policiais militares compartilham e com os quais a realidade se torna objetiva. Os símbolos significativos, conforme o interacionismo simbólico, podem ser aplicados para que o pesquisador explique as características que distinguem as categorias teóricas obtidas. Esses são os significativos que os policiais militares interpretam dando realidade a um significado particular e subjetivo.

Quadro 8 - Atribuição do nome à categoria teórica de acordo com o significado intersubjetivo

Categorias	Significado intersubjetivo
Formação	Formação de iniciação/batismo (Obs-1)
	Formação educação física intensa (Obs-1)
	Educação física militar intensa (Obs-1)
	Formação de condicionamento (Obs-1)
	Formação de não ter direitos (Obs-1)
	Não contempla relações raciais (Obs-1)
	Orações no início das operações (Obs-2)
	Tensões nas ocorrências (Obs-2)
	O racismo ainda existe (Obs-2)
	O racismo não existe (Obs-2)
Abordagem	Suspeito padrão, roupas, tatuagens, pardo (Obs-2)
	Um negão dirigindo aquele carro (Obs-2)
Algemar	Dois negos em motocicleta (Obs-2)
	Uso intenso de algemas (Bol-1)
Percepção policial	Técnicas de preservação, algemas (Bol-1)
	Vejam, um negão roubando a moto (Ent-17)
	Policiais não são racistas (Ent-1)
	Preferência de abordagem, pele escura (Ent-1)
	Aparência diferente (Ent-2)
	O preto é suspeito por ser negro (Ent-7)
	Pele escura, recorrente em infração (Ent-3)
No Brasil o racismo está vivo (Ent-20)	
Não há debate sobre racismo (Ent-4)	
Alguns policiais são racistas (Ent-5)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em um segundo momento, as unidades de análise que possuem o mesmo termo ou muito semelhante são agrupadas em um ramo na figura gráfica sob o nome de significados intersubjetivos, estes são identificados pelo pesquisador para substituir o aspecto atribuído pelo termo de significado intersubjetivo que é mais amplo do ponto de vista conceitual. Essa

substituição decorre da reflexão do pesquisador, que deve tomar decisões sobre qual é o significado intersubjetivo mais representativo das unidades de análise agrupadas em cada categoria e subcategoria em questão. O procedimento não é linear, é interativo, portanto, não se encerra em nenhum momento específico, mas até que as categorias e subcategorias teóricas sejam nomeadas em sua totalidade.

Uma vez que as categorias e subcategorias foram nomeadas a partir dos significados intersubjetivos, a associação foi elaborada, descrição e interpretação dos símbolos significantes. Desta forma, as unidades identificadas como símbolos significantes são identificadas como as unidades de análise que não possuem um nome semelhante ao significado intersubjetivo, mas que se relacionam conceitualmente. O conceito de símbolo significativo é a capacidade dos seres humanos de aprender novos símbolos e avaliá-los por meio da interação social. A interação social é mediada por símbolos significantes que permitem expressar o que é real a partir das consequências sociais de suas ações. No momento em que se aprende o significado que o outro atribui a um símbolo, aprende-se a avaliar as diferenças dos símbolos com base nos significados apreendidos.

A categorização baseada em símbolos significantes teve o momento de identificar as unidades de análise (Quadro 9). No entanto, as unidades de análise identificadas que não possuem o mesmo significado são agrupadas em um conjunto denominado símbolos significantes. As unidades de análise foram agrupadas conforme a associação que pode dar sentido à categoria ou subcategoria. A construção da figura gráfica termina até que todas as unidades de análise codificadas sejam agrupadas, conforme suas associações de significado em relação a uma determinada categoria ou subcategoria.

Quadro 9 - Organização das unidades de análises definidas como símbolos significantes

Categorias				
Formação	Significados intersubjetivos	Formação ritualística (Obs-1)		
		Mortificação do “eu” (Obs-1)		
		Prioridade física (Obs-1)		
		Instruções técnicas (Obs-1)		
		Nada de relações raciais (Obs-1)		
		Uso contínuo de algemas (Bol-1)		
		Não sei se volto vivo (Obs-2)		
Abordagem		Símbolos significantes →	Não acredito no racismo (Obs-2)	
			Racismo não existe (Ent-30)	
			Negro, perigo maior (Obs-2)	
			O preconceito é disfarçado (Ent-10)	
			Segurança financeira (Obs-1)	
Algemar			Símbolos significantes →	<i>Status</i> profissional (Obs-2)
				Orgulho familiar (Obs-2)
	Braço da justiça (Ent-6)			
	Guerreiro é operacional (Ent-27)			
Percepção policial	Símbolos significantes →			Direito em abordar (Ent-19)
				Ninguém fala sobre racismo (Ent-22)
				Racismo não se debate (Ent-25)
				Racista é o outro (Obs-2)
				Abordagem é tudo igual no negro ou no branco (Ent-22)
		Policial bom é o policial guerreiro (Ent-1)		
		Pele escura, padrão de abordagem (Ent-2)		
Preconceito sempre existiu (Obs-2)				
Técnicas policiais (Bol-1)				

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Foi realizado, no momento inicial, a nomeação das categorias dos significados intersubjetivos e, em outro momento da elaboração, foi o encontro das relações e as características dos símbolos significantes que se tornou um processo árduo e iterativo. Essas configurações, na organização, foram importantes para sinalizar as categorias teóricas que são dadas como finalizadas, uma vez que o pesquisador encontrou a forma de como os policiais militares representam a realidade das práticas operacionais na situação das relações raciais em estudo. A partir deste momento denomina-se a interpretação qualitativa das categorias teóricas.

6.2.3.3 Interpretação qualitativa das categorias teóricas

A interpretação qualitativa é considerada como um momento da experiência científica que gera conhecimento que proporciona definir os resultados. A interpretação na pesquisa qualitativa não tem um método convencional a ser realizado; regularmente, se fala do método interpretativo, mas é comum cair em paradoxo ao pensar que a interpretação não segue um método (FLICK, 2009). A interpretação, na pesquisa qualitativa, não se dá como um produto

da aplicação de um método, mas depende das competências pessoais do pesquisador, da interação empática que se estabelece com a realidade observada, bem como, com os componentes individuais, isto é, com os colaboradores da pesquisa.

O pesquisador entra no mundo dos colaboradores da pesquisa para interpretar seu ponto de vista e sai desse mundo com a intenção de revelar aspectos sobre os quais eles não têm consciência. Nesse sentido, a interpretação qualitativa é a parte mais difícil de uma pesquisa e, por conta disso, é chamada de parte obscura da pesquisa qualitativa. No entanto, é preciso entender que essa interpretação é diferenciada da análise estatística que é realizada na pesquisa quantitativa. Na interpretação qualitativa, os processos não ocorrem de forma linear, mas sim de maneira caótica e vinculada aos processos cognitivos e compreensivos realizados pelo próprio pesquisador de forma mais tradicional do que sistemática (MARTÍNEZ, 2008).

O autor referenciado acima, considera que o objeto de pesquisa se cristaliza em um conteúdo linguístico produto da experiência do indivíduo que pode ser expresso por meio de um conceito que pode apresentar com movimentos diferentes dos significados que o mesmo indivíduo oferece de acordo com sua experiência vivida. O debate é realizado comparando os resultados da pesquisa com o estado da arte. Este procedimento procura descrever as semelhanças e as diferenças entre os conhecimentos postulados pelo investigador e os conhecimentos postulados e acumulados pelos demais pesquisadores (CRIADO-BOADO, 2006).

Flick (2009) e Criado-Boado (2006) concordam que a pesquisa qualitativa está desenhada como arte e como método, mesmo assim, o segundo estudioso afirma que a interpretação é a parte da pesquisa qualitativa que está mais vinculada à arte do que a própria ciência. Portanto, a arte se refere à imaginação criativa do pesquisador voltada à construção de teorias e, o método, aos procedimentos que o pesquisador define para especificar as considerações da pesquisa. A presente pesquisa considera tanto a arte como o método necessários ao processo interpretativo, até porque, a arte oferece a flexibilidade necessária para não restringir a um processo linear que não permite um vaivém iterativo entre dados e teoria e, o método confere um caráter científico, ao adotar do rigor necessário no processo de sistematização e análise, cujo procedimento permite eliminar ambiguidades processuais que podem conduzir a erros técnicos.

Dessa forma, a interpretação qualitativa do pesquisador é composta por seu raciocínio intelectual, bem como, por suas reações emocionais. O raciocínio é o esforço direcionado à análise das informações e da organização para emitir o relatório das considerações. As emoções do pesquisador representam um convite à autoanálise para identificação e controle

de suas próprias subjetividades com a finalidade de conter as possíveis distorções que possam desencadear o distanciamento da credibilidade da pesquisa. Por outro lado, o exercício autorreflexivo permite elaborar uma distinção fundamental entre a posição que se mantém o objeto de pesquisa e os desejos do pesquisador.

Portanto, o interacionismo simbólico define que a experiência é a base do conhecimento humano e que o mundo, interno e externo, correspondem à interpretação que o indivíduo realiza pela experiência durante a interação social. Nesse sentido, implica ao pesquisador abstrair da interpretação do indivíduo o sentido de uma expressão do pensamento, isto é, decodificar a referência intersubjetiva e simbólica para esclarecer o conteúdo significativo. Após as codificações, as unidades de análise foram sistematizadas em figuras gráficas que foram ordenadas e integradas, enquanto texto descritivo, que representa o que é real que foi interpretado até construir uma racionalidade sobre o real. Há um processo de racionalização sobre a subjetividade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, a fim de interpretar o significado que essas ações práticas têm para esses profissionais e, dessa forma, compreender a realidade operacional que eles constroem.

Outra perspectiva importante da pesquisa é a discussão com o referencial teórico, que é um momento de verificação da fonte empírico-teórica, tendo em vista que o conhecimento empírico é produto da interpretação do pesquisador sobre o objeto de estudo que é contraposto ao conhecimento teórico que já tem sobre esse objeto. Dessa forma, o debate dos resultados é integrado a partir da comparação das categorias obtidas com outros modelos consultados. Por outro lado, esse avanço que pode considerar, descritivo e verificação empírico-teórica, também vai surgindo uma conexão epistemológica, cuja configuração desenvolvida à luz da perspectiva do interacionismo simbólico aparecem, ainda que passo a passo, as contribuições da presente pesquisa. Desse modo, permite compreender a complexidade intersubjetiva e simbólica com que os policiais militares dão sentido, ora de maneira compartilhada, ora de maneira particular, à realidade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais.

6.2.4 Discussão dos resultados

A riqueza da análise qualitativa dos significados que os policiais militares atribuem as suas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, reside na possibilidade de identificar a realidade dessas práticas que eles constroem e como isso se traduz em várias

formas de socialização durante a transição do aspecto operacional policial militar para uma situação mais ampla das operações no ambiente das relações raciais. Aos policiais militares, as práticas operacionais significam a partir das experiências literais, quando aluno, em estágios de operações policiais militares e, no campo, na prática operacional enquanto operador de segurança pública militar.

Nesse sentido, a presente investigação, durante a descrição dos resultados, se refere à construção da realidade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, embora apareçam contradições conceituais de origem. Por outro lado, a realidade é feita de contradições empíricas difíceis de resolver teoricamente, embora possam aparecer formas de socialização durante a transição do aspecto de prática policial militar para uma situação operacional mais ampla. Assim sendo, as práticas operacionais, na situação das relações raciais, significam a abordagem policial a partir das experiências que desenvolvem durante as operações policiais militares.

As categorias “formação”, “abordagem”, “algemar” e “percepção policial” coexistem como processos interativos que definem uma realidade de operação policial paradoxal entre o conceito de policiamento ostensivo motorizado e as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. O que se manifesta com maior ênfase na interação com o indivíduo negro na situação de alvo de suspeição, sobretudo, conforme com as consequências sociais que os policiais militares agem quando interagem com outros indivíduos não negros e, principalmente, quando o indivíduo não faz parte do seu grupo de pertencimento.

Os policiais militares, a partir dos sentidos das categorias elencadas no estudo, produzem os significantes que dão sentido à realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, realizado paradoxalmente sob a lógica das práticas operacionais equânimes. Dessa forma, teoricamente o significante dos termos das categorias utilizadas é entendido como exercício intelectual que relaciona cultura e trabalho policial militar com a consciência que esse profissional tem de si mesmo. Por conta disso, as práticas operacionais, na situação das relações raciais, têm estreita relação com o processo formativo, embora tenham finalidades distintas entre o conteúdo apreendido com a prática operacional enquanto resultado dos estudos na academia.

As categorias representam, para os policiais militares, as possibilidades de domínio de sua própria subjetividade a partir da objetivação que realizam durante as operações policiais militares. O fenômeno das práticas operacionais, na situação das relações raciais, requer a intersubjetividade e a objetivação como momentos fundamentais para a construção de uma

realidade dessas práticas policiais militares com a população negra. Por outro lado, o fenômeno de estudo possui um significado como um processo intersubjetivo definido por um sistema simbólico e linguístico, que se entende entre as interações de agentes e símbolos, tendo como produto uma construção social realizada entre a reflexividade do indivíduo e o consenso social. Porém, se o policial militar, em suas operações, consegue uma reflexão harmônica, ele certamente, consegue mobilizar uma resposta estética que constitui a equidade das práticas operacionais na situação das relações raciais. Por isso, as categorias construídas são definidas de acordo com cada uma das subcategorias que compõem os significados atribuídos aos policiais militares.

A categoria teórica “formação” indica que os alunos a policiais militares a compõem através do acúmulo de experiências durante a sua formação; no entanto, tais experiências proporcionaram dificuldades cognitivas e complexidade nesse processo, cujo desenho possibilitou contradições nas interações com a sociedade e, de forma particular, com a população negra. Nesta categoria, foram observados os elementos constitutivos do tecido simbólico, como os rituais, os símbolos, as cerimônias, o uso de terminologias próprias e o espaço físico. Essa preocupação ocorreu com o intuito de entender o significado do processo de formação policial militar e a transmissão do universo simbólico da instituição policial militar e aos seus componentes.

Desse modo, os valores e os rituais da instituição militar, complementados pela ferramenta da dramatização, impulsionaram o grupo que individualizou algum fenômeno e conseguiu transformar o aluno policial em policial militar dando-lhe identidade e singularidade; DaMatta (1997) assinala que os rituais estão presentes na vida no cotidiano da sociedade, bem como na polícia militar, onde revelam seus valores em níveis mais profundos que, acompanhados dos momentos ritualizados, colaboram para a formação do grupo homogêneo. Para Genep (2011), o rito é um apêndice do mundo mágico, mas como algo em si mesmo, dotado de certos mecanismos recorrentes, no tempo e no espaço e, de certos conjuntos de significados, sendo que o principal deles é realizar uma espécie de costura entre posições e domínios; nesse sentido, a polícia militar é concebida como uma totalidade dividida internamente que está explícita nos graus hierárquicos.

Foi nesse universo que esses futuros agentes de segurança pública afirmaram: “ao adentrar na academia a nossa vestimenta é trocada por um pseudo uniforme, chamado ‘bichoforme’, um conjunto de calça jeans azul e uma camiseta branca” (Obs-1, aluno policial A); que permite entender a configuração da cultura policial militar, via hierarquia e disciplina, tanto que, “desde o início da manhã, a ordem unida e a educação física militar

preenchem as lacunas, em tese, vagas durante a formação” (Obs-1, aluno policial B); “essas atividades estão na condições de prioridade” (Obs-1, aluno policial C); “o processo de formação possui a configuração de um ritual a ser superado” (Obs-1, aluno policial D); “professor, essa pauta de racismo, praticamente não existe em nossa formação” (Obs-1, aluno policial E).

Os alunos policiais militares tinham uma perspectiva de uma realidade de operador de segurança pública militar, uma convicção de aprender a lidar com operações complexas em atividades de ordem pública com a compreensão do justo, porém, durante a formação ouviram: “alunos vocês têm o direito de não ter direitos” (Obs-1, aluno policial F); “policial militar tem que ser guerreiro” (Obs-1, aluno policial G). A formação de policiais militares que deveria ser dinâmica na modernidade em um âmbito privilegiado, ficou no imaginário de todos, pois a perspectiva de significados científicos, sociais e pedagógicos, parece que ficou “[...] imerso em meio de vendavais próprios de sociabilidades que escapam às suas expectativas normativas” (GADEA, 2017, p. 233). Porém, infelizmente, conforme Bauman (2007b), as certezas de formação são cada vez menores diante de um mundo líquido e cheio de incertezas sociais.

A “abordagem”, desenvolvida durante as operações policiais militares e, conforme esses profissionais, estão sempre recheadas de complexidade, pois consideram essa experiência uma atividade típica da carreira policial militar, até porque causa diferentes picos de tensões nos momentos dessas ações, mesmo sendo a ocorrência, mais crítica ou menos crítica. Essa consideração é compreendida por eles como: “professor, ao sair para o trabalho operacional, a prece é uma importante companhia para nos proteger do mal” (Obs-2, policial militar 1); “nunca sabemos se voltaremos vivos ou mortos para casa” (Obs-2, policial militar 2); “as situações mais críticas aparecem num contexto de população negra” (Obs-2, policial militar 3). Essas considerações são interpretadas pelos policiais militares como legítimas e como realidade dessas ações. Esses significantes coincidem, conforme Berger e Luckmann (2012), que relacionam a legitimação à necessidade de justificar e afirmar as práticas estabelecidas por alguns atores sociais a outros, tanto individuais quanto em grupos, visando esclarecer a origem de determinados fatos diante da sociedade.

Os policiais militares associam os significantes “formação ritualística” (Obs-1), “instruções técnicas” (Obs-1), “técnicas policiais” (Bol-1), “guerreiro é operacional” (Ent-27), “pele escura, padrão de abordagem” (Ent-2), “preconceito sempre existiu” (Obs-2) à realidade das práticas operacionais na situação das relações raciais. Esses mesmos significantes fazem sentido para os policiais militares na construção do policial operacional, isto é, um policial

militar diferenciado, um guerreiro, que indica que suas ações serão realizadas com esmero, produtividade e “bom de luta”. Por outro lado, os significantes “guerreiro é operacional” (Ent-27), “pele escura, padrão de abordagem” (Ent-2), “preconceito sempre existiu” (Obs-2), referem-se ao esforço que o policial militar faz para aprimorar suas habilidades contra o crime.

Por outro lado, os significantes “guerreiro é operacional” (Ent-27), “pele escura, padrão de abordagem” (Ent-2), “preconceito sempre existiu” (Obs-2) referem-se à institucionalização que possibilita a tipificação recíproca das práticas operacionais habituais de seus componentes, conforme Berger e Luckmann (2012, p. 85), “[...] o mundo institucional exige legitimação, isto é, modos pelos quais pode ser ‘explicado’ e justificado. [...] a realidade do mundo social torna-se cada vez mais maciça no curso de sua transmissão”. O mundo social representa para as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, uma realidade operacional significativa, pois essas ações podem tornar o policial militar humanizado ou desumanizado.

Mesmo com o racismo se apresentando em uma nova roupagem na contemporaneidade, a reprodução do fenômeno continua latente nas ações policiais através das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, que interpreta que o medo, a segurança e as técnicas empregadas são estratégias normais quando o negro é abordado. Essa configuração do negro marcada pelas práticas operacionais se “justificam” pelas diferenças culturais e fenotípicas marcadas pelas similaridades de sentidos relacionadas à desigualdade racial, e, pelos sentimentos e práticas do etnocentrismo que configuram o pensamento ocidental, bem como, o pensamento do policial militar, enquanto componentes da mesma sociedade em que servem.

O “algemar” é uma categoria que pode ser interpretada como automatismo psicológico ou condicionamento motor, pela repetição de atos diante das ocorrências, e, ao considerar a prática operacional, na situação das relações raciais, é o momento de avaliação dessas ações que se desenvolvem no decorrer do ato dessas práticas operacionais, com o significado de identificar o aproveitamento das habilidades técnicas profissionais. Esses atos são entendidos como uma avaliação dos policiais militares na utilização dos aparatos policiais com propriedade. No entanto, diante dos vários registros nos boletins de ocorrências, os algemados envolvidos, na grande maioria, foram os negros com a justificativa de causar danos a si mesmos e a outras pessoas.

Assim sendo, fica a impressão de uma “[...] consequente institucionalização do racismo como prática social”, como enfatiza Gadea (2013a, p. 63), assim, o surgimento de

uma motivação racial em colocar a algema no indivíduo negro. A lógica dessa impressão é simples: relegada à posição social inferior, relacionada à pobreza e a uma cultura diferente. Esta categoria deve ser visualizada através de uma tabela, que se traduz em uma particularidade da realidade operacional de que a cor negra é realmente um bom indicador de periculosidade.

Quadro 10 - Número de pessoas envolvidas nas diversas ocorrências policiais

Cor	Nº pessoas	Algemadas	%	Não algemadas	%
Negra	16	11	11,11%	05	5,05%
Parda	63	51	51,51%	12	12,12%
Branca	20	11	11,11%	09	9,09%
Totais	99	73	73,73%	26	26,26%

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os policiais militares consideram que nessas ações desenvolvem a habilidade de utilização das algemas. Essas significações que os profissionais realizam em torno dessa técnica revelam como parte de sua profissão de operador de segurança pública militar, criando uma disposição dirigida a somar esforços do grupo para alcançar a segurança estabelecida durante as práticas operacionais, em situação das relações raciais. Para Blumer (1982), o uso do conceito algemar serve para explicar que o comportamento é baseado em uma lógica muito simples. A atitude de algemar é concebida como uma tendência, um estado de prontidão ou disposição que precede a ação, dirigindo-a e moldando-a. Mas, algemar pode ter um caráter simbólico no sentido positivo ou negativo, de acordo com o comportamento do indivíduo, o que pode ser revelado pelos significados com os quais estão relacionados.

Essas significações manifestam como as ações operacionais integradas como práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, em iniciativas dirigidas pelo grupo em atendimento das ocorrências, que constroem uma realidade operacional mais laboral do que social. Ainda assim, essa ideia coincide, conforme Gadea (2013b, p. 247), “[...] sobre os significados dos ‘símbolos’ decorrentes da relação social, trata-se de uma perspectiva em que a ‘lógica situacional’ de Isaac Willian Thomas, de qualquer relação ou interação adquire dimensão precisa”. Assim sendo, antes de qualquer ato de conduta autodeterminado, há um estado de exame e deliberação que pode se chamar de definição da situação.

Por conta disso, não só os atos concretos dependem da definição, mas também toda estratégia de vida ou a personalidade do próprio indivíduo vem de uma série de definições dessa situação. Esse entendimento situacional descreve uma etapa fundamental da vida em sociedade; dessa forma, qualquer ação policial militar é precedida por uma definição por parte

de cada componente envolvido, a partir da qual será escolhida uma linha de ação a ser seguida entre as possibilidades disponíveis. A preocupação não fica na definição da natureza ou essência das ações, pouco importa que essas ações sejam ou não justas.

A categoria “percepção do policial” é considerada como “tirocínio policial”, uma espécie de “aptidão profissional” adquirida no decorrer da experiência policial militar. Essa manifestação começa com um impulso que vem de dentro do indivíduo e segue seu movimento até aparecer externamente ao indivíduo em uma aplicação de conhecimento (FORNI, 2013). Nesse sentido, os policiais militares constroem dentro de si diversos tipos de ideias que depois se manifestam em ações que colocam essas ideias em prática operacional. As práticas operacionais, no contexto das relações raciais, começam como uma ideia na intimidade do indivíduo antes de se materializar em uma ação externa: “no Brasil, o racismo está vivo em quaisquer instituições, inclusive na polícia militar” (Ent-20); “o preconceito racial aparece disfarçado na hierarquia e disciplina” (Ent-10); “existe um padrão de suspeito, roupas largas, tatuagens, modo de falar. Na questão do negro, basta ser negro” (Ent-7). Essas percepções enfatizam a abertura de espaços em que os policiais militares externalizam abertamente suas interpretações durante as práticas operacionais.

Esses significados possibilitam a percepção de que as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, são utilizadas com a “cultura institucional”. Dessa forma, o policial militar interpreta que a normalidade não deve ser reconhecida em um cenário que a anormalidade é a expectativa de normal. Entretanto, os policiais militares percebem e associam os significantes: “a profissão policial militar é boa pela estabilidade profissional e financeira” (Obs-2); “ser policial militar aumenta o *status* social e o orgulho familiar” (Obs-2); “pela proposta militarista, pela disciplina e pela ordem que se impõe e por entender que a polícia militar é uma ferramenta da autoridade que usa o poder discricionário nos momentos das ações” (Ent-2). Por isso, os policiais militares consideram suas operações como legítimas. Entretanto, esses significantes tornam-se uma maneira de vincular a função de policial militar a uma estabilidade que representa ações discricionárias sem exames reflexivos.

Em síntese, a realidade das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, entendidas no percurso de “formação”, “abordagem”, “algemar” e “percepção policial”, devem ser consideradas articulações de uma relação dinâmica entre indivíduos e população negra e, por isso mesmo, essas concepções deveriam ser implementadas pelas atividades estéticas, para proporcionar entre objetivo e subjetivo em um processo de interação, com possibilidade de potencializar o desenvolvimento dessas práticas

operacionais com o caráter de valorizar a criatividade, a sensibilidade e a socialização. Assim, as atividades e habilidades que os policiais militares desenvolvem durante suas ações práticas compostas pelas categorias elaboradas e, de acordo com os significados intersubjetivos identificados, que estão representados nas subcategorias. Dessa forma, essas subcategorias que foram descritas com base nos símbolos significativos e que estão associados aos seus significados intersubjetivos, as práticas operacionais no contexto das relações raciais alcançarão um nível de segurança cidadã.

Assim sendo, a presente pesquisa, a partir da análise dos significados que os policiais militares atribuem à realidade operacional, na situação das relações raciais, foi identificada como uma ação intermediada por uma vivência nos limites de tensão de conflitos contínuos, em si mesmo e que tem reificado sob a perspectiva do “guerreiro” e dos “outros”, no sentido de superar quaisquer obstáculos para manter a ordem pública; certamente que, muitas das vezes, essas ações se distanciam da originalidade das práticas operacionais na situação das relações raciais cidadãs. As consequências dessas operações evidenciam o descompasso da responsabilidade social e racial, muito menos no entendimento sobre relações raciais que alguns policiais militares manifestam explicitamente em seus significados intersubjetivos e nos símbolos significantes que foram analisados.

A primeira tensão reconhecida nos significados que os policiais militares atribuem às práticas operacionais, refere-se à falta de articulação entre formação policial militar e a ação social. Quando o policial militar está formado pela cultura institucional e regulamentado pelos códigos e normas militares como profissional de segurança pública, está pronto para fazer cumprir as leis vigentes no país. Mas, ao empreender as práticas operacionais no contexto das relações raciais, os conflitos, as tensões e o encontro consigo mesmo e com os outros, faz com que cometam excesso nessas ações e, diante disso, perdem a legitimidade do caráter racial e social. Nesse sentido, os policiais militares consideram vivenciar as práticas operacionais no contexto das relações raciais como resultado de experiências adequadas para atender o chamamento de ordem pública, ao invés de atentar para uma segurança equânime, em especial à população negra.

O policial militar vivencia o paradoxo de estar em um mundo complexo e caótico onde as instituições sociais tentam manter a ordem social em uma configuração de ordem pública. Por isso, a realidade das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, se apresenta pelo controle institucional e pela ordem social que deve ser mantida à luz da discricionariedade. As operações, na situação das relações raciais, aparecem pelo caráter objetivo que advém de uma realidade histórica definida no seu transcurso natural – assim se

praticou, assim se pratica e assim praticará. Dessa forma, o processo de transmissão institucional fortalece um sentido tradicional que não responde ao desenvolvimento racial, social ou de grupo. Faz-se necessário entender que as práticas policiais militares, na situação das relações raciais, buscam manter um padrão institucional, entretanto há necessidade de apreender a realidade operacional como uma realidade objetiva para se tornar um policial militar que reconstrói a situação racial, social e profissional ao invés de um indivíduo que mantém apenas sentidos de padrão operacional.

Os policiais militares também consideram que a função profissional não possui reconhecimento, pois a atividade de operador de segurança pública não está associada a um trabalho de consequência compensatória no sentido literal. Essa configuração de adesão está definida de acordo com o significado de proporcionar segurança e cuidado a todos, com esse significado define a uma inclusão simplesmente laboral. Nesse sentido, o potencial das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, reside em sua capacidade de socialização; é preciso aproveitar essa perspectiva direcionando-a para o bem-estar social da população negra, buscando propostas antirracistas nessas ações, a fim de melhorar essas interações na vida dos cidadãos.

Enfim, a análise dos significados dos policiais militares indica um viés importante que pode ser explorado do ponto de vista sociológico, a ordem pública relacionada ao auxílio das pessoas, cuja atitude indica que esses operadores de segurança pública estão construindo modos de individuação como produto de suas experiências operacionais. A individuação surge do autoconhecimento da intersubjetividade e dos processos de interação, por outro lado, os modos de individuação emergem no processo de socialização e no reconhecimento da interdependência que o *self* experimenta (MEAD, 2021). A individualização e os modos de individuação bifurcam-se durante as circunstâncias que se apresentam ao indivíduo quando passa do “eu” ao “mim” durante a interação social.

Por conta dessas lutas íntimas, a noção sociológica baseada no interacionismo simbólico projeta uma figura ideal do policial militar, que se supõe dono e senhor de si mesmo. No entanto, o estatuto e o reconhecimento social da segurança pública estão fundamentalmente alicerçados na proteção de todos de forma igualitária. Bauman (2007b) assegura que o desafio do policial militar é assumir a responsabilidade por si mesmo e pela situação em que se encontra e, ao mesmo tempo, tomar consciência de que sua trajetória será condicionada por hábitos contínuos. O policial militar precisa elaborar alguma coisa de fora dele que lhe dê condições de desencadear seu desenvolvimento pessoal, profissional, racial e social. Dessa forma, responderá mais ao racial e ao social, atendendo de forma adequada às

abordagens aos indivíduos negros, do que às necessidades imediatistas na manutenção do controle social.

A reflexão sobre esse fato é que se o policial militar, durante suas práticas operacionais no contexto das relações raciais, não encontra um sentido racial e social que transcenda os modos de individuação, a práxis ameaça o *self*, pois, conforme Mead (1993), somente o indivíduo pode se desenvolver no verdadeiro encontro com o outro. Uma racionalidade centrada no indivíduo não tem como motor de mudança a justiça, a equidade, a participação, o compromisso e a consciência ou a responsabilidade racial e social. Diante desse conflito, contribui Vandenberghe (2018, p. 125): “[...] pressupõe a existência do inimigo e de seus interesses, pois sem interesses e sem apostas comuns, de modo algum haveria conflito já que este estaria, então, sem objeto”.

Por outro lado, Blumer (1982) mostra que o indivíduo explora as atitudes dos outros em relação a *si mesmo*, mas é desse jeito que o indivíduo aprende, eventualmente, as atitudes generalizadas de uma determinada situação social determinada, mesmo quando configura uma comunidade organizada, a qual é chamada de o outro generalizado. Assim, o desenvolvimento do *self* exige que o policial militar transfira as atitudes do grupo para sua própria atividade profissional, no entanto, o motor da mudança do individualismo para a individuação está na transformação do policial militar que deve romper fronteiras e com os limites históricos do pensamento cultural para que as práticas operacionais, no contexto das relações raciais, sejam compartilhadas para que se tornem válidas e legítimas e para serem exemplos de avanço profissional, racial e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de dados foi recolhida no “coração” do Centro Geodésico da América do Sul, na cidade de Cuiabá-MT. Uma cidade interiorana da região Centro Oeste do Brasil, atualmente uma metrópole, cujo desenvolvimento, passou pelos “movimentos” que todo conglomerado normalmente passa; novos espaços, pobreza, automóveis, política, estranhos e negros. A cidade tornou-se parte de um ambiente metropolitano, mas para isso ocorrer, foi necessário um processo de desenvolvimento lento que ocorreu a partir da década de 1960. Ruas foram rasgadas em várias regiões da cidade, cinemas inaugurados, surgimento das vitrines, comércios “privados”, feiras livres, grandes massas chegaram para acompanhar e promover o desenvolvimento.

A cidade de Cuiabá é um espaço geográfico denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos –, afirma Hannerz (2015, p. 74) –, há uma fundamental influência da grande cidade na psique humana denominada de “intensificação do estímulo nervoso”. Assim sendo, possibilitam impressões duradouras, impressões que diferem umas das outras e aquelas que envolvem a consciência de mudanças que são aparentes no olhar e, por assim dizer, reage com a mente e não com o coração. Essa relação cidade e sociedade dá a impressão de uma influência em uma só direção, a cidade atuando no que está a sua volta por meio de um processo de difusão. Nesse cenário a cidade de Cuiabá está fortificada, em casas individuais ou coletivas, por muros, câmeras de vigilância, segurança privada, seja no centro ou na periferia.

Nesta “inquietação” dos moradores da cidade e na perspectiva histórica do racismo brasileiro, os policiais militares do Estado de Mato Grosso, adentram com o policiamento motorizado ostensivo e, por conta dessa interação, eles têm uma dívida social que os compromete a participar responsabilmente como componentes da segurança pública em ações equânimes com a população negra em relação à branca. Nesse sentido, as práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais, com suas técnicas e estratégias institucionais, possam avaliar a sua responsabilidade social, no entanto, até o momento não conseguiram traduzi-lo em uma operação policial militar social ativa voltada para o enfrentamento dos problemas sociais que afligem essas práticas operacionais à população negra.

Especificamente, os policiais militares deveriam realizar suas práticas operacionais no contexto das relações raciais em iniciativas sociais palpáveis, conforme a responsabilidade social exige nos procedimentos policiais. Essas considerações são frutos de uma reflexão

sobre os significados que os policiais militares atribuem à realidade das práticas operacionais de policiais militares no contexto das relações raciais. A reflexão do pesquisador tem como marco contextual a contundência das abordagens policiais militares junto à população negra, onde aparecem os estereótipos e as contradições nessas interações, quando os atores da segurança pública não fazem o que deveria ser feito, isto é, uma prática operacional homogênea em quaisquer povos, enfatizando que as ações policiais devem ser formadoras de cidadania, não apenas como fenômeno de pesquisa, mas como campo de atuação que requer uma resposta propulsora na resolução da questão racial. Sob o olhar dos dados empíricos, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não produziram surpresas nas descobertas, nem cercadas pelas expectativas da novidade, suas práticas indicaram o terreno da discriminação racial. Esse fenômeno se torna mais evidente à medida em que foram elaboradas as categorias exigidas pela pesquisa.

O fenômeno pesquisado reflete os conflitos associados ao sentido social dos policiais militares que ocorrem entre o *self*, entendido como a parte do indivíduo que busca internalizar as normas sociais, que entram em conflito quando o outro generalizado – norma instituída não é congruente com o desenvolvimento do outro. Por isso, quando o policial militar, por norma institucional, realiza a prática operacional no contexto das relações raciais, o próprio ator do ato entra em conflito, dada a contradição que reside nas ações policiais militares, perseguido pelo “eu” e os fins dirigidos pela instituição “mim”. Nesse sentido, os indivíduos fazem uma série de construções mentais (adaptações) a fim de conhecerem os papéis sociais e como cumpri-los em diferentes situações. O *self* constitui-se como uma unidade dual de um “eu” e um “mim”, pelo “eu” o *self* individua-se e, pelo “mim”, socializa-se; esses polos seriam independentes, mas referem-se necessariamente um ao outro.

Dessa forma, nas ações policiais essa capacidade de se sentir equilibrado ou revoltado consigo mesmo, como se olhasse de fora, do ponto de vista dos outros, encontra-se um parâmetro para a constituição e manutenção de identidade social, entendendo como estas conferem um ambiente estável ou controlador. Assim, sob essas construções teóricas, evidencia-se que os diferentes significados dos policiais militares refletem uma construção da realidade das práticas operacionais no contexto das relações raciais definidas pela “ausência” do tema racismo, em sua caminhada profissional, que lhes permite compreender que o significado do policial militar está subordinado a uma condição da cultura policial militar. Essa diferença individual resulta de um processo de significação de si mesmo contra o qual ele reage e pelo qual o indivíduo se constitui, desconstruindo uma ação social equânime para o negro em relação ao branco. Por conta disso, ficou patente que as ações policiais militares,

nas situações das relações raciais, estabeleceram padrões previamente definidos e canalizando-as em uma direção específica, demonstrando um caráter controlador e disciplinador que é inerente à instituição militar.

Conforme o exposto, as práticas operacionais de policiais militares analisados, no contexto das relações raciais, representam um procedimento constituído institucionalmente e não constituinte da ação social dos policiais. Essa configuração é reproduzida e reconstruída como realidade operacional regida pela segurança e pelo desejo de prestígio profissional, o que evidencia nos significados intersubjetivos definidos pelo controle social exercido pela cultura institucional, enfatizando o sentido e a legitimidade das abordagens a qualquer tempo e hora. Assim sendo, as análises acarretaram as seguintes concepções:

- a) os policiais militares se revelaram como principais protagonistas no cenário simbólico em relação aos significados que atribuem às práticas operacionais no contexto das relações raciais que, por sua vez, é legitimado institucionalmente com técnicas e estratégias operacionais, desprovidas de significado social pertinente e relevante em relação ao indivíduo negro;
- b) o racismo enquanto significado, não é exclusividade das ações policiais, pois existe e preexiste às práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais; por outro lado, as ações junto ao indivíduo negro manifestam-se perante a rigidez institucional que “sufoca” as capacidades sensíveis dos próprios policiais e dos indivíduos negros. Essas práticas policiais se caracterizam no enfrentamento direto em uma discursividade que fere a própria imagem da existência e da preexistência do racismo, mesmo diante dessa imagem que é apenas imagem, e que é construção social feita por meio de seleção arbitrária de certos traços diferenciais daquelas pessoas ou grupos, causando desigualdade racial contundente;
- c) a significação dos policiais militares sobre o vínculo com o social está relacionada com o grau de pertencimento do grupo social ao qual estão inseridos. Esse vínculo, indivíduo, sociedade e população negra faz sentido para o policial militar, na medida em que ele está operacionalizando seus conhecimentos adquiridos pelo intelecto e experiência no campo operacional, onde pode avaliar suas habilidades operacionais a fim de fortalecer seu vínculo com o seu grupo de pertencimento. Nesse sentido, o indivíduo negro possui prioridade de abordagem;
- d) as práticas operacionais no contexto das relações raciais, no significado dos policiais militares, não apresentam ações racistas em si mesmo, mas essas práticas exercem um racismo, de fato, que possui várias modalidades; estigmatização do

indivíduo negro, abordagens ao indivíduo “pelo seu aspecto facial”, pela negação do racismo e pela contradição entre indivíduo branco e indivíduo de “alma branca”. Assim sendo, as práticas operacionais reforçam o racismo no interior das ações policiais militares nas situações das relações raciais. Nesse sentido, há um significado dos policiais militares em que existe uma periculosidade predatória implícita ao indivíduo negro e que sugere os termos “perigo negro”. Esse significado movimenta pelo psiquismo do policial militar que significa que os negros podem se rebelar, agredir e matar qualquer um, seja autoridade policial militar ou qualquer outro da sociedade;

- e) os significados que os policiais militares atribuem à realidade de práticas operacionais, no contexto das relações raciais, indicam que essas ações junto ao sujeito negro evidencia um sistema legítimo, mesmo tendo uma representação maior ao laboral que ao social. Mesmo assim, vislumbra também que o policial militar é capaz de reconhecer os valores antirracistas como fonte de práticas operacionais cidadãs. Por isso, a estratégia se encontra na renovação do policial militar com um sentido social que supere os seus “instintos egocêntricos”. Nessa perspectiva, o policial militar e a comunidade negra encontrarão um valor assumido livremente pelas operações policiais na promoção de uma segurança pública cidadã.

Na perspectiva do interacionismo simbólico, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, não vivem em mundos construídos *por e para* eles exclusivamente, mas em uma construção coletiva. A qual é entendida como uma transação que ocorre entre pessoas que fazem parte da sociedade. Nessa concepção, assinala que essa construção coletiva é como uma acomodação da ação pessoal à ação do outro, de modo a integrá-lo ou a vinculá-lo. A realidade das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, é vista como construção coletiva a partir de significados e construção de uma especificidade comum; de acordo com isso, os policiais militares asseguram que quando se preparam para as ações o fazem com a intenção de que outras pessoas percebam suas autoridades constituídas nas ações a desenvolver.

A presente pesquisa considera que o contato com as pessoas é a chave para a mudança social. O outro é entendido como norma social que é adquirido quando o contato é feito com o outro significativo definido pelo agente socializador. Um contato humano pleno, face a face com o outro, que promova a empatia, que transforme a visão do indivíduo na visão do outro, sem dúvida, tem maiores possibilidades de favorecer a responsabilidade com relevância social. O encontro, nessa perspectiva, tem potencial para produzir significados e significantes

que enriqueçam o processo de interação polícia e população negra. Nesse sentido, estima-se que as práticas operacionais, no contexto das relações raciais, possam desempenhar um papel fundamental na responsabilidade social nas abordagens com os indivíduos negros.

A subjetividade da realidade das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, torna-se objetiva na consciência do policial militar quando tem a possibilidade de ser compartilhada. Dessa forma, a partir do seu significado compartilhado, constroem e dão sentido às ações que realizam junto à população negra. Essa mudança social resultará na dependência da flexibilidade institucional que permitirá ao policial militar expressar o seu caráter, com criatividade e confiança. O desafio das práticas operacionais, no contexto das relações raciais, se encontra na realidade do profissional de segurança pública e não em relação ao indivíduo negro, as experiências vividas pelo policial militar e a realidade imposta aos negros como marginais, dificulta uma impressão de construção coletiva socialmente.

Os policiais militares, em seus significados, manifestam experiências vividas sobre as práticas operacionais no contexto das relações raciais, bem como, em relação a eles mesmos. A simbologia das práticas operacionais, em geral, dá sentido e reforça a compreensão do compromisso social. Nesse sentido, a presente pesquisa considera que, para que ocorra uma mudança na realidade das práticas operacionais no contexto das relações raciais, faz-se necessário que os atores policiais militares reflitam e trabalhem os seguintes objetivos:

- a) fortalecer as bases de consenso e tolerância na aproximação das polaridades práticas operacionais e indivíduos negros, no sentido de atar que pouco a pouco vão tecendo uma rede de interrelações, onde essa prática operacional seja de natureza estética que possibilita ao policial militar identificar os sentidos e os significados acerca de suas semelhanças e diferenças, em direção a sua identidade social;
- b) proporcionar espaços e situações flexíveis nas práticas operacionais, no contexto das relações raciais, que vão além da configuração policial militar para reduzir as abordagens ao indivíduo negro estereotipada e discriminatória, eliminando as reproduções institucionais e contribuindo para a redução das desigualdades raciais;
- c) buscar na segurança cidadã e na subjetividade novos impulsos voltados para o equilíbrio do poder discricionário policial militar que permite tomar suas decisões no sentido de desenvolver as práticas operacionais, no contexto das relações raciais, no âmbito social e retirando do aspecto patológico dos brancos para equalizar as ações na cidadania;
- d) construir novos saberes e modelos teóricos com sentido de cidadania e social que enriqueçam e lancem novas formas de práticas operacionais, no contexto das

relações raciais, aberta à construção de novas possibilidades que permitam ao próprio policial militar um despertar cidadão, voltado para o compromisso consigo mesmo, representando por seus propósitos sociais enquanto operador de segurança pública militar.

Em síntese, as práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, representam uma clara possibilidade de formação de consciência social do policial militar e favorecem a oportunidade de confrontar consigo mesmo as competências humanas nas atividades operacionais, compreendendo a população negra em sua conduta pessoal, profissional e social. Por conta disso, a participação ativa do policial militar, nas interações com os indivíduos negros em seus reais problemas, suas contradições e seus conflitos sociais devem ser vistos como espaços essenciais de exercício e compreensão, ação e reflexão para esteticamente potencializar as práticas operacionais cidadãs.

Finalmente, se considera que a proposta das práticas operacionais de policiais militares, no contexto das relações raciais, socialmente significante é um meio para a socialização entre operacionalização policial militar e comunidade negra. Da mesma forma, representa uma maneira de construir uma realidade operacional policial militar no contexto das relações raciais de acordo com os problemas raciais existentes. É assim que as práticas operacionais, no contexto das relações raciais, poderão promover a socialização baseada na cidadania do indivíduo cidadão-negro, construindo, na contemporaneidade, uma geração de policiais militares com aplicação de conhecimentos com perspectiva cidadã em respostas às abordagens racistas, contidas no interior das operações policiais militares; dessa forma estará se distanciando da concepção do racismo institucional, ainda engessado nas práticas operacionais no contexto das relações raciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Reforma Hermes. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

ADORNO, Sérgio. **A formação do campo de pesquisa em sociologia da violência no Brasil**. [Entrevista cedida a] Felipe Eduardo Lázaro Braga, Felipe Nery Alves Pinto e Ricardo de Almeida. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 8, p. 144-164, 2017. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/A-forma%C3%A7%C3%A3o-do-campo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALBA, Alícia de (org.) **El fantasma de la teoría**: articulaciones conceptuales y analítica para el estudio de la educación. México: Plaza y Valdez, 2003.

ALCÂNTARA JÚNIOR, José. Georg Simmel e a sociabilidade. *In*: TEDESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as sociabilidades do moderno**: uma introdução. Passo Fundo: UPF, 2006.

ÁLVAREZ, Juan Luis; JURGENSON, Gayou. **Cómo hacer investigación cualitativa**: fundamentos y metodología. Barcelona: Paidós Educador, 2003.

ÁLVARO, José; GARRIDO, Alícia; SCHWEIGER, Inge; TORREGROSA, José. **Introducción a la psicología social sociológica**. Barcelona: UOC, 2007.

ALVES, Jader Santos. **A atuação policial na perspectiva de jovens negros**: vozes dos invisíveis. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. **“Quando a polícia chega para matar, nós estamos praticamente mortos”**: discursos sobre genocídio da população negra no cenário de Recife. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas/APMT, 2007. Disponível em: http://www.apmt.mt.gov.br/assets/uploads/files/ANNAES_DO_SENNADO_DA_CAMARA_DO_CUIABA.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 2 jan. 2020.

ARANDAS, Wagner Solano de. **O racismo institucional contra os negros na polícia militar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro. A resignificação do estigma como um ato de resistência no movimento de mães contra violência policial. **Veredas - Revistas de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 54-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/33753>. Acesso em: 20 out. 2020.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ATLAS da violência. **Estudo realizado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que jovens e negros são as principais vítimas de violência no país**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253. Acesso em: 8 ago. 2019.

AVELAR, Laís da Silva. **“O pacto pela vida, aqui é o pacto pela morte”**: o controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do grande nordeste de Amaralina. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

AZEVEDO, Thales. **Democracia racial**. Ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZKOUL, Marco Antônio. **A polícia e sua função constitucional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

BAKHTIN, Mikhailovitch (1895-1975). **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Emsantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS, Geová da Silva. **Racismo institucional**: a cor da pele como principal fator de suspeição. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUN, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Los retos de la educación en la modernidad líquida**. Pedagogía Social.txt. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007b.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

BAZDRESCH, Miguel. La metodología qualitativa y el análisis de la práctica educativa. *In*: MEJÍA, Rebeca; SANDOVAL, Sérgio Antonio (Coords). **Tras las vetas de la investigación cualitativa: perspectivas y acercamiento desde la práctica**. México: ITESO, 1998.

BEIER, José Rogério. O gabinete topográfico de São Paulo: a formação de engenheiros construtores de estradas como instrumento de governo da província de São Paulo (1835-1849). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 320-337, 2013. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1106. Acesso em: 20 out. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1990.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 34. ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988. v. 209: Coleção Primeiros Passos.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luisa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2017.

BLUMER, Herbert. **El interacionismo simbólico: perspectiva y método**. Barcelona: Hora, 1982.

BLUMER, Herbert. Science Without concepts. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 36, n. 4, Jan 1931. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/215473#purchaseArea>. Acesso em: 2 maio 2022.

BONAL, Xavier. **Sociologia e la educación: una aproximación crítica a las corrientes contemporáneas**. Barcelona: Paidós, 1998.

BORGES FILHO, Nilson. **Estado e militarização: as polícias militares como aparelho repressivo do estado**. 1989. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 1.295, de 6 de novembro de 2001**. Estabelece normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país. Brasília: Ministério da Educação, 26 mar. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1295_01.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.** Secretaria Nacional de Segurança Pública. Coordenação: Andréa da Silveira Passos *et al.* Brasília: 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/gestao-e-ensino/matriz-curricular-nacional>. Acesso em: 8 mar. 2020.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 2).** Brasília: SEDH, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRUYN, Severyn T. **La perspectiva humana em Sociología.** Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

CARABAÑA, Julio; LAMO DE ESPINOSA, Emílio. La teoría del interaccionismo simbólico: análisis y valoración crítica. **REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, v. 1, Enero-Marzo, 1978. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/La-teor%C3%ADa-social-del-interaccionismo-simb%C3%B3lico%3A-y-Espinosa/db643169c0f89c3f7995c20971bda874422ba05e>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CARRILLO, Jorge. **Las motivaciones psicosociales en un modelo evaluativo del comportamiento laboral de docentes de centros educativos en la USE nº 1 de Cerro de Pasco.** 2002 (Tesis Doctoral) - Escuela de Post Grado, Facultad de Psicología, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, 2002. Disponível em: https://cybertesis.unmsm.edu.pe/bitstream/handle/20.500.12672/2732/Carrillo_fj.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerharth. 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo contemporâneo:** educação, família e cultura. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CASTILLO, Francisco Andújar. **Ejército e militares en la Europa moderna.** Madri: Síntesis, 1999.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **Militares e política na Nova República.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CAVALCANTE, Andaraí Ramos. **Corpos destroçados e desaparecidos: violência contra jovens negros em Salvador**. 2019. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORONEL, José Manuel. Argumentos y requerimientos para el uso de un enfoque cualitativo como metodología de investigación en el ámbito educativo. **Revista de Educación**, Universidad de Huelva, n. 4, p. 157-166, 2002. Disponível em: <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/1916/b15150343.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 mar. 2021.

COSTA, Júlio Cezar. **A constitucionalização da segurança pública no Brasil: paradigmas em conflito**. 2019. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/content/o-conflito-de-paradigmas-um-novo-modelopolicial-1%C2%AA-parte>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COSTA, Júlio Cezar; FERNANDES, João Antônio da Costa. **Polícia interativa: a democratização e universalização da segurança pública**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMES) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a polícia no Brasil: a construção da ordem imperial numa sociedade mestiça. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, a. VI, n. 2, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/140>. Acesso em: 2 out. 2020.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

CRIADO-BOADO, Felipe. Se puede evitar la trampa de la subjetividad? Sobre arqueología e interpretación. **Revista Complutum**, Madri, v. 17, p. 247-253, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27591369_Se_puede_evitar_la_trampa_de_la_subjetividad_Sobre_arqueologia_e_interpretacion_Can_we_avoid_the_trap_of_Subjectivity_On_Archaeology_and_Interpretation/link/577fd3e808ae69ab88240ec2/download. Acesso em: 2 fev. 2022.

CHRISTENSEN, Niels Egmont. **Sobre la naturaleza del significado**. Tradução Juan Carlos Garcia Borrón. Barcelona: Labor, 1968.

CUIABÁ. **Organização geopolítica de Cuiabá**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá/ Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU), 2007.

DAMATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL VALLE, Julio. La dignidad de la imaginación. Alexander Baumgarten y el contexto de nacimiento de la estética. **ARETÉ Revista de Filosofía**, Lima, v. XXIII, n. 2, p. 303-328, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/arete/v23n2/a04v23n2>. Acesso em: 2 set. 2021.

DENZIN, Norman K. The logico of Naturalistic Inquiry. **Social Forces**, Chapel Hill, v. 50, n. 2, p. 166-182, Dec. 1971. Disponível em: <https://academic.oup.com/sf/article-abstract/50/2/166/2229366?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 20 maio 2021.

DEUTSCH, Morton; KRAUSS, Robert M. **Teorías en psicología social**. Buenos Aires: Paidós, 1984.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisa qualitativa. **Educar em Revista**, UFPR Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLHy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2021.

ERICKSON, Frederick. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. *In*: WITTRUCK, Merlin C. **La investigación de la enseñanza II: métodos cualitativos y de observación**. Barcelona: Paidós, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia no Exército e a escolarização da educação física brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, IV, 2006, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: SBHE, 2006. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 20 out. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORNI, Pablo. Las metodologías de George Herbert Mead y Herbert Blumer. Similitudes y diferencias. **IDICSO – Serie documentos de trabajo**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad del Salvador, n. 14, p. 1-16, 2013. Disponível em <https://csoc.usal.edu.ar/archivos/csoc/docs/idicso-sdti014.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2000.

FREITAS, Felipe da Silva. **Racismo e polícia: uma discussão sobre mandato policial**. 2020. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. **Cuiabá: imagens da cidade - dos primeiros registros à década de 1960**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

FRENCH, Jan Hoffman. Repensando a violência policial no Brasil: desmascarando o segredo público da raça. **Revista TOMO**, São Cristóvão, n. 31, p. 9-40, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/7648>. Acesso em: 10 set. 2021.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução Paulo César de Souza. Viena: Companhia das Letras, 1930. v. 18: O mal-estar na civilização e outros textos.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GADEA, Carlos A. **Fragmentos de la posmodernidad en América Latina**. La Habana: Ediciones Temas, 2017.

GADEA, Carlos A. **Negritude e pós-africanidade**: críticas das relações raciais contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2013a.

GADEA, Carlos A. O interacionismo simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 241-255, maio/ago. 2013b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rn94M7K4Mfy3bVdzGJ6hhzw/?format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

GADEA, Carlos A.; QUEIROZ, Jamil Amorim de. Reflexões sobre raça, racismo e negritude no Brasil. *In*: **Ciências Sociais em abordagens múltiplas**: desigualdades persistentes e políticas afirmativas no horizonte de incertezas. Aloisio Ruscheinsky (org.). Porto Alegre: CirKula, 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAHYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 152-159, 2007. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu_n14_Gahyva.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GENNARI, Mario. **La educación estética**: arte y literatura. Barcelona: Paidós, 1997.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Leonardo. **Etnometodología e interaccionismo simbólico, un mutualismo en las investigaciones**. 2011. Disponível em: doctoresgerenciales.blogspot.com/2011/07/la-etnometodologia-e-interaccionismo. Acesso em: 2 jan. 2020.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GIROLA, Lidia. Teoría sociológica y fin de siglo. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Ciudad de México, v. 37, n. 148, p. 125-139, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/51104>. Acesso em: 10 set. 2021.

GODINO, Juan D.; LLINARES, Salvador. El interaccionismo simbólico en educación matemática. **Revista Educación Matemática**, Guadalajara, v. 12, n. 1, p. 70-92, 2000. Disponível em: https://www.ugr.es/~jgodino/fundamentos_teoricos/Godino_Llinares_Interaccionismo.PDF. Acesso em: 2 jan. 2020.

GOFFMAN, Erving. A ordem da interação: discurso presidencial da American Sociological Association, 1982. Tradução Bruna Gisi e Roberta Soares. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 571-603, set./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/26390>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 6. ed. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GONÇALVES, Marcos Roberto. **O Centro de Instrução Militar de Mato Grosso: processo de criação e desativação do Curso de Formação de Oficiais (1952-1960)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução Valter Lellis Siqueira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Tradução Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRANJA, Josefina. La teoría como reflexión sobre el conocimiento construído. In: ALBA, Alícia de (org.) **El fantasma de la teoría: articulaciones conceptuales y analítica para el estudio de la educación**. México: Plaza y Valdez, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27181>. Acesso em: 2 set. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2004b.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio/Apicuri, 2016.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2015.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HENRIQUE Dias. Biografias de personalidades que tiveram papel predominante na história política do Brasil. *In*: CONSTRUTORES DO BRASIL. Câmara dos Deputados, Brasília, 1 jul. 2006. Disponível em: www.camara.leg.br/tv/170887-henrique-dias/. Acesso em: 30 ago. 2022.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HONNETH, Axel. La preeminência del reconocimiento. *In*: **Reificación**: un estudio en la teoría del reconocimiento. Buenos Aires: Katz, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS (IBGE). Brasil/Mato Grosso/Cuiabá. População da cidade de Cuiabá. Brasília, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/panorama>. Acesso em: 1 mar. 2023.

JESUS, Andreia Sousa de. **Perfil do suspeito e racismo institucional**: uma análise da ação policial, em Uberlândia, Minas Gerais. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

JESUS, Nauk Maria de. **Boatos e sugestões revoltosas**: a rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela – capitania de Mato Grosso (segunda metade do século XVIII). De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. *In*: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). São Paulo: Aderaldo e Rothschild, Fapesp, 2007.

JIMÉNEZ-GARCIA, Marco A. La escuela como dispositivo de poder. México: Plaza y Valdez, 2003. *In*: ALBA, Alícia de (org.) **El fantasma de la teoría**: articulaciones conceptuales y analíticas para el estudio de la educación. México: Plaza y Valdez, 2003.

JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. **Teoria Social**: vinte lições introdutórias. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2017.

JUNG, Carl. **O homem e seus símbolos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNHO, Flávio Terra. **As relações entre a polícia militar e a sociedade na ótica das relações raciais e dos direitos humanos na cidade de Varginha-MG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019.

KORNBLIT, Ana Lía. **Metodología cualitativa en Ciências Sociais: modelos y procedimientos de análisis**. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2007.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LACERDA, João Batista de. **O Congresso Universal das Raças Reunidos em Londres (1911)**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. 2004. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

LIMA, Roberto Kant de. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

LOMBROSO, Cesare (1885-1909). **O homem delinquente**. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

LUVISOLO, Hugo. **Estética, esporte e educação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)**. Cuiabá: Carlindo e Ciniato, 2003.

MANIG-VALENZUELA, Agustin. **Los significados que los estudiantes le atribuyen a la realidad educativa del servicio social universitario**. 2014. Tesis. (Doctorado Interinstitucional em Educación), Universidad Iberoamericana Puebla, Puebla, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTÍNEZ, Miguélez Miguel. **La investigación cualitativa etnográfica en educación: manual teórico-práctico**. 3. ed. México: Trillas, 2008.

MATO GROSSO. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989**. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 2014. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/arquivos/parlamento/ssl/constituicao-estadual.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MATO GROSSO. **Decreto-lei n. 778, de 10 de agosto de 1946**. Cria na Força Policial do Estado, o Centro de Instrução Militar. Arquivo do Comando Geral PMMT. Cuiabá: Governo do Estado, PMMT, 1946.

MATO GROSSO. **Decreto n. 3.144, de 6 de julho de 1993**. Dispõe sobre o Regulamento do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Governo do Estado, 1993. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/-/5066713-decreto-3.144-regulamento-cfo#:~:text=Resumo%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Regulamento,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso>. Acesso em: 20 out. 2020.

MATO GROSSO. **Lei complementar n. 555, de 29 de dezembro de 2014.** Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Governo do Estado, 2014. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959710/LEI+COMPLEMENTAR+N%C2%BA+555%2C+DE+29+DE+DEZEMBRO+DE+2014..pdf/aabe9978-2992-4ab2-bceb-704d133cff74>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MATO GROSSO. **Lei Complementar n. 408, de 1 de julho de 2010.** Institui o Sistema de Ensino da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá: Governo do Estado, 2010. Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/leicomplestadual.nsf/250a3b130089c1cc042572ed0051d0a1/25dd3b579262691a84257757007c9c20?OpenDocument#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20de%20Ensino,Grosso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.cias.&text=SISTEMA%20DE%20ENSINO-,Art.,vista%20o%20disposto%20no%20Art.> Acesso em: 20 out. 2020.

MATOS, Gisele Gomes. **A cor nas abordagens policiais no Estado de Goiás.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas), Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MATTOS, Gabriel Francisco de. **Cuiabá: cidade-narrativa.** 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

MATTOS, Geisa. **Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos.** *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 185-217, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6408168.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.

MEAD, George Herbert. **Espíritu, persona y sociedad:** desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Paidós, 1993.

MEAD, George Herbert. **La naturaleza de la experiencia estética.** *Athenea Digital*, Barcelona, n. 0, abril, 2001. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/n0-mead/6-html-es>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MEAD, George Herbert. **Mente, self e sociedade.** Tradução Maria Sílvia Mourão. Petrópolis: Vozes, 2021.

MISSE, Michel. **Violência e teoria social.** *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672>. Acesso em: 8 ago. 2021.

MONET, Jean Claude. **Polícia e sociedade na Europa.** São Paulo: Editora da USP, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia.** Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da USP, 2002.

MONTEIRO, Ubaldo. **A polícia de Mato Grosso: História-Evolução – de 1835-1985.** Cuiabá: IOMAT, 1985.

MOORE, Carlos Wedderburn. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política e Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. *In*: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo**: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiróz, 1985.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos**: imagens da representação de si através dos outros. São Paulo: USP, 1993.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia**: a sociologia de Goffman. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Goiânia: Editora da UFG, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. **Questões étnico-raciais e a formação do policial militar**: um estudo na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. 2021. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, Thiago Moraes. **Violência policial contra minorias sociais no Brasil e na Espanha**: justificativas para o posicionamento de estudantes universitários. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In*: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdades racial**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 65-96.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial em uma área metropolitana. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4301639/mod_resource/content/0/AULA%2013%20-%20O%20-%20Paixao%20-%20organizacao%20policial%20numa%20area%20metropolitana.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

PECORA, Ana Rafaela; SÁ, Celso Pereira de. Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá ao longo de três gerações. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 319-325, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/LnfXqmSyGvgNkWx76RpxJ8B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2020.

PEIRCE, Charles S. **Qué es un signo?** 1824. Disponível em: <https://www.unav.es/gep/Signo.html> Acesso em: 7 jan. 2022.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do império**: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

PÉREZ, Glória. **Investigación cualitativa**: métodos y técnicas. 2. ed. Buenos Aires: Docencia, 2003.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

PIETÁ, Elói. **Crime e polícia**. 2. ed. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1997.

PINC, Tânia Maria. **O uso da força não letal no encontro com o público**. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PIRES, Jorge Luiz. **A cor da farda**: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

PODEROSO, Emilia Silva. **Estereótipo dos suspeitos e ação policial**: expressões e consequências. 2018, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (PMMT). **Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa**. Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Projeto Pedagógico de Curso. Curso de Formação de Soldados (CFSd). Tecnólogo em Segurança Pública. Cuiabá: 2019.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO (PMMT). **Síntese histórica**. Disponível em: http://www.pm.mt.gov.br/?view=sintese_historica. Acesso em: 2 jun. 2019.

PONS, Diez Xavier. La aportación a la psicología social del interacionismo simbólico: una revisión histórica. **EduPsykhé – Revista de Psicología y Psicopedagogia**, v. 9, n. 1, p. 23-42, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3268858>. Acesso em: 2 set. 2021.

PÓVOAS, Lenine C. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1985.

QUEIRÓZ, Jamil Amorim de. **Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações etnicorraciais**: desafios para a formação do policial militar. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

QUEIRÓZ, Marli de Souza. **O espaço da policial militar feminina negra nos setores profissionais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMALHO NETO, Jaime Pinto. **Farda & cor**: mobilidade nas patentes e racismo na Polícia Militar da Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira; Patologia social do “branco” brasileiro. *In*: RAMOS, Alberto Guerreiro. **A introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p. 163-202; p. 215-240.

RAMOS, Paulo César. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. Tradução Valter Lélis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

REX, John. **Raça e etnia**. Lisboa: Estampa, 1988.

RIBEIRO, Airton Edno. **A relação da polícia militar paulista com a comunidade negra e o respeito à dignidade humana**: a questão da abordagem policial. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos-SP, São Carlos, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Bárbara Silva da. **Entre almas negras e corpos denegrados**: cartografia da (in)suspeição em ações de abordagem policial. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/PQWYmTntpVgYYZdrbdnQbBf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2020.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 124: Coleção Primeiros Passos.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

RODRÍGUEZ, Gregório; GIL, Javier; GARCIA, Eduardo. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2. ed. Granada: Aljibe, 1999.

ROMÉRO, Sylvio. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Tomo Primeiro (1800-1830). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1902.

RONDON FILHO, Edson Benedito. **Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2011.

ROSÁRIO, Denice Santiago Santos do. **Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão: avaliação, monitoramento e observatório da prática da discriminação racial na atividade policial militar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RUIZ-OLABUÉNAGA, José Ignacio. **Metodología de la investigación cualitativa**. 5. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.

SANDSTROM, Kent L.; MARTIN, Daniel D.; FINE, Gary Alan. **Símbolos, selves e realidade social: uma abordagem interacionista simbólica à Psicologia e à Sociologia**. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2016.

SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, p. 165-187, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20904>. Acesso em: 2 jan. 2021.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/FAPESP. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **“Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ no ensino superior”**: relações de raça e classe nas ações afirmativas da UFES. Curitiba: CRV, 2016.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. “**Matar muito, prender mal**”: a produção de desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**: uma perspectiva à sociologia compreensiva. Tradução Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2018.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100013. Acesso em: 16 set. 2019.

SEIDL, Ernesto. A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. **Revista História**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 71-94, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a05.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>. Acesso em: 20 out. 2020.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. *In*: SEYFERTH, Giralda *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. p. 17-41.

SHEPARD, Jon M. **Sociologia**. México: Limusa, 2014.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Márcia Miranda Soares e José Ângelo Machado. Brasília: Enap, 2018.

SILVA, Jorge da. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 1998.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. Telecomuters: desconstrução e reconstrução dos conceitos de subjetividade no mundo do trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador, set. 2006. **Anais [...]**. Salvador: ENANPAD, 2006. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_subsecao=149. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Tiago Ferreira. **Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia** (org.). Evaristo de Moraes Filho. Tradução Carlos Alberto Pavanelli *et al.* São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**: estudos sobre as formas de sociação. Tradução Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021.

SINHORETTO, Jacqueline *et al.* A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro *et al.* (org.) **Segurança Pública e Direitos Humanos**: Temas Transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. p. 121-158. v. 5: Coleção Pensando a Segurança Pública. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pensando/pensando-a-seguranca-publica_vol-5.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOBRAL NETO, Maurilo Miranda. **Sobre os que não tem jeito**: racismo institucional e a identificação do adolescente suspeito a partir da atuação da polícia na cidade do Recife. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Benedito Celso de. **A polícia militar na Constituição**. São Paulo: Edição Universitária de Direito, 1986.

STRYKER, Sheldon. Tendencias teóricas de la psicología social: hacia una psicología social interdisciplinar. *In*: TORREGROSA, José Ramon; SARABIA, Bernabé (dir.). **Perspectivas y contextos de la psicología**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

SULLIVAN, William; RABINOW, Paul. El giro interpretativo. *In*: DUVIGNAUD, Jean (ed.). **Sociología del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos en investigación**: la búsqueda de significados. Barcelona: Paidós, 1994.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. **Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia**, n. 50, p. 3-21, jan. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/eQA5iD>. Acesso em: 2 set. 2021.

TERRA, Livia Maria. **Negro suspeito, negro bandido**: um estudo sobre o discurso policial. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

THOMAS, Willian Isaac. La definición de la situación. **Cuadernos de Información y Comunicación**, n. 10, p. 27-32, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/935/93501002.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Tradução Marcos Roberto Flamínio Peres. Petrópolis: Vozes, 2018.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. Realengo e a escola militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. **PPHPBC/Cpdoc/FGV**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/3viana_artigo.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

VIEYTES, Rut. **Metodología de la investigación em organizaciones, mercado y sociedad**: epistemologia y técnica. Buenos Aires: Editorial de las Ciencias, 2004.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2015.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max. **Ensayos sobre metodologia sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. Tradução Fany Kon. São Paulo: Perspectiva, 2007.